

ÍNDICE

ÍNDICE.....	1
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES.....	3
RESUMO GERAL.....	18
0 – INTRODUÇÃO.....	23
0.1 – OBJECTIVOS.....	24
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	24
METODOLOGIA.....	25
PLANO DE TRABALHO.....	26
1 – OS CIAM E O TEAM X (1928-1968).....	28
1.1 - OS PRIMEIROS CIAM.....	28
1.2 - A CARTA DE ATENAS.....	31
1.3 - O TEAM X.....	59
2 – DO ENQUADRAMENTO TEÓRICO À PRÁTICA.....	69
2.1 - OS ANOS 60 E 70.....	69
2.2 - CONCEITOS FUNDAMENTAIS NO DISCURSO TEÓRICO...	98
2.3 - UM NOVO CONTEXTO PARA O DESENHO URBANO.....	123
2.3.1 - <i>O papel do desenho livre no processo de projecto.....</i>	<i>123</i>

2.3.2 - <i>Planeamento e Desenho Urbano</i>	128
2.4 – CONCLUSÃO.....	134
3 – O CONTEXTO EM PORTUGAL	136
3.1 - OS PLANOS INTEGRADOS.....	141
3.2 - AS OPERAÇÕES SAAL.....	143
3.3 - O PLANO DO NOVO BAIRRO GOLFE, EM LUANDA (ANGOLA).....	149
3.4 - O PLANO INTEGRADO AVEIRO.SANTIAGO.....	175
CONCLUSÕES	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	212

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

- Fig. 1** - O primeiro CIAM, foto de grupo em frente da Capela do Castelo de La Sarraz, 1928, (Hasan, 1999, p. 37).....**29**
- Fig. 2** - Esquiço de Chandigarh, Le Corbusier com Pierre Jeanneret, (Benévolo, 2004, p. 491).....**32**
- Fig. 3** - Esquiço de Chandigarh. Planta geral, com as vias de comunicação, (Benévolo, 2004, p. 491).....**33**
- Fig. 4** - Planta da Vila de Chandigarh, tal como foi planeada, (Benévolo, 2004, p. 493).....**33**
- Fig. 5** - Planta do Complexo do Capitólio – Chandigarh, Índia, 1956, Le Corbusier com Pierre Jeanneret, (Benévolo, 2004, p. 491).....**34**
- Fig. 6** - Princípios gerais segundo Le Corbusier. Uma unidade de “grandeza adequada”, (Le Corbusier, 1995, p. 131).....**35**
- Figs. 7 e 8** - Esquiços do Plano do Rio de Janeiro, Le Corbusier, 1935, (Benévolo, 2004, p. 430).....**36**
- Fig. 9** - Plano de Argel, Le Corbusier com Pierre Jeanneret, (Hasan, 1999, p. 190).....**36**
- Fig. 10** - “Plan Voisin” para Paris, projecto de Le Corbusier - Maquete, (Hasan, 1999, p. 711).....**37**

Fig. 11 - “Plan Voisin” para Paris (1922-1929), (Hasan, 1999, p. 711).....	37
Fig. 12 - “Plan de Saint Dié”, projecto de Le Corbusier, (Goitia, 1992, p. 197).....	38
Fig. 13 – Diagrama correcto do crescimento de uma cidade, segundo Ebenezer Howard, (Goitia, 1992, p. 163).....	39
Fig. 14 – Divisão funcional e estrutural da cidade-jardim, segundo Ebenezer Howard, (Goitia, 1992, p.162).....	41
Fig. 15 – Diagrama esquemático, segundo Ebenezer Howard, (V.V.A.A., 2003, p. 671).....	41
Fig. 16 - Plano da cidade de Letchworth. Uma das cidades-jardim inglesas construídas segundo os princípios de Ebenezer Howard, (Goitia, 1992, p. 164).....	43
Fig. 17 – Vista aérea de Letchwork, (Benévolo, 2004, p. 468).....	43
Fig. 18 – Cidade-Jardim de Welwyn, (Goitia, 1992, p. 26).....	44
Fig. 19 – Perspectiva do representativo centro urbano da cidade-jardim de Welwyn, (Goitia, 1992, p. 27).....	45
Fig. 20 - Esquema de uma unidade habitacional por Le Corbusier, (Benévolo, 2004, p. 433).....	47
Fig. 21 - Esquicho de Le Corbusier, (Benévolo, 2004, p.433).....	48

Fig. 22 - Proposta de Le Corbusier para uma zona residencial, (Mausbach, (s/data), p.28).....**49**

Fig. 23 - Perspectiva de um grupo de blocos de habitação da “cidade-jardim vertical” de Le Corbusier, (Mausbach (s/data), p. 29).....**50**

Fig. 24a - Solução de Le Corbusier para blocos de habitação elevados e dominantes, (Mausbach, (s/data), p. 29).....**50**

Fig. 24b - Perspectiva correspondente à figura 18a, (Mausbach, (s/data), p. 29).....**50**

Fig. 25 - Proposta de Le Corbusier, 1915, (Mausbach, (s/data), p. 28).....**51**

Fig. 26 - A Cidade Radiosa, Le Corbusier, (Le Corbusier, 1995, p. 145)...**51**

Fig. 27 - “Les trois établissements humains”. Desenho de Le Corbusier, 1947, (Benévolo, 2004, p. 431).....**54**

Fig. 28 - Le Corbusier, Unité d’Habitation – Marselha, França, 1947-1953; Plantas, (Hasan, 1999, p. 165).....**55**

Fig. 29 - Le Corbusier, Unité d’Habitation – Marselha, França, 1947-1953, (Hasan, 1999, p. 165).....**56**

Fig. 30 – Candilis, Josicf e Woods: a visão de TEAM X em Toulouse-le-Mirail, França, 1961 - Maquete, (Benévolo, 2004, p. 485).....**60**

Fig. 31 – Planta do quarteirão do projecto “Golden Lane”: projecto previsto para 1400 habitantes, realizado para London Country Council em 1954, (Benévolo, 2004, p. 487).....	61
Fig. 32 – Quarteirão Golden Lane; Maquete, (Benévolo, 2004, p. 487).....	61
Fig. 33 – Proposta para Telaviv, 1963, de Bakema e Van den Broek, (Benévolo, 2004, p. 510).....	62
Fig. 34 – Plano de Amesterdão, com o projecto de expansão para Este, de Bakema e Van den Broek, (Benévolo, 2004, p. 460).....	63
Fig. 35 – Projecto de Amesterdão-Este - Maquete, (Benévolo, 2004, p. 460).....	63
Fig. 36 – Detalhes de articulação entre as unidades de habitação, com a separação dos diferentes níveis, (Benévolo, 2004, p. 460).....	64
Figs. 37 e 38 – Bakema e Van den Broek: projecto para Leewarden, 1958, (Benévolo, 2004, p. 444).....	64
Fig. 39 – Candilis, Josic e Woods: projecto para Frankfurt–Romerberg, 1963-Maquete, (Benévolo, 2004, p. 447).....	66
Fig. 40 – A “Ville Radieuse”, de Le Corbusier (1930-38): Quatro diagramas diferentes para a mesma escala, (Benévolo, 2004, p. 433).....	70
Fig. 41 - Communitas, Percival e Paul Goodman, (Binário nº 95, p. 26).....	71

Fig. 42 - Columbia, Maryland, Estudos Comunitários e Estudos de Desenvolvimento, Inc., (Binário nº 95/67, p. 24).....	71
Fig. 43 - Chandigarh (1951), Le Corbusier, (Binário nº 95/67, p. 25).....	72
Fig. 44 - Brasília, Lúcio Costa, (Binário nº 183/73, p. 541).....	73
Fig. 45 - Plano de Desenvolvimento de Londres, 1943 – Abercrombie e Forshaw, (Binário nº 95/67, p. 25).....	73
Fig. 46 - Christopher Alenxanser: Diagrama para uma aldeia Índia, 1962, (Binário nº 95/67, p. 24).....	74
Fig. 47 - Christopher Alexander: semi-entrelaçamento em “árvore”, (Binário nº 95/67, p. 24).....	74
Fig. 48 - Os elemetos visuais de Scollay Square, (Lynch, 1960, p. 190)....	77
Fig. 49 – Mapa-esboço da península de Boston, (Lynch, 1960, p. 29).....	78
Fig. 50 – Forma esquemática de Boston tal como é observada no local, (Lynch, 1960, p.29).....	78
Fig. 51 – Os elementos distintivos de Boston, (Lynch, 1960, p.160).....	78
Fig. 52 - A imagem de Boston derivada das entrevistas de rua, (Lynch, 1960, p.165).....	79
Fig. 53 – Boston como todos a conhecem, (Lynch, 1960, p. 31).....	79

Fig. 54 - Esboço/Estudo, análise dos maiores problemas de Boston, (Lynch, 1991, p. 271).....	79
Fig. 55 - Esquícios da Praça de Rotebühlplatz–Stuttgart, (Krier, 1981, p.114).....	82
Fig. 56 – Esquícios de Rotebühlplatz–Stuttgart, (Krier, 1981, p.114).....	82
Fig. 57 - Stuttgart, Rotebühlplatz, 1973, (Krier, 1981, p.116).....	83
Fig. 58 - Maquete da Praça Rotebühlplatz, à escala original 1:1850, (Krier, 1981, p. 117).....	83
Fig. 59 - Sistemas de praças rectangulares e suas variações, esquícios de Robert Krier, (Krier, 1981, ps. 34 e 35).....	84
Fig. 60 - Sistemas de praças redondas, esquiço de Robert Krier, (Krier, 1981, p. 43).....	85
Fig. 61 - Sistema de praças redondas com construções introduzidas e variações desta forma de praça, esquiço de Robert Krier, (Krier, 1981, p. 44).....	85
Fig. 62 - Sistemas de praças triangulares e suas derivações, esquiço de Robert Krier, (Krier, 1981, p. 52).....	86
Fig. 63 - Sistemas de praças ortogonais com construções no interior, esquiço de Robert Krier, (Krier, 1981, p. 38).....	86

Fig. 64 - Sistemas de praças abertas com construções introduzidas, esquiço de Robert Krier, (Krier, 1981, p. 39).....	87
Fig. 65 - Complexos de sistemas geométricos, esquiço de Robert Krier, (Krier, 1981, p. 48).....	87
Fig. 66 - Estudos de séries morfológicas no Espaço Urbano, esquiços de Robert Krier, (Krier, 1981, p. 50).....	88
Fig. 67 - Sistemas de grandes composições contínuas, esquiços de Robert Krier, (Krier, 1981, ps. 54 e 56).....	89
Fig. 68 - Jogo de vazios/cheios relativos aos planos em Amiens e Stuttgart, (Krier, 2003, ps. 13 e 15).....	90
Fig. 69 - Planta do centro da cidade de Amiens, França, Robert Krier, (Krier, 2003, p.138).....	90
Fig. 70 - Proposta para a reconstrução do quarteirão à volta da catedral, Amiens, França, (Krier, 2003, p.138).....	90
Fig. 71 - Imagem do centro da cidade de Amiens antes da guerra, (Krier, 2003, p.138).....	91
Fig. 72 - Proposta do plano de ordenamento do sector norte do centro de Amiens, França, Robert Krier, (Krier, 2003, p.139).....	91
Fig. 73 – Perspectiva da última fase de desenvolvimento de Noorderhof, Amsterdão, Rob Krier, 1930, (Krier, 2003, p. 203).....	92

Fig. 74 – Planta da disposição da primeira fase de construção, com a igreja e o jardim de infância existentes no meio, Noorderhof, Amesterdão, (Krier, 2003, p. 204).....	93
Fig. 75 – Projecto Via Tiburtina - Roma, Itália, 1990, Robert Krier, (Krier, 2003, p. 174).....	93
Fig. 76 - Planta de Roma com o novo projecto da Via Tiburtina, (Krier, 2003, p. 174).....	94
Fig. 77 - Esquicho com as diferentes composições urbanas, (Krier, 2003, p. 177).....	94
Fig. 78 - Projecto Via Tiburtina, Roma, Itália, Robert Krier, (Krier, 2003, p. 175).....	95
Fig. 79 - Projecto Via Tiburtina, Roma, Itália, Robert Krier; Maquete, (Krier, 2003, p. 174).....	95
Fig. 80 - Planta da Ringstrasse em Viena, (V.V.A.A., 2003, p. 667).....	96
Fig. 81 - Projecto para a praça defronte da Votivkirch em Viena, (V.V.A.A., 2003, p. 667).....	96
Fig. 82 – “Projecto para Napoli” para o “Museu de San Martino Al Mare” – Projecto de Carlo Aymonino, (Aymonino, 1989, p. 15).....	99
Fig. 83 – “Projecto para Napoli” para o “Museu de San Martino Al Mare” – Projecto de Carlo Aymonino, 1987, (Aymonino, 1989, p. 16).....	100

Fig. 84 – “Projecto para Napoli” para o “Museu de San Martino Al Mare” – Projecto de Carlo Aymonino, 1987, (Aymonino, 1989, p. 17).....	101
Fig. 85 – A evolução da cidade de Nimes, na França, e a permanência de elementos e parte da estrutura romana em estudo de Aymonino, (Del Rio, 1999, p. 73).....	101
Fig. 86 – Excerto da planta de Roma desenhado por Nolli, 1748, (Goitia, 1992, p. 109).....	102
Fig. 87 – Projecto do novo bairro de Venta-Berri em San Sebastian, Léon e Robert Krier, 1990, (Krier, 1999, p. 123).....	103
Fig. 88 – Projecto do novo bairro de Venta-Berri em San Sebastian, Léon e Robert Krier, 1990, (Krier, 1999, p. 122).....	104
Fig. 89 – Planta do centro de Stuttgart, segundo as ideias de Robert Krier, (Krier, 1981, p.1029).....	105
Fig. 90 – Proposta para a reconstrução das áreas urbanas destruídas em Stuttgart, (Krier, 1981, p.102).....	105
Fig. 91 – Centro de Stuttgart, Robert Krier; Maquete, (Krier, 1981, p.104).....	106
Fig. 92 - Esquços do projecto de Stuttgart, Robert Krier, (Krier, 1981, p.172).....	106
Fig. 93 – Fazes do desenvolvimento urbano de Stuttgart entre o século XIV e XIX, (Krier, 1981, p.172).....	107

Fig. 94 – Esquemas representativos dos cinco elementos mais importantes na estruturação da imagem da cidade, segundo Kevin Lynch, (Del Rio, 1999, p. 95).....	112
Fig. 95 – Mapa mental de uma habitante de Chappaquiddich, (Lynch, 1981, p. 197).....	114
Fig. 96 – Mapa mental da Urca, Rio de Janeiro, (Del Rio, 1999, p. 94)...	115
Fig. 97 – Esboço da progressão imaginária de uma auto-estrada, (Lynch, 1981, p. 190).....	118
Fig. 98 – Acesso, (Lynch, 1981, p. 192).....	119
Fig. 99 - Cruzamento da Av. dos Estados Unidos da América com a Av. de Roma, (Costa, Pedro, 2006, p. 112).....	136
Figs. 100, 101, 102 e 103 - Av. Infante Santo, Lisboa, 1950-1954, Alberto Pessoa, (Revistas AA – L’Architecture d’Aujourd’hui, nº185/76, p. 18 e Binário nº2/58, p. 18).....	137
Figs. 104, 105 e 106 - Bairro S. João de Deus – “Bairro das Estacas”, Alvalade, Lisboa, 1949-1953, Ruy d’Athougia e Sebastião Formosinho Sancez, (Jornal dos Arquitectos, nº217/04, ps. 80, 82 e 83).....	138
Fig. 107 - Av. Infante Santo, Lisboa, 1950-1954, Alberto Pessoa – Foto da Maquete, (Binário nº2/58, p. 11)	138

Figs. 108, 109, 110, 111 e 112 – Bairro dos Olivais Norte e Sul, (Revista Arte e Construção, nº 35/06, ps. 92, 93, 95 e 97).....	139
Figs. 113, 114, 115 e 116 – Bairro de Chelas, (Jornal dos Arquitectos, nº121/93, p. 93 e Heitor, Teresa Valsassina, 2001, p.146, 147 e 195).....	140
Fig. 117 – Plano Integrado do FFH – Setúbal, José Charles Monteiro, J. S. Martins, Jorge C. Ferreira, José L. Prata, José C. Henriques, (Binário nº 205-206/76, p.30).....	141
Fig. 118 - Plano Integrado do FFH - Almada, Monte da Caparica - Planta Geral do Plano, (Binário nº 205-206/76, p.25).....	142
Fig. 119 - Plano Integrado do FFH - Almada, Monte da Caparica – Maquete da Proposta, (Binário nº 205-206/76, p.25).....	142
Fig. 120 – Barracas do Bairro Portela-Outereira (Carnaxide), (Binário nº 205-206/76, p.49).....	143
Fig. 121 – Operação SAAL: Bacalhau-Monte Coxo - Lisboa, Manuel Vicente - Planta de Localização, (AA – L’Architecture d’Aujourd’hui, nº185/76, p.64).....	144
Fig. 122 – Bairro Bacalhau-Monte Coxo, antes da intervenção urbanística, (AA – L’Architecture d’Aujourd’hui, nº185/76, p.65)	145
Fig. 123 – Operação SAAL: Bacalhau-Monte Coxo, Lisboa, Manuel Vicente - Maquete da Proposta, (AA – L’Architecture d’Aujourd’hui, nº185/76, p.65).....	145

Fig. 124 – Operação SAAL: Bacalhau-Monte Coxo, Lisboa, Manuel Vicente - Alçados da Proposta, (AA – L’Architecture d’Aujourd’hui, nº185/76, p.65).....	145
Fig. 125 – Operação SAAL: Bairro das FONSECAS, Calçada, Lisboa, Raúl Ferreira, (AA – L’Architecture d’Aujourd’hui, nº185/76, p.69).....	146
Fig. 126 – Operação SAAL: S. Vitor e Bouça – Porto, Siza Vieira - Esquços da Proposta, (AA – L’Architecture d’Aujourd’hui, nº185/76, p.72)	147
Fig. 127 – Operação SAAL: S. Vitor e Bouça – Porto, Siza Vieira, (AA – L’Architecture d’Aujourd’hui, nº185/76, p.73).....	148
Fig. 128 – Baía de Luanda e Fortaleza de São Miguel, (Provas de Agregação. Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia).....	151
Fig. 129 – Musseques em Zona Inundável, (Provas de Agregação. Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia)	151
Fig. 130 – Planos Integrados Previstos, (Provas de Agregação. Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia).....	153
Fig. 131 – Esquema com as Zonas de Expropriação, (Provas de Agregação. Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia).....	154
Fig. 132 – Estrutura Viária, (Provas de Agregação. Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia).....	155

Fig. 133 – Esquema Geral de Usos. Luanda, 1974, (Provas de Agregação. Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia).....	156
Fig. 134 – Planta de Localização – Musseque Golfe, (Provas de Agregação. Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia).....	157
Figs. 135 e 136 – Musseques, (Provas de Agregação. Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia).....	160
Figs. 137 e 138 – Estrutura dos Quarteirões nos Musseques, (Provas de Agregação. Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia).....	161
Fig. 139 – Rua, (Provas de Agregação. Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia)	162
Fig. 140 – Ruela, (Provas de Agregação. Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia).....	163
Fig. 141 – Musseque Golfe, (Provas de Agregação. Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia)	164
Fig. 142 – Eixos Viários, Provas de Agregação. (Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia).....	165
Fig. 143 – Musseque Golfe - Zona A, (Provas de Agregação. Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia).....	166
Fig. 144 – Esquema do Quarteirão, (Provas de Agregação. Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia).....	167

Fig. 145 – Perspectiva do Musseque Golfe, (Provas de Agregação. Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia).....	168
Fig. 146 – Equipamentos, (Provas de Agregação. Grupo VIII de Disciplinas de Urbanologia).....	169
Fig. 147 – Plano Geral, (Oliveira, Alberto, 1977).....	176
Fig. 148 – Vista da Cidade de Aveiro, (Portas, Nuno, 2000, p. 11)	178
Fig. 149 – Planimetria “Cidade-Existente”, (Jornal dos Arquitectos nº149/95, p. 34).....	183
Fig. 150 – Planimetria “Cidade-Projectada”, (Jornal dos Arquitectos, nº149/95, p. 34).....	184
Fig. 151 – Toponímia, Plano Integrado Aveiro-Santiago, (Oliveira, Alberto, 1977).....	196
Fig. 152 – Doc. 2, Plano Integrado Aveiro-Santiago, (Oliveira, Alberto, 1977).....	197
Fig. 153 – Afectação de Áreas, Plano Integrado Aveiro-Santiago, (Oliveira, Alberto, 1977).....	198
Fig. 154 – Doc. 3, Plano Integrado Aveiro-Santiago, (Oliveira, Alberto, 1977).....	199
Fig. 155 – Doc. 4 – Arquitectura do Plano, (Oliveira, Alberto, 1977).....	200

Fig. 156 – Doc. 4 – Arquitectura do Plano, (Oliveira, Alberto, 1977).....	201
Fig. 157 – Doc. 4 – Arquitectura do Plano, (Oliveira, Alberto, 1977).....	202
Fig. 158 – Doc. 4 – Arquitectura do Plano, (Oliveira, Alberto, 1977).....	203
Fig. 159 – Doc. 4 – Arquitectura do Plano, (Oliveira, Alberto, 1977).....	204
Fig. 160 - Doc. 5, (Oliveira, Alberto, 1977)	205
Fig. 161 - Doc. 6, (Oliveira, Alberto, 1977).....	206
Fig. 162 - Doc. 7, (Oliveira, Alberto, 1977).....	206
Fig. 163 - Doc. 8, (Oliveira, Alberto, 1977).....	207
Fig. 164 - Doc. 9 (Oliveira, Alberto, 1977).....	207

RESUMO

O PROBLEMA

A cidade moderna parece não ter resolvido as questões prementes que se propunha a solucionar, através dos Congressos Internacionais da Arquitectura Moderna. As soluções não se mostraram eficazes, nem socialmente, nem economicamente, nem mesmo urbanisticamente. Caberá, aos pós-modernistas, uma revisão crítica dessa matéria e a proposta de novas ideias e soluções, através de novas teorias de pensar a cidade. Desta dicotomia surgirão novas propostas para novos modos de viver a cidade.

A estrutura de novas ideias para a vida urbana, desenvolvidas nas décadas de 60 e 70 constituíram contribuições preciosas para uma revisão do Desenho Urbano e conseqüentemente de padrões formais do funcionamento da cidade, por forma a permitir novas abordagens para o problema e a resolução da crise habitacional, na cidade dos anos 60 e 70.

UMA INVESTIGAÇÃO INTERDISCIPLINAR

O tema a que se propõe este trabalho, apesar de se focalizar nos aspectos de intervenção arquitectónica e desenho da cidade, não poderá deixar de ter uma abordagem que “atravessa” a área da Sociologia, da Psicologia, da Economia, da História e da Ecologia Humana. Pensar, criticar e redesenhar a cidade implica uma visão holística do conhecimento. Se bem se dê aqui a tónica para o papel do arquitecto, todas as teorias assentam no pressuposto

que o espaço urbano é o espaço convergente de um Saber mais lato e complexo que a própria intervenção arquitectónica.

OBJECTIVOS

O objectivo do tema que se propõe desenvolver circunscrever-se-á à história de um discurso crítico à cidade dos CIAM, através de reacções teóricas e práticas, que se iniciaram com o TEAM X e tiveram eco e continuidade em intervenções, no contexto das grandes reformas sociais, políticas, ideológicas e culturais dos anos 60 e 70 – fim da guerra do Vietname, o 25 de Abril, em Portugal, com a conseqüente libertação das colónias e a globalização dos Direitos Humanos.

Os factores que levaram ao desenvolvimento de uma reacção aos fracassos que o Movimento Moderno terá induzido no desenvolvimento das estruturas urbanas do pós-guerra, surgem num contexto fortemente marcado por uma crise de valores que, quer na arquitectura, quer no campo urbanístico, se reflectem em novas formas urbanas e que, em Portugal, numa época de mudanças e reformas (Primavera Marcelista, 25 de Abril e processo de descolonização) têm o seu registo nos Planos Integrados e nas operações SAAL. Pretende-se relações da cidade com o novo espaço construído, liberdades e garantias, condições de habitabilidade e conforto, integração urbana e social, respeito pelos modos de vida, multifuncionalidade, numa nova sistematização e dinâmica do espaço, que a cidade dos CIAM não prevera com o “zoning”, com a monofuncionalidade e com os novos núcleos urbanos, que rapidamente se transformaram em periferias.

METODOLOGIA

Não constitui objecto deste trabalho uma descrição exaustiva de todos os aspectos, particularidades e autores que caracterizam este período. Seleccionam-se documentos e obras de autores considerados relevantes, quer no plano conceptual, quer pela construção de uma visão sistematizada da dinâmica do espaço.

Estes estudos constituem, para além de valiosas contribuições teóricas no entendimento da forma urbana, sua percepção, imagem e comportamentos por ela gerados, uma crítica clara à cidade dos CIAM, por forma a ultrapassar o impasse que o Movimento Moderno criou sobre a concepção da vida urbana.

É na base de uma análise documental que se irá sistematizar a crítica à cidade dos CIAM. É também, com base num suporte de documentos de autores seleccionados, que se irão investigar as novas soluções que os pós-modernistas preconizaram.

A análise documental é transversal a todas as áreas do conhecimento. Na feita deste trabalho, o estudo das teorias e teoréticas de intervenção na cidade, assentam a partir de obras de autores já elaboradas e da análise das mesmas.

Através desta selecção de documentação de autores, procura-se evitar uma repetição exaustiva que muitos já se propuseram fazer, pretendendo-se referir, somente, os aspectos principais que sustentam a base ideológica e prática, subjacente à crítica da cidade moderna, através das suas diferentes expressões conceptuais e formais, que se encontram presentes nesta dissertação.

PLANO DE TRABALHO

Tendo em vista uma conclusão que objective um novo contexto de cidade e de Desenho Urbano, desenvolve-se uma estrutura de trabalho que procure consubstanciar os pontos que parecem fundamentais e relevantes para o entendimento desse propósito. Assim divide-se o trabalho em três capítulos.

No capítulo 1, descreve-se o percurso dos CIAM, por forma a ilustrar os princípios geradores da Cidade Moderna e que culmina com as críticas do X CIAM, mais tarde conhecido por TEAM X. Considera-se uma abordagem fundamental para se compreender o enquadramento teórico que levou à primeira ruptura da cidade dos CIAM e entender o início de um novo processo de repensar a cidade.

No capítulo 2, seleccionam-se obras consideradas significativas para a organização de um quadro teórico organizado em quatro vertentes: morfologia urbana, análise visual, percepção urbana e comportamento ambiental, tendo em conta um fácil entendimento da produção teórica e prática dos anos 60 e 70.

Explicita-se o lugar do desenho, de modo a que no espaço tridimensional da cidade, volte a ser novamente protagonista no processo de planeamento, lugar esse que perdera com os postulados dos CIAM.

No capítulo 3, aborda-se o contexto Português. Referem-se os Planos Integrados e as operações SAAL, como tentativa de resolver problemas do habitat que a nova conjectura política e social exigia, para resolver os problemas da habitação.

Descrevem-se dois exemplos: o Plano Integrado Aveiro.Santiago, em Portugal, e o Novo Bairro Golfe, em Luanda, como casos estudados, onde foram aplicadas, se bem que em contextos diferentes (tanto geográfico, como político e social), as novas configurações morfológicas e tipológicas, novas formas de uso e espaços multifuncionais e se revisitam as tradicionais estruturas de referência, ali reavaliadas.

Nas Conclusões as teorias do Pós-Modernismo demonstram ser uma nova solução para um novo contexto de cidade e do desenho urbano, solução esta, que sendo conclusiva, tem um carácter de intervenção, que se pretende contínuo, sistémico e dinâmico.

Obviamente que o assunto desta dissertação não encerra em si o sentido crítico e os objectivos anunciados. Constitui apenas matéria não esgotada e que importa desenvolver, pela sua oportunidade. Não se trata de ultrapassar as condicionantes técnicas e funcionais, numa altura em que ainda hoje se desenvolvem a maior variedade de estudos, mas sim entender os factores teóricos e práticos inerentes àquela época.

Este trabalho culmina com a Bibliografia (Referências Bibliográficas, Bibliografia Geral e alguma Bibliografia Comentada).

0 – INTRODUÇÃO

A cidade moderna parece não ter resolvido as questões prementes que se propunha a solucionar, através dos Congressos Internacionais da Arquitectura Moderna. As soluções não se mostraram eficazes, nem socialmente, nem economicamente, nem mesmo urbanisticamente. Caberá, aos pós-modernistas, uma revisão crítica dessa matéria e a proposta de novas ideias e soluções, através de novas teorias de pensar a cidade. Desta dicotomia surgirão novas propostas para novos modos de viver a cidade.

A estrutura de novas ideias para a vida urbana, desenvolvidas nas décadas de 60 e 70 constituíram contribuições preciosas para uma revisão do Desenho Urbano e conseqüentemente de padrões formais do funcionamento da cidade, por forma a permitir novas abordagens para o problema e a resolução da crise habitacional, na cidade dos anos 60 e 70.

0.1 - OBJECTIVOS

O objectivo do tema a desenvolver circunscrever-se-á a um discurso crítico à cidade dos CIAM, através de reacções teóricas e práticas, que se iniciaram com o TEAM X e tiveram eco e continuidade em intervenções, no contexto das grandes reformas sociais, políticas, ideológicas e culturais dos anos 60 e 70 – fim da guerra do Vietname, o 25 de Abril, em Portugal, com a conseqüente libertação das colónias e a globalização dos Direitos Humanos.

Os factores que levaram ao desenvolvimento de uma reacção aos fracassos que o Movimento Moderno terá induzido no desenvolvimento das

estruturas urbanas do pós-guerra, surgem num contexto fortemente marcado por uma crise de valores que, quer na arquitectura, quer no campo urbanístico, se reflectem em novas formas urbanas e que, em Portugal, numa época de mudanças e reformas (Primavera Marcelista, 25 de Abril e processo de descolonização) têm o seu registo nos Planos Integrados e nas operações SAAL. Pretender-se-ão relações da cidade com o novo espaço construído, liberdades e garantias, condições de habitabilidade e conforto, integração urbana e social, respeito pelos modos de vida, multifuncionalidade, numa nova sistematização e dinâmica do espaço, que a cidade dos CIAM não prevera com o “zoning”, com a monofuncionalidade e com os novos núcleos urbanos, que rapidamente se transformaram em periferias.

O tema a propôr neste trabalho, apesar de se focalizar nos aspectos de intervenção arquitectónica e desenho da cidade, não poderá deixar de ter uma abordagem que “atravessa” a área da Sociologia, da Psicologia, da Economia, da História e da Ecologia Humana. Pensar, criticar e redesenhar a cidade implica uma visão holística do conhecimento. Se bem se dê aqui a tónica para o papel do arquitecto, todas as teorias assentam no pressuposto que o espaço urbano é o espaço convergente de um Saber mais lato e complexo que a própria intervenção arquitectónica.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica é ela mesma, parte integrante de toda a metodologia deste trabalho (ver metodologia), pois assenta em documentos e obras de autores considerados relevantes, quer no plano conceptual, quer pela construção de uma visão sistematizada da dinâmica do espaço.

METODOLOGIA

Não constitui objecto deste trabalho uma descrição exaustiva de todos os aspectos, particularidades e autores que caracterizam este período. Seleccionam-se documentos e obras de autores considerados relevantes, quer no plano conceptual, quer pela construção de uma visão sistematizada da dinâmica do espaço.

Estes estudos constituem, para além de valiosas contribuições teóricas no entendimento da forma urbana, sua percepção, imagem e comportamentos por ela gerados, uma crítica clara à cidade dos CIAM, por forma a ultrapassar o impasse que o Movimento Moderno criou sobre a concepção da vida urbana.

É na base de uma análise documental que se irá sistematizar a crítica à cidade dos CIAM. É também, com base num suporte de documentos de autores seleccionados, que se irão investigar as novas soluções que os pós-modernistas preconizaram.

Como diria o Sr. Professor Sagredo, a análise documental é transversal a todas as áreas do conhecimento. Na feitura deste trabalho, o estudo das teorias e teóricas de intervenção na cidade, assentam a partir de obras de autores já elaboradas e da análise das mesmas.

Através desta selecção de documentação de autores, procura-se evitar uma repetição exaustiva que muitos já se propuseram fazer, pretendendo-se referir, somente, os aspectos principais que sustentam a base ideológica e prática, subjacente à crítica da cidade moderna, através das suas diferentes expressões conceptuais e formais, que se encontram presentes nesta dissertação.

PLANO DE TRABALHO

Tendo em vista uma conclusão que objective um novo contexto de cidade e de Desenho Urbano, desenvolve-se uma estrutura de trabalho que procure consubstanciar os pontos que parecem fundamentais e relevantes para o entendimento desse propósito. Assim divide-se o trabalho em três capítulos.

No capítulo 1, descreve-se o percurso dos CIAM, por forma a ilustrar os princípios geradores da Cidade Moderna e que culmina com as críticas do X CIAM, mais tarde conhecido por TEAM X. Considera-se uma abordagem fundamental para se compreender o enquadramento teórico que levou à primeira ruptura da cidade dos CIAM e entender o início de um novo processo de repensar a cidade.

No capítulo 2, seleccionam-se obras consideradas significativas para a organização de um quadro teórico organizado em quatro vertentes: morfologia urbana, análise visual, percepção urbana e comportamento ambiental, tendo em conta um fácil entendimento da produção teórica e prática dos anos 60 e 70.

Explicita-se o lugar do desenho, de modo a que no espaço tridimensional da cidade, volte a ser novamente protagonista no processo de planeamento, lugar esse que perdera com os postulados dos CIAM.

No capítulo 3, aborda-se o contexto Português. Referem-se os Planos Integrados e as operações SAAL, como tentativa de resolver problemas do habitat que a nova conjectura política e social exigia, para resolver os problemas da habitação.

Descrevem-se dois exemplos: o Plano Integrado Aveiro.Santiago, em Portugal, e o Novo Bairro Golfe, em Luanda, como casos estudados, onde foram aplicadas, se bem que em contextos diferentes (tanto geográfico, como político e social), as novas configurações morfológicas e tipológicas, novas formas de uso e espaços multifuncionais e se revisitam as tradicionais estruturas de referência, ali reavaliadas.

Nas Conclusões as teorias do Pós-Modernismo demonstram ser uma nova solução para um novo contexto de cidade e do desenho urbano, solução esta, que sendo conclusiva, tem um carácter de intervenção, que se pretende contínuo, sistémico e dinâmico.

Obviamente que o assunto desta dissertação não encerra em si o sentido crítico e os objectivos anunciados. Constitui apenas matéria não esgotada e que importa desenvolver, pela sua oportunidade. Não se trata de ultrapassar as condicionantes técnicas e funcionais, numa altura em que ainda hoje se desenvolvem a maior variedade de estudos, mas sim entender os factores teóricos e práticos inerentes àquela época.

CAPÍTULO 1

Os CIAM e o TEAM X (1928-1968)

1.1 Os primeiros CIAM

A partir da II Guerra Mundial tiveram lugar na Europa, grandes iniciativas públicas, a nível da intervenção urbanística e que tinham por objectivo a reconstrução de áreas devastadas, essencialmente os núcleos urbanos consolidados e destruídos. Estes novos projectos tiveram por norma, predominantemente os modelos urbanísticos preconizados pelo Movimento Moderno, através dos manifestos dos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna (os CIAM).

Fundado em 1928, no castelo suíço de Heléne de Mandrot, os CIAM sofreram logo à nascença de contradições manifestas e profundas. Os CIAM encontravam-se divididos internamente entre os arquitectos “formalistas” franceses e os “funcionalistas” alemães, ou, pondo a mesma posição nos termos políticos que foram usados, entre reformistas burgueses e revolucionários marxistas. A sua carta de fundação era “uma verdadeira salada mista” de atitudes políticas, como se pode ver na frase que se segue: “Esta redistribuição da terra, base preliminar indispensável para qualquer planeamento urbano, deve incluir a justa divisão entre os proprietários, e a comunidade dos lucros provenientes do capital, e obtidas em obras de interesse comum”. (Jencks,1985)

A declaração do I CIAM, de 1928 foi elaborada por 24 arquitectos que representavam a França (6 arquitectos), a Suíça (6 arquitectos), a Alemanha

(3 arquitectos), a Holanda (3 arquitectos), a Itália (2 arquitectos), a Espanha (2 arquitectos), a Áustria (1 arquitecto) e a Bélgica (1 arquitecto), (fig. 1).



Fig. 1 – O primeiro CIAM, foto de grupo em frente da Capela do Castelo de La Sarraz, 1928

De pé e a partir da esquerda: Mart Stam, Pierre Chareau, Victor Bourgeois, Max Haefeli, Pierre Jeanneret, Gerrit Thomas Rietveld, Rudolf Steiger, Ernst May, Alberto Sartoris, Gabriel Guevrekian, Hans Schmidt, Hugo Häring, Zavala, Florentin, Le Corbusier, Paul Artaria, Hélène de Mandrot, Friedrich Gubler, Rochat, André Lurçat, Robert von der Mühl, Maggioni, Huib Hoste, Sigfried Giedion, Werner Moser, Josef Frank. A partir da esquerda, sentados: Fernando García, Molly Weber, Tradevossian.

O destaque foi para o edifício, mais do que para a arquitectura, como actividade elementar do homem, actividade vinculada com a evolução e o progresso da vida humana. Afirmaram abertamente que a arquitectura estava ligada, de forma inevitável, às mais amplas questões políticas e económicas e deveria depender, para garantir o seu nível geral de qualidade, da adopção universal dos métodos de produção racionalizada. O método mais eficiente de produção é o que procede da racionalização e standardização, que actuam directamente sobre os métodos de trabalho, tanto na arquitectura (concepção) como na indústria da construção. O ideal da eficácia económica não implica que os meios de produção ofereçam um benefício comercial máximo, mas um esforço de trabalho mínimo. A racionalização e a standardização agem de 3 formas:

- exigem da concepção arquitectónica uma simplificação dos métodos de trabalho, na fábrica e no estaleiro;
- implicam uma redução da mão-de-obra especializada e um aumento de mão-de-obra menos especializada, orientada por técnicos altamente especializados;
- esperam do consumidor uma revisão dos seus desejos, de forma a que possa haver um reajuste a novas condições de vida social.

Assim, os primeiros CIAM destacam a necessidade de uma economia e uma industrialização planificadas, indicando a eficiência como o meio mais apto para alcançar o máximo benefício. Por outro lado, introduzem dimensões normalizadas como passo preliminar, em prol de uma racionalização da indústria da construção.

Mais do que uma preferência formal e/ou estética, aqueles requisitos foram essencialmente um pré-requisito inicial para incrementar a produção de habitação e superar os métodos ainda artesanais na indústria da construção.

Na planificação da cidade, a atitude é a mesma, igualmente radical, como se pode ver no texto: “La urbanización no puede estar condicionada por las reivindicaciones de un esteticismo preexistente; su esencia es de ordem funcional... la caótica division del suelo, resultante de las especulaciones en las ventas y las herencias, debe ser abolida por una política del suelo colectivo y metódica. Esta redistribucion de la tierra, base preliminar indispensable para toda planificación urbana, debe incluir la división justa entre los propietarios y la comunidad, del incremento no ganado a partir de obras de un interés conjunto.” Declaração de La Sarraz, 1928. (Frampton, 1993)

Entre a primeira conferência dos CIAM de 1928 e a última, efectuada em Dubrovnick em 1956, os CIAM passaram por 3 fases. A primeira (1928–1933) passou pelos congressos de Frankfurt (1929) e de Bruxelas em 1930 e foi onde se aplicaram as doutrinas mais radicais e fundamentalistas. A pressão socialista estava presente nos princípios destes CIAM: máxima rentabilidade com o máximo de eficácia e o mínimo de custos.

1.2 A Carta de Atenas

A segunda fase dos CIAM (1933–1947) foi dominada pela personalidade de Le Corbusier, cujo acento foi expresso na problemática das urbanizações e do planeamento urbano.

O IV CIAM (1933) foi sem dúvida o congresso mais significativo, do ponto de vista urbanístico. Deste IV CIAM surgiram os artigos da Carta de

Atenas, que por razões inexplicáveis não foram publicados senão uma década mais tarde.

A Carta de Atenas propõe uma formulação doutrinária, bem comum dos urbanistas progressistas (Choay, Françoise, 1992). Os princípios ali estabelecidos foram reunidos mais tarde sob duas formas: “A Carta de Atenas” (Le Corbusier) e “Can our cities survive” (J.L.Sert).

Segundo Choay (1992) a ideia chave que sustenta o urbanismo progressista é a ideia de modernidade. Le Corbusier proclama o surgimento de um “esprit nouveau” e vê-o essencialmente em duas vertentes: na indústria e na arte de vanguarda. A concepção desta nova era, assenta numa concepção da era industrial como ruptura histórica radical. Conjuntamente com o emprego de novos materiais, o aço e o betão armado, que permitem uma mudança de escala e o surgir de novas tipologias, é preciso também obter eficácia, anexar os métodos de standardização e de mecanização da indústria. Propõe-se uma nova relação com o objecto, uma relação fundada numa concepção austera e racional da beleza, (figs, 2, 3, 4 e 5).⁽¹⁾

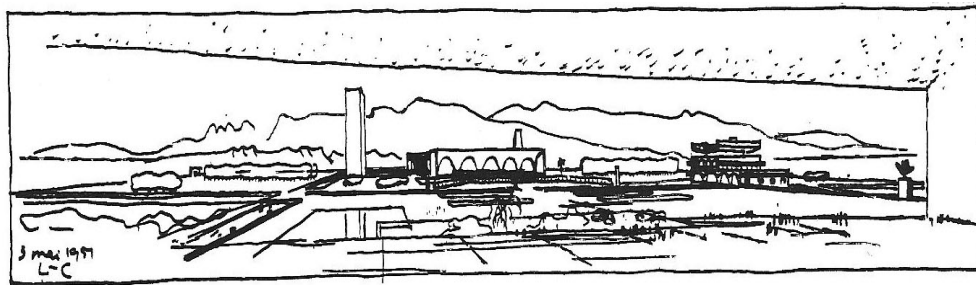


Fig. 2 – Esquício de Chandigarh. Le Corbusier com Pierre Jeanneret

⁽¹⁾ O conceito de arquitectura racionalista foi utilizado pelos historiadores da arquitectura, em especial por Bruno Zevi, para designar o movimento que se afirma, depois da guerra de 1914, em favor das formas puras; proscree qualquer decoração e ornamentação dos edificios e procura a exploração radical das fontes da técnica e da industria. Os seus principais partidários foram Walter Gropius, Le Corbusier, Mies Van Der Rohe e Mendelsohn. Os arquitectos racionalistas foram os grandes criadores do “Estilo Internacional”, expressão consagrada por H.R.Hitchcock e P.H. Johnson em *The International Style Architecture*, Nova York, 1922.

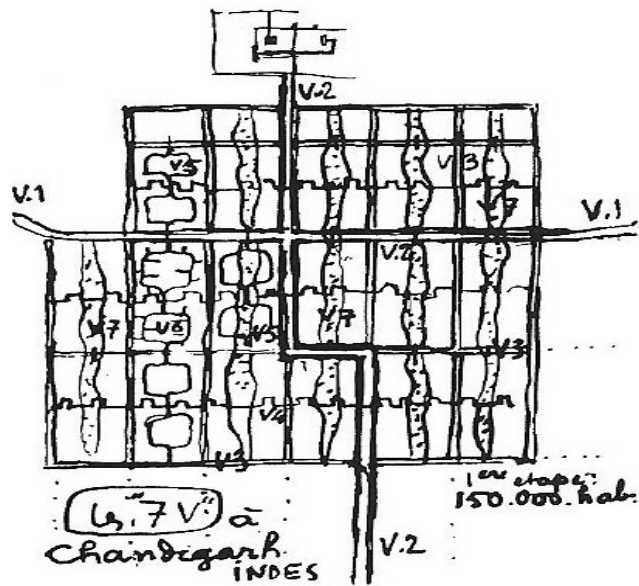


Fig. 3 – Esqueto de Chandigarh. Planta geral, com as vias de comunicação.

V1 e V2 – Vias de Tráfego Rápido

V3 – Vias de Quarteirão

V4 – Vias Comerciais

V5 e V6 – Vias de serviço para as habitações, conduzem às portas dos edifícios

V7 – Corredores verdes que conduzem às escolas e aos espaços de lazer

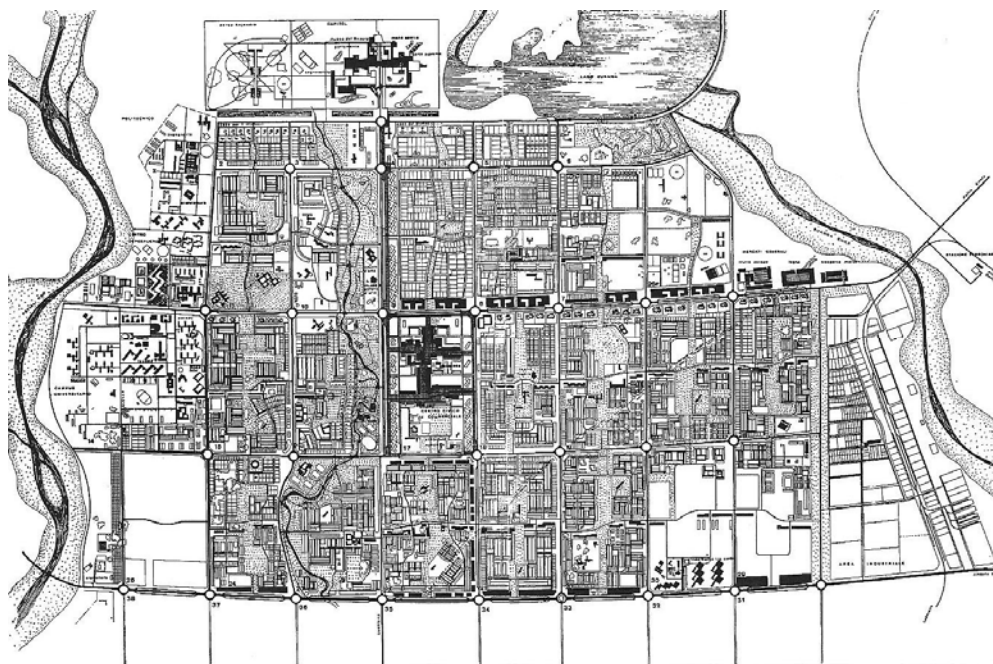


Fig. 4 – Planta da Vila de Chandigarh, tal como foi planeada

A numeração indica os diferentes sectores da vila (1 a 38). A negro os edifícios públicos e a tracejado os espaços verdes.

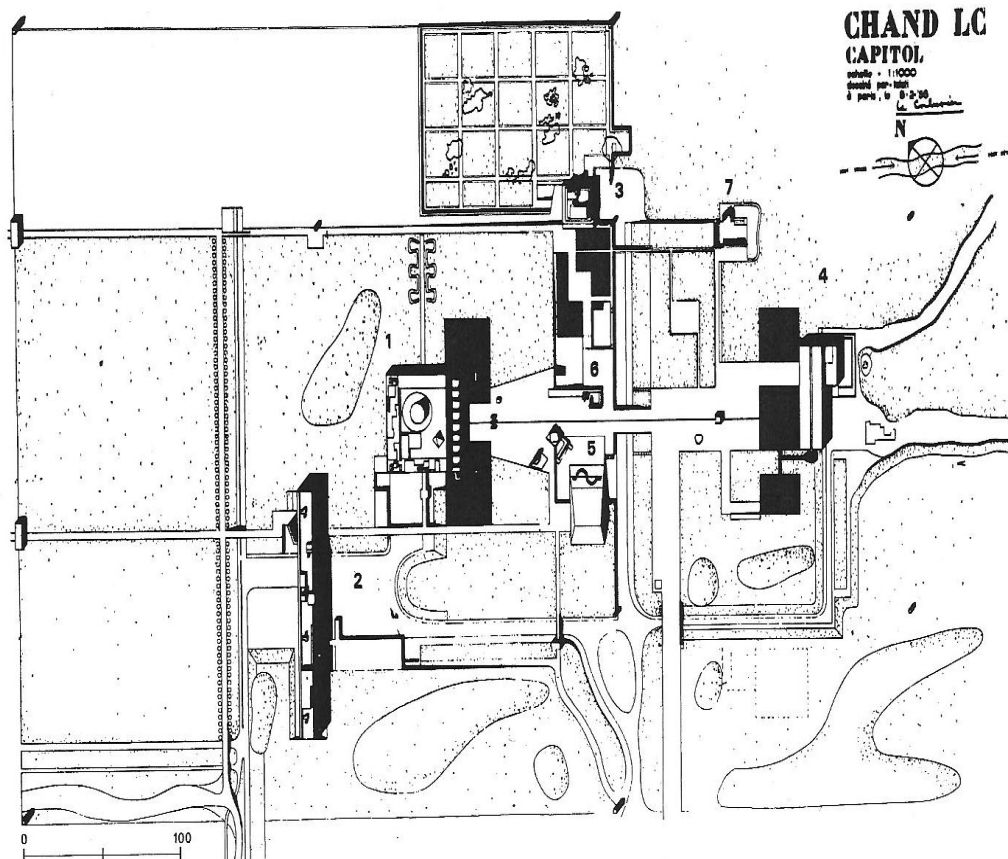


Fig. 5 – Planta do Complexo do Capitólio – Chandigarh, Índia, 1956, Le Corbusier com Pierre Jeanneret

O Capitólio está disposto numa série de edifícios e praças monumentais, cada uma com a sua individualidade – objectos na paisagem. Este desenho, foi feito após o início da construção, mostra a planta tal como finalizada. Embora grandioso, o conceito de praça não se acomodou ao clima quente da Índia (e também não funciona bem relativamente a este) - Paris, Fundação Le Corbusier.

- 1 – Parlamento
- 2 – Secretariado (onde estão reunidos todos os Ministérios)
- 3 – Palácio do Governador
- 4 – Palácio da Justiça
- 5 e 6 – Centro de Esplanada
- 7 – Escultura “ A mão aberta”

Esta nova relação e a imagem de um novo homem-tipo inspiram a Carta de Atenas que analisa as necessidades humanas universais no quadro de quatro grandes funções: habitar, trabalhar, transportar-se, cultivar o corpo e o espírito (fig. 6).

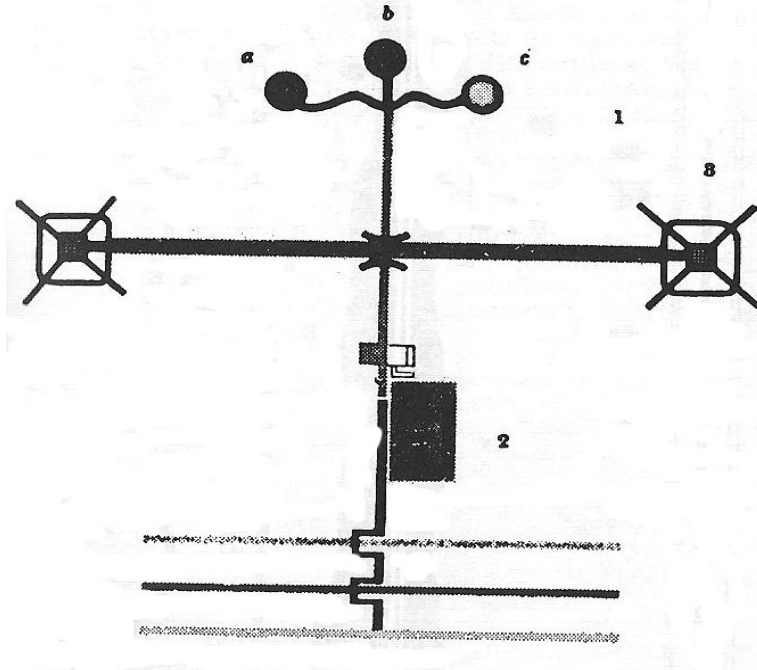


Fig. 6 – Princípios gerais segundo Le Corbusier. Uma unidade de “grandeza adequada”

- | | |
|----------------|-----------------------------------|
| 1. Habitar | a. Cidade-Jardim Horizontal |
| 2. Trabalhar | b. Cidade-Jardim Vertical |
| 3. Cultivar-se | c. Os prolongamentos da habitação |

Este modelo vai ser aplicado de modo idêntico num espaço homogêneo, cujas determinações topográficas são negadas. Com a condição de preencher aquelas funções, os urbanistas adoptarão o mesmo plano de cidade para França, Japão, Estados Unidos ou África do Norte.

Le Corbusier chega a propôr praticamente o mesmo esquema para o Rio de Janeiro, (figs. 7 e 8) e para Argel, (fig. 9) e o plano para a reconstrução de

Saint Dié, (fig. 12) não é mais do que uma reprodução em pequena escala do “Plan Voisin” de Paris dos anos 20, (figs. 10 e 11).

O plano da cidade racionalista não está ligado às “limitações” da tradição cultural; só quer a expressão da liberdade e da razão, da eficácia e da estética.

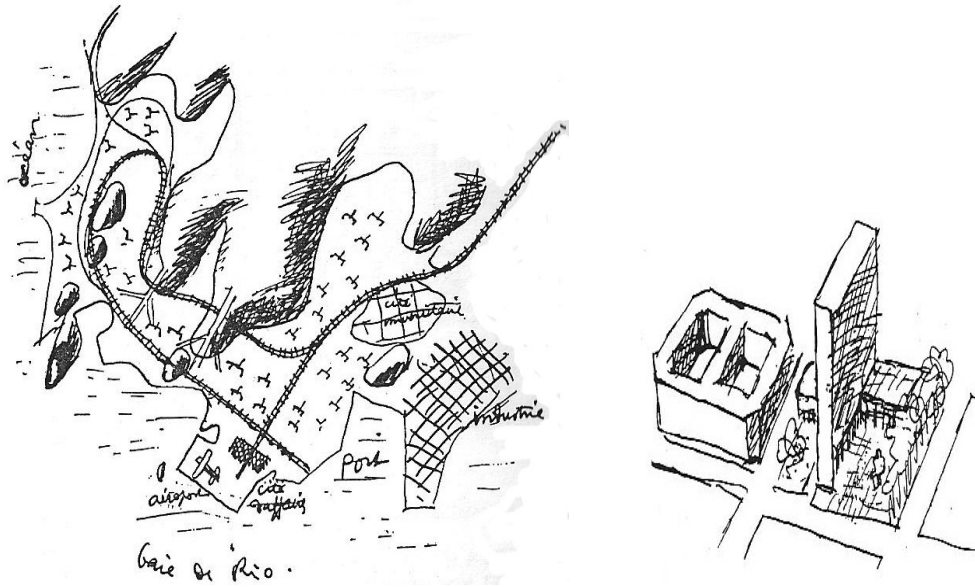


Fig. 7 e 8 – Esquços do Plano do Rio de Janeiro, Le Corbusier, 1935

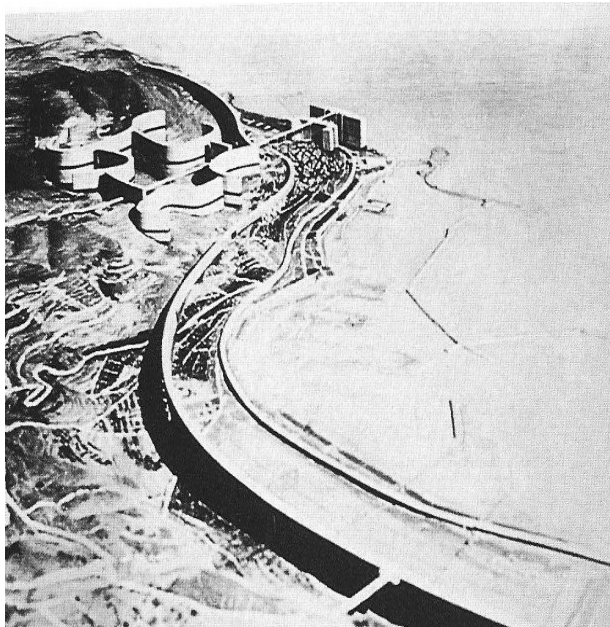


Fig. 9 – Plano de Argel, Le Corbusier com Pierre Jeanneret

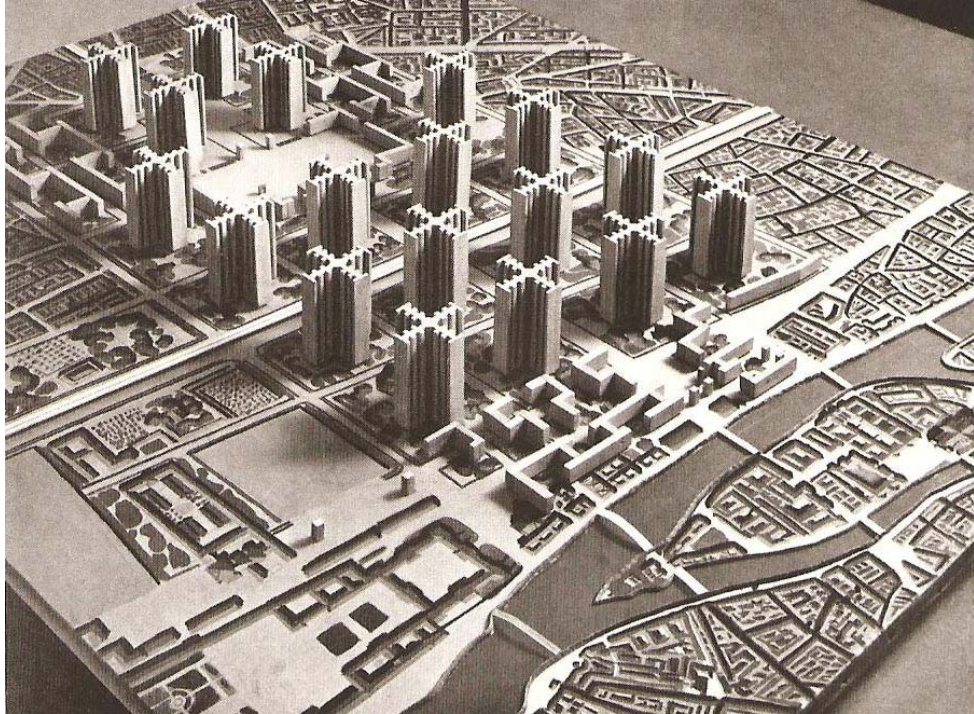


Fig. 10 – “Plan Voisin” para Paris, projecto de Le Corbusier
Maquete

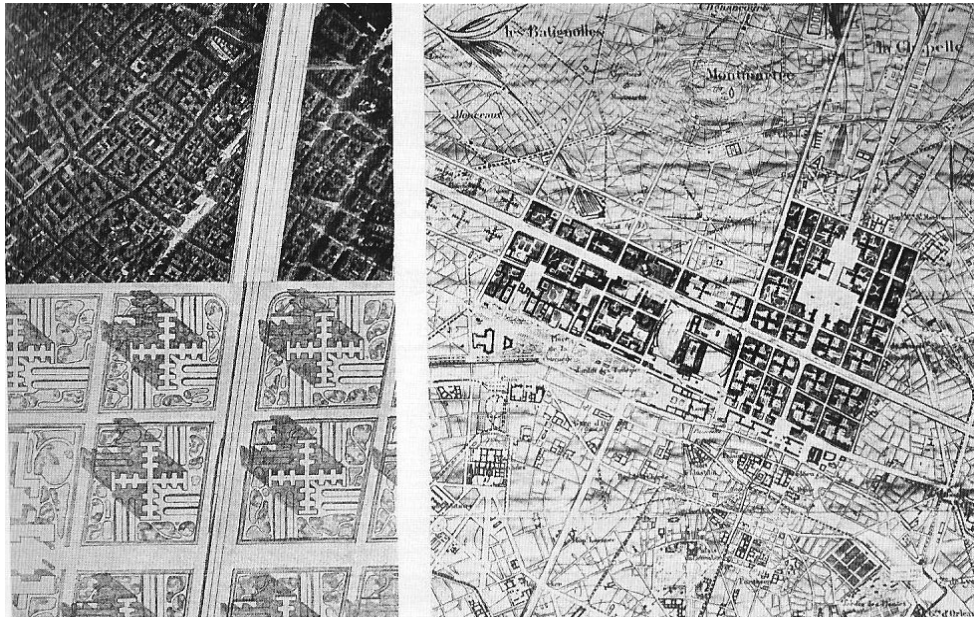


Fig. 11 – “Plan Voisin” para Paris (1922-1929)
À esquerda, o projecto em relação à estrutura urbana existente. À direita, o projecto no contexto da cidade

Como diria Mumford (1982) estas grandes construções em altura não eram mais do que um conceito renovado da “cidade jardim”, só que agora uma cidade jardim vertical, (figs. 22, 23, 24a e 24b).

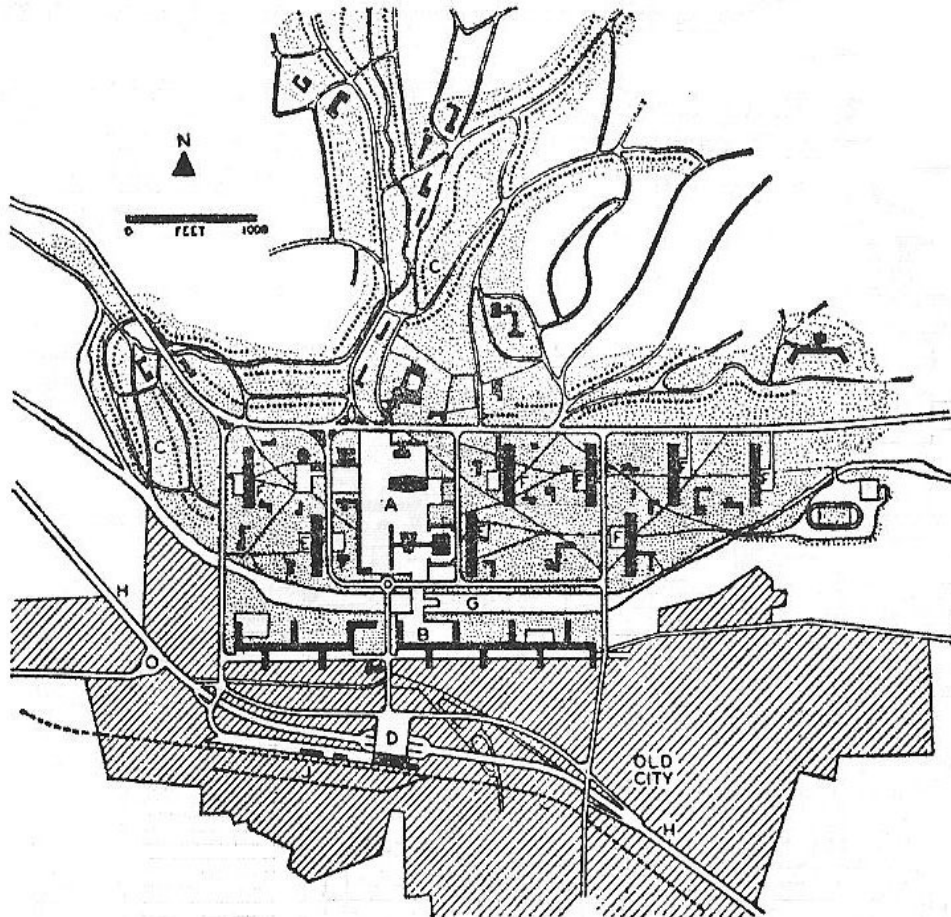


Fig. 12 – “Plan de Saint Dié”, projecto de Le Corbusier

Exemplo de cidade funcionalmente diferenciada e estritamente zonificada.

- A - Centro Cívico e Cultural
- B - Indústria
- C - Casas unifamiliares
- D - Estação de caminho de ferro
- E - Edifícios em altura (primeira fase)
- F - Edifícios em altura (segunda fase)
- G - Rio
- H - Auto-estrada
- I - Caminho de ferro

Em 1898, Ebenezer Howard publicou em Inglaterra um livro originariamente chamado “To-Morrow”. Em Inglaterra, nos finais do século XIX, davam-se algumas reformas no campo social o que não impedia que a pobreza, o excesso de população e a falta de higiene fossem a tónica predominante da cidade de Londres.

A vida na cidade não parecia ser melhor que a do campo, onde uma prolongada depressão na agricultura levava os agricultores a abandonarem os campos e conseqüentemente a uma redução drástica nos preços das terras agrícolas.

Howard imaginou e idealizou um tipo de cidade, que vitalizaria as áreas rurais e que combinaria a beleza e saúde do campo com o trabalho em oficinas ou indústrias modernas, os quais só poderiam ser encontrados nas oportunidades oferecidas pelas populosas, congestionadas e poluídas metrópoles, (fig. 13).

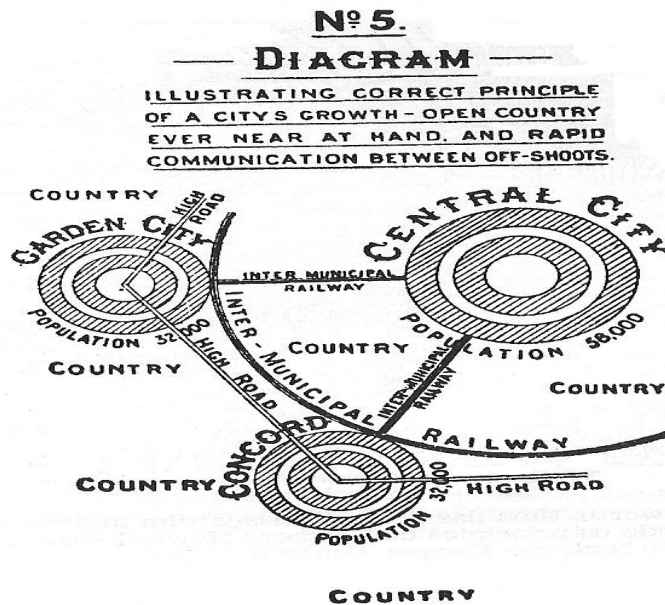


Fig. 13 – Diagrama correcto do crescimento de uma cidade, segundo Ebenezer Howard

Rezam as crónicas que a grande obra inspiradora de Howard foi o romance “Looking Backward” de Edward Bellamy (USA, 1880), que descrevia a cidade americana de Boston no ano 2000 e onde a “chave” do sucesso era o espírito de cooperação e onde se descreviam também os vários estádios percorridos para alcançar aquela utopia; mas Howard estudou igualmente teóricos e reformadores, essencialmente no que respeitava a conceitos de colonização, centralização da posse da terra e modelos comunitários, antes de ele próprio expôr as suas ideias e fórmulas de proposta de um modelo.

No seu livro, Ebenezer Howard começa por propôr ao leitor, imaginar uma propriedade de 6000 acres para uma comunidade de 30.000 pessoas, que ocuparão 1/6 da área total, deixando o resto reservado à agricultura. No centro da cidade estavam as instituições públicas que serviam toda a comunidade e que eram rodeadas por um parque flanqueado, ao qual Howard chamou o Palácio de Cristal e cujo conceito em muito se assemelha aos nossos actuais centros comerciais.

Todas as lojas da cidade estariam contidas no Palácio de Cristal, que era construído com um telhado de vidro e que tinha, como atracção adicional, um jardim de inverno. À volta deste centro estavam os bairros residenciais, com propostas de lotes de tamanhos variados, de modo a poder satisfazer as necessidades dos mais pobres e dos ricos; no perímetro estavam as fábricas e as oficinas, servidas por um caminho de ferro circular, (figs. 14 e 15).

Por trás de toda esta comunidade estavam os campos rurais, que supostamente ali deveriam permanecer para todo o sempre.

“A ideia fundamental da cidade jardim parte da verificação que é necessário salvar a cidade e o campo: a cidade do congestionamento, da miséria e dos tugúrios, e o campo, do abandono, da miséria e dos tugúrios rurais”. (Zévi, S/ data)

O plano mostra uma síntese de conceitos de desenhos formais e informais, com um grupo de ruas rectas que se dirigem a um centro, num conjunto informal. No entanto, o grupo de casas e de “cottages” estão artisticamente arranjadas para formar mais um conjunto de grupos, do que uma variedade de estilos.

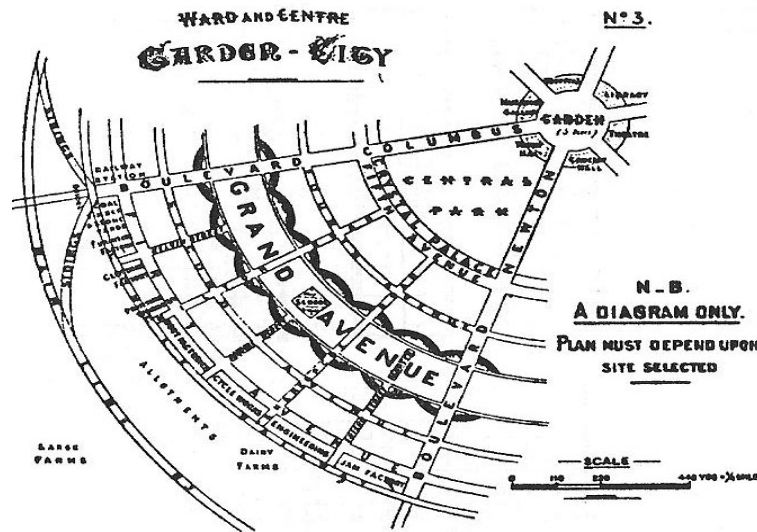


Fig. 14 – Divisão funcional e estrutural da cidade-jardim, segundo Ebenezer Howard

O jardim central com os edifícios públicos, o Palácio de Cristal e as suas lojas, o sector residencial, as fábricas e as empresas artesanais assim como o caminho-de-ferro circular.

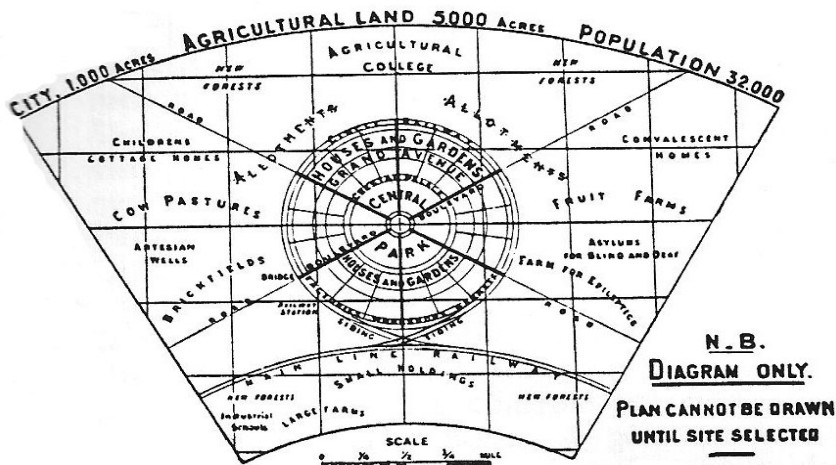


Fig. 15 – Diagrama esquemático, segundo Ebenezer Howard

Representação da dissociação funcional e estrutural da cidade-jardim e arredores, com pequenos jardins, zona de produção rural, equipamentos sociais assim como caminho-de-ferro.

O que Unwin e Parker fizeram para Letchworth foi dar às ideias de Howard uma expressão que era totalmente não ameaçadora e que tinha sido artisticamente desenhada para evocar o típico pitoresco das vilas rurais inglesas. A cidade jardim teria um ambiente dominado por superfícies arborizadas, plantadas e ajardinadas que permitiriam o máximo acesso visual e físico a todos os espaços. Mas Unwin continua a morfologia tradicional, introduzindo-lhe alterações que abrem novas pistas e preparam algumas ideias modernas. Antecipando a unidade de vizinhança, Unwin procura construir pequenas comunidades humanas, pesquisando novas tipologias urbanas como o “close”, ou o impasse - equipamento de edifícios que envolvem um terminal que parte da rua.

Este sistema obriga à abertura do interior do Quarteirão “reinterpretando” o pátio como espaço de convivência e estrutura de construções que o envolvem. As práticas sociais e algumas funções da rua como local de convívio e de acesso aos edifícios deslocam-se para o impasse. A rua vai tornar-se apenas o lugar de circulação.

O impasse ou o close cria uma categoria intermédia entre o espaço público da rua e o espaço privado da habitação, oferecendo um espaço semi-público para as relações sociais de vizinhança. O antigo beco adquire uma significação nobre no acesso às casas, dando tranquilidade ao lugar.

As habitações deixam de contactar com a rua barulhenta e buliçosa. O quarteirão perde a forma fechada e compacta com a criação de impasses interiores, por economia de terreno e na sua bordadura vão ainda surgir casas unifamiliares que se implantam sobre a rua.

A importância de Letchworth reside no facto de ter dado forma física à visão de Howard para uma nova ordem social, mas foi no projecto seguinte, em 1905, para o plano de Hampstead Garden Suburb que a influência da cidade jardim se alargou e se alastrou muito mais longe. Os

resultados da experiência de Letchworth seriam publicados por Raymond Unwin no livro “Town Planning in Practise”, que se tornaria em verdadeiro manual de composição urbana e cuja divulgação em muito contribuíu para a teorização do desenho urbano e para a divulgação das próprias ideias da cidade jardim, (figs. 16 e 17).

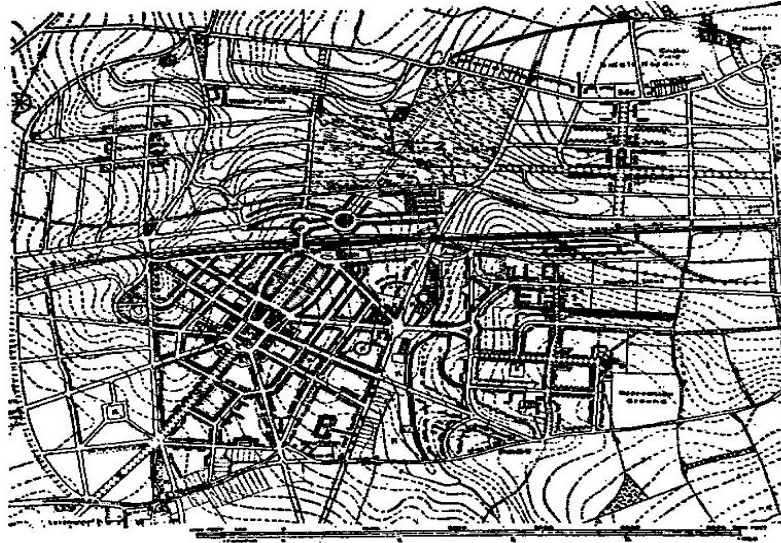


Fig. 16 – Plano da cidade de Letchworth. Uma das cidades-jardim inglesas construídas segundo os princípios de Ebenezer Howard



Fig. 17 – Vista aérea de Letchworth

O resultado foi Welwyn Garden City, 1919, cujo desenho - da autoria de Louis de Soissons - está muito perto do de Lethworth, mas o desenho dos vários grupos de casas têm uma ênfase arquitectónica mais forte, que reflectem os avanços conceptuais usados em Hampstead, (figs. 18 e 19).

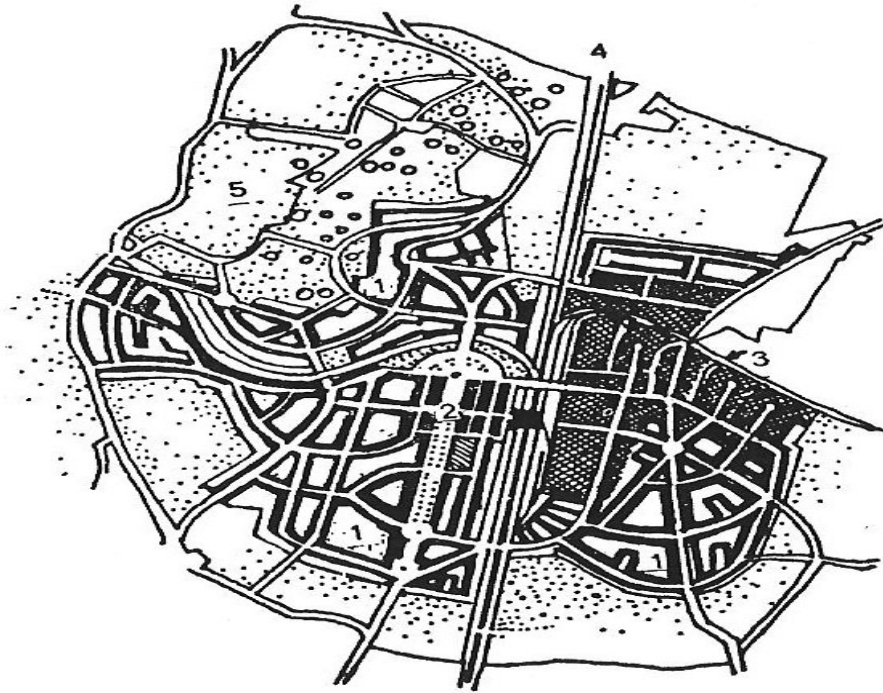


Fig. 18 – Cidade-jardim de Welwyn, aproximadamente a 30 Km de Londres (Welwyn Garden City), 1920. Segunda cidade projectada por Ebenezer Howard.

Planeada para 40 000 a 50 000 habitantes, divisão da cidade-jardim em quatro partes aproximadamente dois terços da superfície total foram destinados a zona residencial.

- 1 – Zona de habitações
- 2 – Centro comercial
- 3 – Indústria
- 4 – Caminhos de ferro
- 5 – Zonas verdes e agricultura

As numerosas experiências de cidade jardim, ou bairros residenciais de baixa densidade, projectados seguindo os modelos de Unwin farão evoluir as experiências de Letchworth, Hampstead e Welwyn.

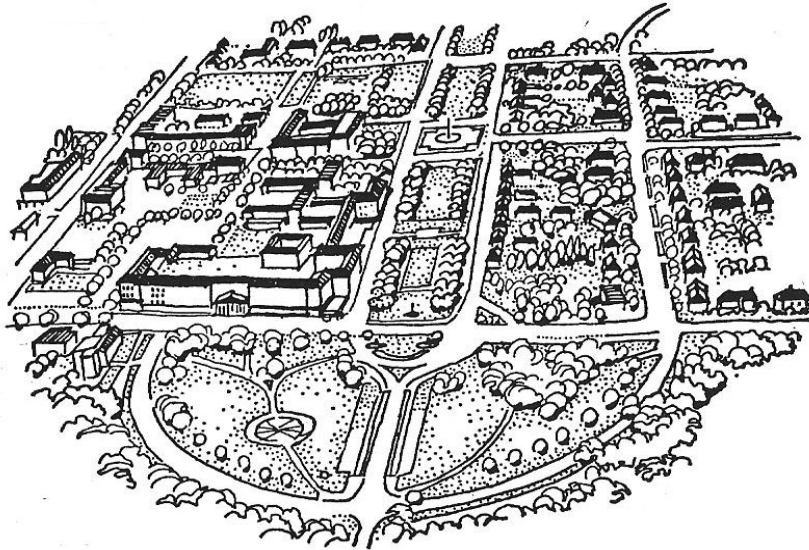


Fig. 19 – Perspectiva do representativo centro urbano da cidade-jardim de Welwyn

Será, todavia, em Radburn que se vai propôr a total separação entre a circulação de automóveis e de peões e a redução ao mínimo do logradouro privado em favor de um espaço livre público ou parque colectivo, no qual se dispõem as habitações agrupadas a duas.

O plano de Hampstead é mais limitado que o de Letchworth, mas a arquitectura muito mais forte. A diferença está no uso do “cul-de-sac”, que criava uma hierarquia de ruas, distinguindo-se as que davam acesso às casas individuais e zonas residenciais, das ruas de grande tráfego. Os “cul-de-sac” encorajavam a projectar grupos de casas com pátios, o que teve como consequência que cada casa tivesse tanto uma vista para o jardim, como para a rua. Satisfeito, mas não completamente, Howard começou a

procurar outros lugares onde pudesse concretizar o sonho da cidade jardim. Este novo esquema inovador e diferente, adapta a designação de “Implantação de Radburn”.

A crise económica dos anos 30 permitiu a conclusão de Radburn. Apenas ficou construído um fragmento de 400 habitações que testaria os princípios do projecto. Stein expôs esses princípios em cinco pontos: a substituição de quarteirões por blocos habitacionais, não cortados por vias; a hierarquização das ruas; separação da circulação de peões da circulação automóvel, criando uma rede de caminhos pedonais que se cruzam em desníveis com as ruas; orientação dos espaços principais das casas para jardins; criação de faixas de verdura formando um parque ramificado a toda a cidade. A superfície de jardins individuais é reduzida ao mínimo, em proveito de vastas áreas livres para a utilização pública e os desportos. O sistema de Radburn revolve necessidades de difícil compatibilização.

A utilização dos automóveis, permitindo-lhes o acesso directo à habitação, mas protegendo os habitantes dos seus perigos e inconvenientes, assegurava o isolamento da habitação e favorecia o aproveitamento colectivo de espaços livres e instalações desportivas. Por estas razões, parece oportuno considerar a cidade jardim, o impasse e a implantação de Radburn como momentos de ruptura com a cidade tradicional, propondo modelos alternativos para a cidade moderna.

Ebenezer Howard morreu em 1928 e as duas cidades jardins: Letchworth e Welwyn, atingiram uma população de 40.000 pessoas depois da 2ª guerra. A formulação de Howard foi adaptada em toda a Inglaterra, Europa e em todo o mundo do Ocidente. O processo de aceitação também envolveu, no entanto, um processo de transformação. Não é claro até que ponto Howard aprovaria planos feitos em seu nome ou mesmo que os reconhecesse como

sendo cidades jardins. Enquanto que Howard planeou dispersar todas as classes sociais das cidades em lugares de trabalho, em comunidades autónomas, as novas cidades têm sido usadas como satélites das grandes metrópoles, e têm-se tornado muitas vezes comunidades formadas exclusivamente por trabalhadores de um certo sector e não na diversidade que Howard formulou.

Para Corbusier a preocupação da eficácia manifesta-se antes de tudo na importância atribuída às questões de saúde e higiene, polarizadas em torno da necessidade de sol e de verde, preocupações que farão desdensificar o espaço, isolando os edifícios, que deixam de estar ligados uns aos outros, para se tornarem unidades autónomas rodeadas de ar, de sol e de verde (figs. 20 e 21).

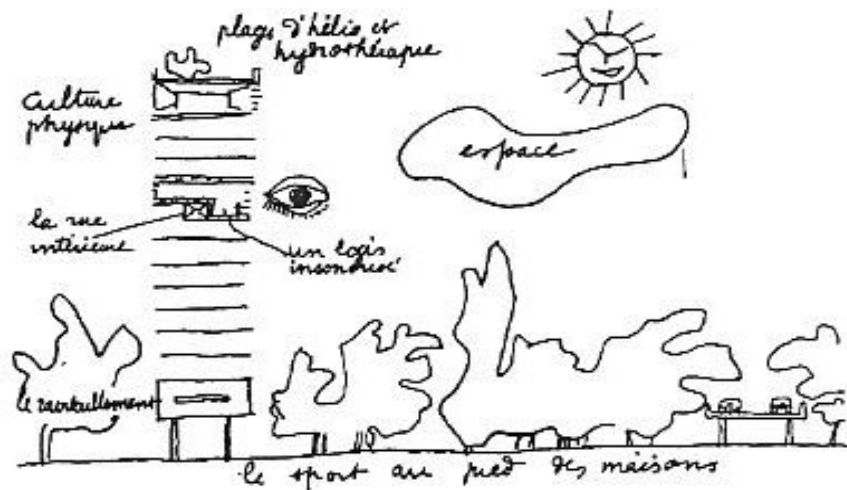


Fig. 20 – Esquema de uma unidade habitacional por Le Corbusier

Os edifícios da cidade radiosa ou “Ville Radiouse”. Cada um está directamente ligado ao verde e aos céu. As vias de circulação de tráfego automóvel estão elevadas para não perturbarem a circulação pedestre.

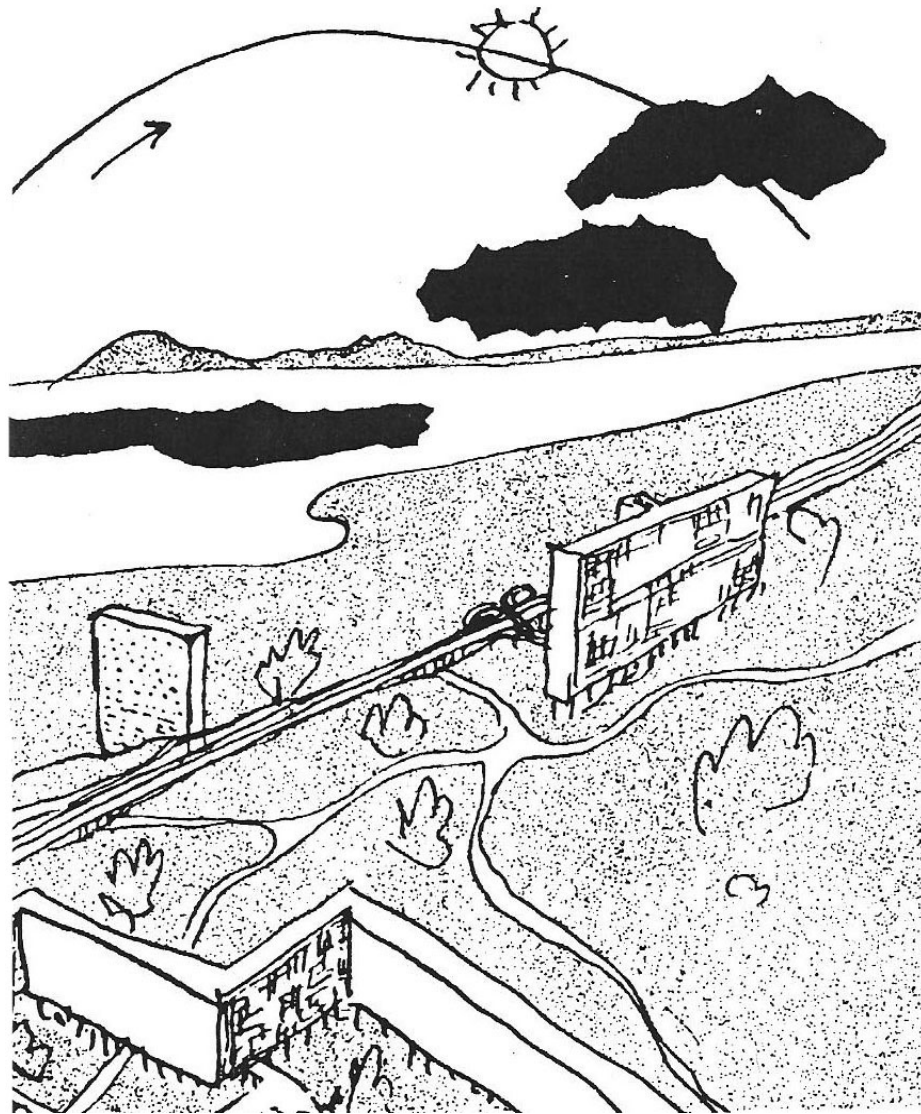


Fig. 21 – Esquízo de Le Corbusier

Os diferentes tipos de edifícios espalhados pelo espaço verde, constituem a cidade moderna. A paisagem da cidade nova dominada pelas cores do sol.

Em consequência deste facto, a rua tradicional é abolida. A construção em altura é preconizada pela maior parte dos urbanistas, substituindo-se os velhos imóveis baixos por um número mais reduzido de unidades, ou “pseudo-cidades verticais”, (figs. 22, 23, 24a e 24b).

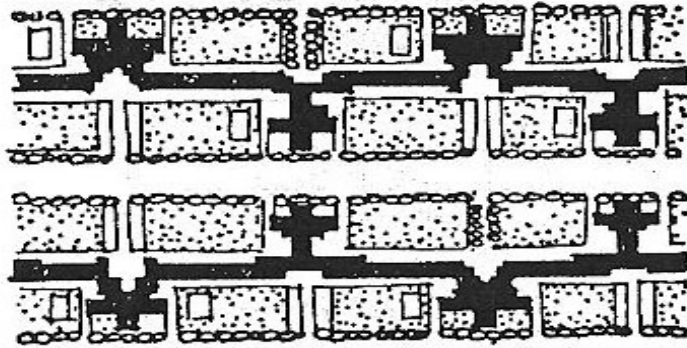


Fig. 22 – Proposta de Le Corbusier para uma zona residencial

Aqui, os princípios formulados na Carta de Atenas receberam o seguinte tratamento: blocos elevados compridos e dispostos recuadamente, com grandes superfícies verdes, jardins e zonas de recreio junto das habitações – “a cidade-jardim vertical”.

O espaço torna-se o fundo, onde se desenvolvem os edifícios/objecto. “A cidade transformar-se-á num parque” como antecipa Le Corbusier, e um dos grandes objectivos do urbanista deve ser criar entre a cidade e o campo, um contacto cada vez mais estreito.

Este espaço não deixa de ser governado por uma ordem rigorosa que responde a um novo nível de eficácia. A cidade industrializada é também um instrumento de trabalho e para que possa preencher esta função de instrumentalidade, deverá ser classificada e analisada.

Cada função deve ocupar uma área especializada: as zonas de trabalho são separadas cuidadosamente das zonas de lazer e estas das zonas de habitar; cada categoria é por sua vez dividida em subcategorias igualmente classificadas e ordenadas. A circulação é concebida como uma função separada do conjunto construído onde se insere.

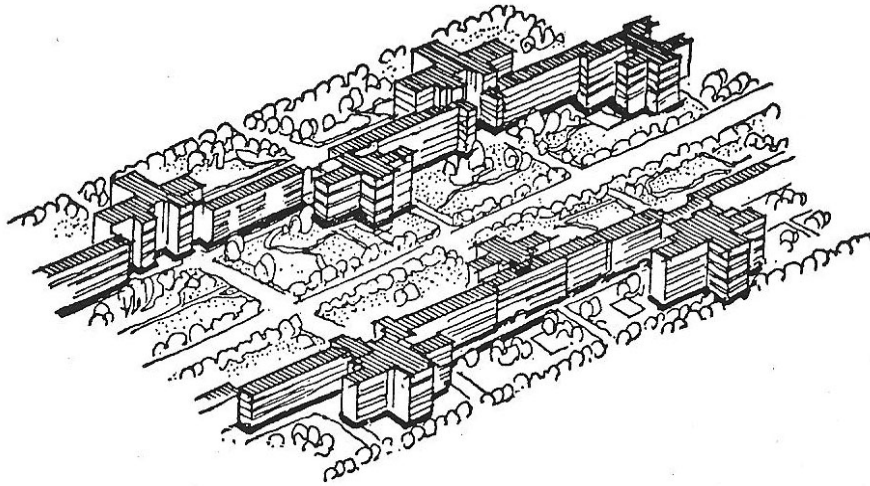


Fig. 23 – Perspectiva de um grupo de blocos de habitação da “cidade-jardim vertical” de Le Corbusier

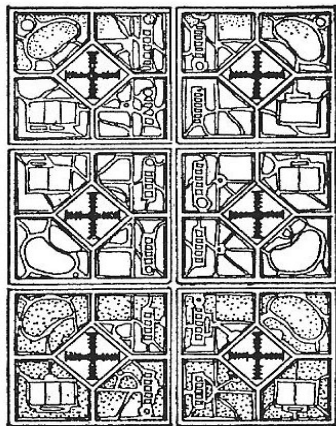


Fig. 24a – Solução de Le Corbusier para blocos de habitação elevados e dominantes

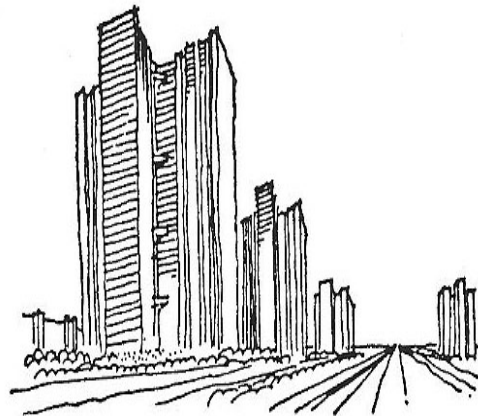


Fig. 24b – Perspectiva correspondente à fig. 24a

Como Le Corbusier diz “há independência recíproca dos volumes edificados e das vias de circulação. As auto estradas recortarão o espaço de acordo com a rede mais directa, mais simplificada, inteiramente ligada ao solo, mas perfeitamente independente dos edifícios que podem estar a maior ou menor proximidade” (Le Corbusier, Urbanisme), (fig 25).

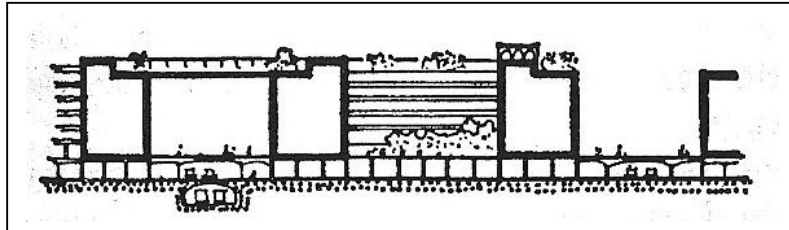


Fig. 25 – Proposta de Le Corbusier, 1915

Separação coerente entre o tráfego rodoviário e o de peões. Os edifícios repousam sobre pilares. A nível inferior dispuseram-se as canalizações de água, gás e calefação a distância. Uma antiga ideia de Le Corbusier, hoje frequentemente levada a cabo.

A rua não é portanto abolida somente em nome da higiene, na medida em que simboliza a “desordem circulatória”. O poder do automóvel acabaria por determinar a posição de grande número de projectos. Ressalve-se que a cidade dos CIAM é também uma cidade-espectáculo: a estética é um imperativo tão importante quanto a eficácia, para um grupo de arquitectos a quem a tradição europeia deu, em alto grau, uma formação de artistas, mas que, como homens que assumiam a modernidade, rejeitaram qualquer sentimentalismo com respeito ao legado estético do passado, (fig. 26).

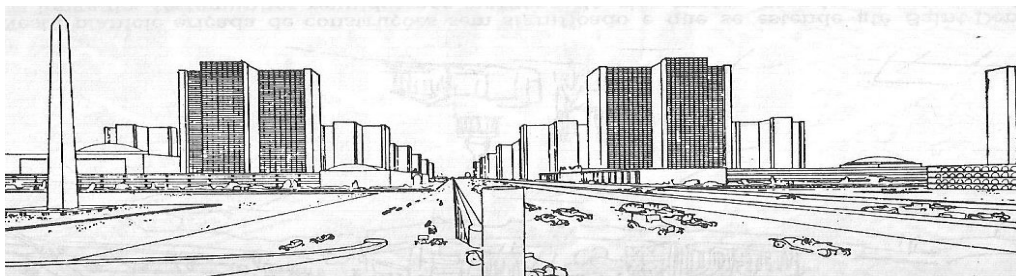


Fig. 26 – A Cidade Radiosa, Le Corbusier

Le Corbusier no seu plano para Paris, (figs. 10 e 11) “corta” sem hesitação o conjunto dos velhos bairros “pictorescos”, mantendo, só algumas construções como a Notre Dame, La Sainte Chapelle, Les Invalides, promovidas à função museológica.

É no estirador que estes urbanistas desenham as cidades. De acordo com os princípios do cubismo e do purismo racionalista, eliminam qualquer detalhe, em proveito de formas simples, despojadas do acessório, onde não haja particularidades visuais; de certo modo constrói-se à priori de qualquer comportamento social possível. A composição vai buscar o tema da fragmentação: organiza-se em torno de centros de visão múltiplos, cada um ordenado segundo os princípios de uma geometria simples. Esta torna-se o ponto de encontro do belo e do verdadeiro e a arte passa a ser regida por uma lógica matemática.

“A geometria é a base de toda a época contemporânea. As artes e o pensamento moderno, depois de um século de análise, procuram para além do facto acidental e a geometria conduz-los a uma ordem matemática” (Choay, 1992).

Esta geometria consiste essencialmente na disposição dos elementos cúbicos ou paralelepípedicos, segundo linhas rectas que se cortam em ângulo recto.

A ortogonalidade é a regra de ouro que determina as relações dos edifícios entre si e com as vias de circulação.

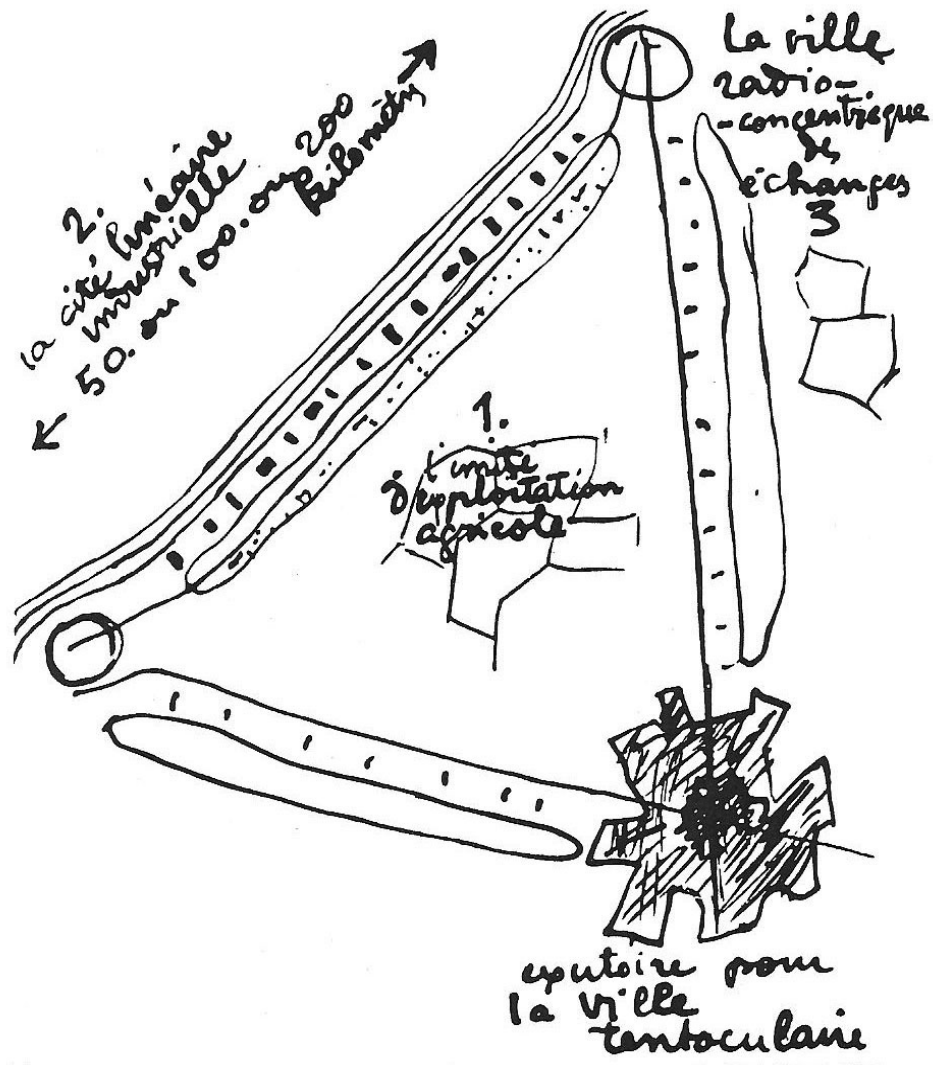
O mesmo funcionalismo e os mesmos princípios estéticos, inspirados por um idêntico racionalismo, presidem à concepção dos elementos da composição, ou seja dos edifícios repartidos pelo espaço.

Esta segunda fase, se bem que como a primeira tenha um sentido dogmático, foi bem mais generalista e menos relacionada com os problemas

prácticos inmediatos, se a compararmos com os CIAM de Frankfurt e Bruxelas.

“La generalización tuvo sus virtudes, allí donde aportó una mayor amplitud de visión y insistió en que las ciudades sólo debían ser consideradas en relación con sus regiones circundantes, pero esta persuasiva generalidad que confiere a la Carta de Atenas su aire de aplicación universal, oculta una concepción muy angosta tanto de la arquitectura como de la planificación urbana, y obligó inequívocamente a los CIAM a una rígida zonificación funcional de la planificación de ciudades, con cinturones verdes entre las zonas reservadas para las diferentes funciones y a un sólo tipo de vivienda urbana, expresado en palabras de la Carta como bloques de apartamentos altos y muy espaciados allí donde existía la necesidad de alojar una alta densidad de población. Treinta años más tarde, reconocemos en esto, meramente, la expresión de una preferencia estética, pero en su tiempo tuvo la fuerza de un mandamiento mosaico y en realidad paralizó la investigación respecto a otras formas de vivienda”. (Frampton, 1993).

A cada função corresponde um protótipo que exprimirá a verdade dessa função: unidades de habitação, unidades de trabalho, unidades de cultura do espírito e do corpo, unidades agrárias, unidades de circulação horizontais ou verticais, (fig. 27).



Les 3 établissements humains

Fig. 27 - "Les trois établissements humains". Desenho de Le Corbusier, 1947

Na medida em que se privilegia o indivíduo, mais do que a comunidade, as pesquisas recaem mais sobre o habitat. De um modo geral, dois tipos de habitat são considerados paralelamente: a casa baixa, individual ou reservada a um número de famílias, solução principalmente estudada pelos anglo-saxões e holandeses; por outro lado, é proposto o edifício de habitação colectiva, que corresponde ao ideal de uma sociedade moderna (figs. 28 e 29).⁽²⁾

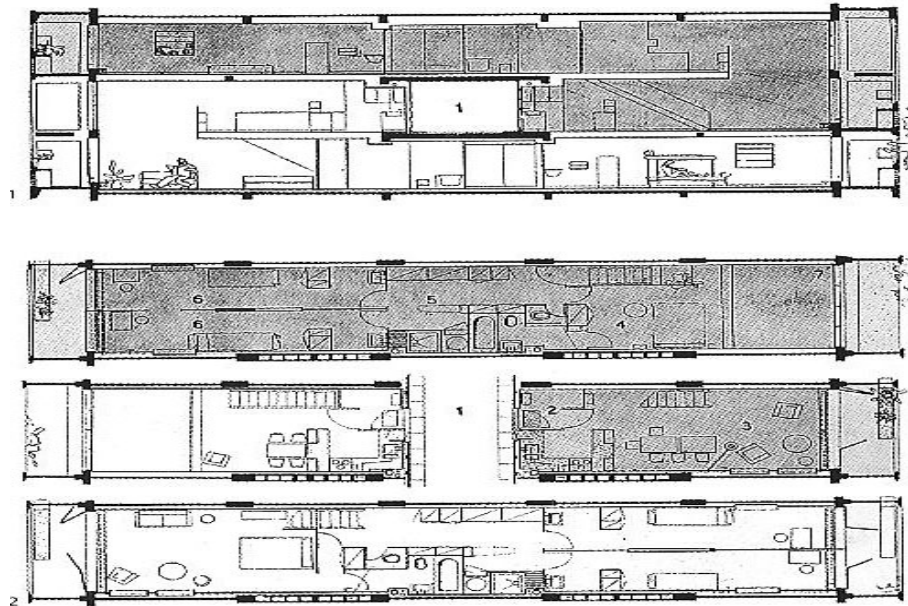


Fig. 28 - Le Corbusier, Unité d'Habitation – Marselha, França, 1947 – 1953

A planta revela as unidades estreitas, mas fundas. O engenhoso esquema de Le Corbusier tornou-se num modelo para muitos edifícios de apartamentos posteriores e continua a ser uma obra genial.

⁽²⁾ Le Corbusier concebeu um modelo elaborado deste tipo: a unidade de habitação ou cidade radiosa, realizada pela primeira vez em Marselha (1947-1952), antes de ser repetida em Nantes, Briey e Berlim. As funções são classificadas e intransformáveis, tornando-se forçoso para o ocupante adaptar-se ao esquema de circulação e modo de vida que um tipo de alojamento implica. Esta nova ordem material contribui para criar um clima mental particular: na medida em que foi concebida como uma expressão plástica da modernidade, suscita à primeira tentativa uma atmosfera de manifesto.

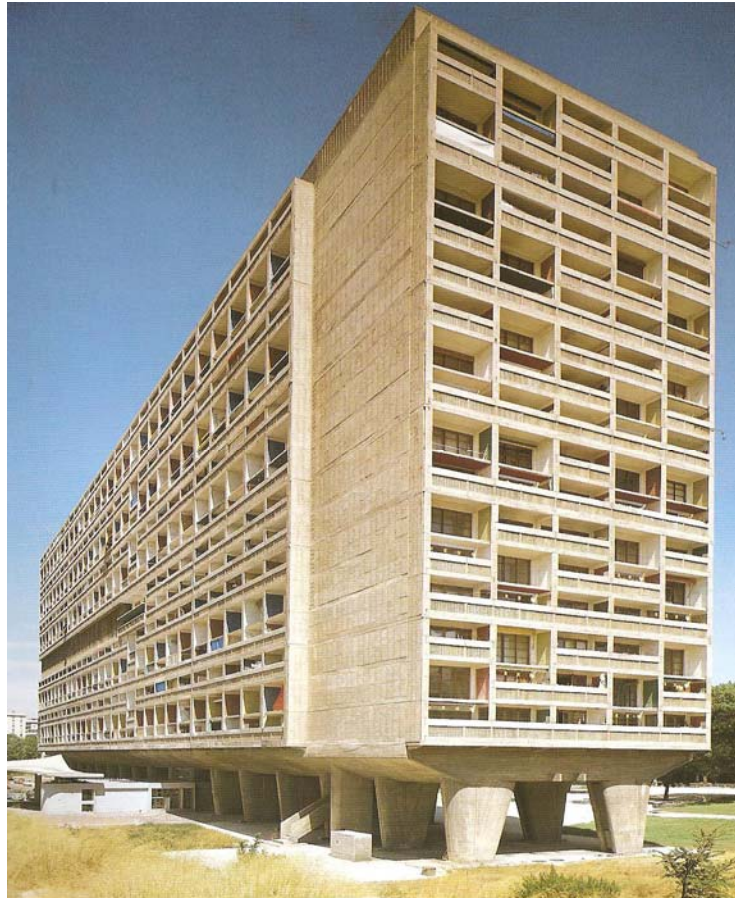


Fig. 29 – Le Corbusier, Unité d’Habitation – Marselha, França, 1947 – 1953

O bloco está ergido sobre pesados pilotis, libertando espaço a nível do chão. As 337 unidades de habitação e instalações sociais (como a área de recreio no terraço de cobertura, as lojas e hotéis a meia altura) tornam este projecto socialmente auto-suficiente. A secção transversal mostra como as unidades estão conjugadas, com cada apartamento dotado de um espaço de convívio de altura dupla, que dá para o campo.

A ruptura com o passado é assumida de modo agressivo e provocante, os novos valores (mecanização, padronização, rigor e geometrismo) são afirmados num estilo de vanguarda, exposto ao público, cuja adesão deve ser conquistada. Mas o não conformismo dos urbanistas progressistas é ameaçado por um novo conformismo: a intransigência, a sua recusa polémica para se abrirem para modos de vida humanos, eliminando todos

os riscos susceptíveis de prejudicar a organização teórica de um projecto, corre o risco de se transformar em academismo.

A inscrição, irremediavelmente fixada, de cada uma das actividades humanas em termos espaciais simboliza o papel reedificador do urbanismo. De facto, uma vez definido o espaço em termos de funcionamento, de produtividade, e de necessidades-tipo universais, que lugar é deixado para o campo indeterminado dos valores e dos desejos?

“Sob a supremacia do materialismo, a produção manual reduziu os homens ao nível de máquinas; a tendência que caracteriza a máquina (no sentido do desenvolvimento cultural) é o ser o extremo oposto, ou seja a libertação social.

Em termos políticos, esta libertação social não abarca unicamente o aspecto de uma maior economia a nível do trabalho, que a máquina permite, mas também a sua qualidade universalizante, abstracta.

“Porque é impessoal, a máquina obriga a uma certa igualdade entre os homens e conduz à evolução da arte rumo ao abstracto e ao universal... à realização, através de um esforço comum e de uma concepção comum, de um estilo colectivo”. (Jencks,1985)

A Carta de Atenas surgiu como um documento cujos preceitos pareciam ser a resposta rápida e eficaz aos problemas prementes com que então se deparava a cidade, como o fora o modelo da cidade de Jardim de Ebenezer Howard, nos finais do séc. XIX, (figs. 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19).

Assim preconizava a teoria, mas assim não foi a prática.

Nos anos 60 surgiram as primeiras críticas e protestos à prática e teoria dos princípios paradigmáticos da Carta de Atenas. O funcionalismo como nota dominante dos planeadores da Cidade Moderna parecia não funcionar,

traduzido pelo descontentamento dos moradores, e manifestado na falta de conforto físico, ambiental e ironicamente até funcional. A arquitectura corria o risco da descontextualização, do desrespeito pela morfologia do terreno e pelo desprezo total pelas culturas locais onde se inseria: a apologia do funcional, do “zonamento ” e do edifício isolado dominavam a praxis do urbanismo. O espaço urbano era o espaço que restava após a implantação do edificado.

Não se fizeram esperar por muito tempo reacções críticas, que viriam a ser vitais para a teorização sobre o planeamento e urbanismo, em geral, e do desenho urbano, em particular.

As exigências políticas radicais dos primeiros CIAM começam a ficar abandonadas e, se bem que o funcionalismo se mantenha como um credo geral, uma ponta de um véu neocapitalista aparece em princípios que eram tão “racionalistas” como “irrealizáveis”, na sua maior parte. (Frampton,1993)

É no V congresso que se dá enfogue a este aspecto e nesta ocasião, os CIAM estavam dispostos a reconhecer não só o impacto das estruturas históricas, como também a influência de cada região em que a cidade poderia estar situada.

Apesar das preocupações agora manifestas pelas qualidades concretas do lugar, a velha guarda dos CIAM não deu sinais de ser capaz de focar de modo realista a complexidade da problemática urbana do pós-guerra, que resultou como que os novos membros do CIAM, gente mais jovem, se mostrassem cada vez mais inquietos e desiludidos.

1.3 O TEAM X

O momento mais decisivo deu-se no IX CIAM (1950), quando esta mesma geração mais nova dirigida por Alison e Peter Smithson e Aldo Van Eyck questionaram as quatro categorias funcionalistas da Carta de Atenas: viver, trabalhar, lazer e transportes, (fig. 6).

O casal Smithson, Van Eyck, Jacob Bakema, Georges Candilis, Shadrach Woods, John Voelcker e William e Jill Howell investigaram os princípios estruturais do crescimento urbano, como estrutura superior, mas inserida na habitação.

Contra o modelo “simplista” da velha guarda responderam com uma proposta mais rica e complexa que na sua opinião responderia melhor às necessidades de identidade de uma população.

Opõem-se ao racionalismo da cidade funcional, encontrando um caminho que relacione de um modo mais preciso a relação entre a forma física e as necessidades socio-psicológicas.

“El hombre puede identificar-se fácilmente com su próprio hogar, pero tanto com la población en la que éste se encuentra situado. Pertencer es una necesidad básica emocional y sus asociaciones son del orden más simple. De pertencer identidad – proviene el sentimiento enriquecedor de vincidad. La calle corta y angosta del barrio mísero triunfa allí donde una redistribución espaciosa fracasa” (Frampton, 1993).

Esta declaração tornou-se o tema básico do CIAM X (Dubrovnik, 1950) e último, pois este grupo ficou conhecido a partir deste último encontro, como TEAM X. Identidade e associação tornaram-se conceitos fundamentais para este grupo, (fig. 30).

Às quatro funções aplicadas à Ville Radieuse, (fig. 40) como viver, trabalhar, lazer e transportes, os Smithson opuseram-se com categorias mais fenomenológicas como a casa, a rua, o bairro e a própria cidade.

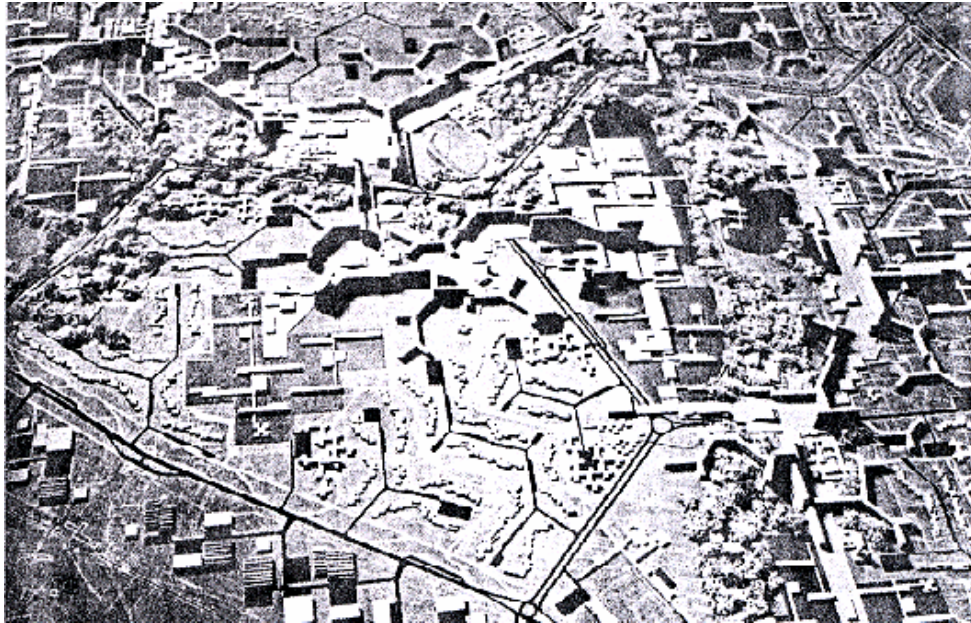


Fig. 30– Candilis, Josif e Woods: a visão do TEAM X em Toulouse-le-Mirail, França, 1961
Maquete

No seu projecto para Golden Lane (Inglaterra, 1952), a casa era, sem dúvida, a unidade básica da habitação familiar; a rua era, claramente, um sistema de acesso elevado de galerias e o bairro e a cidade eram compreendidas como unidades de identidade, cujo reconhecimento ia para lá da mera forma física, (figs. 31 e 32).

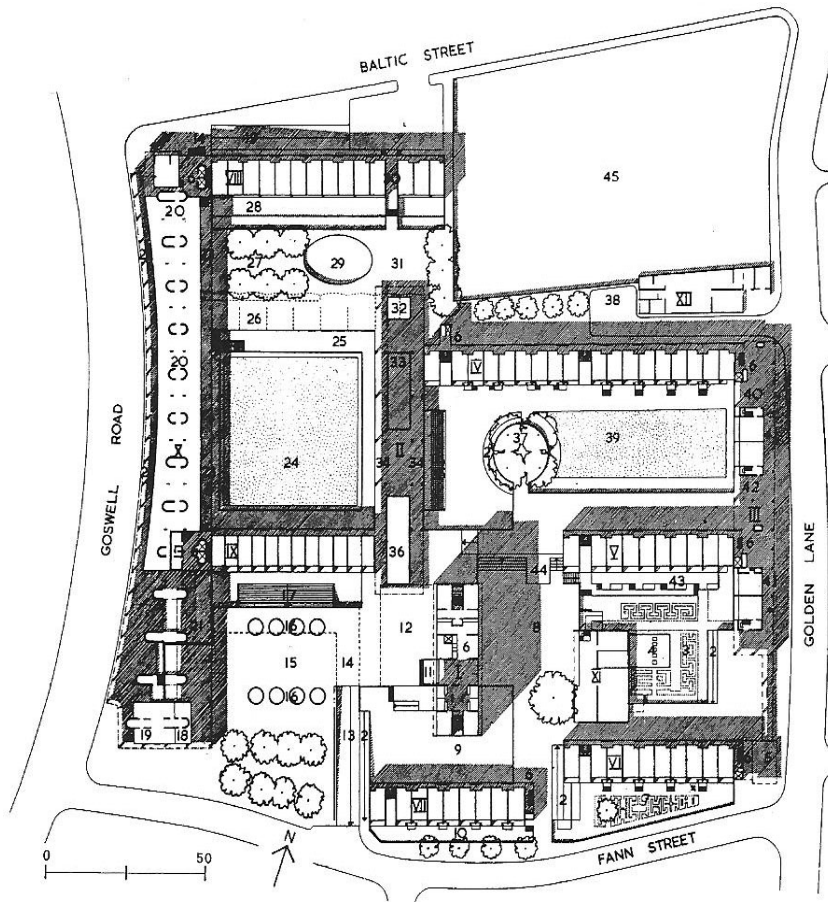


Fig. 31 – Planta do quarteirão do projecto “Golden Lane”: projecto previsto para 1 400 habitantes, realizado para London Coutry Council em 1954

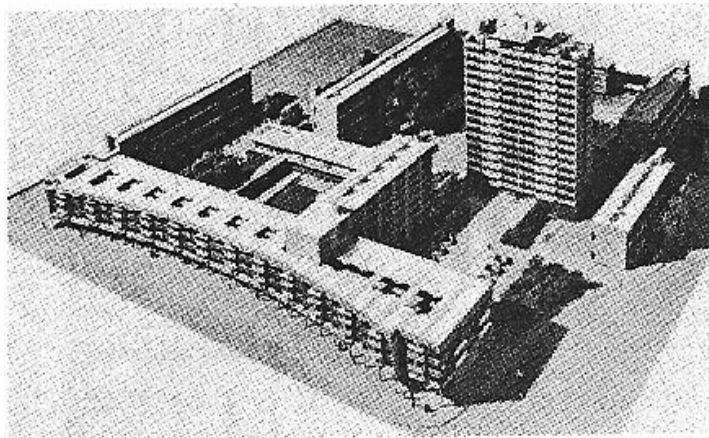


Fig. 32 – Quarteirão Golden Lane - Maquete

Dos nomes não menos sonantes do TEAM X, foi Bakema – Projecto para Telaviv em 1963, o projecto para Amesterdão e o projecto para Leewarden em 1958, juntamente com Van den Broek, (figs. 33, 34, 35, 36, 37 e 38).

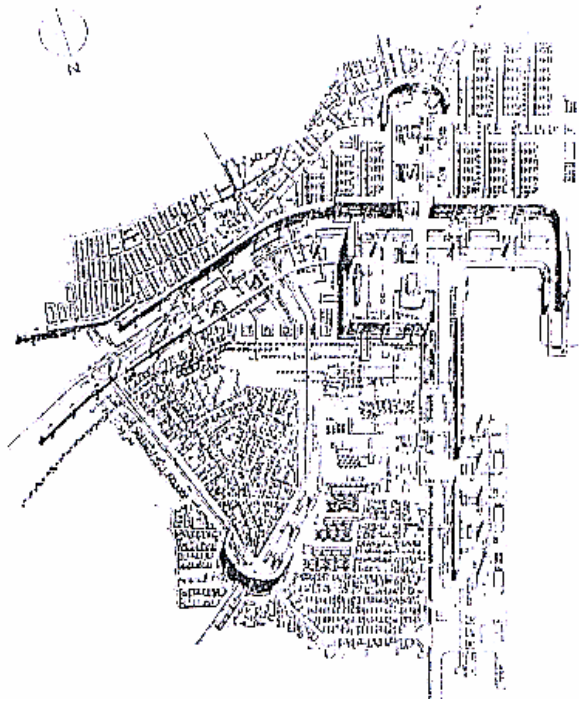


Fig. 33 – Proposta para Telaviv, 1963, de Bakema e Van den Broek

Apesar de, juntamente com o casal Smithson, Bakema se preocupar com o sentido de estabelecer uma noção de lugar, na arquitectura, acabaram por criar uma obsessão num objectivo de mobilidade de massas, cuja consequência foi uma apropriada contraforma arquitectural. (Frampton, 1993)

O pluralismo essencial do TEAM X encontrou um reflexo directo em Aldo Van Eyck, que dedicou todo o seu trabalho à evolução de uma “forma de

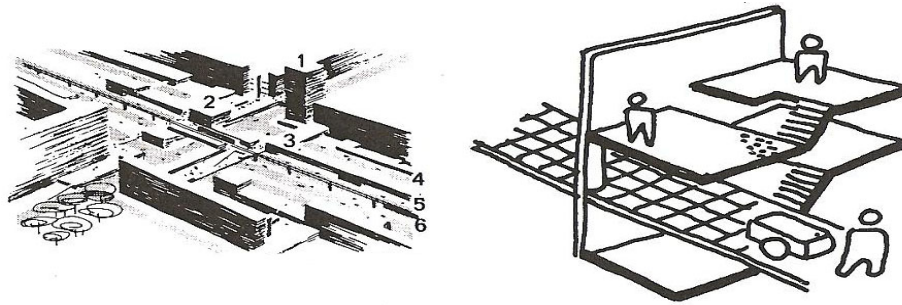


Fig. 36 – Projecto de Amesterdão-Este. Detalhes de articulação entre as unidades de habitação, com a separação dos diferentes níveis.

1 – Edifício de grande altura

2 – Edifício de altura média

3 – Parque do monorail

4 – Estrada de serviço

5 – Monorail

6 – Auto-estrada

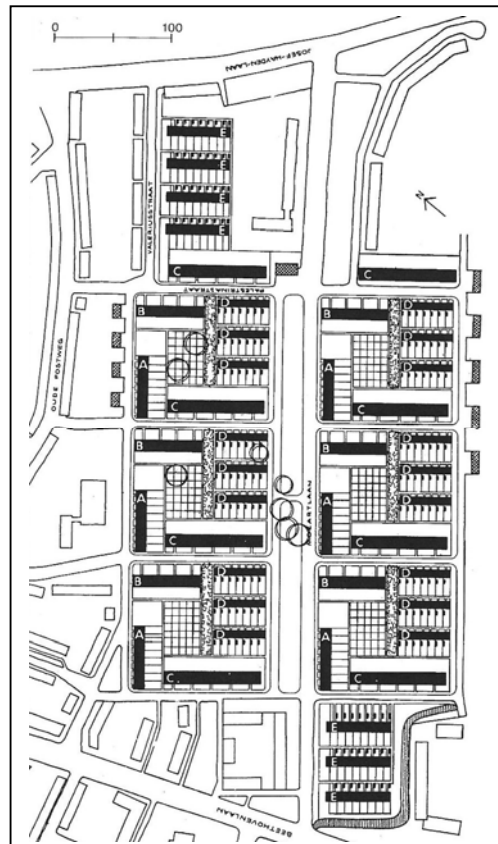
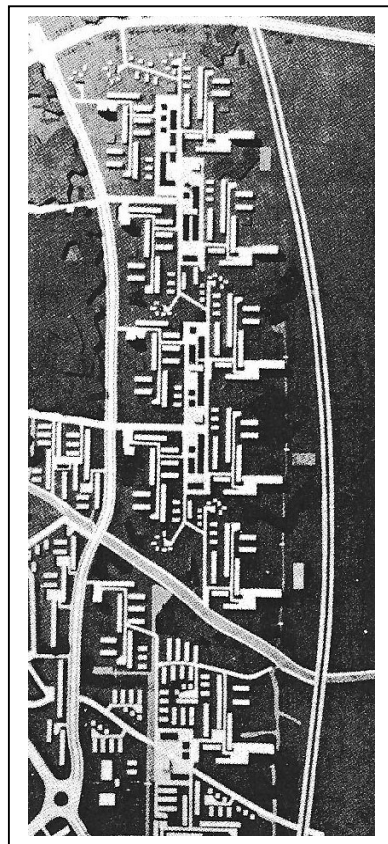


Fig. 37 e 38 – Bakema e Van den Broek: projecto para Leewarden, 1958

Os edifícios de diferentes tipos e uma série de combinações repetem-se: unidade de habitação.

Nos inícios dos anos 60 Van Eyck preocupou-se em mediar simbolicamente fenómenos tão universais como interior “versus” exterior, casa e cidade.

Mais tarde, em 1966, o que havia sido entusiasmo transformou-se em motivo de desespero.

A intensa evolução urbana convenceu Aldo Van Eyck que a arquitectura se mostrou até ao momento incapaz de criar uma estética e uma estratégia para fazer face às realidades urbanas de uma sociedade massiva. As suas dúvidas quanto à capacidade dos arquitectos para satisfazer as necessidades pluralistas da sociedade, sem a medição e a intervenção do elemento vernáculo, levou-o a pôr em causa, a autenticidade desta mesma sociedade, quando questionou: “Si la sociedad no tiene forma, como pueden construir los arquitectos su contraforma?”.

Em 1962 os Smithson publicaram “TEAM X PRIMER”, e a partir de agora o TEAM X continuaria a sua crítica só nominalmente, pois o que havia sido considerado como crítica criativa já tinha deixado o seu eco.

À excepção de alguns nomes como o norte americano Shadrach Woods e o italiano Giancarlo de Carlo, pouco havia a realizar, no tocante à reinterpretação do que já havia sido alvo de crítica.

A proposta de Woods, para o concurso de Frankfurt – Romerberg em 1963, (fig. 39), foi uma resposta directa aos apelos de Van Eyck, em prol de uma cidade “não funcional e racional”, pois a orientação da proposta de Woods parecia ser uma cidade em miniatura no centro medieval destruído na segunda guerra: Woods, juntamente com Manfred Schiedhelm, propôs uma configuração labiríntica de lojas, espaços públicos, oficinas e casas, apoiada por uma área de dois pisos com serviços e estacionamento.

Esta proposta para Frankfurt ilustra bem a oposição da malha “orgânica” de Woods “versus” a malha ortogonal dos Smithson para Berlin, ou mesmo a de Bakena para Telaviv, (fig. 33).

Ainda que não tenha passado de uma proposta, foi talvez a maior realização de Woods e é provavelmente um dos protótipos mais importantes representado pelo TEAM X.

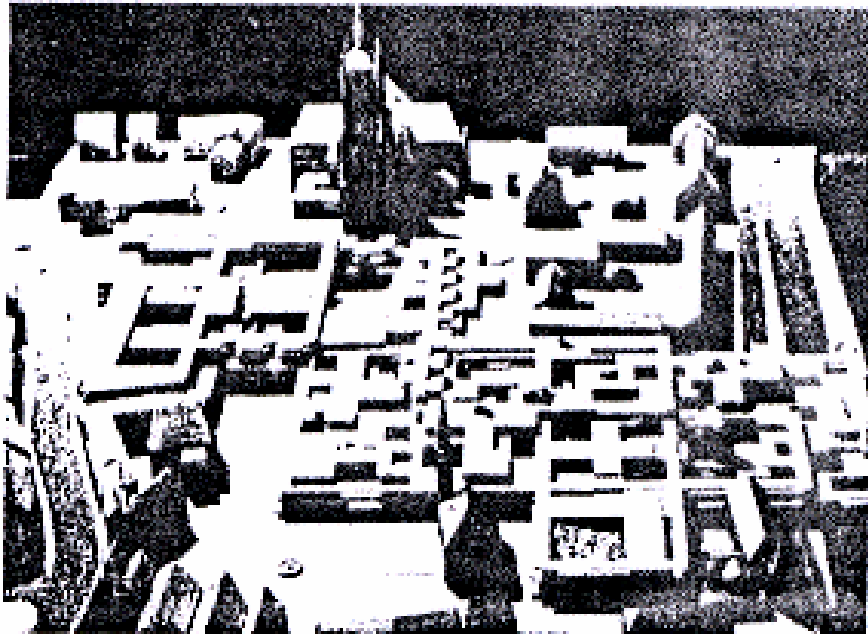


Fig. 39 – Candilis, Josic e Woods: projecto para Frankfurt – Romerberg, 1963
Maquete

Mais tarde, em 1964 a ideologia da proposta de Woods para Frankfurt teve o seu complemento no plano para Urbino, da autoria de Giancarlo de Carlo: a tónica reside nas técnicas de preservação e reabilitação que acomodam novas estruturas. Com De Carlo, o TEAM X atingiu a antítese completa das propostas ortogonais da Ville Radieuse, (fig. 40).

A reutilização do já existente foi confirmada como uma posição política do estudo sobre a habitação, que demonstrou que apesar da existência de altas

densidades habitacionais, serão necessários muitos anos para que as novas habitações cheguem a compensar a carência da habitação.

Considerações deste tipo levam o TEAM X a precipitar-se no campo da política.

De Carlo torna-se um reivindicador consciente na Trienal de Milão em 1968, quando escreveu a sua análise da evolução ideológica da arquitectura moderna, com o título “Legitimizing Architecture”, e onde reviu as consequências das declarações do CIAM de 1928.

“Hoy, cincuenta años después del Congreso, vemos que aquellas propuestas se han convertido en casas, vencidarios y suburbios, y después en ciudades enteras, manifestaciones palpables de un abuso perpetrado primero com los pobres y después incluso com los no tan pobres; coartadas culturales para la más feroz especulación económica y la más obtusa ineficiência política.

Y sin embargo, a todos estos por qué tan alegremente olvidados en Frankfurt todavía les cuesta salir abiertamente a la superficie. Al mismo tiempo, tenemos el derecho de preguntar porqué la vivienda debe ser tan barata como resulte derecho de preguntar porqué la vivienda debe ser tan barata como resulte posible y no, por ejemplo, bastante cara; por qué en vez de hacer toda clase de esfuerzos para reducirlas a mínimos niveles de superficie, de grosor y de materiales, no tratados de hacerla espaciosa, protegida, comfortable, bien equipada, rica en oportunidades para la intimidad, la comunicación, el intercambio y la creatividad personal. En realidad, nadie puede quedar satisfecho por una respuesta que apela a la escasez de recursos disponibles, cuando todos sabemos quanto se gasta en guerras, en la construcción de misiles y sistemas antibalísticos, en proyectos lunares, en investigación para la defoliación de selvas habitadas por guerrilleros y para la paralización de los manifestantes que salen de los

ghetos, en la persuasión oculta, en la invención de necesidades artificiales, etc”.(Frampton, 1993)

O Maio de 68 com a revolução estudantil foi, para De Carlo, não só um culminar necessário da crise da educação, mas um reflexo das disfunções mais profundas e mais significativas da prática da sociedade em geral e da arquitectura e teorias arquitectónicas em particular.

Estas disfunções serviram com frequência para mistificar a malha do poder e exploração que invadia a sociedade.

Os críticos da sociedade ocidental consideram estes protestos, nomeadamente a nível do urbano, como por exemplo a renovação urbana, uma etiqueta para afastar os pobres dos centros das cidades.

Em meados da década de 60, este problema, se bem que acabe por escapar à maioria dos membros do TEAM X, à excepção de Aldo Van Eyck, Woods juntamente com De Carlo, deu a impressão de preferir ignorar a destruição do legado urbanístico, em nome da especulação imobiliária.

Neste contexto, as capacidades criativas e críticas do TEAM X não conseguiram ir mais além. Paradoxalmente, o que hoje resta não é tanto o vigor ou a visão da sua obra arquitectónica e urbanística, mas mais o poder da sua crítica sugestiva e cultural.

CAPÍTULO 2

Do enquadramento teórico à prática

2.1. Os anos 60 e 70

As críticas mais consistentes surgiram nos finais dos anos 60 e 70, e vários autores poderiam ser citados como intervenientes neste processo crítico/teórico que começou mesmo a ter variantes metodológicas científicas.

“Evidenciou-se a falácia de se assumir um modelo de Homem Universal e reduzir a vida urbana a quatro variáveis: habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e espírito. Que os seres humanos não são máquinas de comportamento amoldável e totalmente previsível foi comprovado a duras penas pela população usuária das intervenções modernas. Os urbanistas inspiravam-se em visões simplistas do urbano, colhendo os paradigmas de Le Corbusier, da Cité Contemporaine (1992) e Ville Radieuse”, (fig. 40). (Choay, 1992) ⁽³⁾

Estas críticas tiveram viva voz de uma série de pessoas. Nomes como Caniggia ⁽⁴⁾, Kenneth Frampton, Robert Venturi, Peter Blake, Charles Jencks, Christopher Alexander, Jane Jacobs, Kevin Lynch, Gordon Cullen,

⁽³⁾ A habitação modelo de Le Corbusier agrupa 337 apartamentos de 23 tipos diferentes, desde o pequeno apartamento para o celibatário, ou para o casal sem filhos, até o grande apartamento para famílias de 3 a 8 filhos. Os apartamentos agrupam-se ao longo de corredores chamados “ruas interiores” situados no eixo longitudinal do edifício. A unidade é servida por cinco, ruas interiores, sobrepostas. A metade da altura do edifício fica à rua do Comércio. No último andar ficam uma creche e uma escola que comunicam directamente com o jardim do terraço reservado às crianças. O terraço forma um jardim suspenso e abrange uma sala para desportos, uma pista de corrida de 300m, um bar-restaurante, etc.

Amos Rapoport, Norberg-Schulz, Carlo Aymonino, Aldo Rossi, Rob Krier, fazem parte de uma lista, cuja argumentação teórica teve um valor inquestionável para a prática do urbanismo.

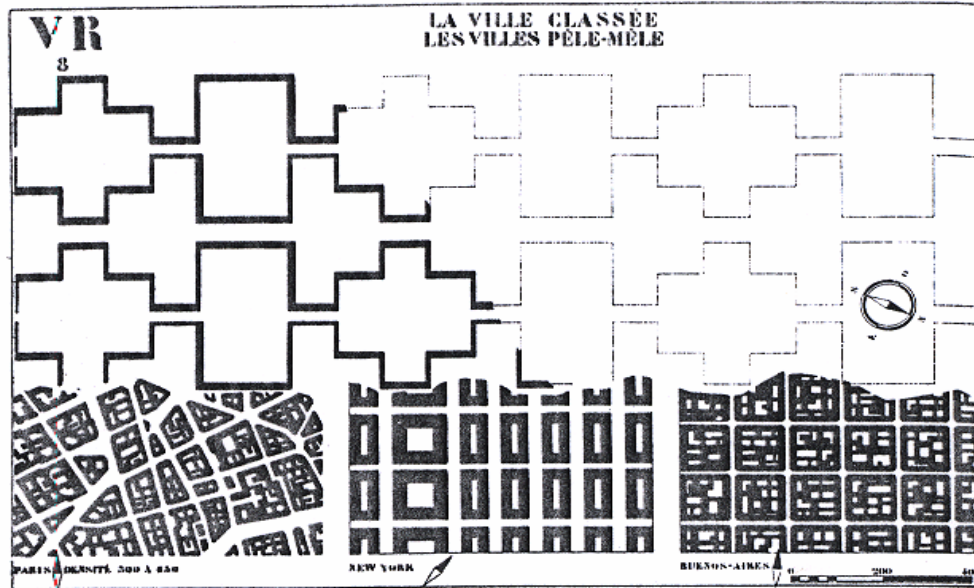


Fig. 40 – A “Ville Radieuse”, de Le Corbusier (1930-38): Quatro diagramas diferentes para a mesma escala.

Não constitui objecto deste capítulo uma descrição exaustiva de todos os aspectos e críticas que caracterizam este período.

Seleccionam-se apenas nomes e obras consideradas relevantes para a sustentação de uma base ideológica e teórica, subjacente á crítica da cidade moderna, através das suas diferentes expressões, quer ideológicas, quer formais.

⁽⁴⁾ “Giafranco Caniggia publicó entre 1979 y 1984 los dos primeros volúmenes de *Composizione Architettonica e Tipología Urbanística*, se trata de una obra madura, producto de más de veinte años de investigación y docencia, primero como asistente de Saverio Muratori en Roma y desde 1959 como profesor en la Facultad de Arquitectura de Florencia. El primer volumen procede de las clases dictadas en Florencia en el curso 1975-76; el segundo incluye los resultados de los trabajos realizados hasta el año 78-79 en las Facultades de Florencia y Génova donde también son impartidos estos cursos”. (Una Teoría Arquitectónica de la Ciudad, Estudios tipológicos de Gianfranco Caniggia, Valdivia, José Luque).

Christopher Alexander em “A cidade não é uma árvore ”(1967), faz uma crítica à visão com que o Movimento Moderno urbanizava a cidade: como sendo uma estrutura em “árvore”, estrutura esta que ignorava simplesmente a complexidade da vida urbana e a sobreposição de sistemas no mesmo espaço, (figs. 41, 42, 43, 44, 45, 46 e 47).

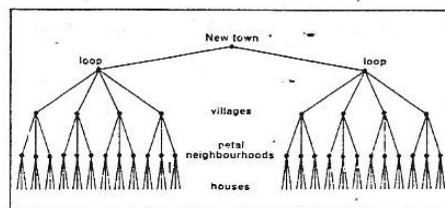
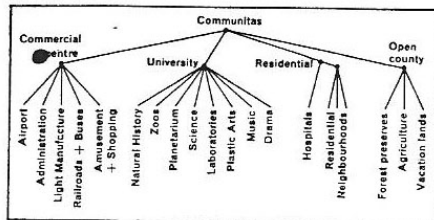
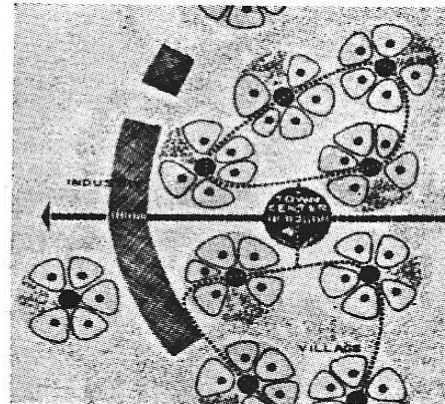
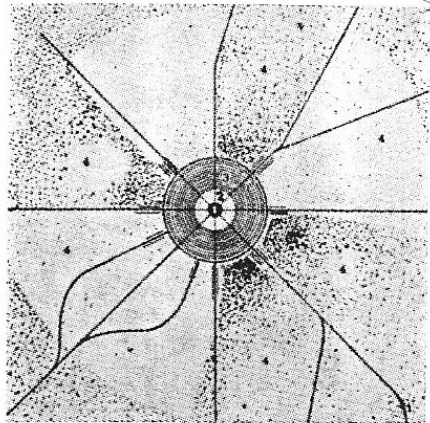


Fig. 41 – Communitas, Percival e Paul Goodman

Communitas está explicitamente organizada como uma árvore. Divide-se em quatro zonas concêntricas, sendo a situada mais ao centro numa zona comercial e as seguintes, respectivamente, uma universidade, uma zona comercial, uma zona residencial e hospitalar e um espaço livre. Cada uma destas zonas subdivide-se por sua vez.

Fig. 42 – Columbia, Maryland, Estudos Comunitários e Estudos de Desenvolvimento, Inc.

Bairros em grupos de cinco, formando aldeias. Os meios de transporte e as vias de circulação reúnem estas aldeias numa cidade nova. O tipo de organização é uma árvore.

Alexander defendia a teoria da reticula “Pattern language”, como via de garantia da permanência da qualidade, versatilidade e complexidade urbanas, no espaço e no tempo.

Estes padrões de linguagem permitiriam uma “maneira intemporal” de construir, ou seja de reproduzir finalidades reconhecidamente existentes na arquitectura vernacular e nos assentamentos tradicionais.

Para isso são discutidos 253 padrões (dimensões ou metas) de desenho, englobando temas que vão desde o planeamento regional até detalhes de ornamentação e iluminação dos edifícios. Este texto é o mais importante de uma série iniciada sobre a definição teórica de “uma maneira intemporal de construir”. Alexander distingue entre cidades “naturais” e “artificiais”; as primeiras crescem naturalmente, espontâneamente e as segundas são criadas por planos ou projectos. As cidades medievais incluem-se no primeiro grupo e cidades como Chandigarh (fig. 43) Brasília (fig. 44) ou as novas cidades britânicas (fig. 45) incluem-se no segundo grupo, pois compõem-se de unidades distintas, que seguem o modelo em “árvore”, enquanto que nas cidades “naturais” os diferentes elementos que compõem a cidade se interpenetram numa relação recíproca, (figs. 46 e 47).

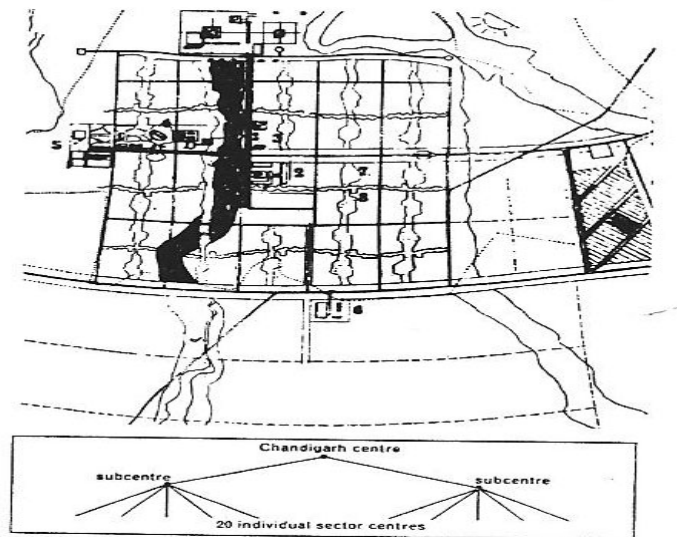


Fig. 43 – Chandigarh (1951), Le Corbusier

Toda a cidade é servida por uma zona comercial situada no centro e ligada ao centro administrativo que se encontra no topo. Dois centros comerciais subsidiários estendem-se ao longo das vias principais, no sentido norte-sul. Subsidiárias com estas são as demais comunidades administrativas e centros comerciais, uma para cada um dos vinte sectores da cidade.

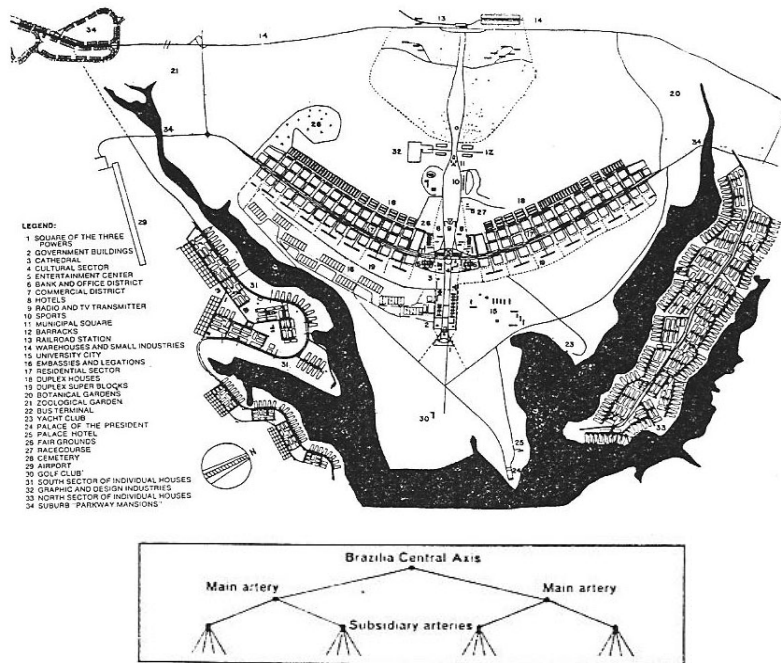


Fig. 44 – Brasília - Lúcio Costa

Toda a forma de Brasília, gira em torno de um eixo central, e cada uma das suas metades é servida por uma única artéria principal. Esta artéria principal é, por sua vez, alimentada por artérias paralelas. Finalmente, estas são alimentadas pelas vias que rodeiam os próprios superblocos. A estrutura é a de uma árvore.

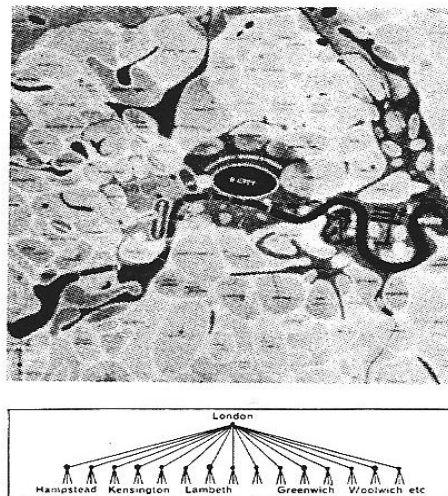


Fig. 45 – Plano de Desenvolvimento de Londres, 1943 – Abercrombie e Forshaw

O desenho mostra a estrutura concebida por Abercrombie para a cidade de Londres. Esta estrutura é construída por um grande número de comunidades, cada uma delas separada nitidamente das comunidades adjacentes. A cidade é concebida como uma árvore, com dois níveis principais. As comunidades constituem as unidades mais vastas da estrutura, as sub-unidades menores são os bairros. A estrutura é a de uma árvore.

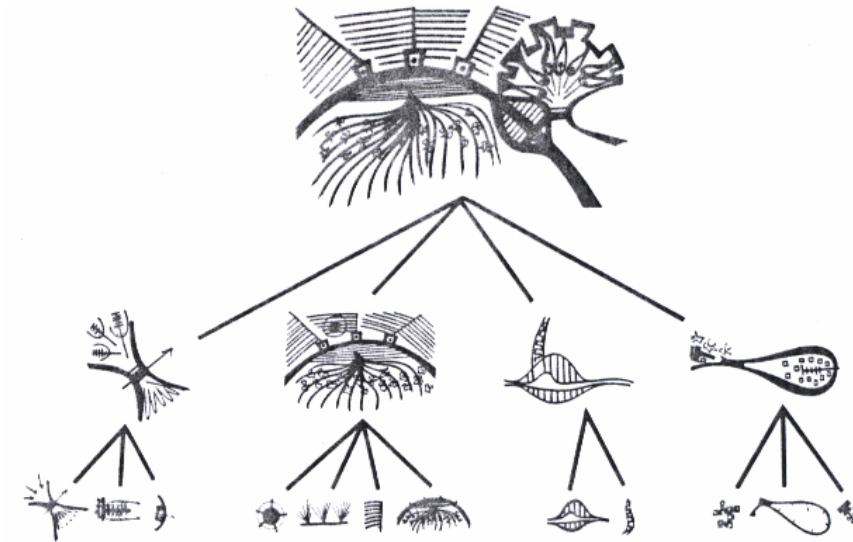


Fig. 46 - Christopher Alexanser: Diagrama para uma aldeia Índia, 1962

A forma reflecte um grande número de parâmetros que se revelam interessantes

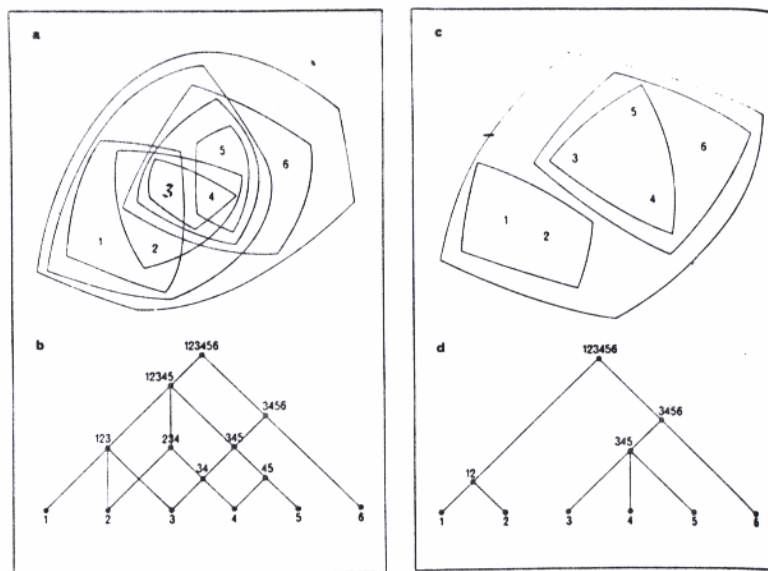


Fig. 47 – Christopher Alexander: semi-entrelaçamento em “árvore”

O primeiro corresponde a cidades orgânicas e o segundo representa a cidade moderna, sem diversidade e sobreposição.

Jane Jacobs em “**The Dead and Life of Great American Cities**” (1962), expõe uma crítica ao planeamento da Cidade Moderna, à sua prática e resultados. Exaltando a vida e as qualidades de lugares como Greenwich Village, em Nova Iorque, Jane Jacobs defende basicamente os aspectos da vida comunitária, como a segurança e os contactos sociais nas áreas públicas, a necessidade de diversificação e de concentração de usos, as implicações sociais dos tamanhos dos quarteirões e as suas densidades. A autora reflecte sobre as razões para o declínio dos centros urbanos e algumas condições importantes para a sua regeneração.

A multifuncionalidade é a grande proposta desta autora, que contesta os postulados da Carta de Atenas e critica as tão paradigmáticas “cidades-jardins”. A necessidade principal das grandes cidades residiria assim na mistura de funções. Na rua, no bairro, na cidade, na metrópole ou na região, a integração de várias funções é de maior importância na estabilização do organismo social e económico.

Segundo Jacobs, os urbanistas erram ao quererem prever tudo com antecipação e defende estruturas de uso versáteis e adaptáveis às necessidades que surgem ao longo do tempo.

A rua deveria ser o lugar primordial para os contactos sociais quotidianos. Os passeios formariam espaços públicos adaptados às necessidades sociais do dia à dia.

Bastariam passeios com 10 a 12 m de largura para as actividades infantis, existência de árvores, trânsito pedonal e contacto social para adultos. A autora afirma que é nos parques públicos, sem contacto social nem vigilância, que se nota maior incidência de delinquência juvenil.

Jane Jacobs é partidária do modo de vida urbano, uma apologista da megalópolis, em detrimento dos subúrbios e das cidadezinhas provincianas. As suas pesquisas, embora realizadas com um espírito mais passional que

científico, fundamentam-se em informações sociológicas profundas. As ideias contidas na sua obra contribuíram, nos Estados Unidos, para a criação de uma nova corrente pró-urbana e inspiraram, em parte, a remodelação do centro de grandes cidades como Boston .

J. Jacobs demonstraria também o efeito redutor da extensão das periferias e subúrbios, sem forma e sem estrutura.

Jane Jacobs aproximava-se das questões da morfologia urbana e dava um dos primeiros passos no sentido da recuperação das formas tradicionais do urbanismo.

Kevin Lynch com “**A imagem da cidade**” (1960) vai chamar a atenção para novos conceitos de análise e de actuação sobre a forma urbana, ao introduzir a maior participação dos cidadãos, através da investigação no campo da psicologia, especialmente na percepção do meio ambiente.

As suas teorias são sempre provenientes de análises de comportamento, de valores e de imagens públicas.

A parte mais relevante no seu trabalho refere-se à demonstração do interesse que para os cidadãos constitui a imagem da cidade, alargando tal interesse para fora do campo profissional: a imagem é determinante para o comportamento social e psicológico dos habitantes.

Mais, Lynch demonstra a existência de uma imagem colectiva-denominador comum das inúmeras imagens pessoais de cada habitante e estabelece os métodos para que estas preocupações se inscrevam na prática urbanística, estabelecendo a dialéctica entre a “imagem” que o arquitecto procura e as “imagens” que os habitantes percebem. Lynch, ao contrário de Cullen, opera à grande escala, estabelece interligações entre elementos maiores e menores e relações de correspondência entre imagens e comportamento urbano (fig. 48).

A tese de Lynch evidencia a importância da imagem como elemento da concepção urbanística e como antítese funcionalista, uma vez que pode ser determinada por factores diversos da correspondência da forma à função.

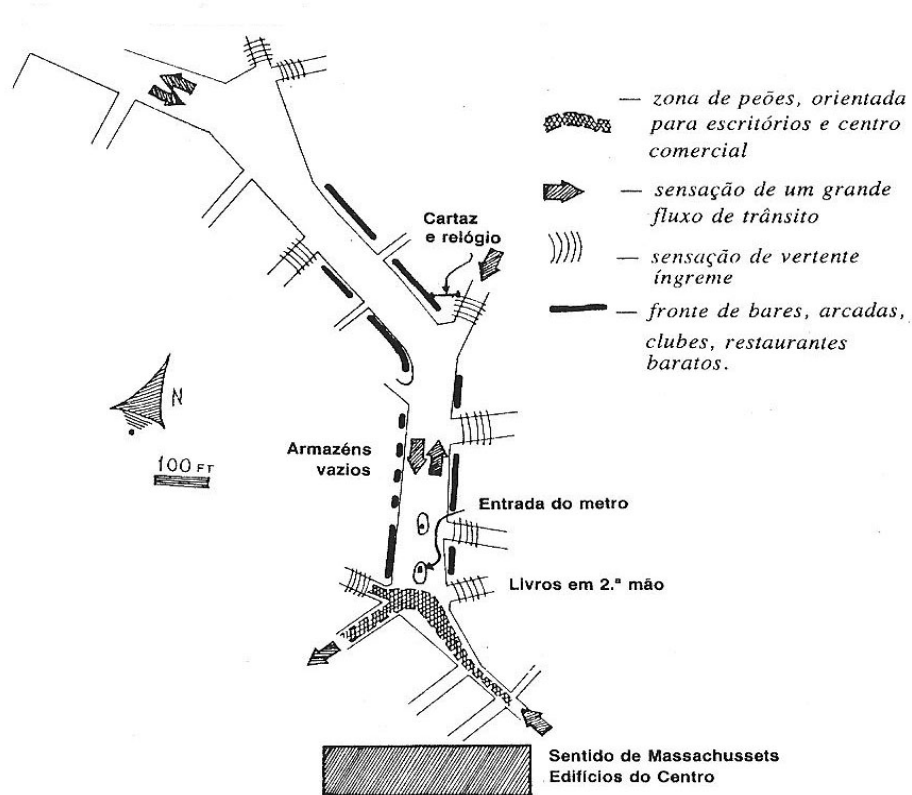


Fig. 48 - Os elementos visuais de Scollay Square

A “imagem”, durante muito tempo arredada das preocupações de arquitectos urbanistas, voltava a constituir um campo autónomo de investigação.

As figuras 49, 50, 51, 52, 53 e 54 ilustram os estudos de Kevin Lynch sobre os mapas mentais dos seus entrevistadores, destacando os cinco elementos urbanos mais importantes para a cidade de Boston. Kevin Lynch fez o

mesmo estudo para diferentes cidades americanas, (Los Angeles e Jersey City).

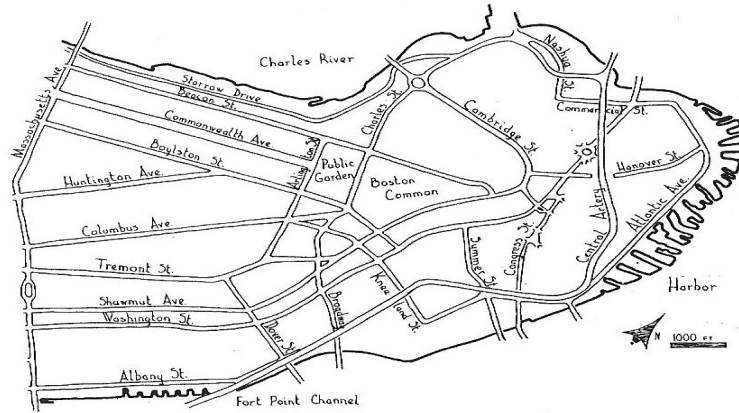


Fig. 49 – Mapa-esboço da península de Boston

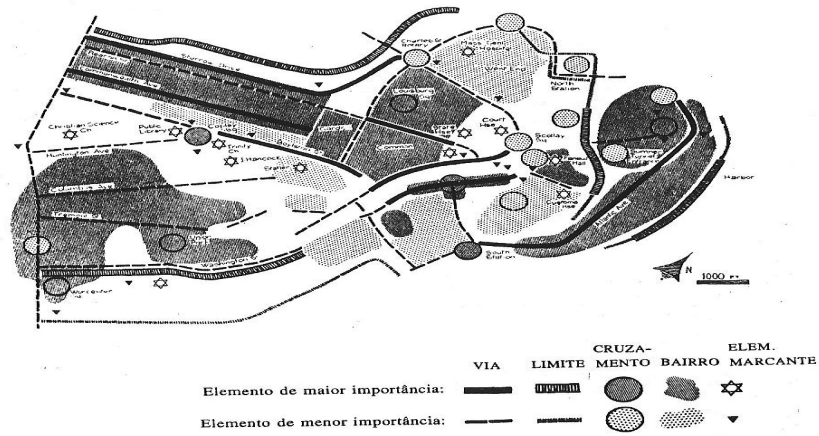


Fig. 50 – Forma esquemática de Boston tal como é observada no local

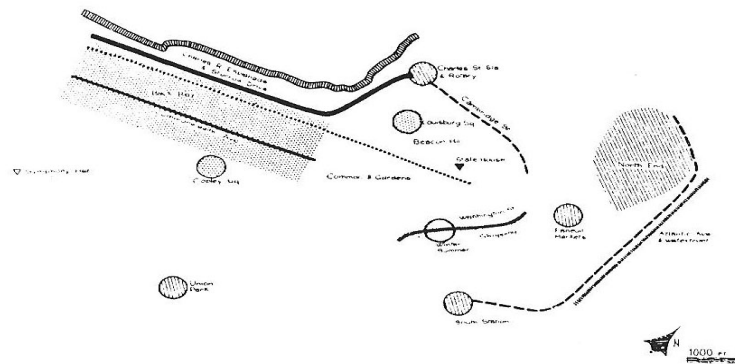


Fig. 51 – Os elementos distintivos de Boston

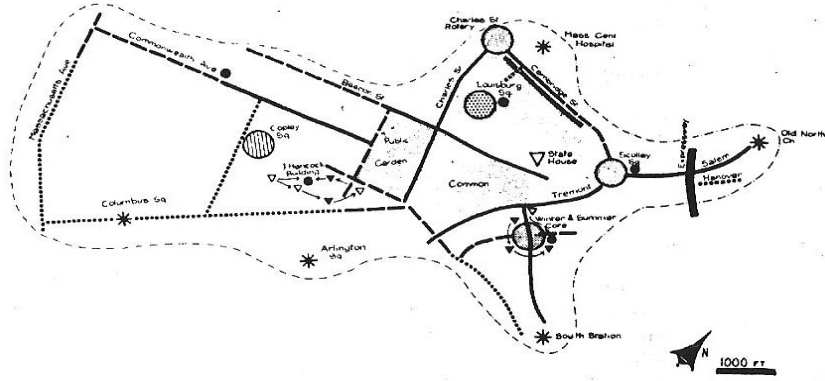


Fig. 52 – A imagem de Boston derivada das entrevistas de rua

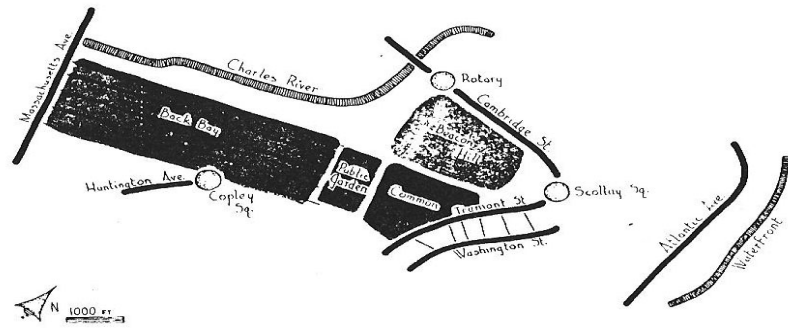


Fig. 53 – Boston como todos a conhecem

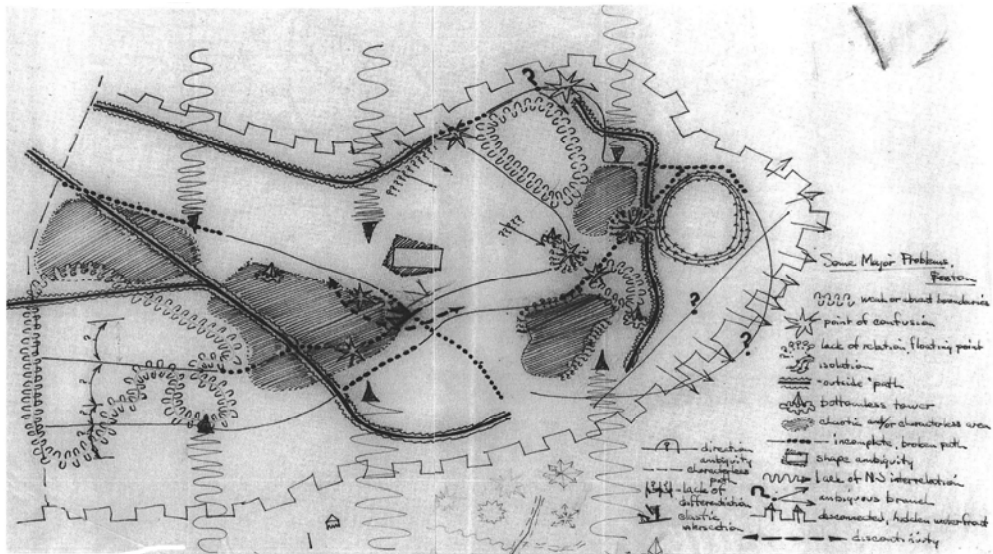


Fig. 54 – Esboço/Estudo, análise dos maiores problemas de Boston

Norberg-Schulz (1981), aborda as dimensões culturais e antropológicas da cidade, o seu espaço perceptivo e cognitivo. Ele entende o Desenho Urbano como a organização das variáveis espaço, tempo, significado e comunicação, criticando, assim indirectamente, as posturas do Movimento Moderno.

Os seus trabalhos, destacam a noção de “espaço existencial”, e a importância da fenomenologia da arquitectura em busca da produção do “lugar”. Este processo traduz-se numa produção de espaço rica de significados assentes na dimensão histórica da memória.

Com a sua obra “**Genius loci: Towards a Phenomenology of Architecture**” (1981), prossegue as suas investigações sobre as implicações psíquicas da arquitectura e do urbanismo. Ele acredita que se o ambiente influencia os seres humanos, o propósito da arquitectura deverá transcender uma definição funcionalista. Para Schultz não existem tipos diferentes de arquitectura, mas diferentes situações para satisfazer as necessidades físicas e psíquicas do Homem. Usa conceitos como “espaço existencial” onde predominam funções psíquicas como orientação e identidade, para demonstrar que a arquitectura deve visualizar e materializar o “genius loci” ou espírito do lugar.

Aldo Rossi - a sua obra “**A arquitectura da cidade** ” (1966) teve repercussões em todos os meios culturais ligados à prática da arquitectura e do urbanismo. Ele é um dos expoentes da arquitectura neo-racionalista italiana e um dos defensores da corrente pós-moderna “contextualista”.

La “Tendenza” foi claramente um movimento neo-racionalista italiano, que teve a intenção clara de salvar tanto a arquitectura como a cidade das forças do consumismo megalopolitano.

Na tentativa de um retorno “às tradições” arquitectónicas, iniciou-se uma série de publicações e de textos como a “A Arquitectura da Cidade” de Aldo Rossi (1966) e “A construção lógica da Arquitectura” de Giorgio Grassi (1967).

Outros italianos cuja contribuição foi importante para LA TENDENZA foram Vittorio Gregotti, cujo livro “O território da Arquitectura” (1966) teve uma extensa influência, assim como Enzo Bonfauti que juntamente com Massimo Scolari publicaram a revista neo-racionalista “Contraspazio”, na segunda metade dos anos 60. Finalmente Alfredo Tafuri, cujas obras tiveram uma influência primordial no movimento, tal como Franco Purini y Laura Thermes, cujos projectos teóricos exploraram o potencial da sintaxe neo-racionalista.

O livro parte de uma crítica ao urbanismo moderno e propõe o estudo da cidade entendida como um fenómeno arquitectónico e histórico. Define conceitos de permanência, continuidade, tipologias e memória colectiva. Tal como Gregotti, Aymonino, Grassi, Tafuri e os irmãos Krier é crítico do Movimento Moderno e das suas produções espaciais. De um modo genérico defende a contextualização das obras nas intervenções urbanas.

Os seus estudos incidem sobretudo sobre as relações entre a morfologia urbana e as tipologias construtivas. O movimento “tendenza”, parece querer salvar a arquitectura das vertentes técnicas e económicas do discurso moderno.

Rossi opõe-se ao funcionalismo como relação determinista entre forma e função, proclamando a autonomia do desenho arquitectónico, desenho cujas motivações de ordem cultural encontram no sítio - *no loco* - a energia criativa e projectual da ligação do objecto ao território que o suporta. O *loco*, mais do que o sítio, terá o potencial para gerar formas e a relação singular e universal que existe entre certa situação local e as construções que a ocupam.

Robert Krier, no livro “**Urban Space**”(1979), efectua uma investigação sobre as morfologias urbanas tradicionais. A obra tornou-se uma fonte de referência para os seguidores das suas ideias. Segue uma postura essencialmente estética na composição urbana, procurando a manutenção das lógicas físico-espaciais tradicionais da cidade europeia. Parte da identificação de uma tipologia de elementos arquitectónicos e urbanos e de uma ampla crítica aos modelos dos CIAM para chegar a propostas para a reestruturação das áreas do centro de Stuttgart, como exemplo prático de aplicação das suas ideias (figs. 55, 56, 57, 58, 68, 89, 90, 91, 92 e 93).

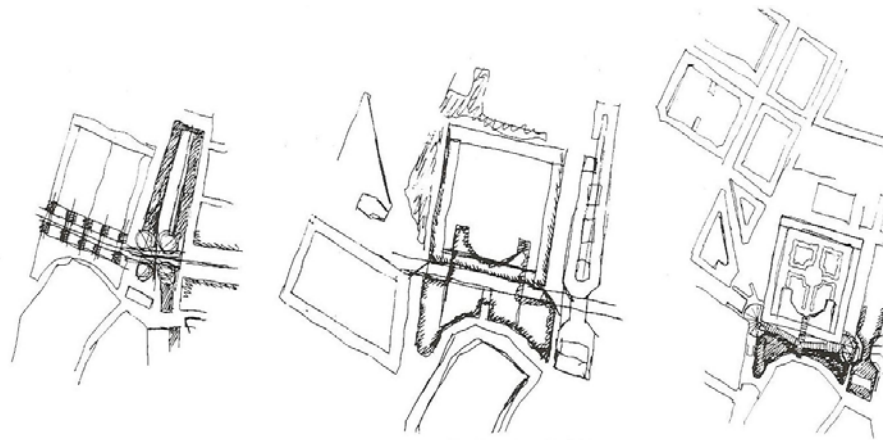


Fig. 55 – Esquícios da Praça de Rotebühlplatz – Stuttgart

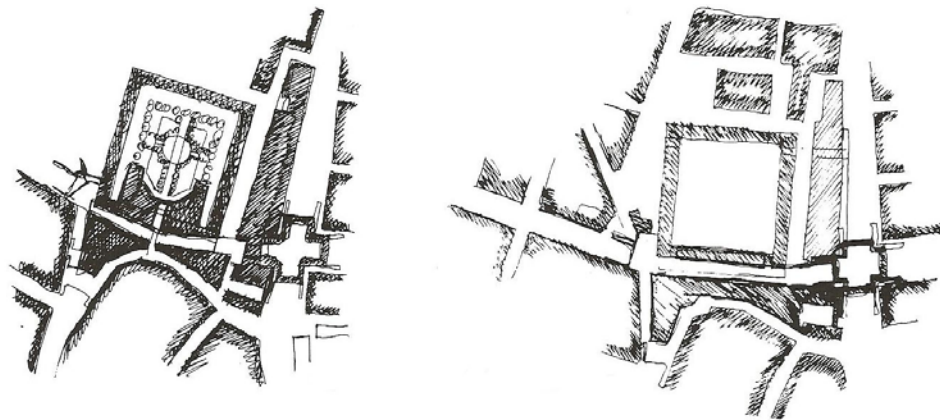


Fig. 56 – Esquícios de Rotebühlplatz - Stuttgart

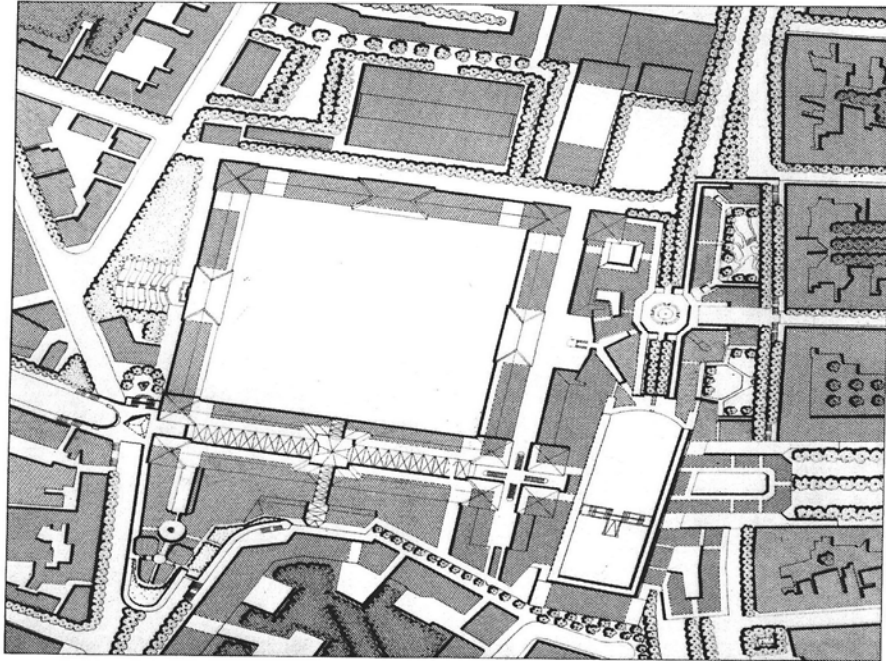


Fig. 57 – Stuttgart, Rotebühlplatz, 1973

Rob Krier compara com a Praça Novona em Roma, com a Praça Belvedere em Bramante no Vaticano e com a Praça Duomo em Vigevano, também em Bramante

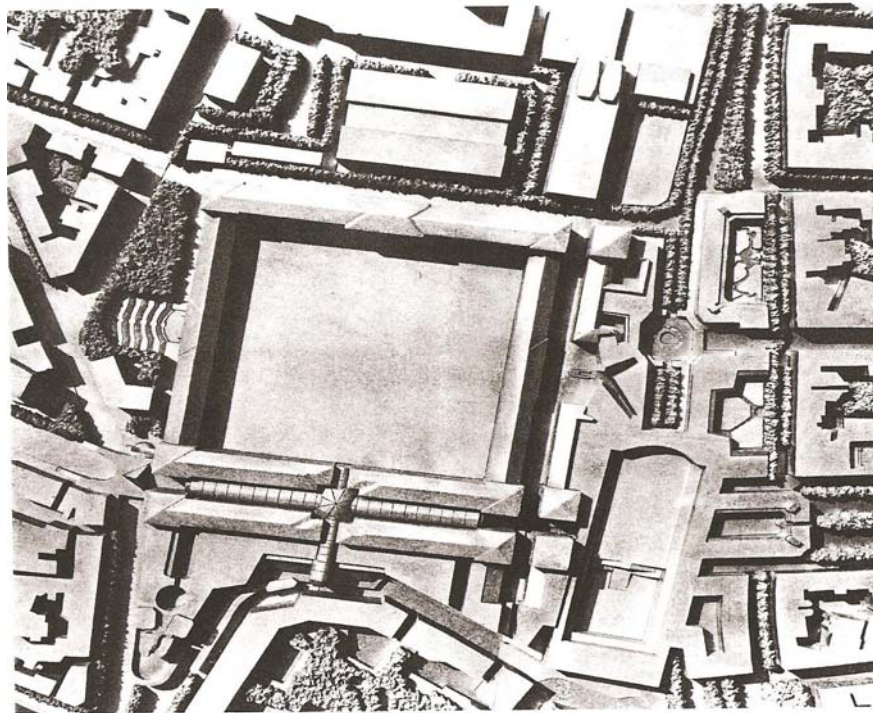


Fig. 58 – Maquete da Praça Rotebühlplatz, à escala original 1:1850

Anos de estudo com os seus alunos, levaram-no a acreditar no Desenho Urbano, como processo de resolução dos problemas da cidade.

Através de vários estudos de análise, estabelece relações entre a cidade e a arquitectura (figs. 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67).

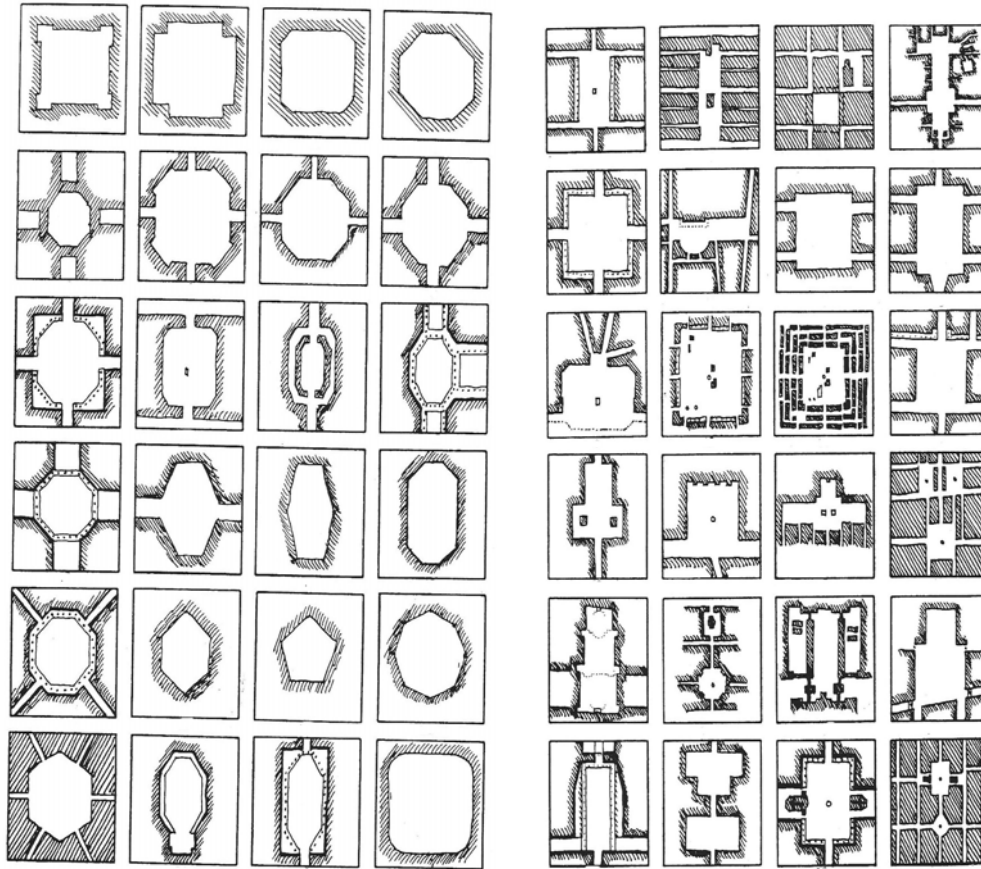


Fig. 59 – Sistemas de praças rectangulares e suas variações, esquiços de Robert Krier

Tudo para ele é arquitetura, a cidade é, ela própria, arquitetura. Tem uma visão fundamentalmente morfológica da cidade, e releva a importância da rua, e da praça.

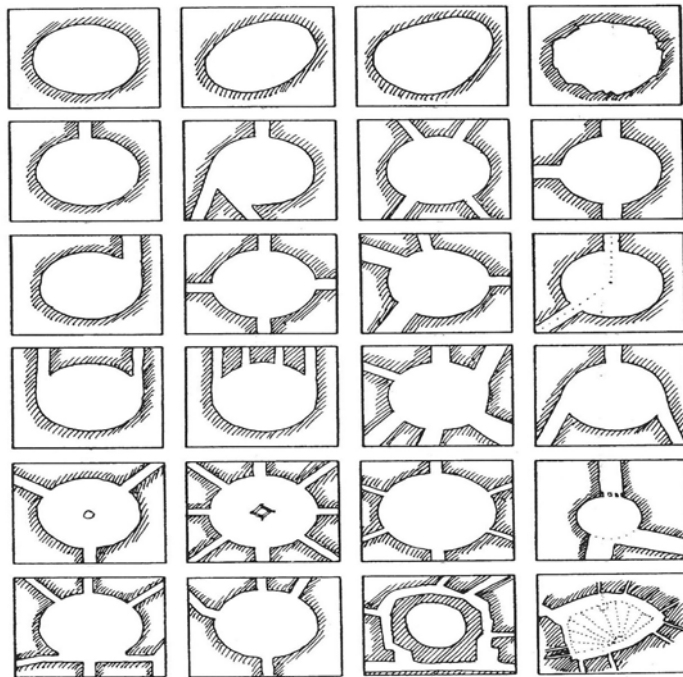


Fig. 60 – Sistemas de praças redondas, esboço de Robert Krier

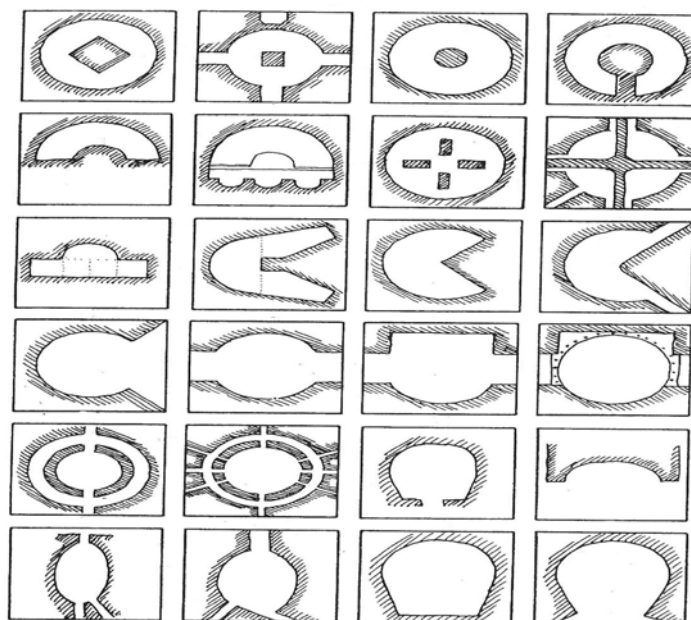


Fig. 61 – Sistema de praças redondas com construções introduzidas e variações desta forma de praça, esboço de Robert Krier

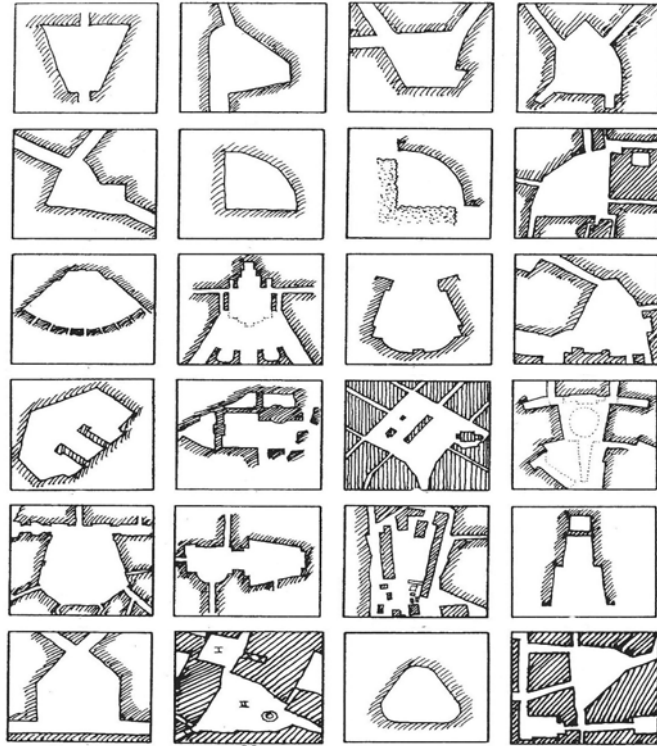


Fig. 62 – Sistemas de praças triangulares e suas derivações, esquiço de Robert Krier

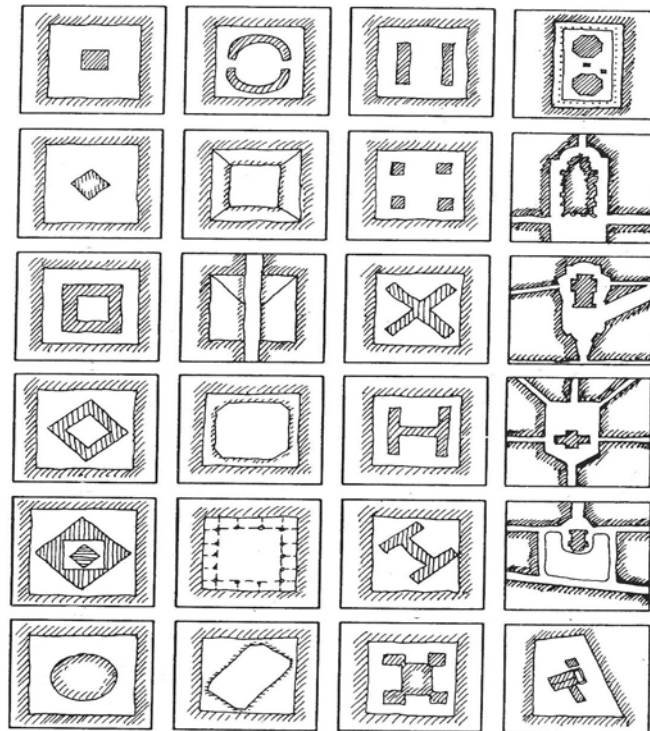


Fig. 63 – Sistemas de praças ortogonais com construções no interior, esquiço de Robert Krier

Tem os monumentos como marcos fundamentais para referenciar a estrutura urbana.

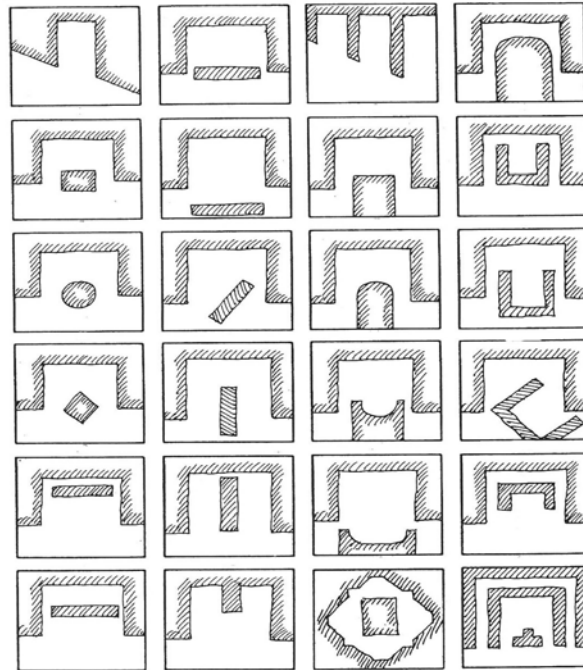


Fig. 64 – Sistemas de praças abertas com construções introduzidas, esquiço de Robert Krier

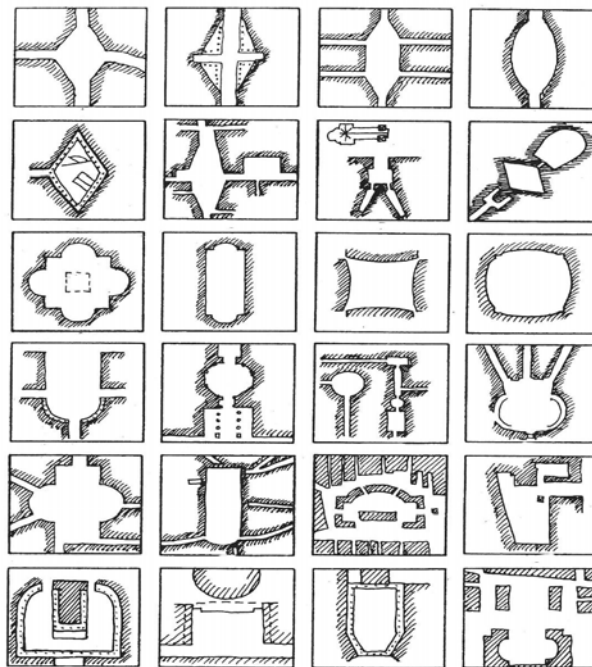


Fig. 65 – Complexos de sistemas geométricos, esquiço de Robert Krier

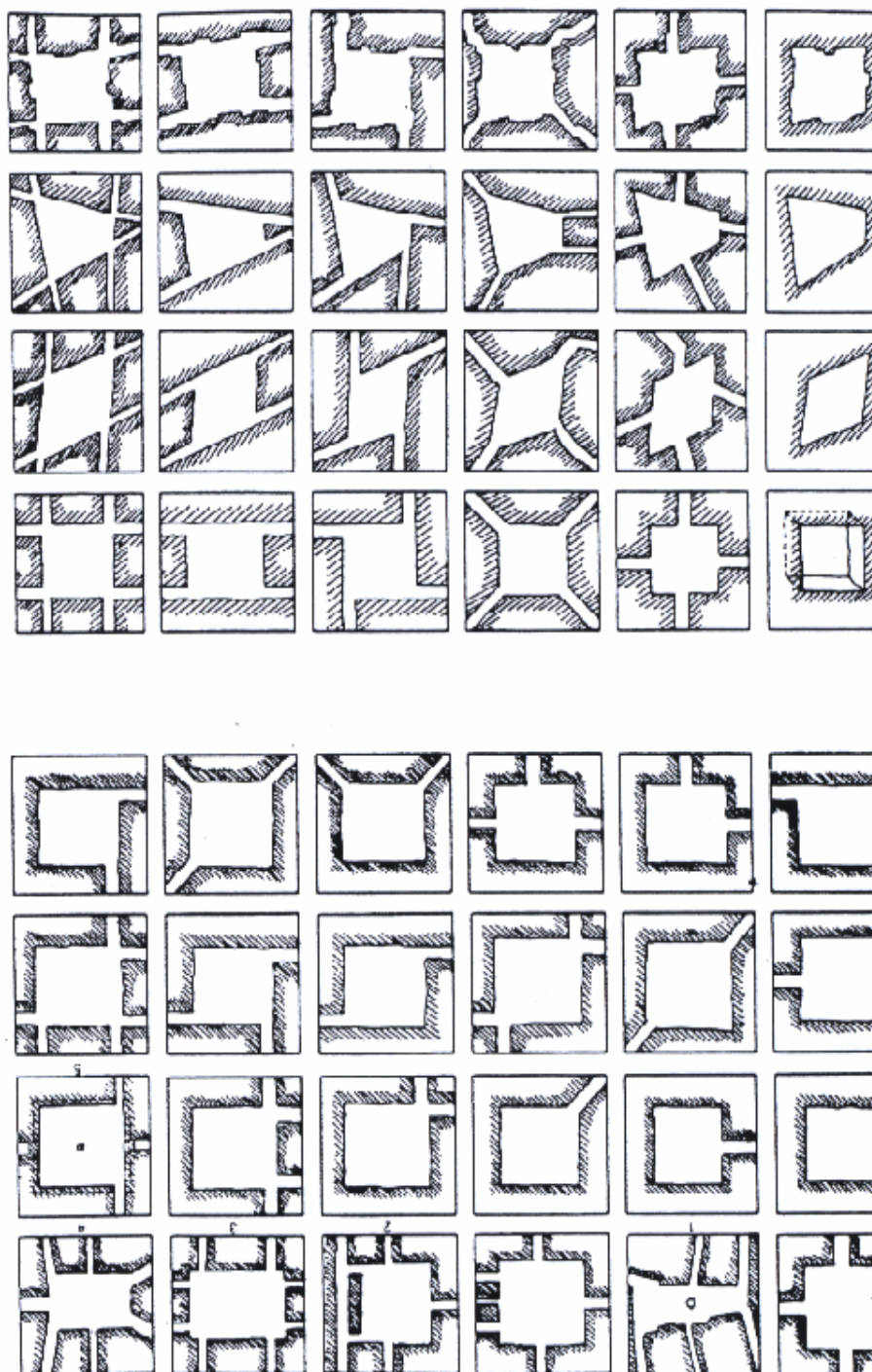


Fig. 66 – Estudos de séries morfológicas no Espaço Urbano, esquiços de Robert Krier

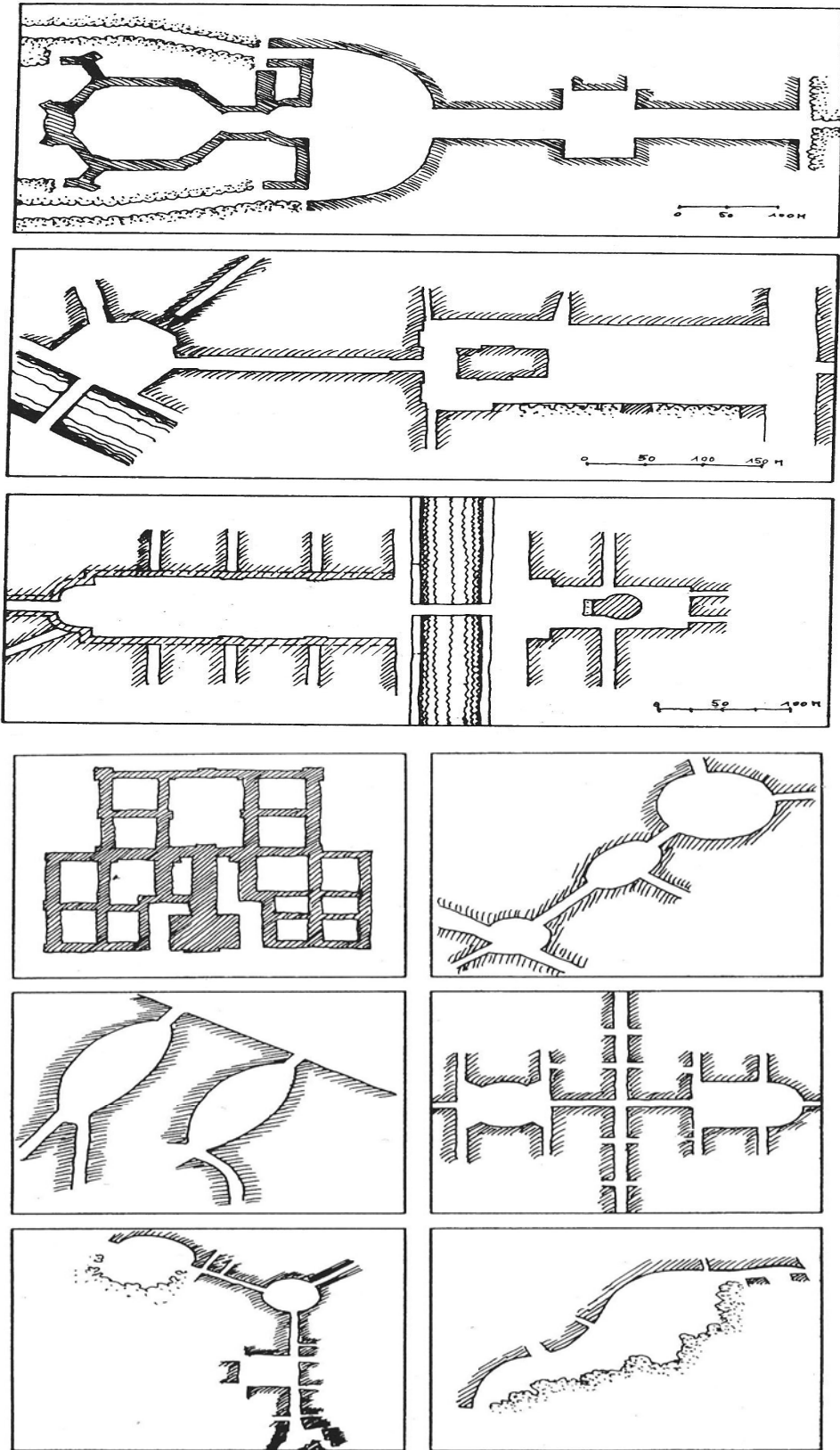


Fig. 67 – Sistemas de grandes composições contínuas, esquiços de Robert Krier

No concurso para o plano de ordenamento do sector norte do centro de Amiens (1984), (figs. 69, 70, 71 e 72) Krier define a forma física da cidade, trabalhando por quarteirões, e aceita que os volumes (cheios) sejam preenchidos por funções diferenciadas. O traçado é definido pelo perímetro dos quarteirões, compactos e fechados nos quatro lados, que acolhem tipologias residenciais modernas; os seus interiores geometrizados e regulares constituem espaços domésticos (fig. 68).

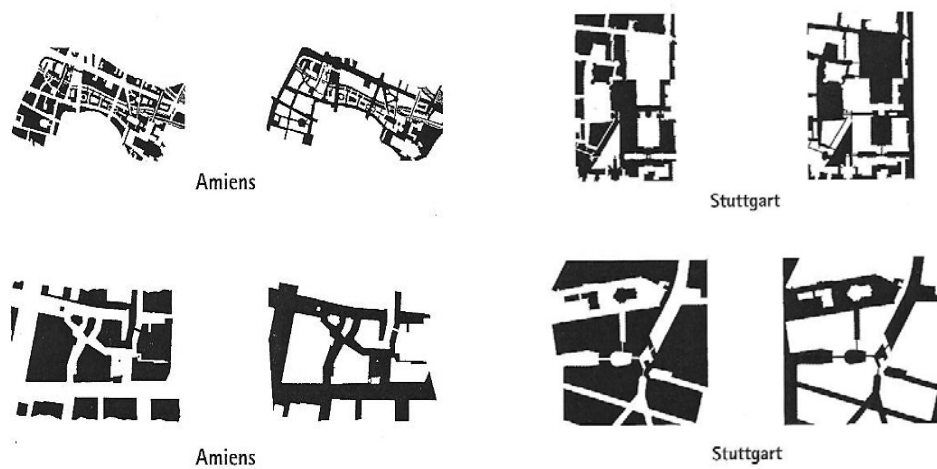


Fig. 68 – Jogo de vazios/cheios relativos aos planos em Amiens e Stuttgart

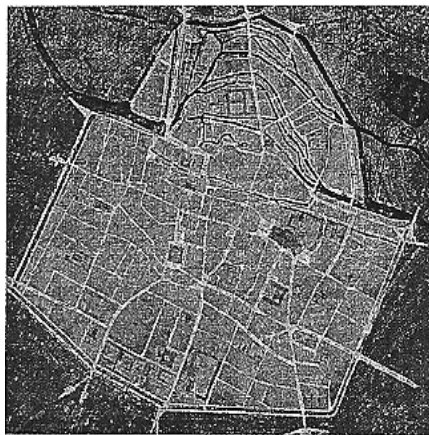


Fig. 69 – Planta do centro da cidade de Amiens, França – Robert Krier

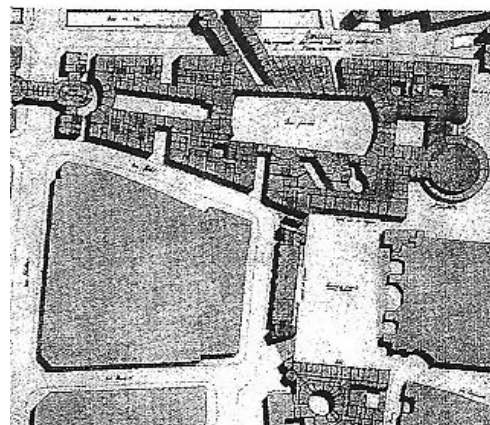


Fig. 70 – Proposta para a reconstrução do quarteirão à volta da catedral - Amiens, França

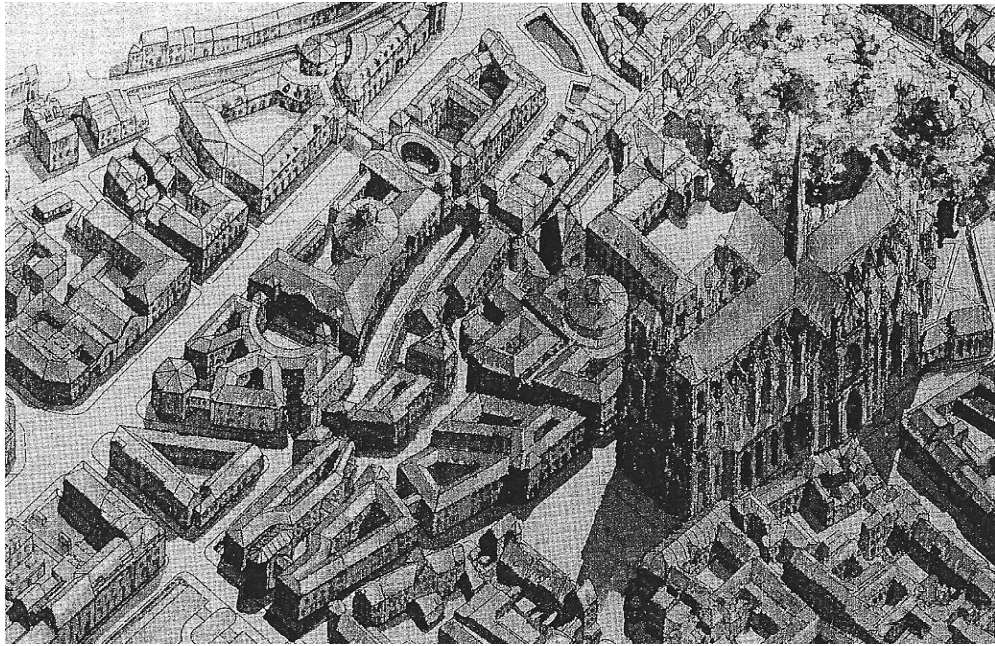


Fig. 71 – Imagem do centro da cidade de Amiens antes da guerra

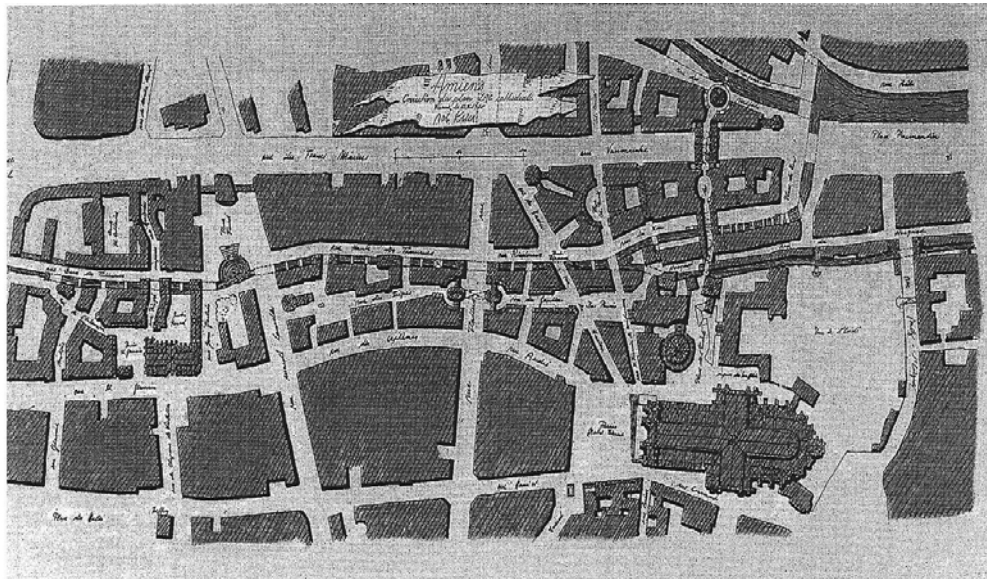


Fig. 72 – Proposta do plano de ordenamento do sector norte do centro de Amiens, França – Robert Krier

Os quarteirões de Robert Krier são adaptados à utilização do espaço interior. Desde a lição holandesa dos anos 30 (figs. 73 e 74) que o destino do interior dos quarteirões se tem dividido em duas opções fundamentais: uma atitude funcional que os utiliza como área de manuseio para as necessidades urbanas (parqueamento, equipamentos, construções, etc); e uma outra atitude que integra o miolo do quarteirão como espaço colectivo (público, semi-privado ou condomínio). Robert Krier opta claramente por esta hipótese e do quarteirão apenas utiliza a geometria e os perímetros, porque na realidade compõe a cidade por edifícios e espaços urbanos, nos quais inclui os interiores dos quarteirões.

A opção de Krier pela pequena escala facilita a actuação através de pequenas unidades arquitectónicas, edifício a edifício, quarteirão a quarteirão, que admitem a intervenção de diferentes arquitecturas e diferentes arquitectos, (figs. 75, 76, 77, 78 e 79).



Fig. 73 – Perspectiva da última fase de desenvolvimento de Noorderhof, Amesterdão – Rob Krier, 1930

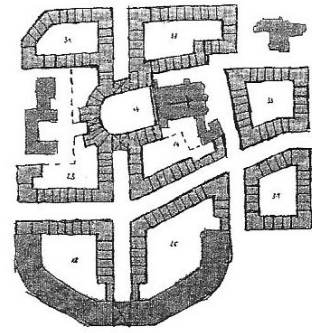
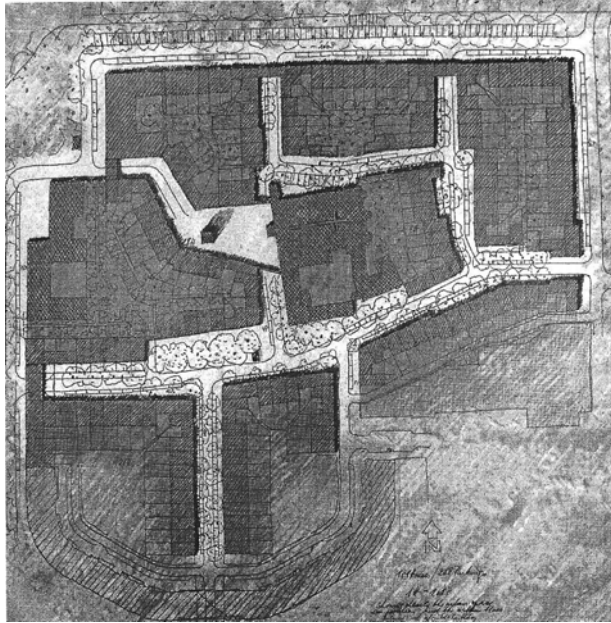


Fig. 74 – Planta da disposição da primeira fase de construção, com a igreja e o jardim de infância existentes no meio – Noorderhof, Amsterdão

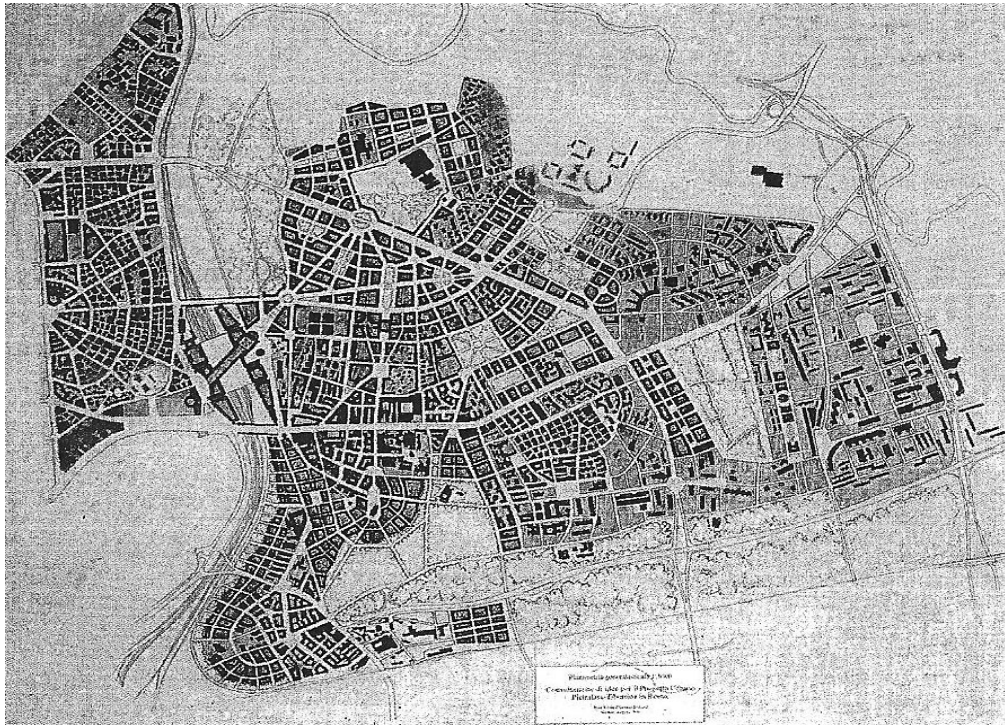


Fig. 75 – Projecto Via Tiburtina - Roma, Itália, 1990 – Robert Krier
 Planta Norte e Sul da Via Tiburtina; à esquerda, o distrito à volta da Praça de Bologna.

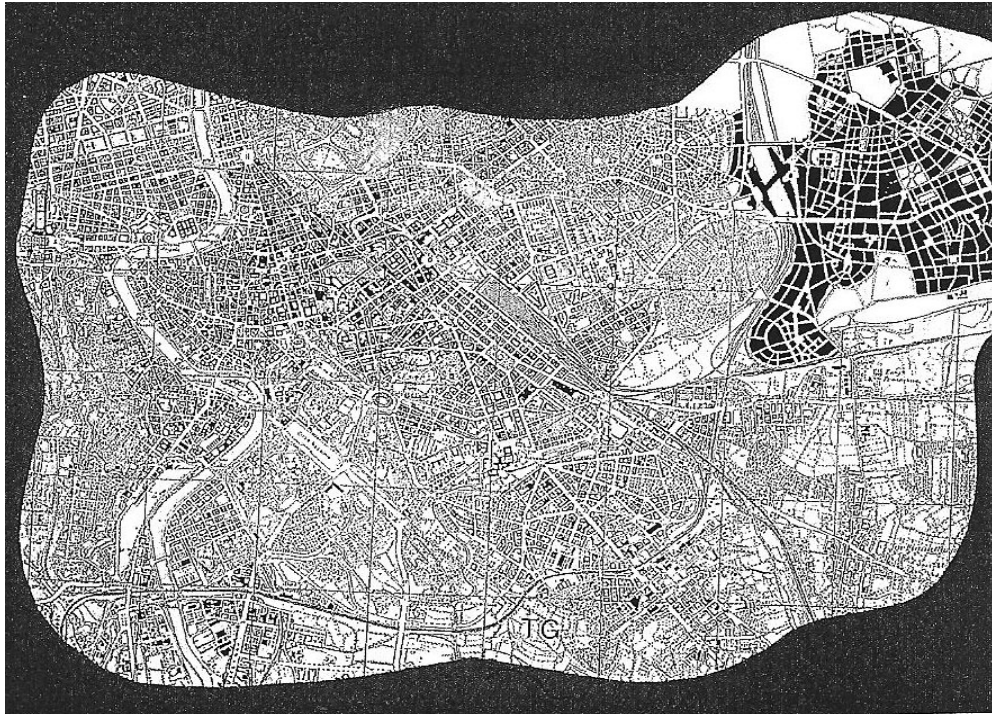


Fig. 76 – Planta de Roma com o novo projecto da Via Tiburtina (a negro)



Fig. 77 – Esquicho com as diferentes composições urbanas



Fig. 78 - Projecto Via Tiburtina, Roma, Itália – Robert Krier

Em baixo à esquerda a nova estação de alta velocidade, ao centro o Centro do Governo.



Fig. 79 - Projecto Via Tiburtina, Roma, Itália – Robert Krier

Maquete

Gordon Cullen, com a sua obra “**Paisagem Urbana** ”(1983), mostra claramente como lê a cidade: em pequena escala, à escala do pitoresco, o que faz dele um continuador de Camillo Sitte (1885), pela maneira como se afasta dos traçados geométricos e racionalistas, preferindo a orgânica das cidades medievais (figs. 80 e 81).

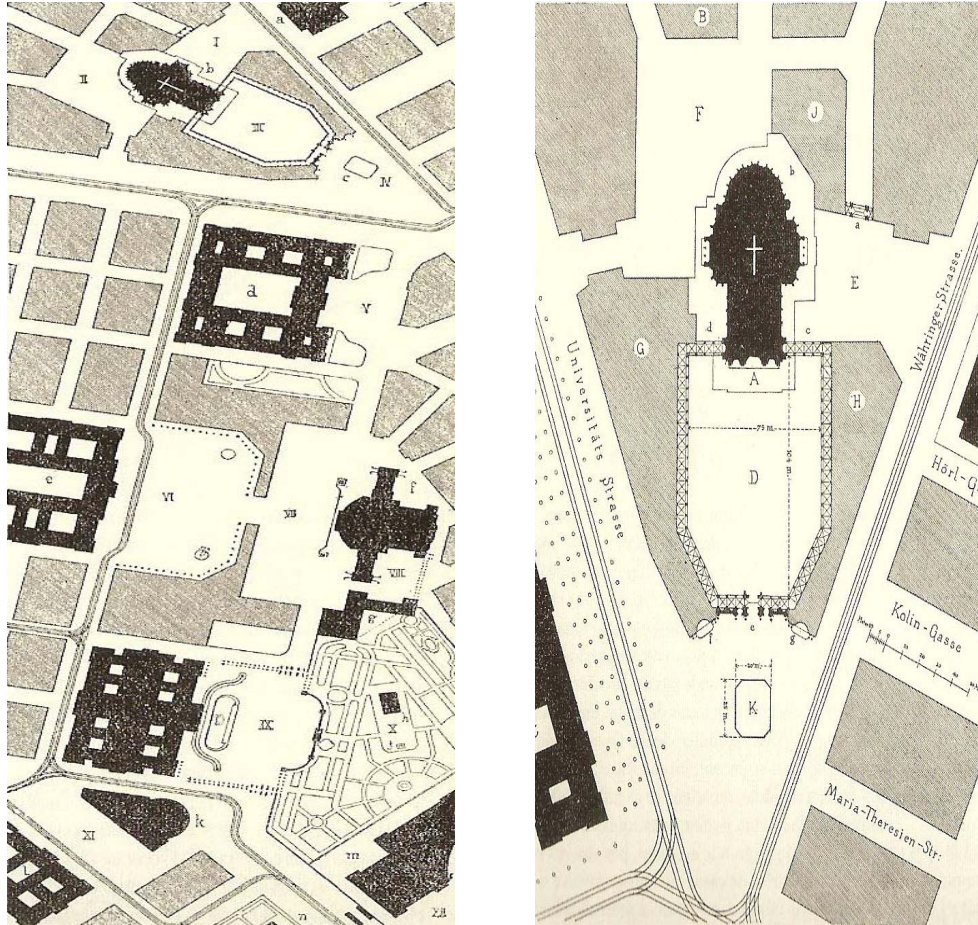


Fig. 80 – Planta da Ringstrasse em Viena

Projecto de fragmentação do vasto espaço situado em redor de Ringstrasse, entre a universidade e o parlamento, a câmara municipal e o Burgtheater, a fim de criar espaços fechados diante de edifícios monumentais. (desenho à esquerda).

Fig. 81 – Projecto para a praça defronte da Votivkirch em Viena

Proposta de praça fechada, em forma de átrio, e rodeada de arcadas, com um acesso monumental defronte da Votivkirch em Viena. (desenho à direita).

Defende a ideia de que o ambiente provoca uma reacção emocional no homem por três vias: a óptica, a do lugar e a do conteúdo e que uma das finalidades urbanísticas é “manipular os elementos de uma cidade de modo a provocar impactos e emoções.”

É um enunciado antifuncionalista que dá corpo à possibilidade de trabalhar na cidade com objectivos diferentes da simples organização das actividades.

As categorias espaciais de Cullen (a visão, o lugar, o conteúdo), desdobram-se em subcategorias ou múltiplas categorias do espaço urbano, nos seus aspectos de complexidade, acumulação e matéria: a cor, a textura dos edifícios, paredes e pavimentos, os pormenores construtivos, os elementos vegetais (da árvore às flores), o mobiliário urbano (do banco de jardim ao candeeiro ou ao poste de sinalização) ou até a “arquitectura parasitária” como os elementos postiços, opostos e colados aos edifícios.

Se todos estes elementos adquirem nova valorização pelas referências constantes aos efeitos espaciais originados pelo acaso, para Cullen, o acaso resulta de um sábio e paciente trabalho durante anos sobre a estrutura urbana e a sua aparência visual.

De um modo sucinto e de certa forma catalogador, estes autores anunciam conceitos para a análise da cidade. Essencialmente temos: a análise morfológica, onde “incluiríamos” Camillo Sitte, Aymonino (1981) Rossi, Krier; a análise visual, com Gordon Cullen, Barths (1970), Charles Jencks (1985) e Venturi (1966); a percepção urbana, com Kevin Lynch, Norberg-Schultz, e ainda uma análise de cariz comportamental, com origem no campo da psicologia, com Gary Moore (1984), Jon Lang (1987) e Terence Lee (1977).

2.2. Conceitos fundamentais no discurso teórico

Nos finais dos anos 60 e na década de 70 surgiram conceitos para a análise do espaço urbano, que nos legaram algumas e muito importantes formas de o entender.

Destes conceitos de análise destacam-se: a “Morfologia Urbana”, a “Análise Visual”, a “Percepção Ambiental” e o “Comportamento Ambiental”, cujos autores, só para citar os mais importantes são:

- no campo da “Morfologia Urbana”: Sitte (1985), Rossi (1977), Robert Krier (1979);
- no campo da “Análise Visual”: Gordon Cullen (1983), Rapoport (1967), Charles Jencks (1985) e Venturi (1966).
- no campo da “Percepção Urbana”: Kevin Lynch(1960), Norberg - Schultz (1981).
- no campo do “Comportamento Ambiental”: Robert Sommer (1973), Hall (1966), e Lang (1987).

Estas metodologias de análise do espaço urbano, encerram em si critérios qualitativos e objectivos que o Desenho Urbano contempla.

Morfologia Urbana:

Segundo Samuels (1986), a morfologia urbana surgiu a partir de um questionamento de atitudes do Movimento Moderno, em relação às cidades históricas e às relações sociais que as regem; por isso chega a afirmar ser inevitável que os pioneiros fossem os italianos, devido à sua enorme

herança urbanística e à contínua evolução e adaptação das suas cidades. Os primeiros trabalhos nesta linha surgem em Itália.

Para Kostof (1992), dos anos 50 Saverio Muratori aparece como o primeiro a adoptar o tipo de análise tipológica, tanto no espaço urbano, como na arquitectura, registando as tipologias do processo evolutivo ocorrido nas mudanças do tecido urbano na cidade de Veneza.

Não há dúvida que os italianos têm liderado esta linha de trabalho, nomeadamente um grupo de conhecidos pesquisadores (num estudo para a cidade de Padova) como Aldo Rossi e Carlo Aymonino.

A tónica é dada ao facto de a arquitectura ser vista como um fenómeno urbano e o conceito de tipologia idílica é uma constante na tipologia do edificado no projecto arquitectónico.

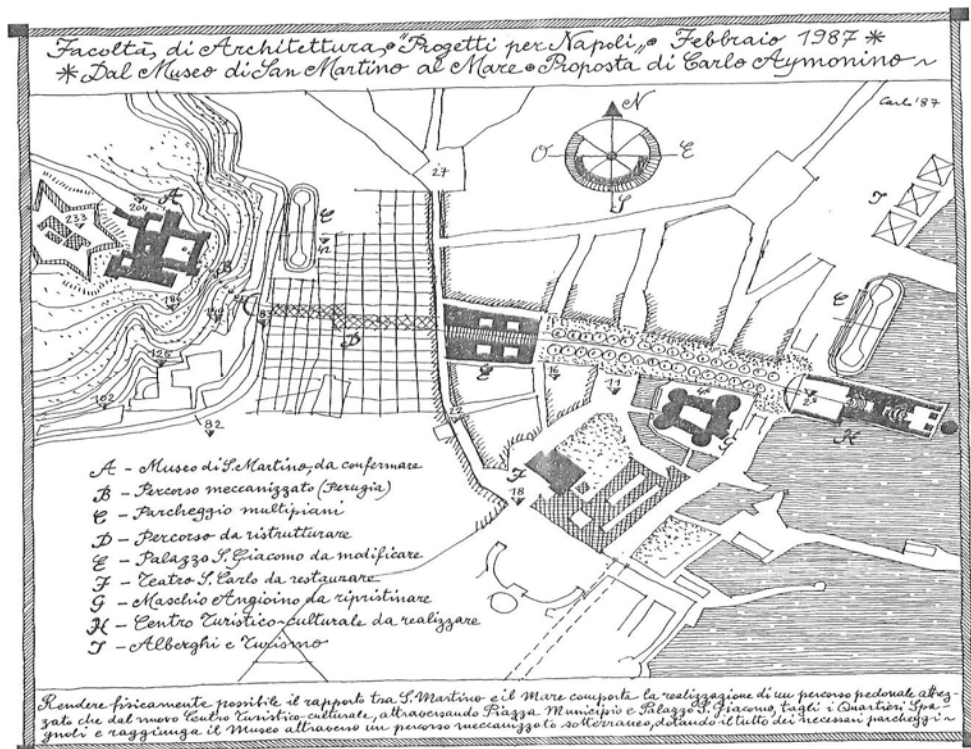


Fig. 82 - "Projecto para Napoli" para o "Museu de San Martino Al Mare" - Projecto de Carlo Aymonino, 1987

Segundo Carlo Aymonino, (1984) nos casos em que a cidade possui um significado, isto é, quando se pode encontrar nela, uma perspectiva morfológica, uma homogeneidade de representação arquitectónica (independentemente da época de construção das diferentes edificações), podem ser estabelecidas relações precisas e, portanto, identificáveis, entre a forma urbana e a escala das edificações (em particular dos monumentos), enquanto fenómenos mutuamente determinados, (figs. 82, 83, 84 e 85).

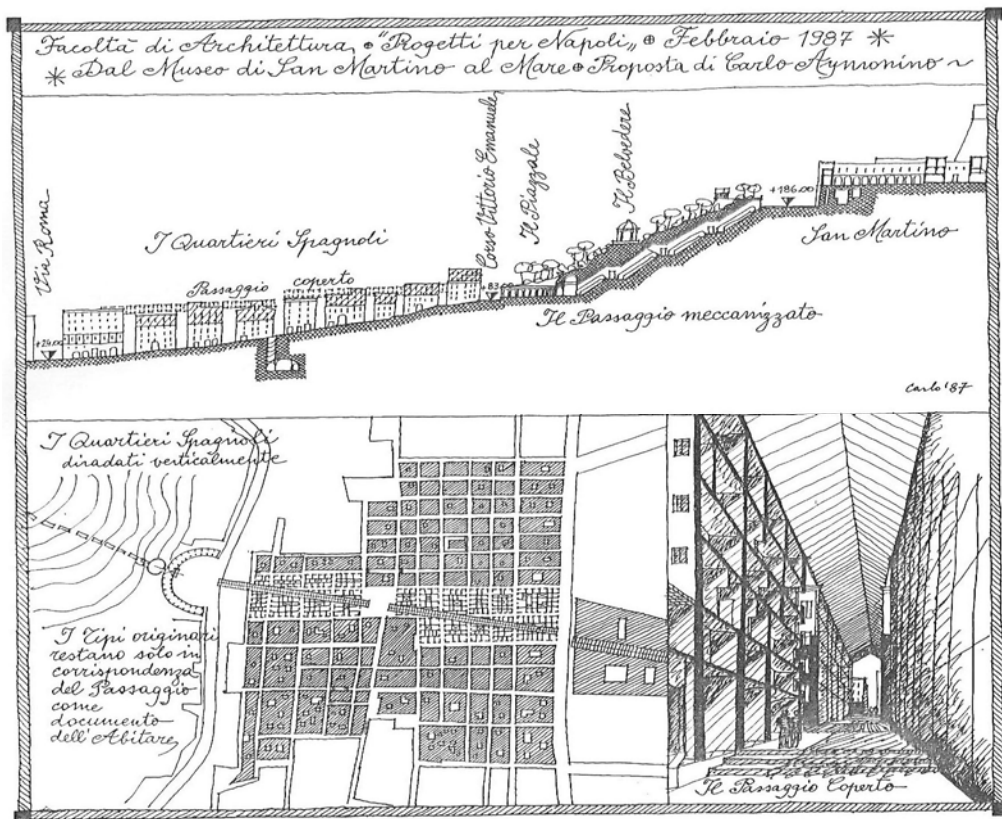


Fig. 83 – “Projecto para Napoli” para o “Museu de San Martino Al Mare” – Projecto de Carlo Aymonino, 1987

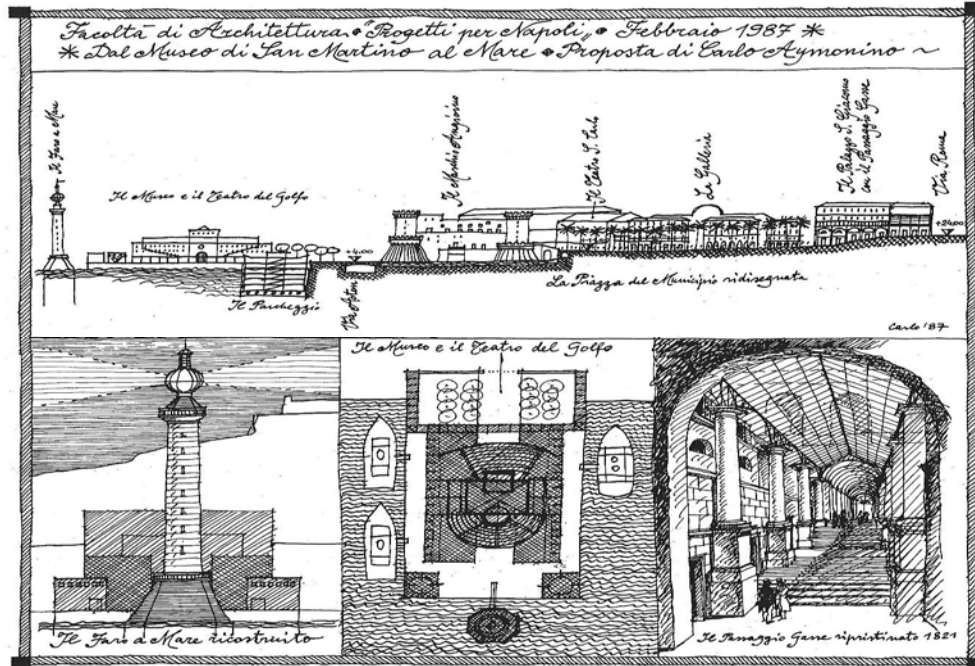


Fig. 84 – “Projecto para Napoli” para o “Museu de San Martino Al Mare” – Projecto de Carlo Aymonino, 1987

A praça predominou enquanto tema de projecto e todos estes resultados revelam uma preocupação por uma melhor inserção dos novos elementos no contexto urbano existente.

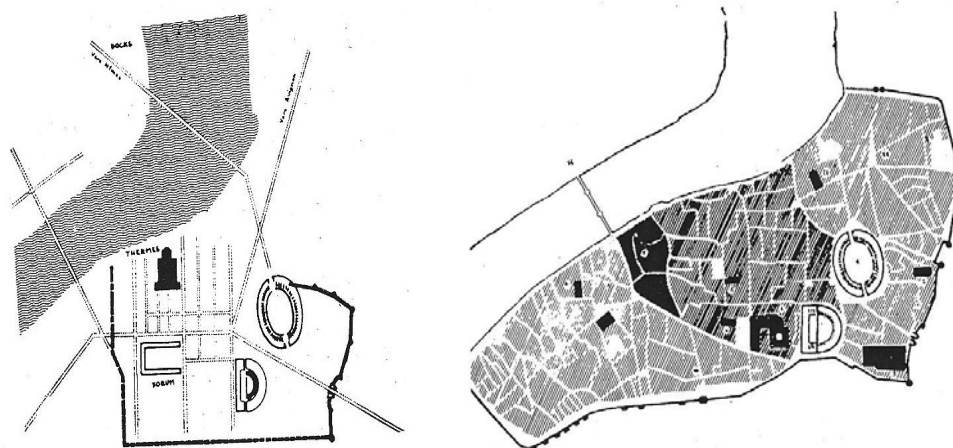


Fig. 85 – A evolução da cidade de Nîmes, na França, e a permanência de elementos e parte da estrutura romana em estudo de Aymonino

Para este novo interesse do Desenho Urbano, no campo da morfologia e das relações tipológicas, muito contribuiu a redescoberta de antigos trabalhos teóricos e de projectos urbanos, como o mapa de Giovan Battista Nolli. (fig. 86).⁽⁵⁾

É interessante, e ainda voltando ao caso de Nolli, como a técnica que ele usou para o mapa de Roma, mantém a sua actualidade como processo de análise morfológica: uma projecção vertical desenhada como figura-fundo, facilitando a identificação de relações entre domínios públicos, semi-públicos dos grandes edifícios e privado, assim como outras relações morfológicas como distâncias, acessibilidades, relações entre cheios/vazios.

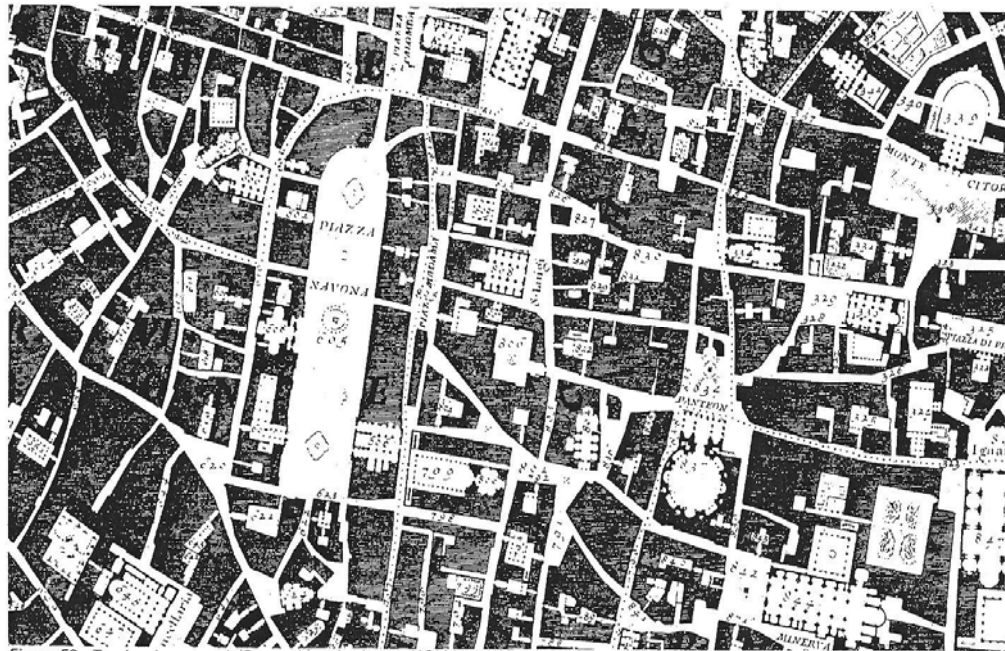


Fig. 86 – Excerto da planta de Roma desenhado por Nolli, 1748

⁽⁵⁾ O mapa de Nolli representa um trecho do mapa de Roma em 1748, mostrando em preto todos os espaços de acesso ao público, inclusive os interiores. A linguagem figura-fundo facilita a leitura do tecido, dos seus elementos componentes e suas relações compositivas.

Já o trabalho dos irmãos Krier (figs. 87 e 88), essencialmente o de Rob Krier, particularmente influenciado por Camilo Sitte, desenvolve toda uma tentativa projectual respeitosa do contexto existente e inspirada em modelos do passado.

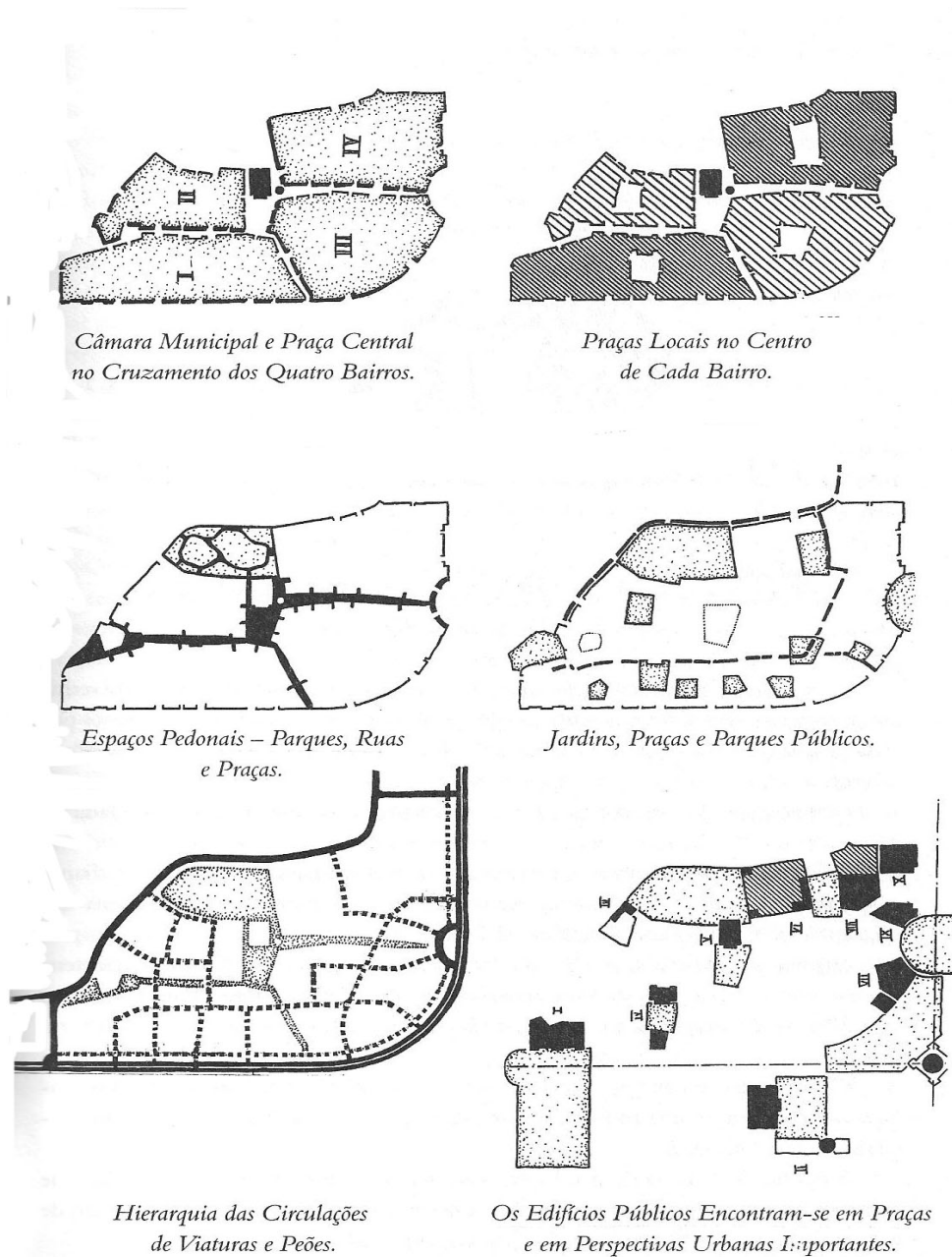
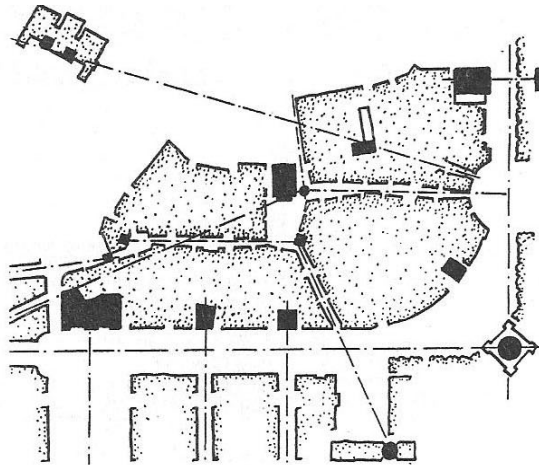
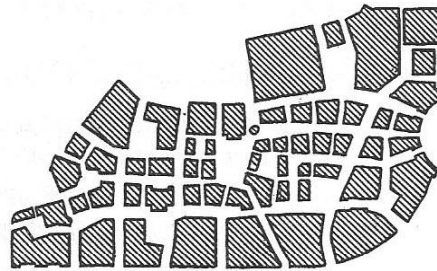


Fig. 87 – Projecto do novo bairro de Venta-Berri em San Sebastian, León e Robert Krier, 1990



Axialidades principais e edifícios públicos importantes



Blocos de dimensões variadas, criando um tecido de ruas muito denso no centro do bairro

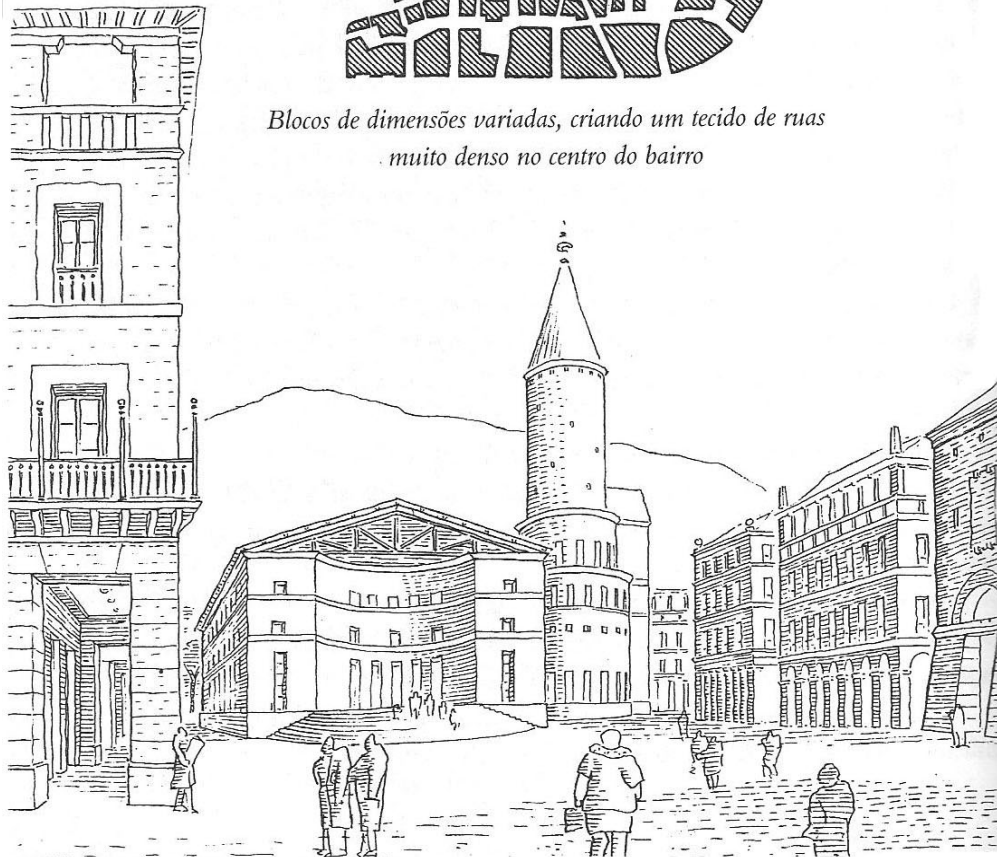


Fig. 88 – Projecto do novo bairro de Venta-Berri em San Sebastian, Léon e Robert Krier, 1990

A postura de Rob Krier (1979) foi muito criticada por ser demasiado académica e há mesmo quem observe que para um observador externo o projecto para a reconstrução de Stuttgart (Rob Krier, 1975) (figs. 55, 56, 57, 58, 68, 89, 90, 91, 92 e 93), tem uma vertente neoclássica nazista como os de Albert Speer, e os seus projectos parecem tão autoritários e impessoais quanto a Ville Radieuse, (fig. 40) ⁽³⁾ (Frampton, 1993).

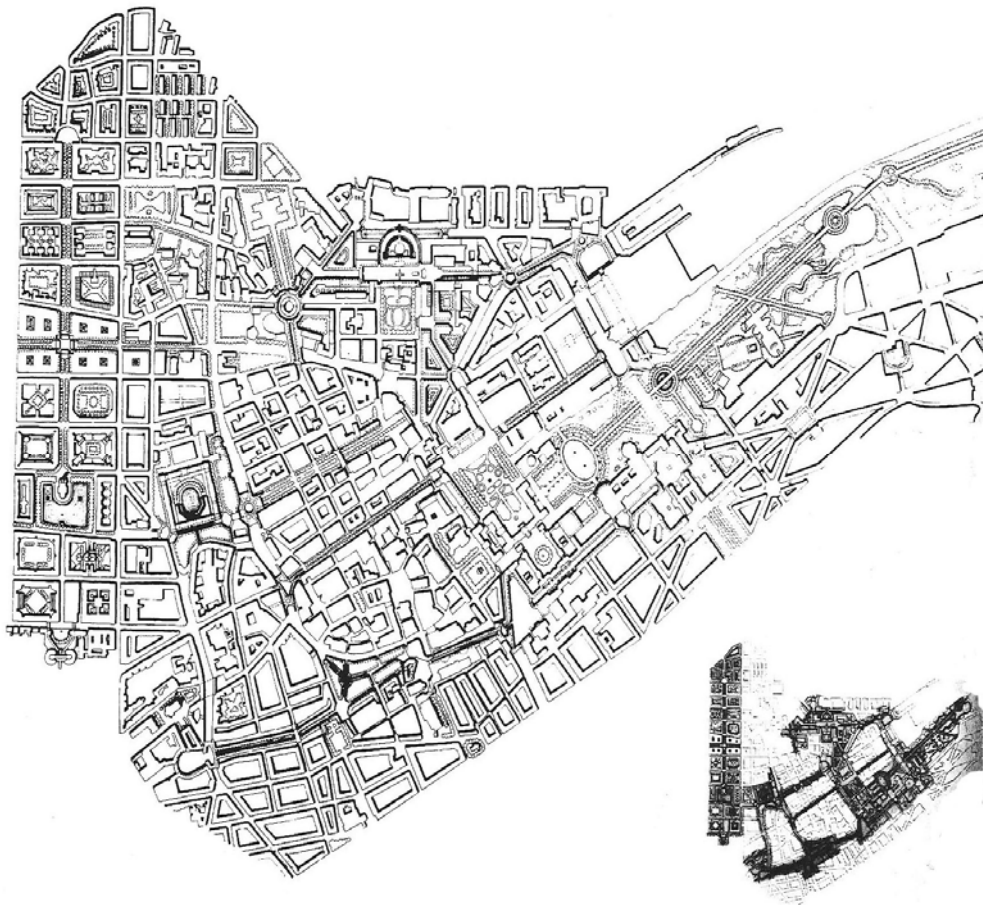


Fig. 89 – Planta do centro de Stuttgart, segundo as ideias de Robert Krier

Fig. 90 – Proposta para a reconstrução das áreas urbanas destruídas em Stuttgart

As zonas a negro são a nova planificação.

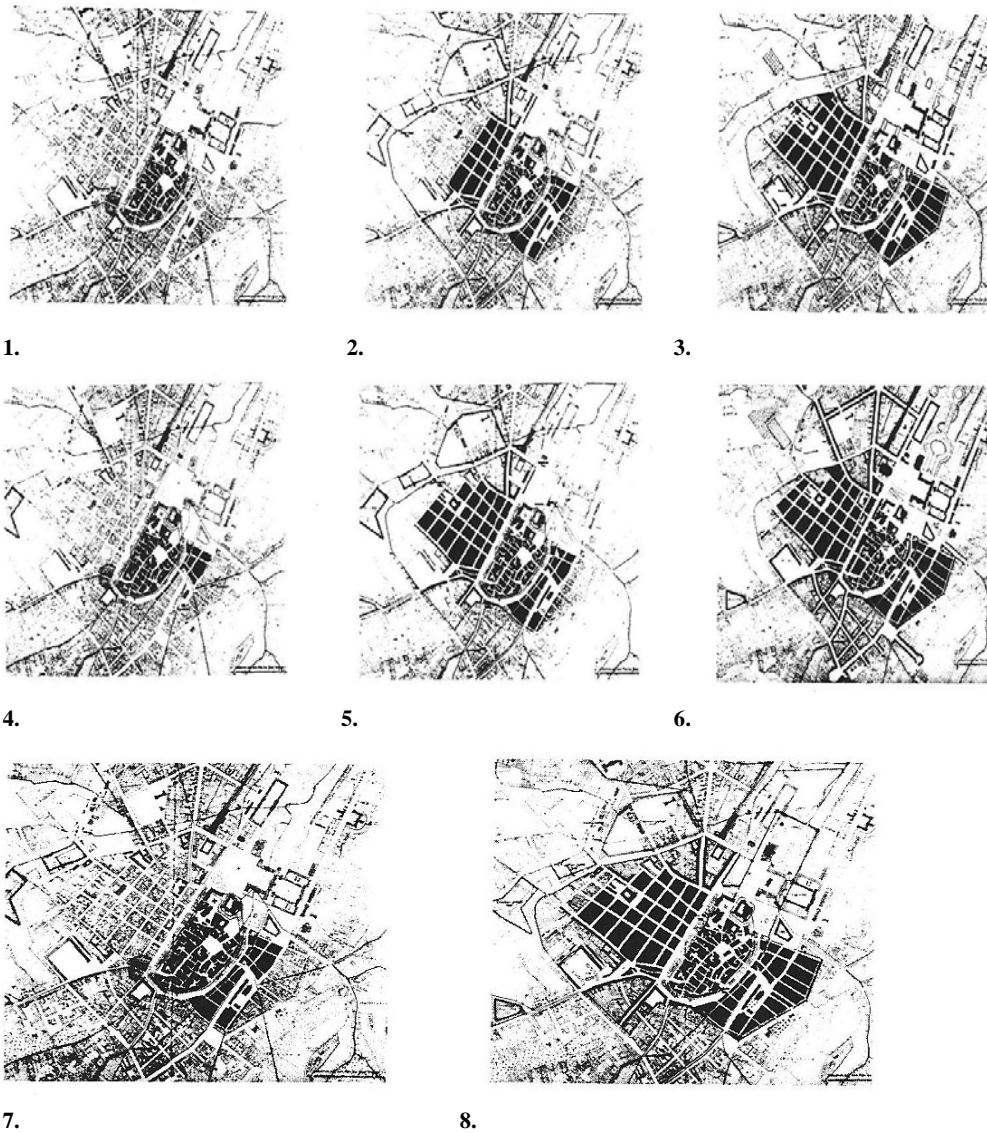


Fig. 93 – Fazes do desenvolvimento urbano de Stuttgart entre o século XIV e XIX. Reproduzido de Karl Weidle, “Der Grundriss von Alt-Stuttgart”, Atlas Edit. E. Klett, Stuttgart, 1961 – Esc. 1:25 000

As diferentes fazes do desenvolvimento estão marcadas a negro, tendo como ponto de partida o plano do ano de 1855.

- 1 – Situação em 1304
- 2 – Situação em 1465
- 3 – Plano de R.F.H. Fischer, 1782
- 4 – Situação em 1350
- 5 – Situação em 1490-1520
- 6 – Plano da cidade N. Fr. Von Thouret, depois de 1800
- 7 – Situação em 1383-1450
- 8 – Final do século XVI e metade do século XVIII

Outro estudo interessante é o de Anne Moudon (1986), que aborda as razões subjacentes à qualidade de certos ambientes e da sua capacidade de incorporar transformações.

Segundo a autora esta qualidade depende de um contínuo adaptar dos elementos no tempo, da casa se manter como uma célula interdependente com a cidade, e da importância inicial do perfil fundiário e dos lotes como reguladores das transformações.

Esta vertente “contextualista”, insere-se sem dúvida na crítica ao Movimento Moderno e foi adoptada em muitos projectos arquitectónicos e de Desenho Urbano por James Stirling, como por exemplo na recuperação de Meineken Strasse, em Berlim.

Aqui a beleza pode ser medida na razão entre componentes de uma escala menor e uma estrutura espacial maior. Para se alcançar um desenho integrador e contextualista deve-se partir das componentes conhecidas, e procurar novas combinações, de forma a expressar uma condição específica: é a obra inspirada na envolvente e no seu contexto cultural, incorporando as suas soluções plásticas e espaciais de forma subliminar.

Segundo Del Rio (1990), em termos morfológicos a cidade pode ser compreendida em três níveis organizativos básicos: o colectivo, o comunitário e o individual, em torno dos quais se organizam significados e apropriações sociais: o nível colectivo é o que possui a lógica estruturadora recebida colectivamente: aqui estão os conjuntos primários do tecido urbano e de maior permanência no tempo; o nível comunitário traz elementos com uma lógica e significados especiais apenas para parte da população, como por exemplo o bairro, ou mesmo o quarteirão; o individual expressa os significados individuais, como a residência e seu espaço imediato, e como tal apresenta maior rapidez nas mutações que sofre.

Surgem assim elementos para a pesquisa da Morfologia Urbana, como indicadores de uma lógica evolutiva e estruturadora da cidade:

- **Crescimento:** os modos, as intensidades e direcções; elementos geradores e reguladores, limites e superação de limites, modificação de estruturas, pontos de circulação, etc.
- **Traçado e parcelamento:** ordenadores do espaço, estrutura fundiária, relações, distâncias, circulação, acessibilidades, etc.
- **Tipologias dos elementos urbanos:** inventário e categorização de tipologias edilícias (residências, comércio, etc), de lotes, de quarteirões e sua ocupação, de praças, esquinas, etc.
- **Articulações:** relações entre elementos, hierarquias, domínios do público e privado, densidades, relações entre cheios e vazios, etc.

Mas, a Morfologia Urbana concentra-se, também, em elementos estruturantes: a rua e as praças, espaço colectivo por excelência, expressão máxima do poder cívico e público das cidades. As praças, só por si constituíram um estudo bastante interessante, pelas suas implicações no espaço urbano: as relações que causam, as funções que abrigam, as condições do seu uso, a sua posição organizacional, características físico-formais, funções estéticas, simbólicas e de “marco”, no sentido em que poderão constituir por elas próprias, um marco não só simbólico, como orientador da cidade.

A importância da Morfologia Urbana, no Desenho Urbano, está no facto de se compreender a lógica da formação, da evolução e da transformação dos

elementos urbanos, suas inter-relações, com o objectivo de nos possibilitar a identificação das formas mais apropriadas, física e culturalmente, para podermos intervir na cidade existente, e para o desenho de novas áreas.

Um estudo morfológico deve necessariamente tomar em consideração os níveis ou momentos de produção do espaço urbano. Níveis esses que possuem, dentro da disciplina urbanístico-arquitectónica, a sua lógica própria, articulada sobre estratégias político-sociais. Um estudo morfológico deve também identificar os níveis de produção da forma urbana e as suas inter-relações, incluindo o da planificação e programação das quantidades, das utilizações (organização quantitativa e funcional) e das localizações que, de um modo geral, precederá o Desenho Urbano, sendo a forma o verdadeiro objecto da composição arquitectónica e urbana. (Lamas,1993)

A Análise Visual:

Nesta vertente refere-se Cullen (1983), que embora tendo sido criticado pela sua excessiva preocupação com os aspectos visuais, teve o mérito da sua obra “Paisagem Urbana” ter sido posteriormente utilizada para estudos científicos, ao nível da “percepção do meio ambiente”.

Para Cullen um grupo de edificações é já uma arte de relacionamento e o objectivo da sua obra é a exploração dos efeitos emocionais, sentidos a partir de experiências visuais. Os seus estudos baseiam-se numa análise intuitiva da paisagem urbana, e o seu resultado não seria eficaz a partir de estudos meramente científicos. Cullen apresenta-nos quatro modos, através das quais o meio ambiente provoca e gera respostas emocionais: a óptica, o local, o conteúdo e o sentido.

- **Óptica:** Ligada às actuais teorias que sublinham a importância dos significados dos percursos, já que a memória da paisagem urbana se fixa sobre uma estruturação mental do espaço. Daí a paisagem urbana surgir, na

maioria das vezes, como sucessão de surpresas ou revelações súbitas - visão serial, onde o ponto de vista e a imagem emergente se cruzam;

- Local: **Aqui e além** - Este segundo aspecto diz respeito às nossas reacções perante o posicionamento no espaço; é um tipo de percepção que se integra na ordem de experiências ligadas às sensações provocadas por espaços abertos e espaços fechados. Uma vez que o corpo tem o hábito de se relacionar instintivamente e continuamente com o ambiente, o sentido de localização não pode ser ignorado e o modo como o Desenho Urbano o “manipula” é susceptível de ser avaliado;

- Conteúdo: Relaciona-se com a constituição do urbano: sua cor, textura, escala, estilo, individualidade, o **isto** e o **aquilo**;

- Sentido: A obediência do desenho aos diversos elementos urbanos : ruas, praças, becos, escadas, crescentes, etc, com os seus modelos eruditos parece ser susceptível de ser avaliada e, constitui um critério de grande repercussão visual e emocional na leitura do espaço urbano.

A dificuldade de análise e qualificação da paisagem urbana não necessita de ser comprovada e esta sistematização de Gordon Cullen é uma contribuição para melhor compreender a paisagem da cidade.

A Percepção Ambiental:

Resumidamente poderemos dizer que todos nós comunicamos através de processos cognitivos, que incluem: - **a percepção** (campo sensorial), **selecção** (campo da memória) e atribuição de significados (campo do raciocínio), o que leva a dois campos distintos: acção e memorização, mas a percepção é essencialmente um processo selectivo e reconhecidamente um processo visual, pois é a visão, o sentido que prevalece.

Para o Desenho Urbano os objectivos desta categoria de análise são : a identificação de imagens públicas e a da memória colectiva e a partir do estudo do que os usuários percebem, como e com que intensidade se podem “montar” estratégias para a organização físico-ambiental.

Nesta linha, Kevin Lynch (1960) teve uma clara influência, analisando a imagem mental que os habitantes tinham das suas cidades, (figs. 95 e 96).

Foi um pioneiro nesta matéria, utilizando vários processos da psicologia.

A sua teoria tem três conceitos de referência:

- **Imaginabilidade:** Lynch define-a como “a qualidade que dá a um objecto físico uma alta probabilidade de evocar uma forte imagem em qualquer observador”, ou seja, é o potencial da memória do observador. O autor identificou cinco elementos básicos na conformação destas imagens mentais: percurso, nós, limites, bairros e marcos, (fig. 94).

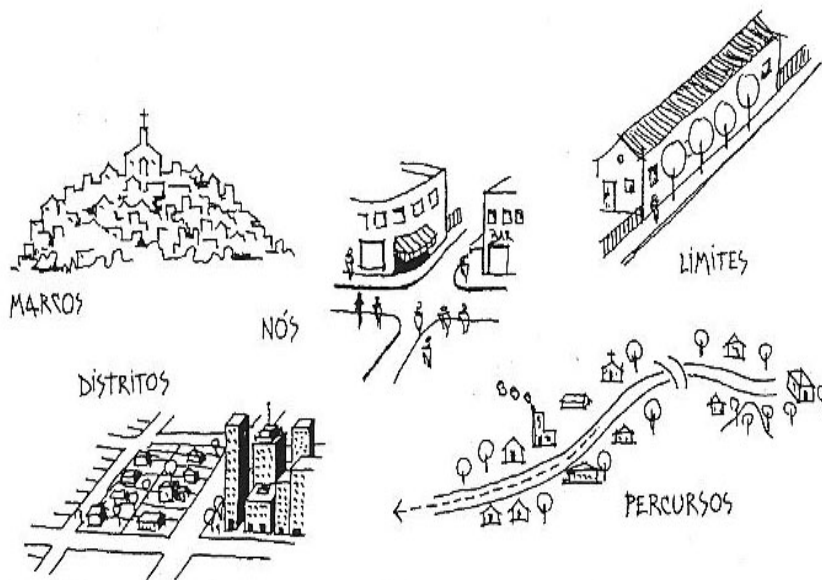


Fig. 94 – Esquemas representativos dos cinco elementos mais importantes na estruturação da imagem da cidade, segundo Kevin Lynch

- **Legibilidade:** Lynch (1960) define-a como “... a facilidade com que as partes podem ser reconhecidas e organizadas num padrão coerente ” e que “ uma boa imagem ambiental dá ao seu possuidor um importante sentido de segurança emocional, criando uma relação harmoniosa entre ele e o mundo exterior”;
- **Identidade, estrutura e significado:** A identificação de uma área, a sua diferenciação de outra, a sua “personalidade” e “individualidade” são chamadas por Lynch de “identidade”, enquanto que a **estrutura** é uma característica que todas as imagens compostas devem ter, para uma coerência do todo e das inter-relações que se criam. Ambas: Identidade e Estrutura deverão ser capazes de proporcionar ao observador algo: **o significado.**

Houve críticas ao método de Lynch, nomeadamente relativas à dificuldade de obter respostas credíveis dos interrogadores, mas não há dúvida que nos trouxe uma singular contribuição, que continua a influenciar estudos e projectos urbanos.

A importância destes estudos reside no facto de que a população procura perceber lugares que lhe sejam familiares no seu ambiente construído, que estejam carregados de memórias significativas e que possam gerar-lhes estabilidade psíquica e social, (figs. 95 e 96).

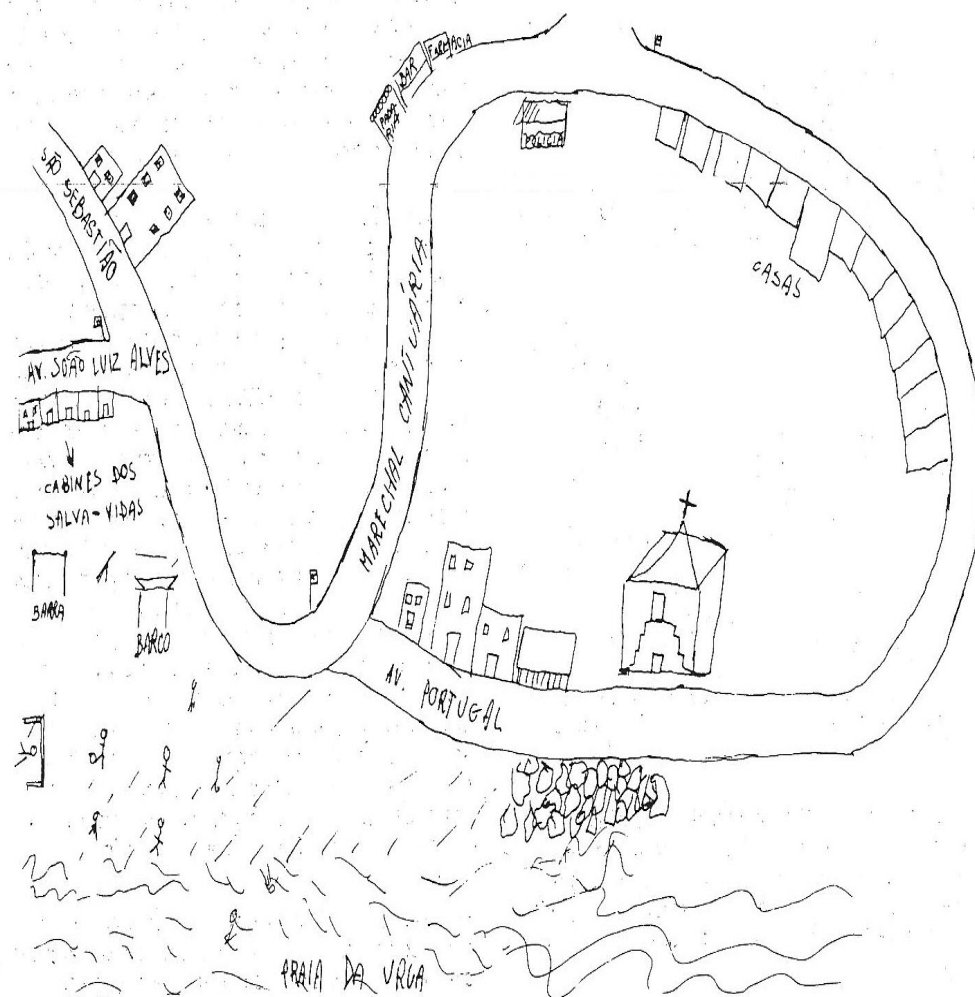


Fig. 96 – Mapa mental da Urca, Rio de Janeiro, por um morador e pescador de 22 anos, onde aparecem com destaque elementos de maior significação em sua percepção da imagem do bairro e a sua importância relativa (igreja com volume, prédios com fachadas e letreiros, prédios “sem cara”, largura das vias, etc.)

Comportamento Ambiental:

É uma área muito ligada à Psicologia e sobre a qual não se dará nesta dissertação especial enfoque. O objectivo desta área é compreender quais são os “ambientes comportamentais” de um espaço urbano, como são apropriados, quais os comportamentos que gerem e eventualmente a periodicidade desses comportamentos.

O importante desta metodologia é compreender que certos ambientes pressupõem a repetição dos comportamentos: certos “espaços” tendem a fazer com que diferentes actores se comportem da mesma maneira.

É sem dúvida um tema interessante e sugestivo que transporta o Desenho Urbano para o campo da investigação comportamental do espaço.

O crescimento do interesse pelos estudos comportamentais que o espaço gera tem tido particular alvo na arquitectura, mas é óbvio o seu potencial para nos informar sobre a dimensão urbana, através dos espaços imediatos aos conjuntos edificados das ruas, das praças e dos conjuntos urbanos, em geral.

“... a vida no interior das edificações e entre as edificações parece ser muito mais essencial e mais relevante do que os próprios espaços e edificações”.
(Del Rio, 1990)

Este processo de análise parece ter começado a impor-se no início dos anos 60, a partir de trabalhos críticos sobre os efeitos do Movimento Moderno nos ambientes urbanos.

Nos últimos dez anos este campo de estudos tem crescido muito, particularmente nos EUA, e o recente livro de Lang “Creating Architectural Theory: the role of the Behavioral Sciences in Environmental Design” (N. York, 1987), tem servido de base a investigações neste campo.

Nesta área outro pesquisador importante é o dinamarquês Jan Gehl com “Life between buildings” e “Using public spaces” (N.Y., 1987) que estuda o uso dos espaços públicos. Como sugere na sua obra, a necessidade de vida pública nas cidades, aumenta a cada dia , com o perfil da vida actual: períodos cada vez menores e mais flexíveis de trabalho, famílias menores e aumento de expectativa de vida. (Del Rio, 1990)

Outro autor, Gary Moore (1984) defende a tese de que as questões básicas a serem respondidas são: como é que as pessoas se relacionam com o meio construído, quais as suas necessidades e como se aplicam as respostas ao processo de projecto.

O projecto correcto responderia a três níveis básicos de satisfação: o visual, o funcional e o comportamental.

Os elementos que constituem os espaços públicos e o seu arranjo espacial sugerem usos e comportamentos diferenciados e torna-se necessário uma análise sistematizada para compreender as suas propriedades e qualidades, enquanto locais para o comportamento colectivo e social.

Estas quatro vertentes constituem um instrumento precioso de ajuda para melhor se compreender e saber ver o espaço urbano. Directa ou indirectamente o Desenho Urbano está sempre presente, seja na morfologia, na análise visual ou no comportamento que o espaço gera: cabe ao Desenho contribuir para gerar melhores formas de vida, seja ela estética, formal, comportamental ou outra.

Destas vertentes surgem alguns denominadores comuns aos autores estudados:

- Vitalidade: Grau em que a forma apoia as funções humanas vitais; dimensão ligada directamente ao bem estar-físico;

- **Congruência:** Capacidade da forma e dos espaços apoiarem acções, comportamentos e actividades sociais e humanas;
- **Controle:** Grau em que os habitantes controlam a produção, o uso e a gerência do ambiente urbano;
- **Eficiência:** Relação custo-benefício de criar e manter o espaço;
- **“Sentido”:** Grau em que o espaço é percebido, compreendido e estruturado mentalmente em termos espaciais e temporais (fig. 97);

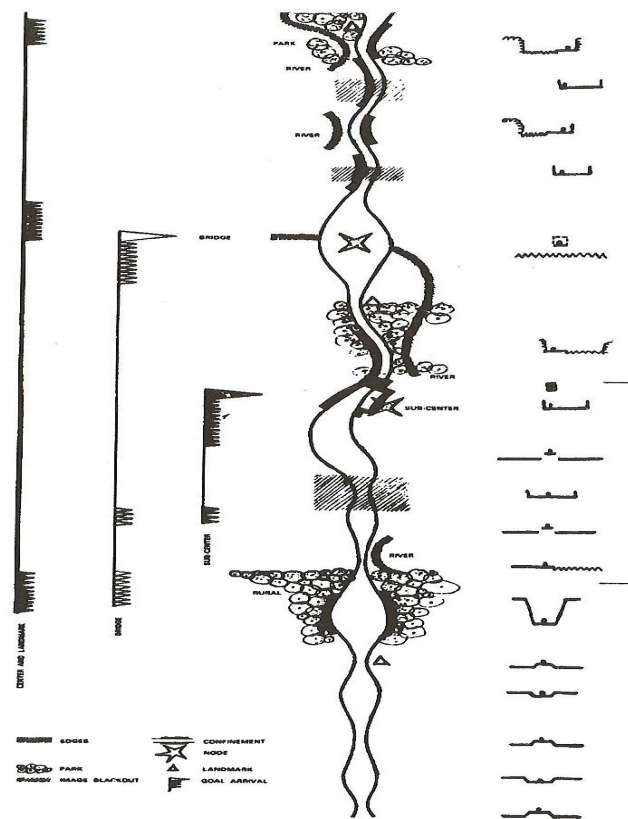


Fig. 97 – Esboço da progressão imaginária de uma auto-estrada lida com as suas curvas, com o seu movimento ascendente e descendente, com a abertura e fecho do espaço adjacente, com as perspectivas frontais e com a sucessão de objectivos ao longo do percurso.

- Acesso: Possibilidade de alcançar outras pessoas e outros espaços (fig. 98);

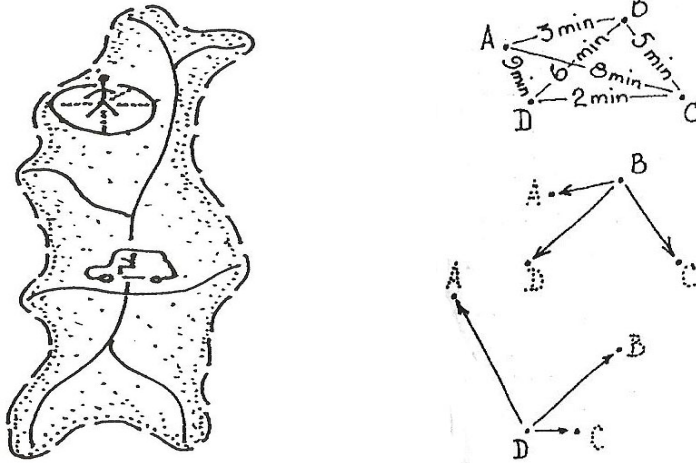


Fig. 98 – Acesso

- Justiça: Forma pela qual os benefícios ambientais são distribuídos pela população.
- Escalas e tipologias / interesse visual ;
- Carácter / individualidade / definição do espaço;
- Actividades;
- Amenidades / conforto;
- Variedade / contrastes.

Sendo o Desenho Urbano um meio, um instrumento que ajuda a qualificar o espaço urbano, tanto no sentido físico, como a nível ambiental, propõem-se algumas temáticas consideradas importantes e que podem destacar-se como objectivos a atingir:

a) A imagem da cidade: Não deve ser comprometida, o que pode acontecer se o processo de planeamento não for bem conduzido; pode por em causa a identidade e o imaginário da população;

b) Visualidades: é o jogo urbano dos cheios e vazios, da percepção dos espaços, das vistas e panoramas. A incompetência de certos regulamentos e propostas podem ameaçar o modo como a cidade cresce e se relaciona com o ambiente envolvente;

c) Identidades locais: Precisamos de nos identificar com um território e mesmo com um grupo social. As cidades devem ser um conjunto perceptível de partes, formando um todo coerente, se bem que cada parte, bairro ou comunidade deva ter uma identidade própria;

d) Relações com o ambiente natural: O nosso relacionamento com o ambiente é problemático. Diariamente praticam-se agressões contra o sistema ecológico, contra a boa climatização, contra as drenagens correctas e mesmo contra o bom relacionamento com o sítio, a que se acrescenta o problema premente da poluição e do lixo;

e) Relações com a arquitectura existente: Esta questão é reflexo do desenvolvimento urbano. O respeito pelo contexto construído não impede que a nova arquitectura seja criativa e reflexo da época em que é construída. O desrespeito do contexto histórico, pode provocar, além de conflitos estéticos, conflitos tipológicos, culturais e funcionais;

f) Relações morfológicas: Relacionam-se com a lógica socio-espacial existente. Aqui já se ultrapassa a História, para se lidar com os próprios modos de vida das populações e o seu reflexo no espaço urbano. O que se pretende é um desenvolvimento compatível com a continuidade.

O desrespeito morfológico é um acto comum: conjuntos não integrados no tecido existente, desrespeito pelas volumetrias e tipologias, não dignificam a coerência urbanística e criam problemas com acessibilidades, linhas e pólos de crescimento;

g) Espaços públicos: Não dependem só do urbanista, mas têm a ver com a educação da população, e dos dirigentes políticos. Engloba uma vasta área de acção, que vai desde o comportamento dos usuários ao mobiliário urbano e ao arranjo dos espaços exteriores.

Carros estacionados nos passeios, quiosques e sinalizações colocadas sem critério, cabines telefónicas, painéis publicitários e outras barreiras físicas colocadas ao critério dos concessionários, desvalorizam e desqualificam o espaço, onde o social/urbano acontece. É importante valorizar o espaço público através de uma boa manutenção, de mobiliário próprio, integrado e bem projectado e de actividades temporárias, de lazer ou outras;

h) Variedade de acontecimentos: Uma das heranças do modernismo foi a crença na monofuncionalidade, que parece não ter tido o êxito esperado. Pelo contrário, a variedade é uma das qualidades a ser fomentada e promovida, tanto através dos usos, como das formas e funções. Um espaço urbano, uma cidade só poderá tornar-se “forte” e “expressiva” quando nela acontece uma rica mistura social e de usos;

i) Património: não podendo englobar o dimensional (exceptuando-se o caso do dimensional ser aqui entendido como uma dimensão historicamente representativa de um período historico-cultural específico), necessita de alguns parâmetros para a sua análise:

ii) Importância na estruturação do lugar: A arquitectura de um lugar passa pela formulação mental de uma estrutura física, viva

e integral, capaz de suportar uma imagem clara. O rigor da sua implantação na estrutura física, qualifica o seu sentido simbólico e a extensão do seu valor. O património pode assim ser analisado, segundo a sua importância, na estruturação do lugar;

- Valor contextual: Valor que legitima a classificação do património (monumento nacional, de interesse público, etc);
- Valor cultural intrínseco: É a classificação do património, através da sua postura no decorrer dos discursos estéticos;
- Valor subjectivo / simbólico: grande parte dos indivíduos que desejam a conservação dos monumentos na sua forma actual invocam a “personalidade cultural da cidade”.⁽¹¹⁾

Contudo, a maior parte desses indivíduos desconhece com que acontecimentos históricos, ou com que períodos, essas peças estão relacionadas - é o monumento da identidade e da personalidade urbana, porque nos remete ao passado da cidade e à sua persistência no tempo.

“Como tendem a provar as artes da memória, nenhum conhecimento é fixável com a arquitectura de um lugar, com uma topologia de objectos reais que permitam fixar a memória. (...) o primeiro gesto humano é o de identidade do sujeito ou possibilidade de locos. (...) Os núcleos urbanos antigos, ou as peças construídas que se antecipam aos tecidos construídos, formam uma pré-estrutura do território; elas são o primeiro sinal da arquitectura do lugar”.⁽⁶⁾

⁽⁶⁾ Madeira Rodrigues, “Tradição, transição e mudança - a produção do espaço oitocentista”, (1978 - 1979).

Estes conceitos fundamentais no discurso teórico foram um contributo importante para ultrapassar o impasse criado pelo Movimento Moderno, ao nível do desenho urbano; se bem que se compreendesse que as propostas dos CIAM estavam exangues, são os estudos que vão abrir novas perspectivas de entendimento do espaço urbano que permitirão propostas inovadoras que procuram colmatar vertentes como “inserção no local”, “espaços de memória” e outras vertentes que o Movimento Moderno terá descurado.

2.3 Um novo contexto para o desenho urbano

2.3.1 O papel do desenho livre no processo de projecto

A composição do espaço urbano parece hoje uma questão um pouco esquecida na prática da construção da cidade. Este processo de empobrecimento da riqueza formal e compositiva do espaço urbano esclarece-se quando entendidas as prioridades que disciplinas várias adquirem no planeamento, que passa a actuar a uma macro-escala, movendo o centro das preocupações urbanísticas para campos excêntricos à composição formal, alicerçada sobre a experimentação compositiva e a criatividade individual do projectista.

É o percurso desta mudança que este capítulo procura traçar sumariamente relacionando-o com o processo de desenho ao longo das suas diversas fases. O desenho urbano medieval demonstra uma grande apetência por uma composição tão sensível quanto empírica .

A preocupação com uma regra que se traduza numa ordem compositiva mais clara chega com a proximidade de *Quattrocento*.

Esta preocupação do Século XIV pela ordem visual parece ser um rasgo tipicamente italiano, presságio da chegada do Renascimento e com ele de quatro séculos de desenho urbano mais disciplinado. De facto, a composição medieval sofrerá os efeitos da frieza do processo de intelectualização, que os tratadistas do Renascimento sistematizaram e que ao nível da composição urbana será operacionalizado durante os Sécs. XVII e XVIII. (note-se que a arquitectura sofre o mesmo processo, aqui interrompido pelas normativas saídas do Concílio de Trento, que visam voltar a conceder ao sujeito a possibilidade de uma leitura espacial fácil e pedagógica prévia à interpretação erudita).

Algumas intervenções românticas pontuais na prática urbanística do séc. XVIII e XIX, não serão suficientes para contrariar o sentido das operações urbanas maioritárias (se bem que o desenho de conteúdos românticos seja utilizado na reformulação da cidade capitalista).

O importante nas contribuições teórica dos tratadistas do Renascimento e do Tardo-Renascimento teria sido o asseverar a crença firme de que a vida humana podia racionalizar-se inteiramente, através do labor mental e de esquemas “lógico-filosóficos”, sendo fundamentalmente estas ideias racionalistas que estariam por detrás das propostas de novos modos de implantar a cidade, e não considerações de natureza espacial ou inerentes a relações e conceitos espaciais

Esta racionalização corre paralela com o deteriorar da sensibilidade à terceira dimensão espacial que declina gradualmente até ao Séc. XIX, altura em que deixa de existir completamente. O triunfo da razão completa-se mas introduz grande *secura* na composição.

A racionalização intelectual da cidade continuará com Claude Ledoux, e não será casualmente que o seu conceito de cidade ideal é unicamente

planimétrico e carece de coerência espacial - a bidimensionalidade instala-se e será “princípio director” durante todo o século XIX.

O espaço barroco, o espaço cenário da “sensual fúria de viver” que caracterizará a cidade até à revolução industrial está definitivamente enterrado. Com ele o desenho da cidade encarado como processo de determinação formal, desenvolvido dentro de um *corpus* de poéticas e de tradições linguísticas que a história significará .⁽⁷⁾

Poderemos então dizer que se as tensões espaciais do maneirismo erudito de um Capitólio se diluem primeiro no desarticulr das geometrias compositivas, por sua vez deram lugar no Séc. XIX, a uma composição clara, isenta de contradições formais aparentes, de que são exemplos as intervenções oitocentistas na Praça do Povo.

É a imensidão das certezas oitocentistas que o espaço incorporará, traduzida agora em lógicas compositivas claras - porque a tão apregoada dúvida só existe no campo experimental, circunscrita a um universo onde se sabe *à priori* que ela está temporariamente circunscrita; é apenas uma dúvida operacional necessária à eterna progressão burguesa. Tafuri, esclarece a articulação entre a aridez do pragmatismo da cidade burguesa e a introdução do pitoresco na cidade. “Não é por acaso, que precisamente no momento em que a economia burguesa começa a descobrir e a lançar as suas próprias categorias de acção e de juízo, dando aos “valores” conteúdos directamente mensuráveis com os metros ditados pelos novos métodos de produção e detroca, a crise dos antigos valores seja subitamente escondida

⁽⁷⁾ “O único modo de descrever as estruturas da linguagem parece ser o da síntese histórica ... A linguagem da arquitectura forma-se, define-se e supera-se na história, em conjunto com a própria ideia de arquitectura. Neste sentido, constituir uma “gramática geral da arquitectura” é uma utopia. Só se podem reconhecer e descrever sintaxes e “códigos” historicamente definidos, úteis como “ideal-tipo” na análise historiográfica”. Manfredo Tafuri, *Projecto e Utopia*, Editorial Presença. (1985)

por um recurso a novas sublimações, tornadas artificialmente objectivas através do recurso à universalidade da natureza”.⁽⁸⁾

Através deste parágrafo Tafuri traça magistralmente a crise de consciência que inaugura o Romantismo europeu - para este autor a inserção do pitoresco na cidade traduz a valorização desta, valorização essa, que tende a negar a dicotomia já evidente entre a cidade e os campos - ao persuadir de que não existe nenhum salto entre a valorização da natureza e a valorização da cidade enquanto máquina reprodutora de novas formas de valorização económica - a nova cidade é mais uma operação burguesa que esconde a sua verdadeira face.

A cidade como estrutura que determina, através dos seus próprios mecanismos de acumulação, a transformação dos processos de aproveitamento do solo e dos rendimentos agrícolas e fundiários. Ora, são os novos valores que a sociedade de setecentos inaugura, traduzidos nos novos métodos de produção e de troca, que serão agora postos em prática na construção da cidade, sendo que a pretendida abstracção teórica serve para destruir os esquemas de desenho e de desenvolvimento mais intuitivos.

A estrutura urbana enquanto registo dos conflitos que dão a vitória ao progresso tecnológico, muda violentamente de dimensão, configurando-se como estrutura aberta, na qual é utópico procurar encontrar pontos de equilíbrio e referimo-nos como é evidente à propagação das malhas ortogonais, que servem de modelo ao violento crescimento da cidade.

Poderemos então dizer que o desenho urbano é corroído, quando a cidade iluminista sente a necessidade da sua sistematização quantitativa, e a cidade

⁽⁸⁾ Manfredo Tafuri (1985) *projecto e Utopia*.

industrial começa a aplicar lógicas estritas na tentativa do entendimento do urbano.

A construção da cidade encarada como lugar de reprodução da força de trabalho, passa a ser controlada pelo funcionalismo informado pelo planeamento quantitativo, que se quer caucionado numa base científica ⁽⁹⁾ ⁽¹⁰⁾ situação que se agravará já no Séc. XX, na urgência da reconstrução europeia após a Segunda Guerra Mundial.

Na década de 50 o planeamento regional e urbano assumiu uma posição de destaque em todo este processo. Enfatizavam-se atitudes racionais e tomadas de decisão apoiadas em vários campos disciplinares, essencialmente na economia, na sociologia e na geografia, numa visão sistémica global e racional. Neste contexto, a macro visão do planeamento ignorou, de um modo geral, as especificidades do urbano, enquanto espaço com toda a sua problemática física, sócio-cultural e mesmo microeconómica.

As propostas preocupavam-se basicamente com a localização de recursos e actividades, com base em dados estatísticos, ditos objectivos, sendo o espaço urbano um suporte físico para campos disciplinares diversos, acabando por ser omitido e ignorado enquanto forma.

⁽⁹⁾ Choay faz a seguinte reflexão acerca do seu livro “Urbanismo, Utopias e Realidades “ ...”je m’étais déjà attaché de signaler une anomalie des textes produits par l’urbanisme. Je montrais qu’ils s’attribuent un statut scientifique auquel ils n’ont pas le droit, que leurs propositions sont, en fait, sous tendus par des idéologies non dites et non assumés. L’enjeu de ma démonstration était alors polemique: dénoncer l’imposture d’une discipline qui , dans une periode de construction fievreuse, imposait son autorité sans conditions “. François Choay, La règle et le modèle, sur la théorie de l’architecture et de l’urbanisme, Editions du Seuil, 1980.

⁽¹⁰⁾ Note-se que este ponto se refere a uma generalidade, sendo evidente o mérito de numerosos estudos “científicos” e “matemáticos”, que muito terão contribuído para um alargamento do campo de compreensão dos problemas urbanísticos.

A arquitectura, por seu lado, mostrava-se descontextualizada, sem preocupações de maior pelo quotidiano dos cidadãos ou pelas características próprias de cada sitio.

Surge um distanciamento claro entre a arquitectura e planeamento. Para que o tratamento do espaço urbano realce a sua vertente mais importante e que é o respeito pelo espaço, há que ultrapassar o fosso entre urbanismo e arquitectura, ultrapassar este fosso disciplinar e impôr o desenho urbano como ferramenta capaz de lidar com esta interdisciplinaridade.

Enquanto que o desenho urbano se concentra, actualmente, em compreender as complexidades do processo de desenvolvimento urbano e em elaborar possibilidades para intervenções a nível da qualidade físico-ambiental, já a sua institucionalização académica inicial admite que ele não pode ignorar praticamente nenhuma área de conhecimento do ambiente urbano. Consequentemente engloba teorias, procedimentos e técnicas da arquitectura, da psicologia, do ambiente, da geografia, da história, do paisagismo, da engenharia, dos transportes, da administração do território, da micro-economia e do próprio planeamento como disciplina autónoma.

2.3.2 Planeamento e Desenho Urbano:

O Planeamento deve ser entendido como uma actividade permanente e por isso mesmo constitui um processo, processo este indispensável à tomada de decisões. A partir de decisões políticas a nível dos objectivos sociais e económicos a serem alcançados, é através do planeamento que estabelecemos os melhores meios e acções para atingir esses objectivos.

Quando deve aparecer o Desenho Urbano no processo de planeamento?

O processo de planeamento, ao estar sujeito ao processo de Desenho, impõe um processo constante de procura de conteúdo para o projecto, num processo interactivo, sistemático. Não existe o momento exacto para “começar a pensar em Desenho Urbano”.

O desenho deve estar presente na administração das cidades, gerando uma inter-relação dinâmica e constante entre planos e projectos (entre o geral e o particular), entre a formulação e a implantação (entre início e fim). Deste modo evitar-se-á um dos equívocos mais comuns no processo de produção das nossas cidades. O desenho urbano pode preencher um papel mediador e de “interface” entre Plano, Projecto e Obra.

Só com uma compreensão da teoria interiorizada no processo de projecto é possível alcançarem-se os padrões de qualidade pretendidos. Os conceitos do discurso teórico aqui abordados poderão trazer uma melhor compreensão para o objecto em estudo.

O desenho urbano poderá ser “...um bálsamo para as feridas abertas e das quais ainda não saímos”. A introdução do desenho livre como método de pesquisa no campo do desenho urbano introduz novos conteúdos compositivos. É importante referir que aqui a palavra desenho tem um carácter mais dinâmico que não é associado à significação tradicional, de carácter mais estático. Desenho como processo de determinação formal confundido com o acto de projectar. Este carácter dinâmico do desenho é bem expresso pelo Mestre Frederico George quando diz que “o esquiço é uma ideia em movimento”.

O desenho é um meio “expressivo”, pressupõe uma procura, que leve à definição de uma ideia abstracta e confusa antes do seu acontecer. O desenho de pesquisa, os estudos, vulgarmente conhecidos por “esquiços”, destinam-se a objectivar uma forma possuidora de significados válidos no modelo cultural em que o sujeito se movimenta.

“A amplitude da interpretação a que a forma se expõe, e a sua capacidade de participação numa categorização estética, determina o grau de sobrevivência da peça dentro de uma cultura da morfologia urbana” (Ricardo Costa, 1996).

Poder-se-á dizer, ressaltando as devidas simplificações, que a introdução do desenho livre no processo de projecto, ou seja, que a integração do momento subjectivo no mecanismo de produção urbana facilita o reconhecimento do espaço enquanto detentor de significados reconhecíveis para o indivíduo.

Vários autores procuram definir o conceito de desenho urbano. Uma definição dada por Cutler e Cutler (1983) é a disciplina que lida com o processo de dar forma e função a conjuntos de estruturas, bairros inteiros ou à cidade em geral”.

Já Goodey (1975) define-o através de algumas vertentes de acção, através de:

- **Escala espacial:** o espaço entre os edifícios, o bairro, locais de actividades do quotidiano;
- **Escala temporal:** transformações e evolução, ambiente como processo, programas e linhas de acção;
- **Interacções homem/ambiente:** campo onde pessoas e grupos sociais são identificáveis, e a análise destas realizações e transformações;
- **Multiprofissional:** vertente capaz de compreender as capacidades e os limites de outras profissões e de coordenar acções em relação à dimensão físico-espacial do urbano e suas funções;

- Monitorização/Orientação: capacidade de controle de desenvolvimento urbano e de dirigir o processo de transformação de uma área ou de uma cidade”.

Também Kevin Lynch procura dar uma contribuição para a definição de conceito de desenho urbano: “... a arte de criar possibilidades para o uso, gestão e forma de assentamentos ou de suas partes significantes. Lida com padrões no tempo e no espaço, tendo justificativa na experiência quotidiana humana destes padrões.

Não trabalha exclusivamente com grandes escalas, mas também com menores - como bancos, árvores, pórticos ou entradas - quaisquer aspectos que afectem a “performance” do espaço. O “ City Design ”preocupa-se com objectos, actividades humanas, instituições e com processos de transformação”.

O Desenho Urbano aparece assim como um campo disciplinar que trata a dimensão físico-ambiental da cidade, enquanto conjunto de sistemas físico-espaciais e de sistemas de actividades que interagem com a população, através das suas vivências, percepções e acções quotidianas, procurando-se tratar da produção, da apropriação e do controle do ambiente construído ou por construir.

O desenho urbano engloba questões que têm a ver com a morfologia urbana e que afectam o processo de formação de todo o espaço urbano, o seu funcionamento, a sua adaptação às várias formas de vivência e aos grupos sociais, pelo que é necessário um profundo conhecimento da cidade e do território, das suas estruturas, espaços, formas e seus processos de formação.

O desenho urbano aparece como um instrumento do processo de planeamento, que deve ter em linha de conta toda a complexidade das várias áreas e dos vários campos de conhecimento e ter como objectivo o bem estar físico, cultural, social dos cidadãos, criando diversidade de funções e de situações, riqueza e uma pluralidade de espaços.

E a estética e o simbólico onde ficam? Se fizermos uma analogia entre o desenho urbano e um edifício - entre o projectar um espaço exterior/ urbano e o projectar um edifício, temos que admitir que os aspectos estéticos são determinantes.

Por um lado, temos o aspecto técnico do edifício: uma questão de cálculo de forças e resistências, de fazer encaixes e telhados com bons isolamentos, alicerces estruturalmente sólidos para o edifício que suportam; mas, existe também, toda a esfera da **expressão**, a tentativa de usar as formas estruturais “de modo a comunicar o sentido da construção ao cliente e a capacitá-lo a participar nas suas funções com uma maior receptividade da sua parte- sentindo-se, por assim dizer, mais cortês quando entra num palácio, mais devoto quando entra numa igreja ... e num cidadão, mais cooperante e responsável, mais orgulhosamente consciente da comunidade que serve, quando atravessa a sua cidade e participa na sua vida multifacetada. Trata-se de criar um cenário permanente de uma cultura, no qual o drama social pode ser representado da forma mais proveitosa, mais feliz e harmoniosa pelos actores”. (Mumford,1952)

E Mumford acrescenta: “Quando os homens de negócios concebiam os seus escritórios como catedrais, ou quando os piedosos doadores tratavam os edifícios universitários como se fossem mausoléus privados - tudo isto provoca uma ruptura na nossa vida; por isso, é da maior importância que o símbolo e a função, (seja em arquitectura, seja na cidade) sejam integrados numa efectiva harmonia”. (Mumford,1952)

Tanto a função, como a expressão têm um lugar em todos os sistemas espaciais - na arquitectura, no desenho urbano de uma praça ou no desenho de uma cidade inteira, inconscientemente ou propositadamente, tudo comunica com o observador, alterando o seu comportamento.

Todas as funções visíveis contribuem de algum modo para essa expressão. “Se uma praça, uma rua, um edifício, um conjunto urbano, não deleitar em alguma forma o nosso olhar e não instruírem a nossa mente e não acalmarem o nosso espírito, então não há audácia técnica, tomadas de decisão acertadas, previsões correctas, nem multiconhecimento que possa salvar aquela ausência de sentido” . (Del Rio, 1990)

O desenho da cidade é também uma expressão artística e cabe aos autores dessa obra dizerem: “... eu estou aqui e em mim a vida assumiu determinada forma. A minha vida e a minha obra não devem terminar antes que tenha dominado o seu significado e o seu valor. Aquilo que tenho visto, sentido, pensado e imaginado parece-me importante: tão importante que vou transmiti-lo a vós, por intermédio de uma linguagem comum de símbolos e formas, que tenham algo da concentração, algo da intensidade, algo do deleite apaixonado que elevo ao mais alto nível em mim, através do próprio acto de expressão. Com a minha ajuda e a da minha obra, dou-vos no presente, a experiência de toda uma vida: as potencialidades de muitas vidas. Estes momentos estéticos conferem à vida um novo significado; e esses novos significados elevam a vida a outros momentos estéticos.”(Mumford,1952)⁽¹¹⁾

Não poderíamos chamar desenho ao “desenho urbano” se não contemplasse estes aspectos : o estético e o simbólico.

⁽¹¹⁾ A expressão de Mumford: “ o drama da vida não pode continuar e o próprio enredo fica insípido e vazio” é curiosa porque remete para uma visão barroca da cidade: a cidade como cenário que confere ao sujeito o papel de protagonista.

Segundo o mesmo autor, o mundo contemporâneo tem vindo a aperfeiçoar os seus autómatos espaciais e as suas bombas atómicas e de hidrogénio, ao mesmo tempo que vai fugindo das iniciativas sociais e pessoais que poderiam produzir uma maior ordem mundial baseada na cooperação e em governos responsáveis - condições essenciais para a paz.

É claro que o estado presente da nossa civilização não tem o dom se autopropaguar. Se o homem hoje, não recuperar a sua integridade e o seu equilíbrio, não reconquistar a criatividade e a liberdade, seria incapaz de conter as formas destrutivas que actualmente conspiram, de forma quase automática, para o destruir.

O espaço físico, tem um papel fundamental no desenrolar deste acto. O desenho urbano, podendo ter definições de carácter morfológico, ambiental, estrutural, social, geográfico, psicológico, comportamental, é o produto de consensos que têm o dever de velar pelo nosso bem estar físico, psicológico e espiritual, de modo a que os modos de vidas tendam para o equilíbrio, onde a funcionalidade comungue com a diversidade, com a pluralidade e com a estética.

2.4 Conclusão

Na 1ª parte deste capítulo referiu-se como os anos 60 e 70 foram uma época fértil em mudanças de atitude quanto à teorização sobre aspectos morfológicos da cidade, referindo-se alguns autores essenciais neste processo. Estas críticas surgem como um novo posicionamento face à maneira de pensar o urbanismo. Se as reacções de alguns críticos face aos princípios do Movimento Moderno foram violentas, há que ter em conta o

contexto da produção da cidade do pós-guerra, associada a uma necessidade política e administrativa de responder às carências de habitação, equacionando-se os problemas da urbanização dentro de programas estereotipados, eminentemente administrativos que passaram a ser legitimados por discursos e desenhos de oportunidade face à encomenda. De facto é clara a distância entre grande parte dos trechos de cidade construídos e uma correcta compreensão dos princípios do Movimento Moderno.

Note-se a tradução destes princípios na má utilização da construção de alta densidade em altura, em periferias congestionadas que, como plano, tinham apenas loteamentos dispersos em contraste com as cidades de desenho erudito, como Chandigarh ou Brasília, que informadas pelos mesmos princípios, propõem espaços de qualidade bem diferente.

Neste contexto o desenho urbano surge com uma nova “face” e como instrumento emergente no processo de planeamento.

O ponto: “Um novo contexto para o Desenho Urbano”, trata sobretudo de algumas reflexões sobre o que alguns autores consideraram o desenho urbano. Fez-se uma abordagem ao processo de bidimensionalização dos planos para a cidade que ajudasse a compreender a distância que veio a adquirir o planeamento da produção da forma.

É neste contexto que emerge a importância do desenho livre, no processo de planeamento e na produção do espaço urbano.

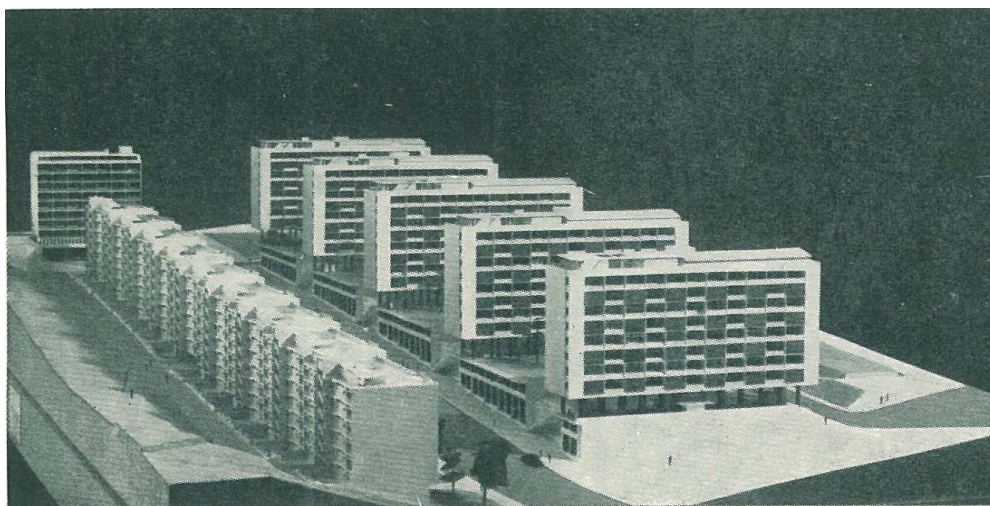
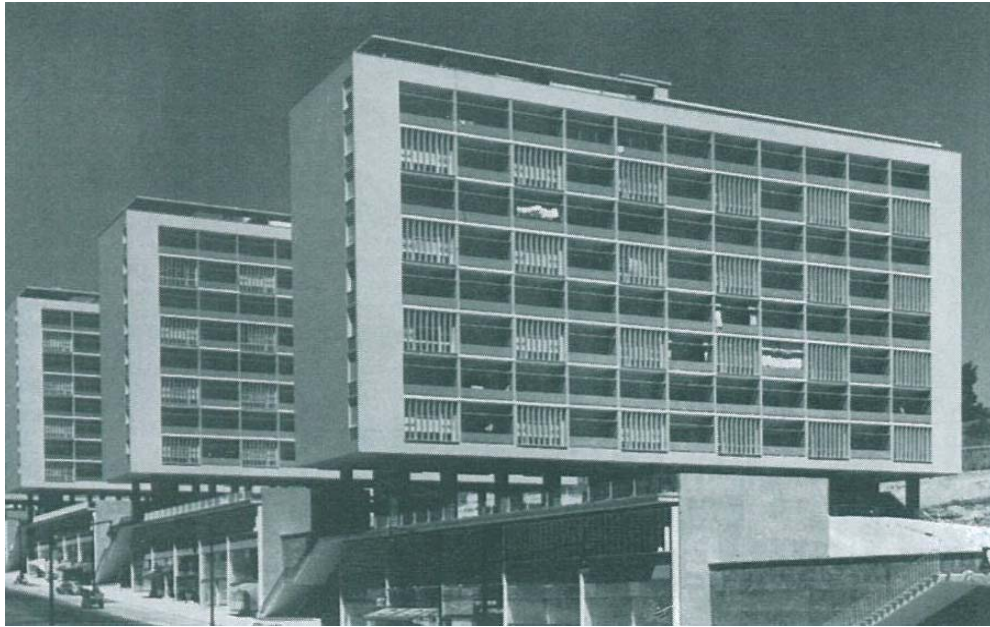
CAPÍTULO 3

O contexto em Portugal

Não se pretende neste capítulo abordar questões políticas e administrativas que precedem a prática urbanística, em Portugal, durante este período (anos 60 e 70). O progressivo enfraquecimento de práticas do regime salazarista fez com que as ideias do Movimento Moderno só se implantassem a partir dos anos 50, quando na Europa já surgiam reacções a esse modelo. São exemplos disso a Av. dos Estados Unidos da América (1954) (fig. 99) e a Av. Infante Santo de Abel Manta e Pessoa, (figs. 100, 101, 102 e 103) bem como o Bairro das Estacas dos arquitectos F. Sanchez e R. Athouguia (concluído em 1954) (figs. 104, 105, 106 e 107), que evidenciam uma orientação racionalista e moderna. Ainda em Lisboa, o Bairro dos Olivais Norte, Sul (figs. 108, 109, 110, 111 e 112) e Chelas (figs. 113, 114, 115 e 116) denunciam a evolução crítica dos CIAM, onde se poderá reconhecer atitudes críticas ao racionalismo, onde se recupera a rua e a praça numa escala que pretende ser mais humana.

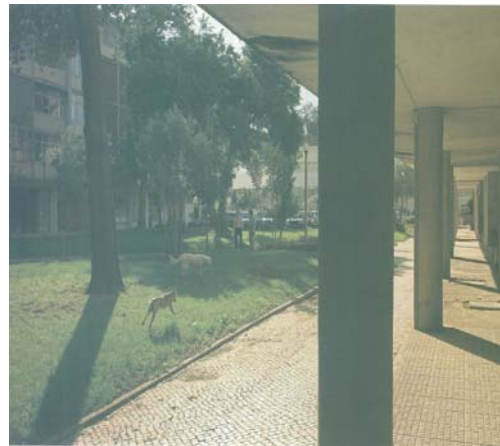


Fig. 99 – Cruzamento da Av. dos Estados Unidos da América com a Av. de Roma

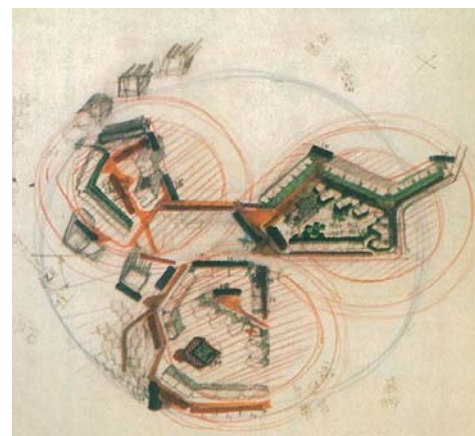
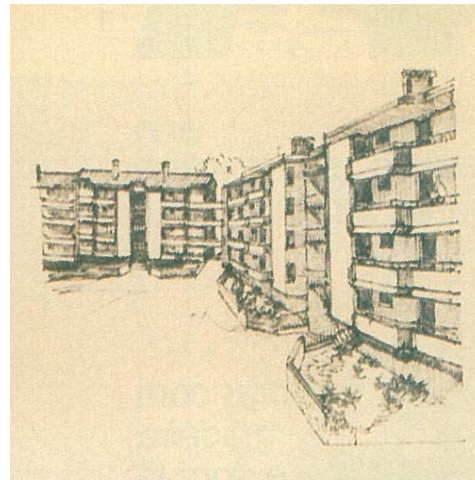


Figs. 100, 101 e 102 – Av. Infante Santo, Lisboa, 1950-1954, Alberto Pessoa

Fig. 103 - Av. Infante Santo, Lisboa, 1950-1954, Alberto Pessoa – Foto da Maquete

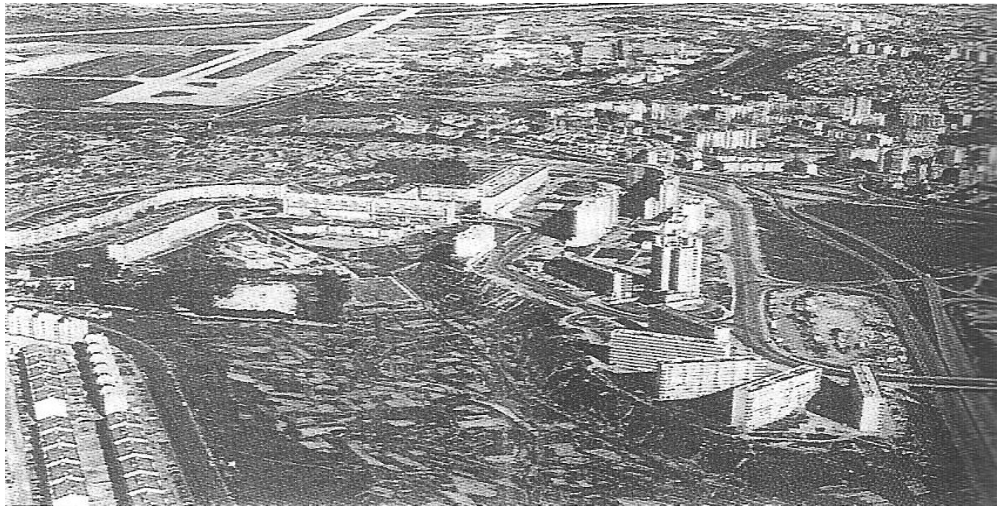


Figs. 104, 105, 106 e 107 – Bairro S. João de Deus – “Bairro das Estacas”, Alvalade, Lisboa, 1949-1953, Ruy d’Athougia e Sebastião Formosinho Sancez



Figs. 108, 109, 110, 111 e 112 – Bairro dos Olivais Norte e Sul (esquiços Nuno de Teotónio Pereira)

Fortemente vinculados ao ideário emanado de Atenas e tutelado por Le Corbusier os novos bairros reflectem o pensamento racionalista traduzido pela inserção pontual dos edifícios num espaço livre, fluido e ajardinado, e na recusa sistemática das anteriores formas de fazer cidade.



Figs. 113, 114, 115 e 116 – Bairro de Chelas

3.1 Os Planos Integrados

Até meados dos anos 70 desenvolvem-se grandes intervenções habitacionais de iniciativa Estatal dominadas pelos Planos Integrados, que demonstraram o modo de fazer cidade recorrendo às formas urbanas tradicionais reconhecidas.

Os Planos Integrados aparecem no contexto político da Primavera Marcelista, numa tentativa de resolver problemas da habitação (zonas degradadas, de exclusão social, e de maior oferta de habitação para a população). Eram obras de índole urbanística e habitacional fomentadas pelo Ministério da Habitação e Obras Públicas. Nestes planos tentou-se uma aproximação real aos problemas concretos das populações, tentando manter-se as tipologias a que estavam habituadas, por forma a não haver descontextualização social.

Os mais sonantes foram os de Setúbal (fig. 117), Almada (figs. 118 e 119) e Aveiro (da fig. 147 à 164).

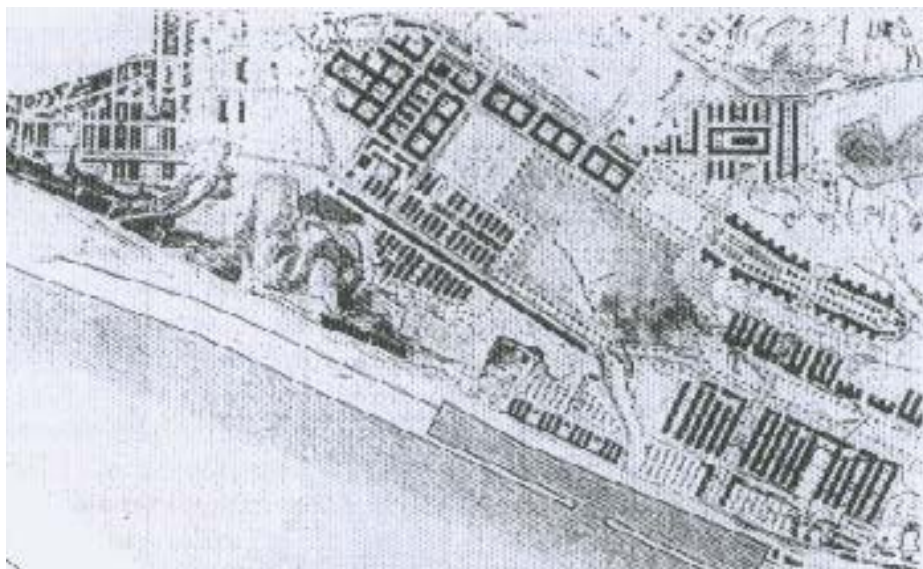


Fig. 117 – Plano Integrado do FFH – Setúbal, José Charles Monteiro, J. S. Martins, Jorge C. Ferreira, José L. Prata, José C. Henriques

A tentativa de uma integração no tecido urbano já consolidado não foi conseguida, nem em Almada, nem em Setúbal. Este último tornou-se um conjunto periférico não integrado e o de Almada, pela sua separação com a via rápida, também não conseguiu aquele objectivo.

Destes, o mais marcante é o de Aveiro.Santiago, do Arq.º Alberto Oliveira e será objecto do último ponto deste capítulo.

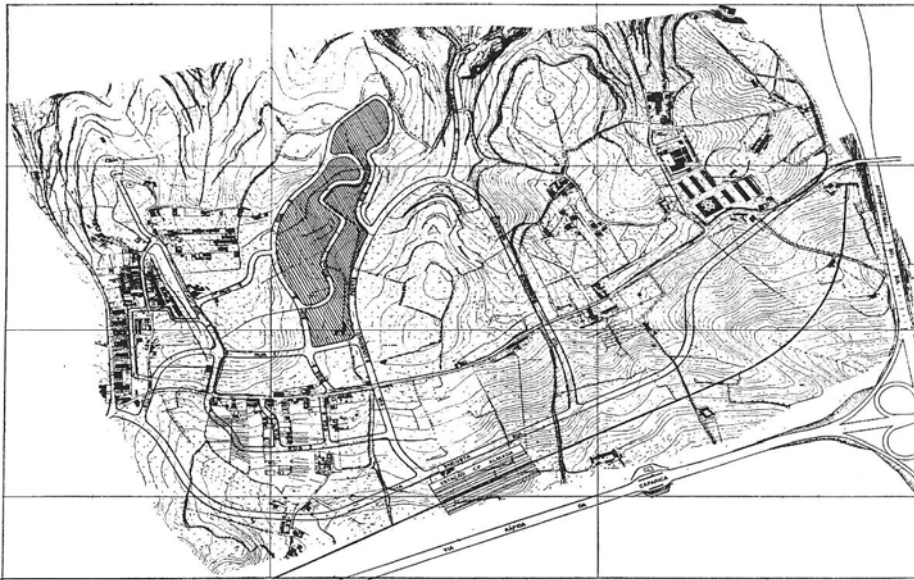


Fig. 118 - Plano Integrado do FFH - Almada, Monte da Caparica

Planta Geral do Plano (a área sombreada corresponde à 1ª fase)

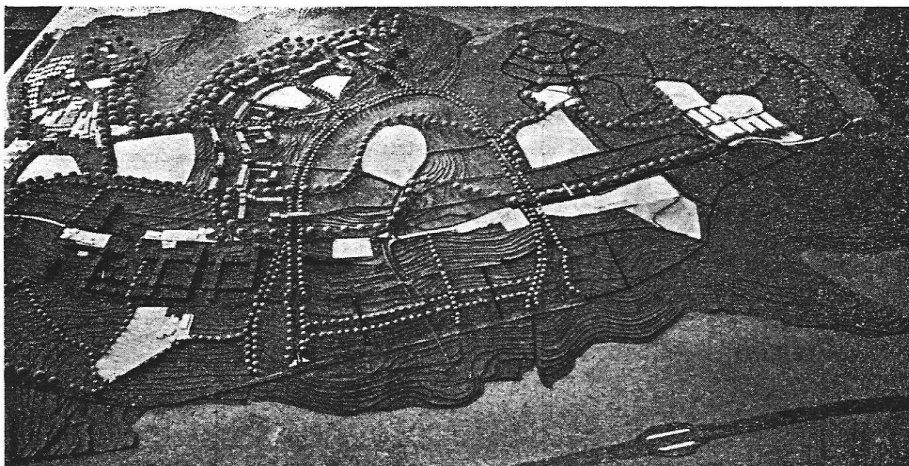


Fig. 119 - Plano Integrado do FFH - Almada, Monte da Caparica

Maquete da Proposta

3.2 As Operações SAAL

Com a mudança do regime político, em 1974, procurou-se criar um Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), para recuperação dum habitat popular degradado na cidade, evitando-se o êxodo para a periferia. Brigadas de Acção Local (BAL) colaborando com comissões de moradores completaram o quadro de uma política social que a evolução da conjuntura económica-política não deixou desenvolver, e que, em 1980, com uma nova política de venda de terrenos camarários (suspensa em 1974) teve fim.(França,1997)

Estas operações SAAL procuravam resolver problemas de barracas, dar prioridade às questões habitacionais e foram lançadas, após o 25 de Abril, pelo Arquitecto Nuno Portas, enquanto secretário de Estado da Habitação, (fig. 120).

As operações SAAL (1974) permitiram o retorno a morfologias habitacionais tradicionais e à recuperação da espaços considerados aptos a incrementarem as relações sociais. Retomou-se a importância da rua, da praça, do quarteirão. As condições programáticas propunham somente solo público, e o loteamento ou a privatização do solo foram abolidas.



Fig. 120 – Barracas do Bairro Portela-Outereira (Carnaxide)

Como exemplos de operações SAAL temos o Bacalhau-Monte Coxo, (figs. 121, 122, 123 e 124) de Manuel Vicente, o Bairro das FONSECAS de Raúl Ferreira, (fig. 125), S. Vítor e Bouça, de Siza Vieira, no Porto, (figs. 126 e 127), o plano de Malagueira em 1977 também de Siza em Évora: é o retorno às tipologias tradicionais, recusando os edifícios modernistas, soltos e desintegrados, voltando às formas tradicionais da morfologia urbana: o quarteirão, a praça, a rua, a casa.

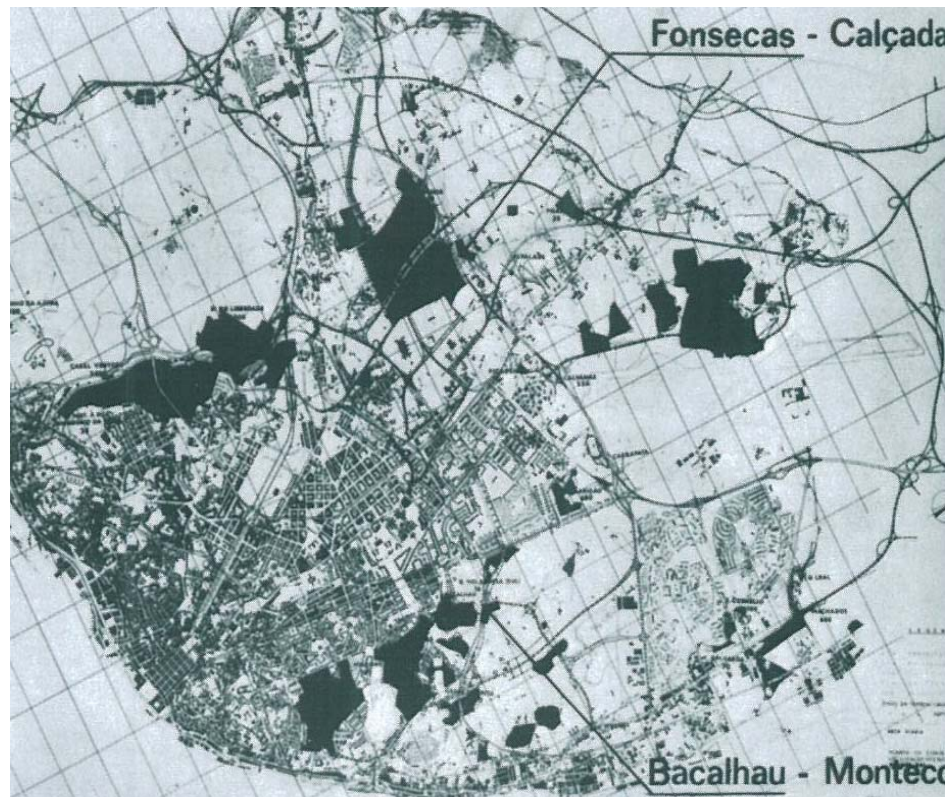


Fig. 121 – Operação SAAL: Bacalhau-Monte Coxo - Lisboa, Manuel Vicente
Planta de Localização



Fig. 122 – Bairro Bacalhau-Monte Coxo, antes da intervenção urbanística

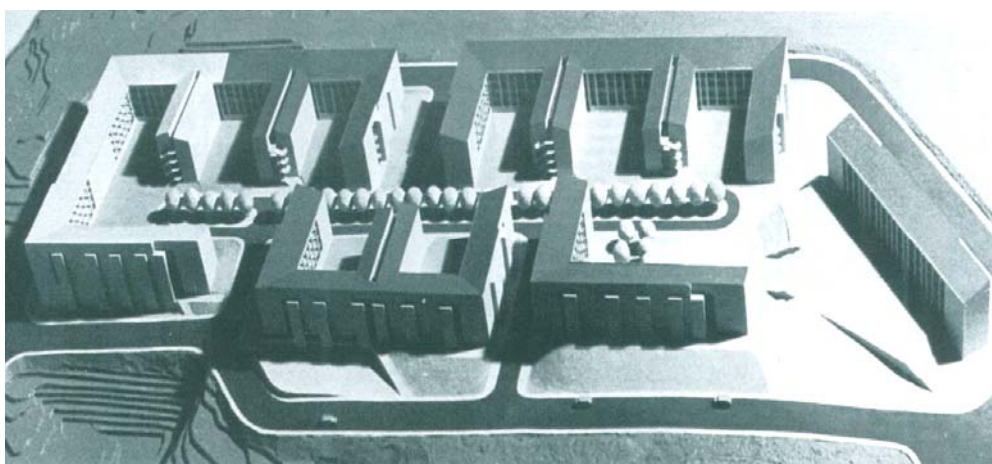


Fig. 123– Operação SAAL: Bacalhau-Monte Coxo, Lisboa, Manuel Vicente
Maquete da Proposta

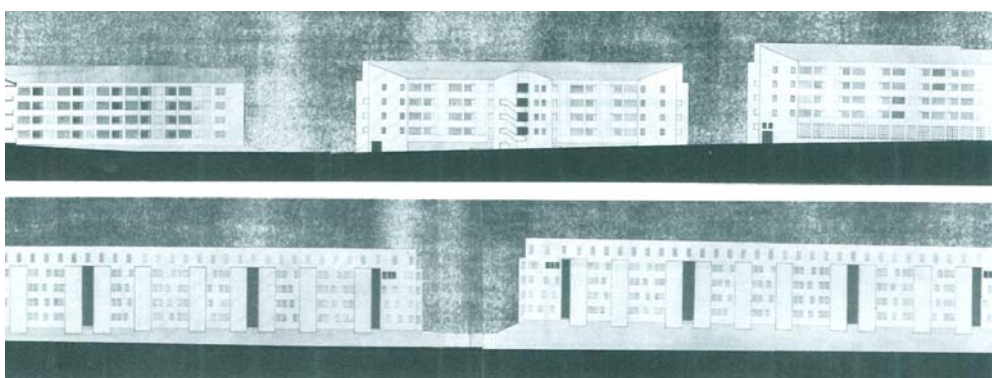


Fig. 124 – Operação SAAL: Bacalhau-Monte Coxo, Lisboa, Manuel Vicente
Alçados da Proposta

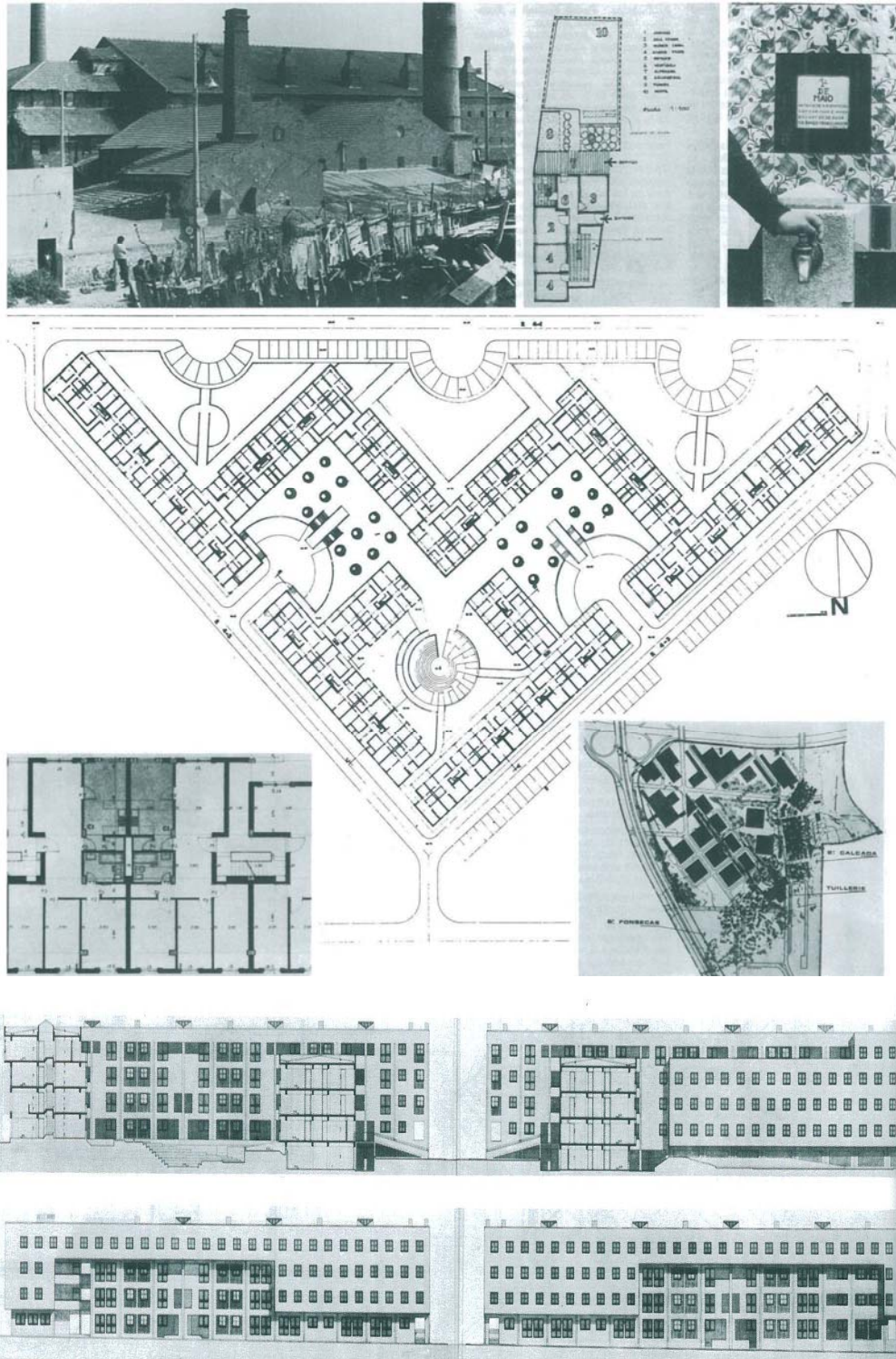


Fig. 125 – Operação SAAL: Bairro das FONSECAS, Calçada, Lisboa, Raúl Ferreira

Imagem do bairro antes da intervenção urbanística, ao lado planta de uma barraca existente. Ao centro planta de um edifício com 240 habitações, situado a Norte do novo plano, em baixo planta tipo, planta de localização e alçados da proposta.

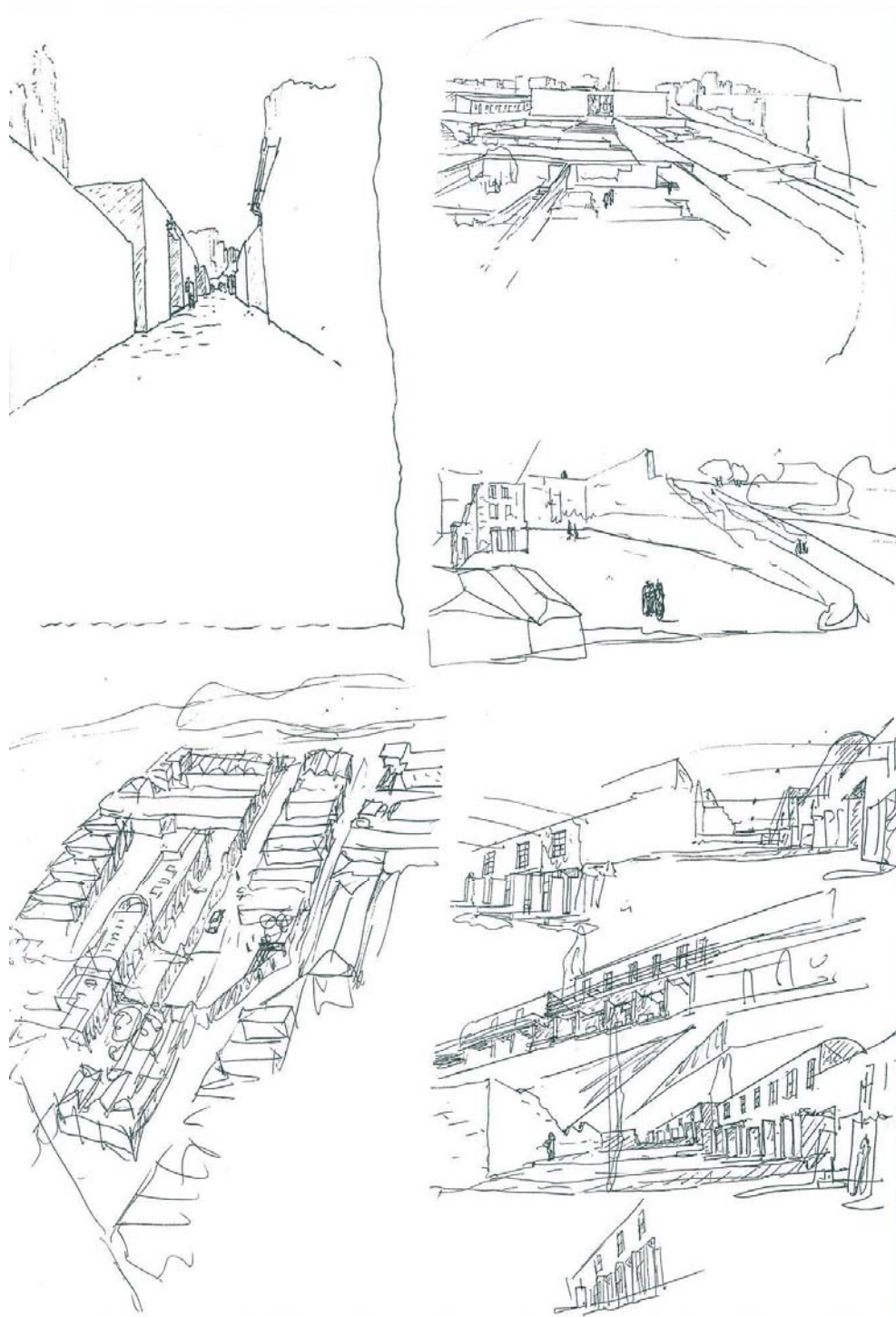


Fig. 126 – Operação SAAL: S. Vitor e Bouça – Porto, Siza Vieira

Esquços da Proposta.

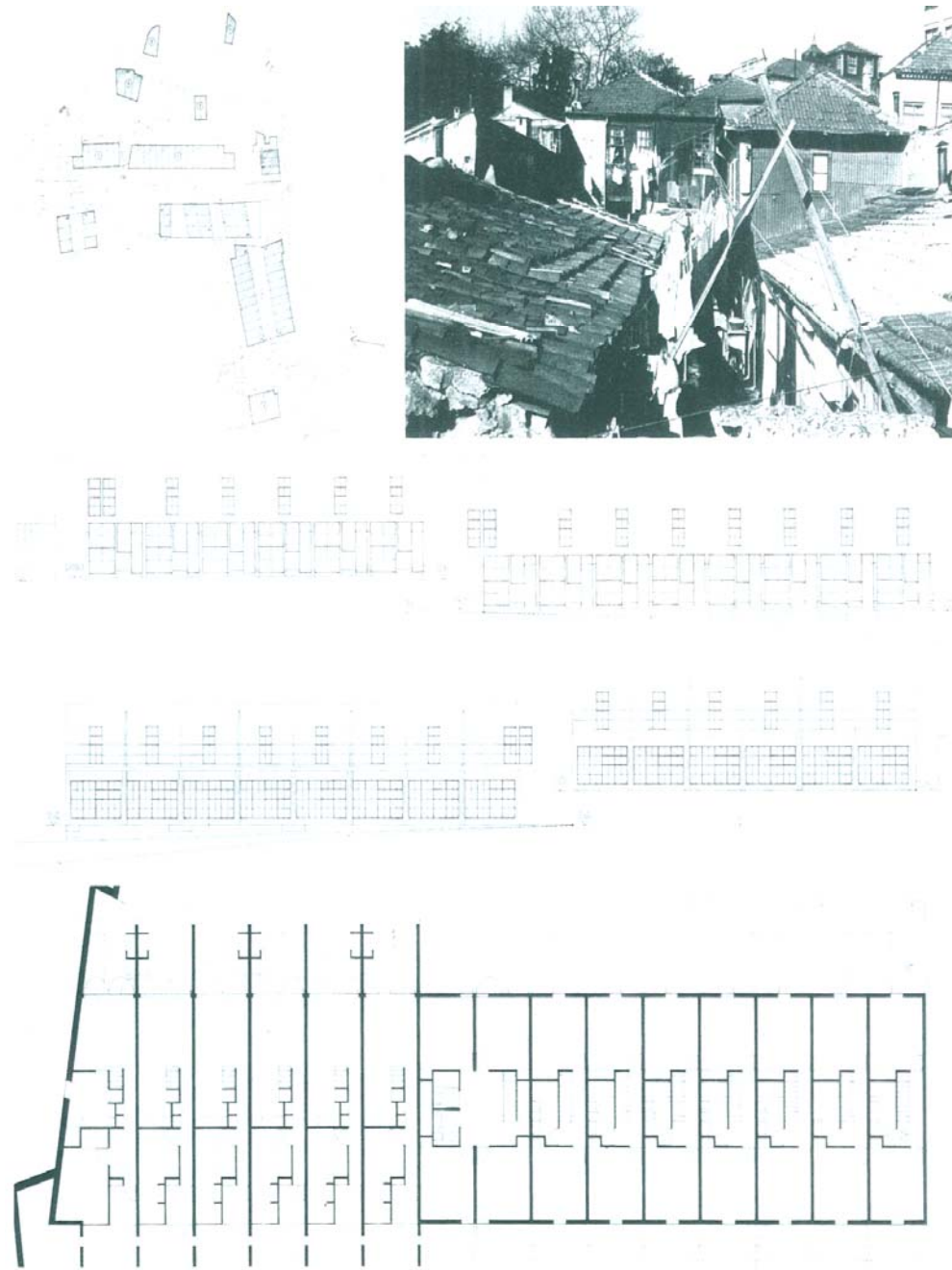


Fig. 127 – Operação SAAL: S. Vitor e Bouça – Porto, Siza Vieira

Imagem do bairro antes da intervenção urbanística, planta de localização, alçados da proposta e planta tipo.

3.3 O Plano do Novo Bairro Golfe, em Luanda (Angola) ⁽¹²⁾

O Bairro surgiu como “base e ponto de partida para sucessivas investigações... por corresponder a uma solução estratégica alternativa, em contextos de crises políticas, executada na sua primeira fase com grande sucesso num período conturbado (1974-75), de Luanda, e que fora apenas suspenso por decisão política do primeiro governo angolano, por influência cubano soviética, para se aplicarem outras soluções alternativas que acabariam por ser rejeitadas pela população”. (Real, Troufa, 1974)

Foi uma procura do autor, no contexto dos anos 70, para novas soluções que solucionassem os problemas dos musseques de Luanda, como docente da Universidade de Angola e Chefe do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda e coordenador do plano da cidade.

Só passados 17 anos, foram reconsiderados (pelas forças políticas de Angola) as virtudes da proposta original, no quadro de uma estratégia global para a resolução das graves situações em que se encontra a capital daquele país.

O Plano de Reordenamento do Novo Bairro Golfe (NBG), continua a ser uma das referências para a reconversão dos musseques, num quadro de estratégias e acções de âmbito nacional, regional e urbano, de natureza política, social, económica e cultural na defesa dos valores fundamentais da cultura angolana. Tratava-se de um plano tipo integrado de habitação, que previa a implementação de infraestruturas urbanas, a construção de equipamentos (escola, saúde, serviços), segundo critérios de vantagem para as populações e o objectivo fundamental era pôr ao seu dispor e a curto

⁽¹²⁾ Os desenhos apresentados neste ponto estão conforme os documentos originais (Real, Troufa, 1974)

prazo, lotes de terreno que seriam de imediato ocupados por famílias pertencentes aos estratos económicos mais baixos e caso estivessem interessados, em particular, não só na construção de suas próprias casas, como dos equipamentos, poderiam fazê-lo com salários pagos, sob a responsabilidade do Estado.

Além de uma atenuação do desemprego, constituiu uma alternativa integrada de ocupação dos lotes, evitando o crescimento selvagem de novos musseques.

O plano enquadrava-se no âmbito das Acções III e IV que o Gabinete de Habitação de Angola (GHA) estabeleceu em 1974, de acordo com o despacho da Junta Governativa (BO-31-08-74).

Saliente-se que em todas as acções do GHA, inclusivé as mais técnicas, as organizações de base das populações dos musseques, designadamente as comissões populares de bairro, participavam directa e activamente no processo, pelo que se atingiram resultados bastante significativos de produção e cumprimento de prazos de execução e de aceitação das populações das obras realizadas.

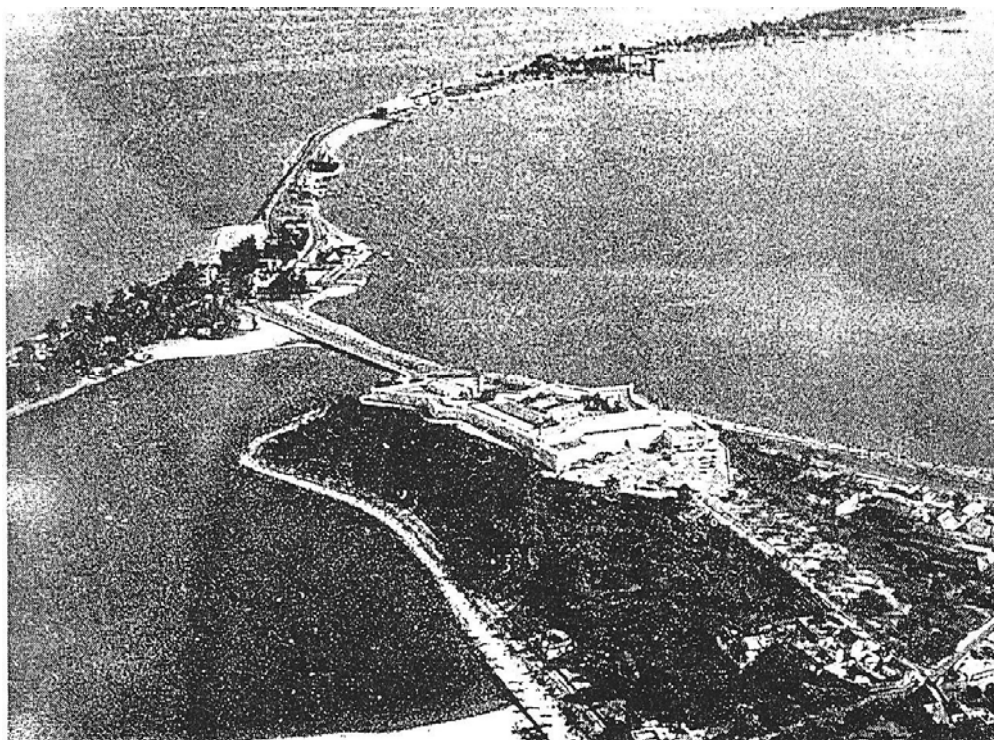


Fig. 128 – Baía de Luanda e Fortaleza de São Miguel

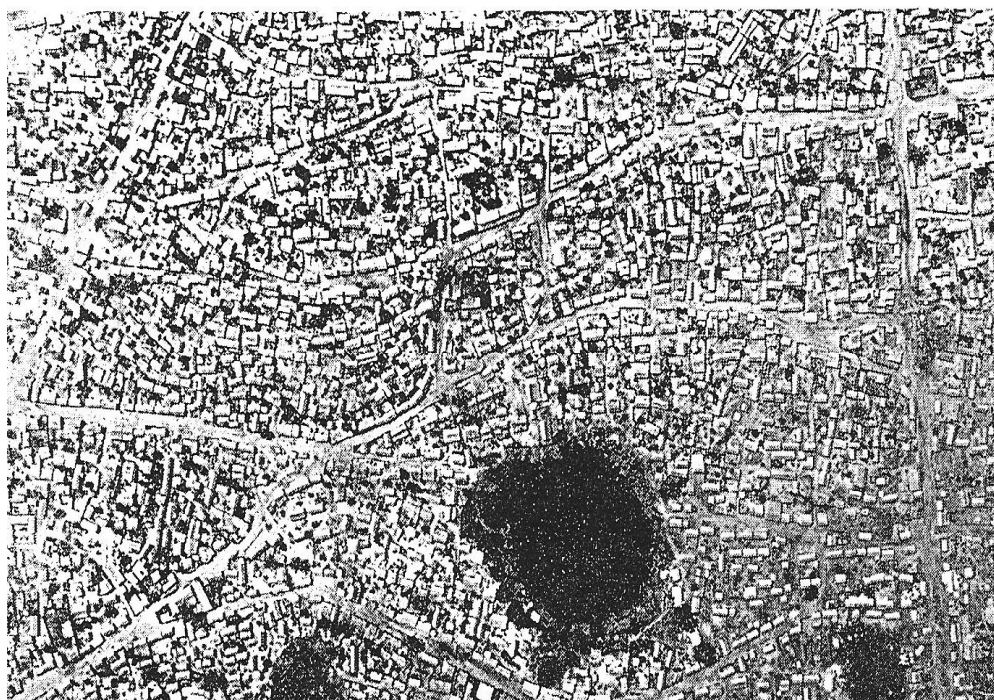


Fig. 129 – Musseques em Zona Inundável

O Local do Novo Bairro Golfe (NBG)

Para a construção dos referidos bairros foi necessário localizar áreas livres de terreno próximas de locais de trabalho, dada a ineficiência dos meios de transporte e ainda a fraca capacidade económica da maioria da população trabalhadora para os utilizar, com probabilidades de virem a ser expropriadas para utilidade pública, com base na legislação ultramarina (administração portuguesa), ainda aplicável, de expropriação sistemática para utilidade pública (Dec.576/70) e também poderem ser rapidamente servidas por redes gerais de abastecimento de água e esgotos. Neste sentido, todas as áreas de terreno ocupadas por musseques e as previstas no Plano Director para expansão daqueles (reservas) bem como todas as áreas livres, necessárias para as operações de urbanização a favor da população de fracos recursos económicos (musseques), foram expropriadas (Portaria N.º 643/74).

O campo de golfe (área de terreno até então afecta à prática do golfe, daí a designação do bairro) por ser um dos terrenos que melhores condições apresentava, a curto prazo, para urbanizar dentro daquele contexto, foi seleccionado prioritariamente, já que o Plano Director da cidade de Luanda recentemente concluído (1973), afectava parte daquela área ao uso residencial, muito embora destinada a estratos económicos mais elevados. Por outro lado, estava junto de um dos musseques cuja taxa de crescimento era a maior da cidade, ou seja com grande procura pelos novos emigrantes. Segundo o Plano Director classificava-se a zona como “de carácter urbano periférico, principalmente reservada à construção de alojamentos individuais de densidade forte e média”.

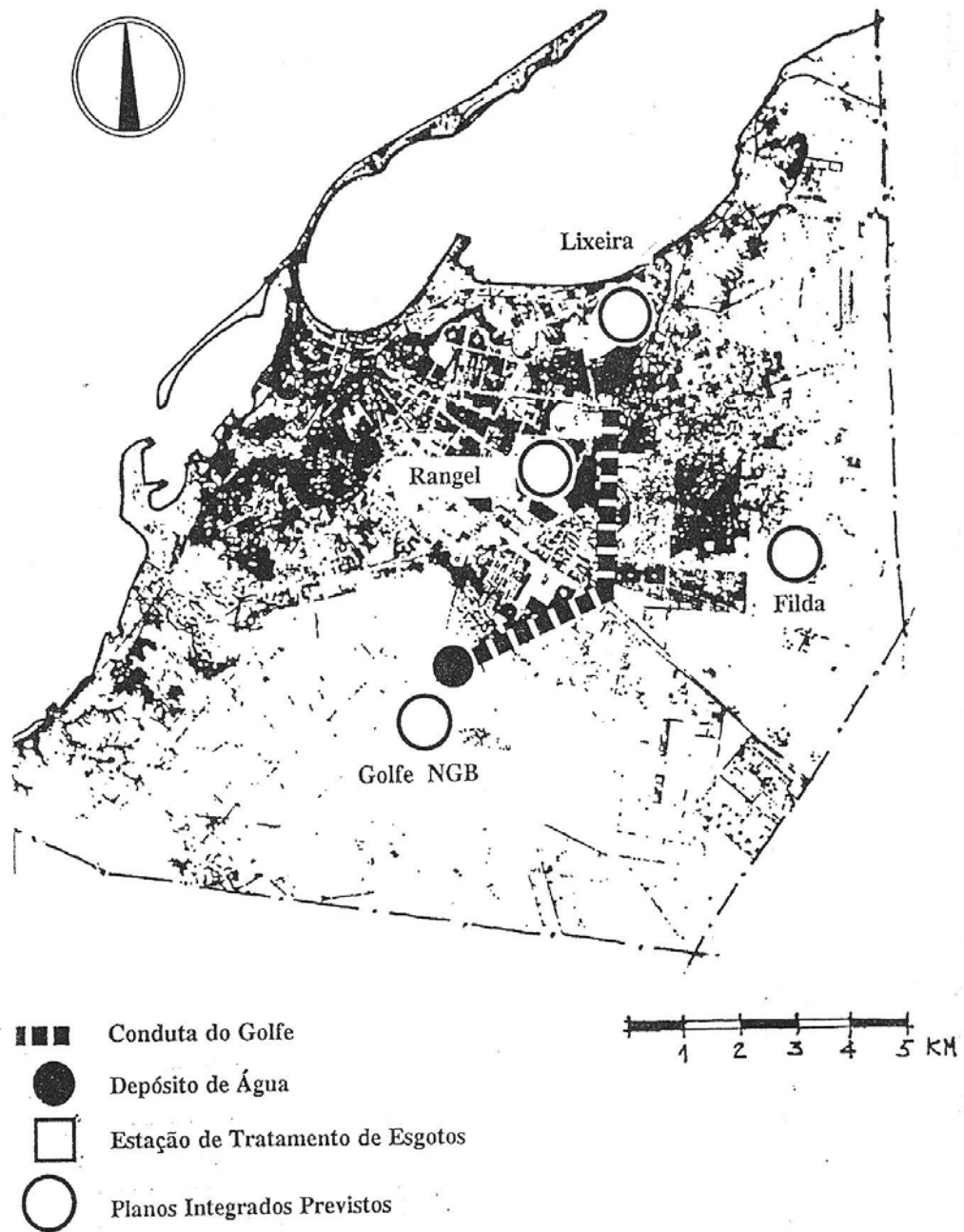


Fig. 130 – Planos Integrados Previstos

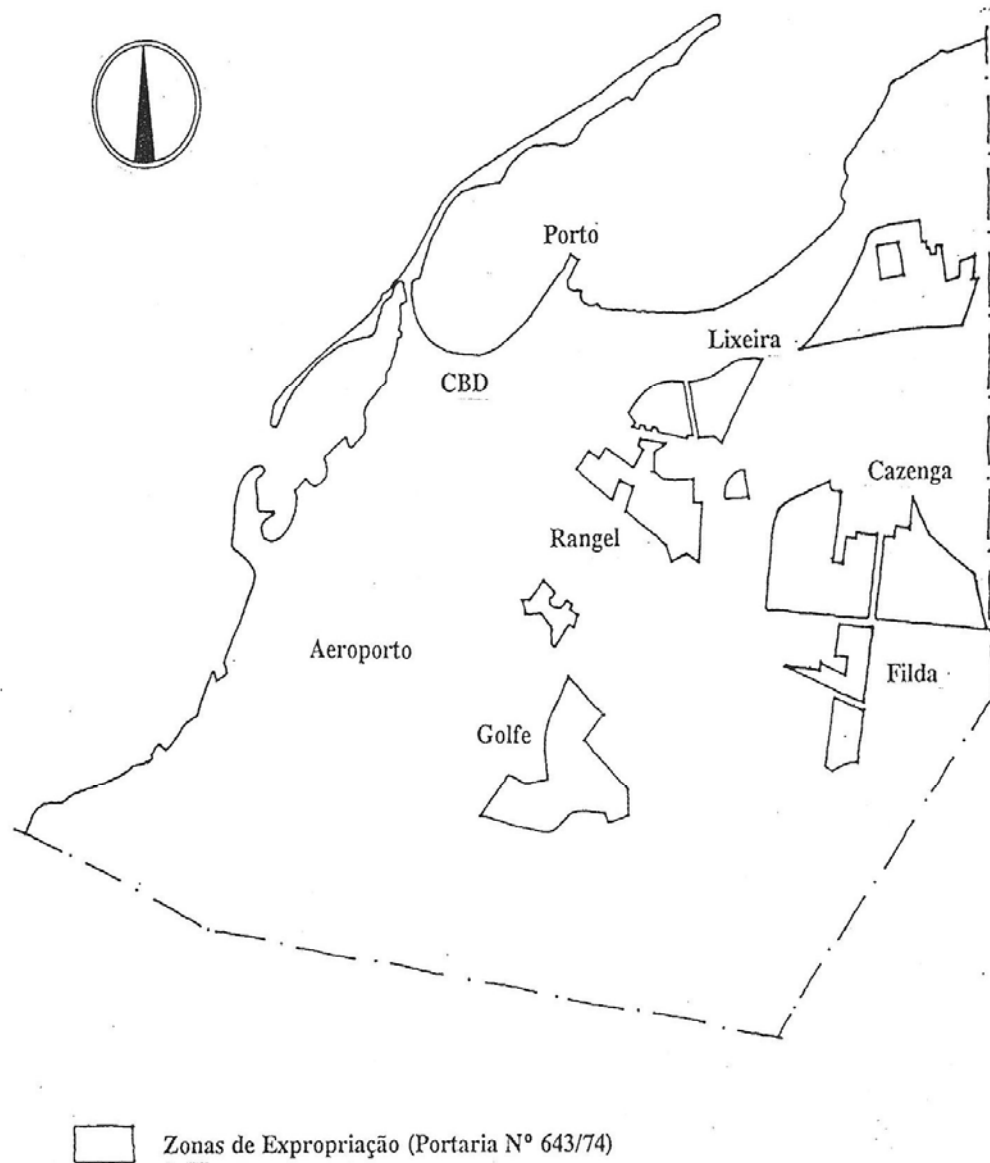


Fig. 131 – Esquema com as Zonas de Expropriação



Fig. 132 – Estrutura Viária

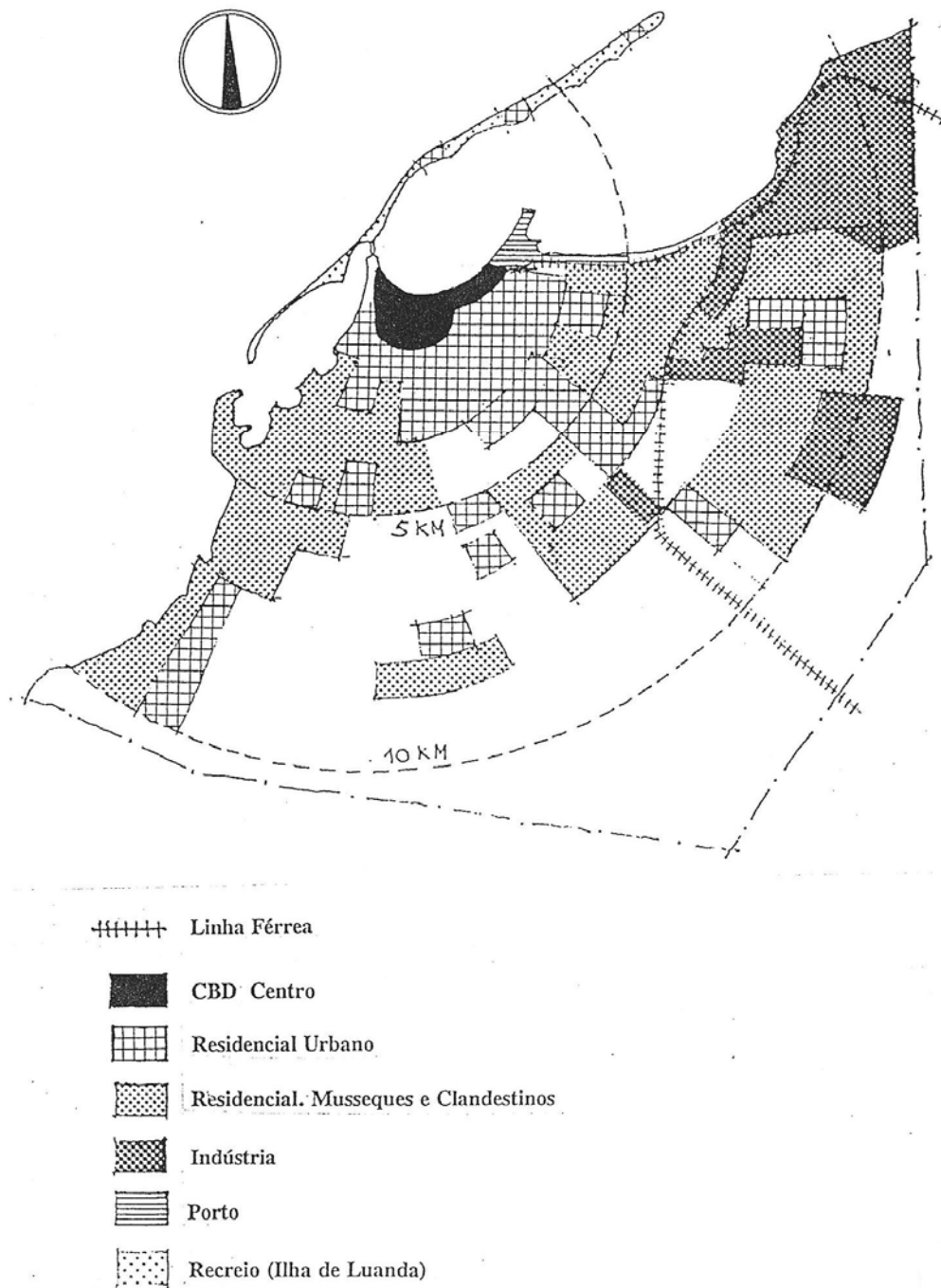


Fig. 133 – Esquema Geral de Usos. Luanda, 1974

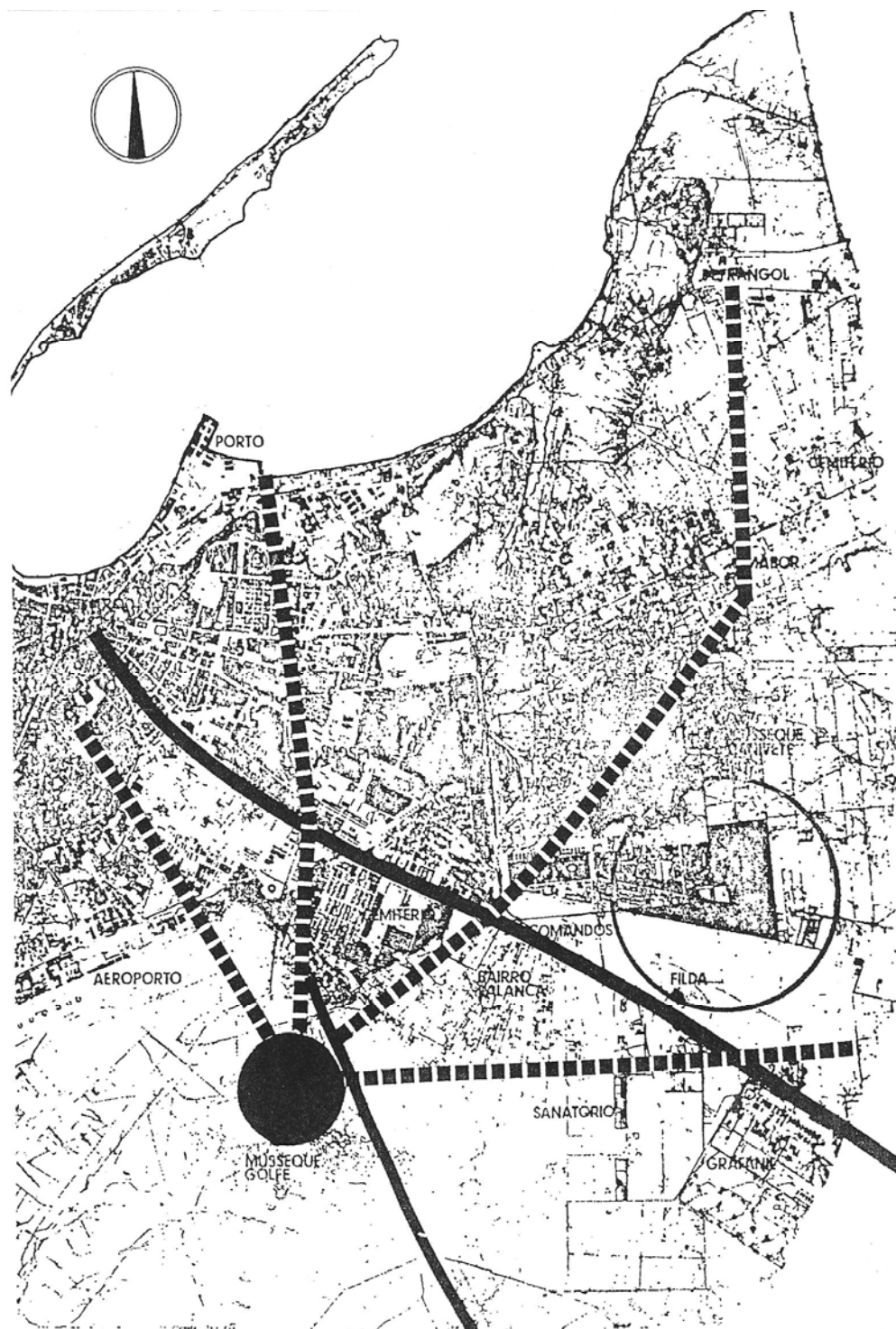


Fig. 134 – Planta de Localização – Musseque Golfe

Escala Original 1:50 000

A tipologia formal da casa iria desde o padrão relativamente modesto à vivenda luxuosa, que seria construída por intermédio de licença municipal o que implicaria a apresentação de um projecto técnico, segundo as normas regulamentares de padrão europeu. (R.G.E.U.).

As dimensões dos lotes deveriam estar compreendidas entre 150m² e 500m² com uma altura máxima de construção de dois pisos, prevendo-se ainda 50 viaturas por cada 100 residentes.

Face às alterações que se estavam a verificar politicamente em Portugal e consequentemente em Angola, depois do golpe militar de Lisboa, em que se admitia a muito curto prazo a independência das colónias, a Junta Governativa de Angola, sob proposta do Gabinete de Habitação através do seu Directório (constituído por representantes das comissões populares do bairro e por responsáveis técnicos e que do qual fazia parte), alterou a afectação prevista para aquela zona do golfe, por forma de imediato servir estratos económicos mais desfavorecidos, isto é, os que com poucos ou nenhuns recursos, que até então tinham sempre vivido à margem dos direitos da cidade, e que constituíam a camada social mais representativa dos musseques, ou seja de toda a periferia da cidade.

Dadas as razões que levaram ao planeamento do bairro e que seriam a de evitar o agravamento dos musseques da cidade, tornando-o entre outras numa zona catalizadora do crescimento (natural e migratório), e por outro lado absorver as famílias desalojadas dos diferentes musseques por razões da guerra, que se instalara ou da construção de equipamentos ou infraestruturas essenciais em musseques, como por exemplo, demolição de casas (cubatas) para a construção de condutas de água, de escolas ou postos sanitários na sequência da Acção I e II do GHA, foi decidido que a nova área do golfe poderia receber famílias de origem diversa independentemente dos locais de trabalho e pelas seguintes razões:

- Famílias desalojadas (guerra, etc.)
- Famílias que habitando zonas insalubres necessitem urgentemente ser transferidas por razões de desdensificação do anterior “Habitat”.
- Famílias que teriam que ser desalojadas dos diferentes musseques devido à implantação de equipamento básico ou à abertura de certos arruamentos.
- Famílias que desejassem viver independentes do restante agregado familiar.

As populações, como já foi referido, seriam na primeira fase dos estratos económicos mais baixos, isto é, populações cuja capacidade económica se situavam ao nível da subsistência devendo por isso a entidade pública custear a realização não só dos equipamentos e infraestruturas, como também parte da construção dos alojamentos (bloco de água). A sua estrutura étnica foi também delicadamente abordada por forma a evitar agudização de conflitos que de uma forma violenta estavam a ressurgir, com efeitos imprevisíveis. (Real, Troufa, 1974)

Estrutura do Plano

Embora o NBG obedecesse a um esquema de loteamento planeado (reticula) que pretendia dar satisfação a todas as necessidades fundamentais da vida urbana de fácil implementação de acordo com padrões de conforto julgadas convenientes, pretendeu-se desde a sua origem estabelecer uma relação com a realidade “urbano-estrutural” dos musseques (orgânico), (fig. 129, 135, 136, 137, 138 e 146) já que estes, contemplavam aspectos de extremo interesse a não perder e às quais a população estava habituada e tradicionalmente ligada, como o conjunto Ruela-Largo, (fig. 140) Casa-Páteo, (fig. 141), etc...



Figs. 135 e 136 - Musseques



Figs. 137 e 138 – Estrutura dos Quarteirões nos Musseques

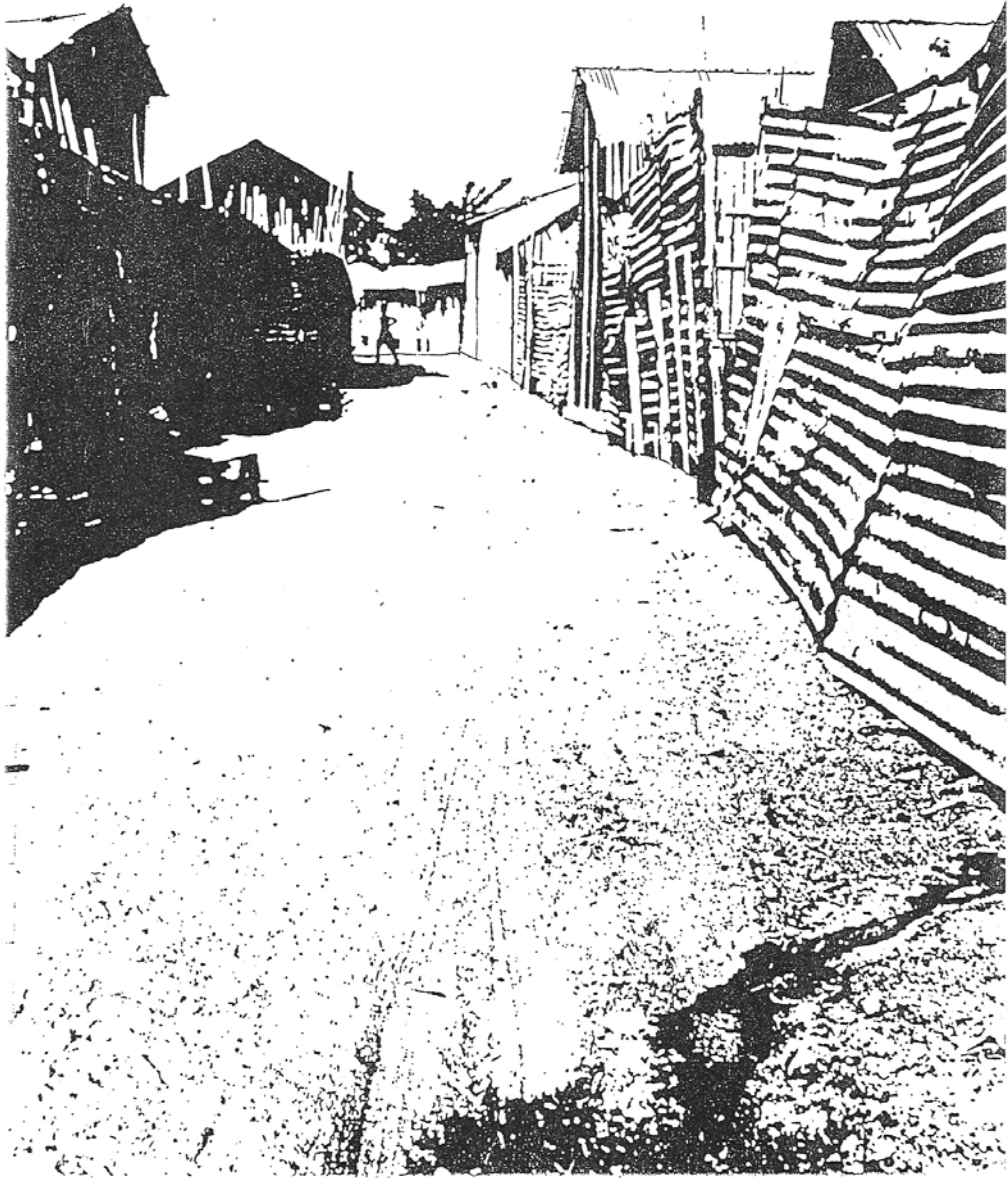


Fig. 139 - Rua

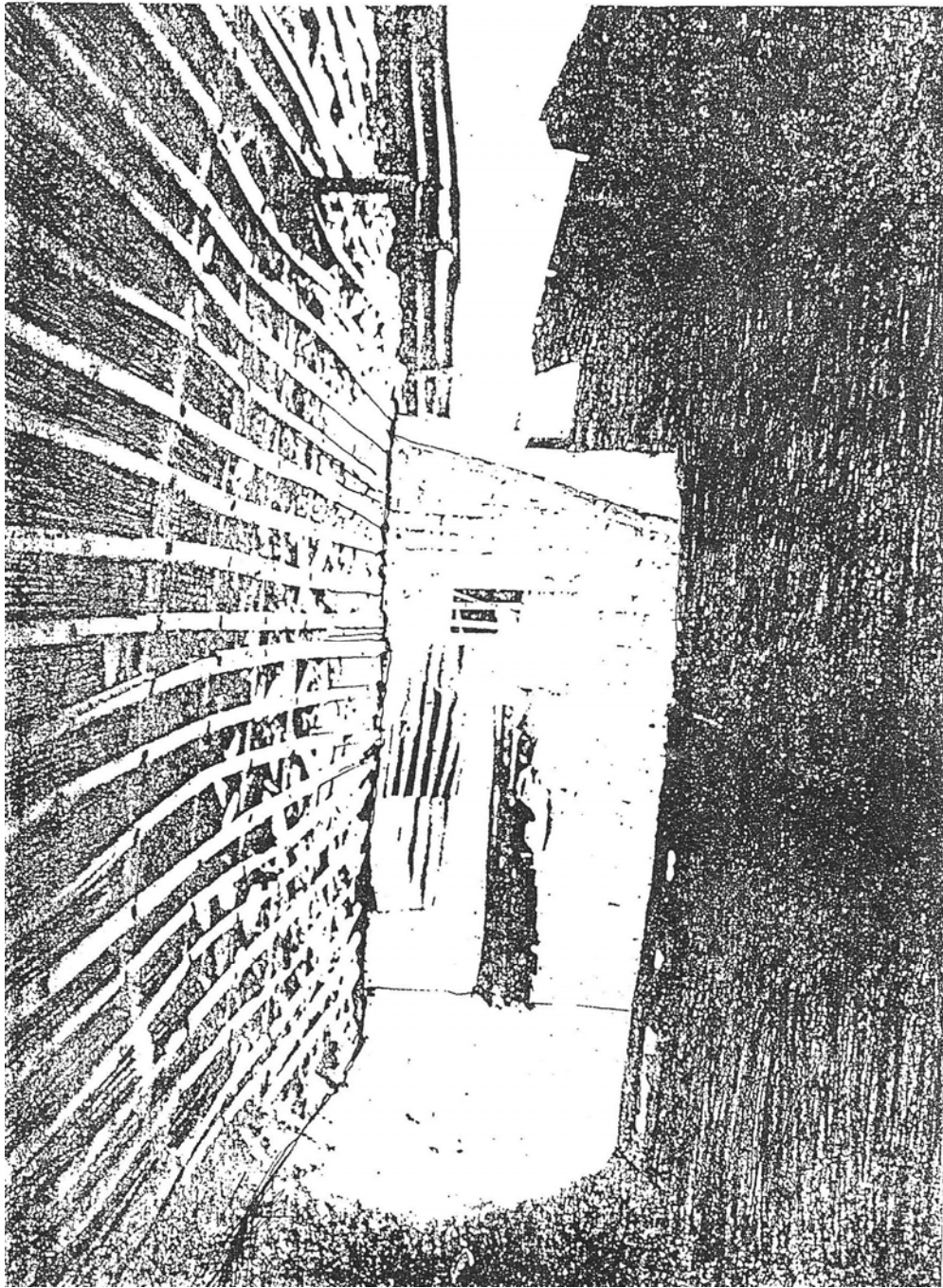


Fig. 140 - Ruela

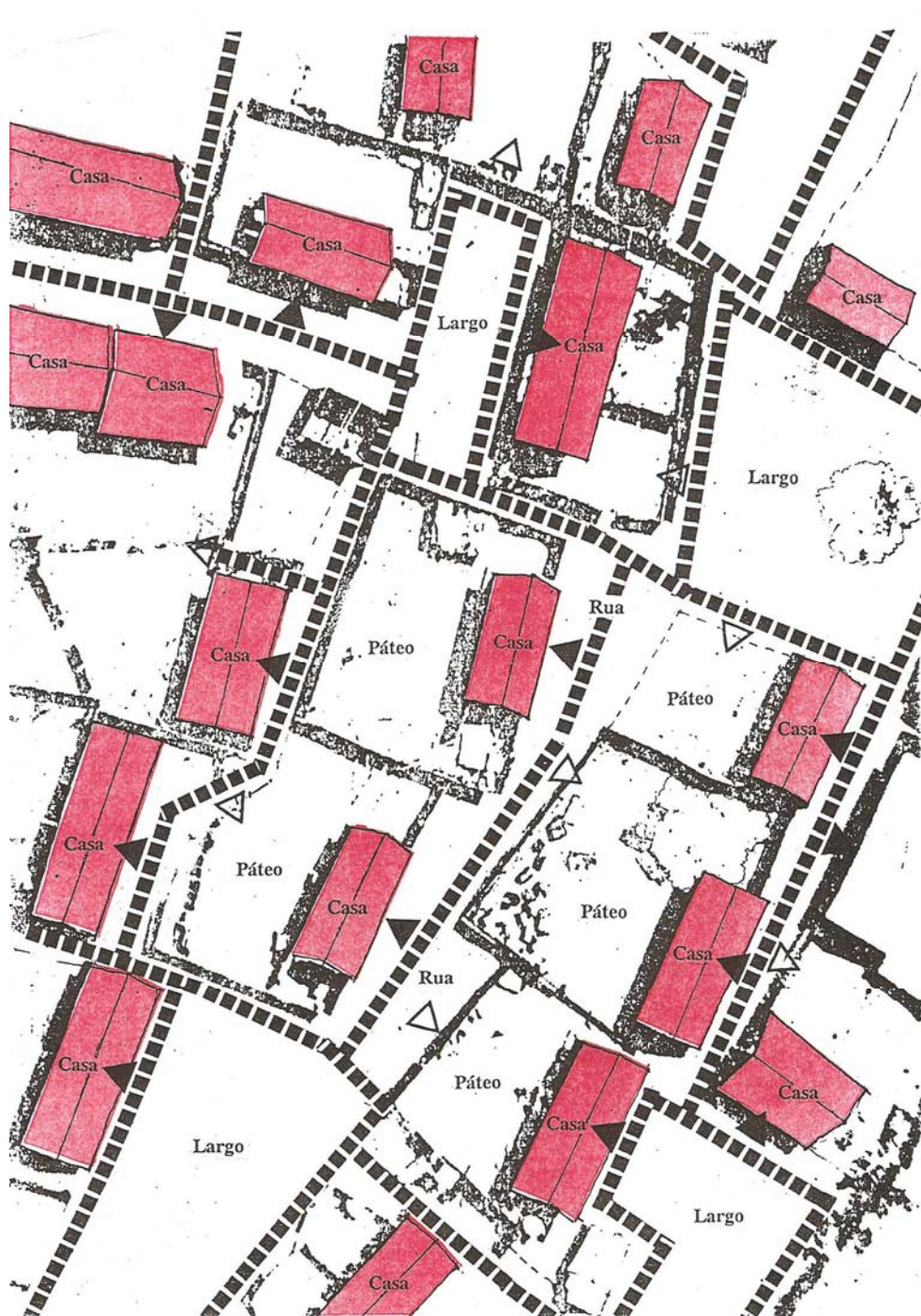


Fig. 141 – Musseque Golfe

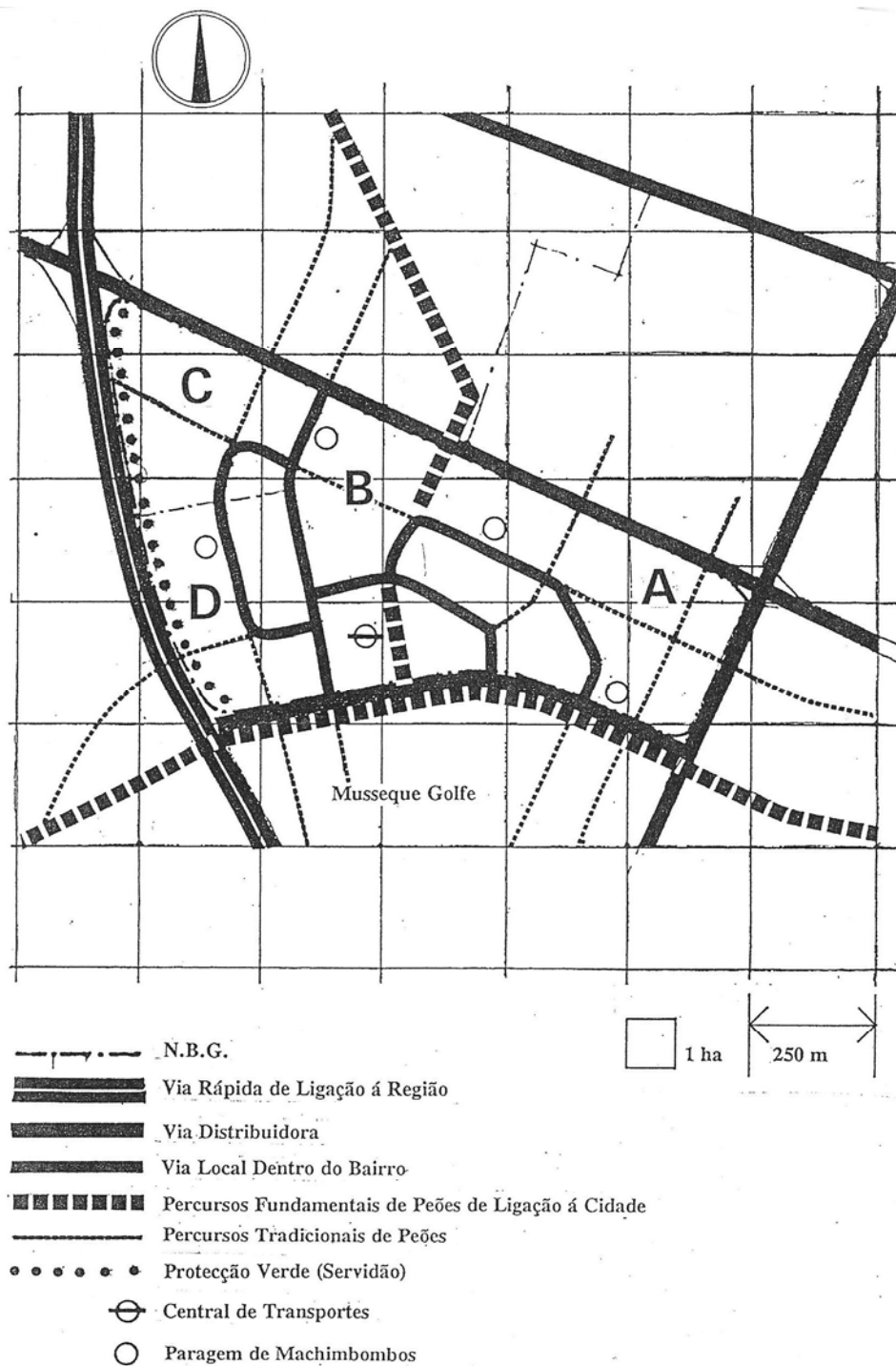


Fig. 142 – Eixos Viários

Escala Original 1:10 000

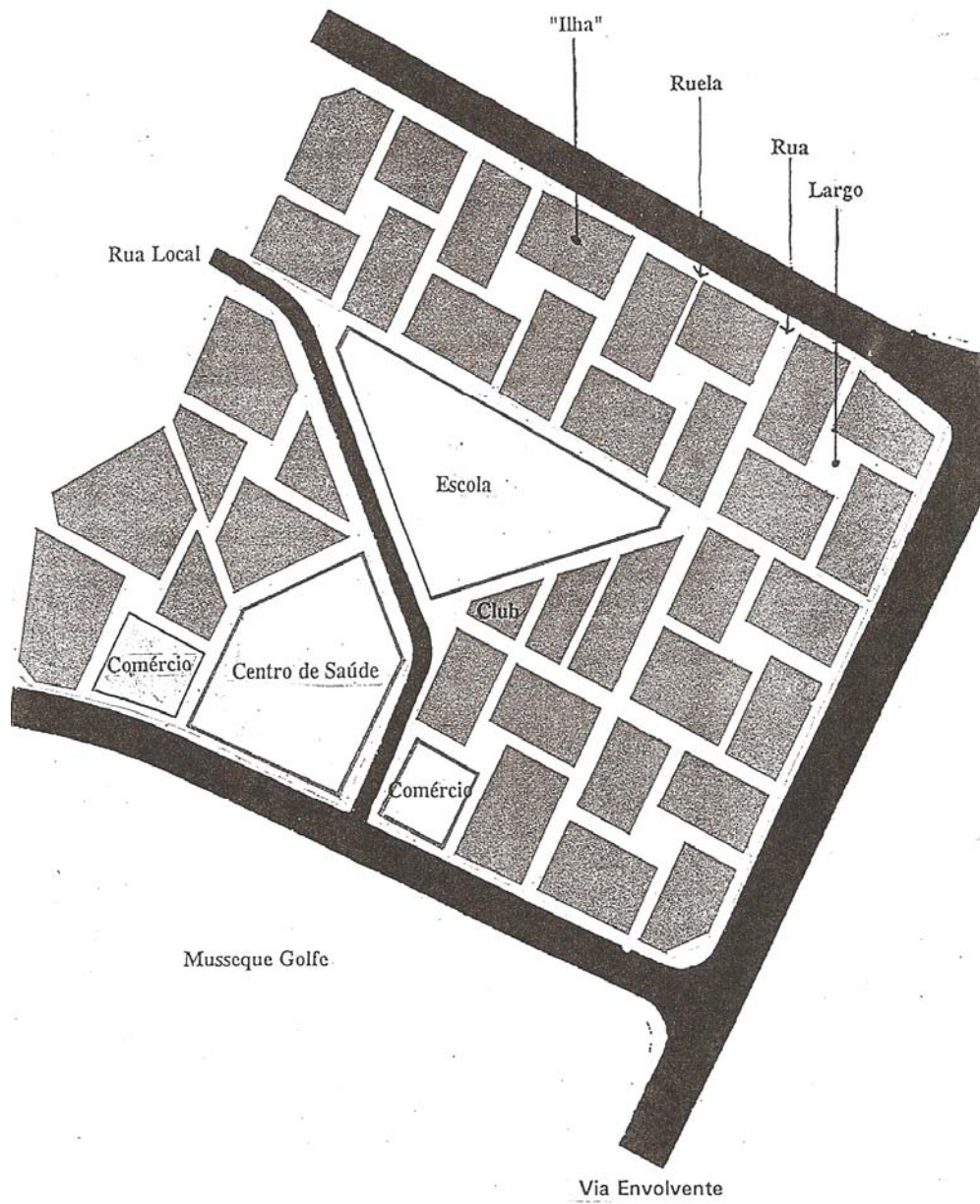


Fig. 143 – Musseque Golfe - Zona A

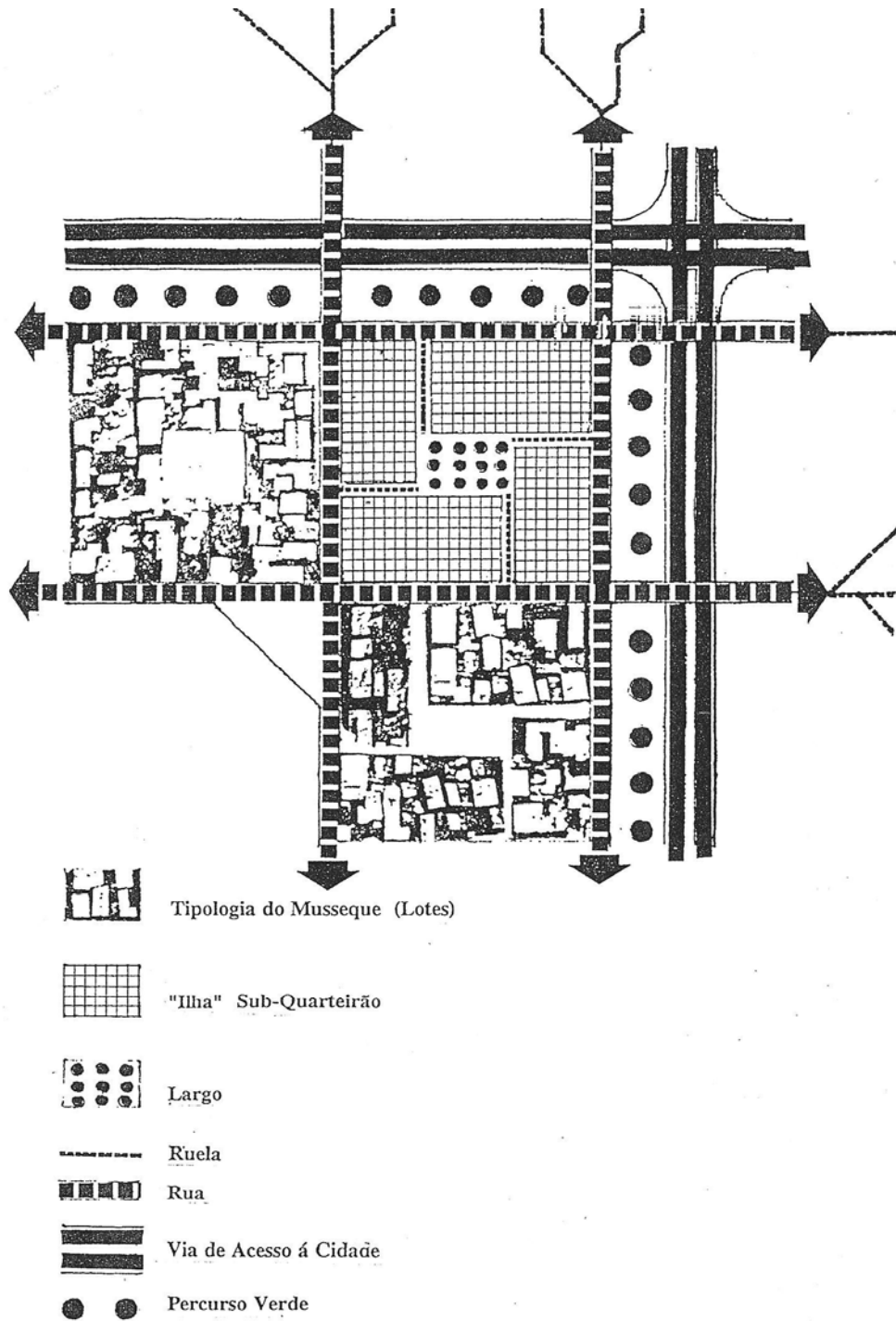


Fig. 144 - Esquema do Quarteirão

Escala Original 1:2000

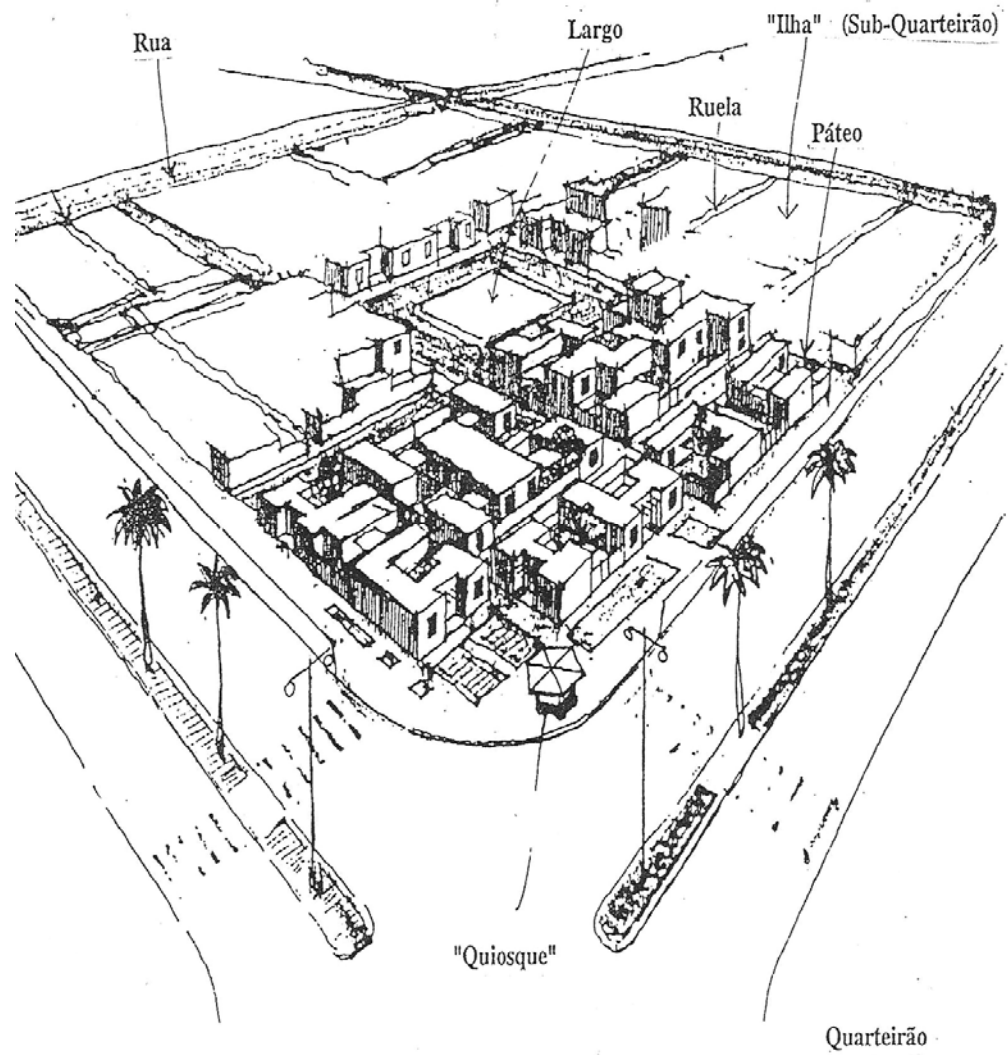


Fig. 145 – Perspectiva do Musseque Golfe

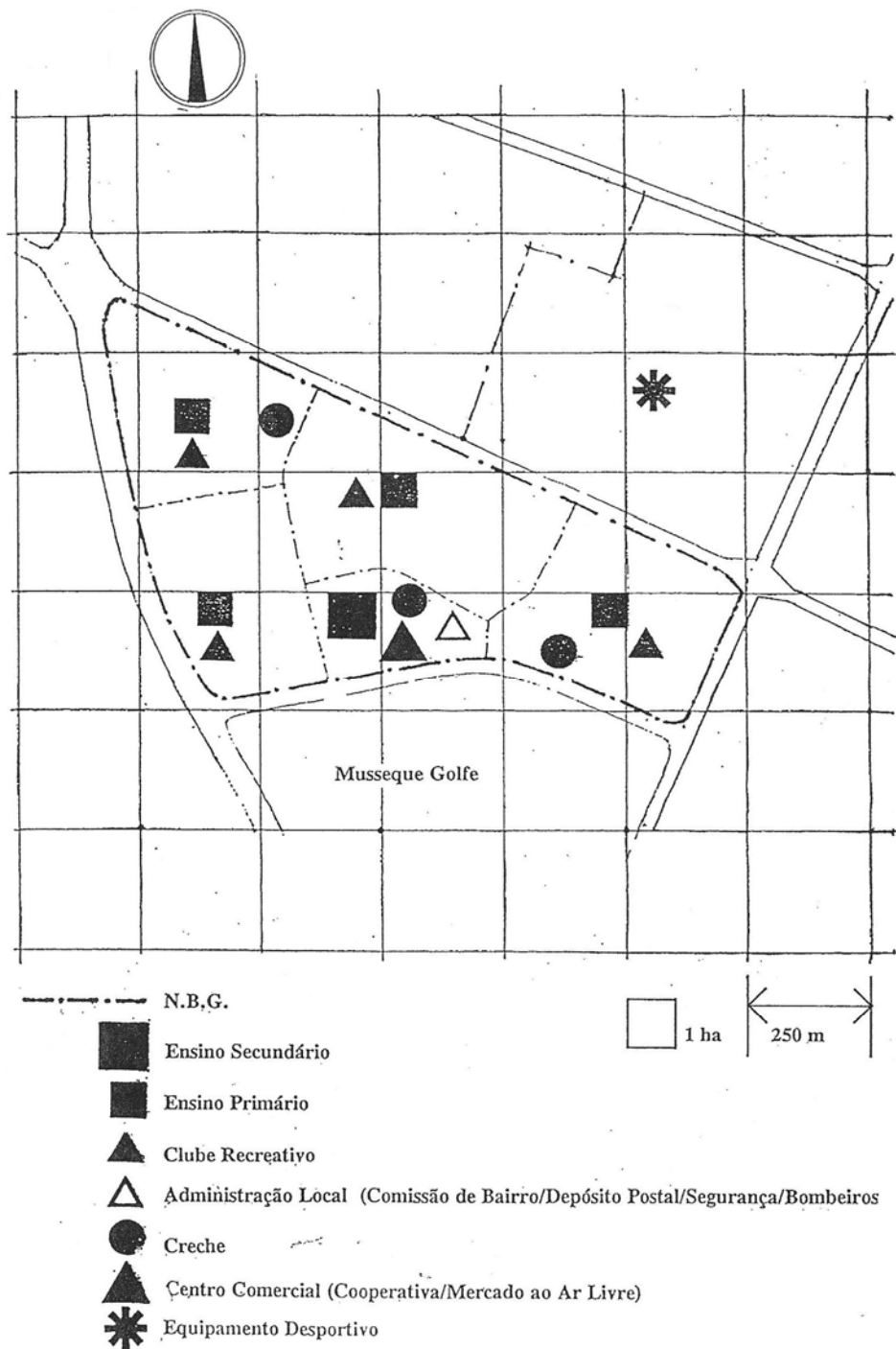


Fig. 146 – Equipamentos

Escala Original 1:10 000

Apesar dos dramáticos problemas com que se debatia a maioria dos habitantes do musseque, como sendo a falta de emprego, de condições económicas das famílias para satisfazer às necessidades mínimas de sobrevivência, da falta de água, esgotos, electricidade, de equipamento básico (escolas, centro de saúde) assistência médica etc., o musseque apesar de tudo isso, retinha na sua progressiva formação, valores de importância tais como: formas de organização do espaço-casa dentro dos lotes, que mantinham hábitos tradicionais e culturais, formas expeditas e eficientes de construção onde se encontram soluções bastante económicas, de conforto, quer na casa quer no meio urbano, tais como ventilação, insolação (adaptação ao clima), implantação das casas no terreno, por forma a resistir a riscos naturais (grandes enchurradas tropicais), etc.

Para surpresa dos técnicos e investigadores, encontravam-se mais facilmente, nos musseques, serem satisfeitos, padrões de conforto e de habitabilidade recomendados por organizações internacionais, designadamente a nível das áreas de utilização dos lotes, e das habitações (15-20 m²/H), bem como satisfeitas condições ambientais (conforto) de acordo com o clima, ao contrário de outras zonas ditas urbanizadas da cidade, cujos padrões europeus muitas vezes nada tinham a ver nem com o clima nem com as formas de vida das famílias mas sim, com processos especulativos imobiliários, e outras regras estranhas à maioria das populações locais.

Daí ter-se analisado e estudado cautelosamente a vida nos musseques, por forma a reabilitar aqueles padrões com os quais a população estava intimamente relacionada e interessadas em manter, designadamente no que se referia à sua estrutura urbana do musseque. Foi o que aconteceu na proposta estrutural do novo plano (NBG).

O tipo de edificação (casa unifamiliar), encostado á rua com alpendre (espaço coberto), quintal (espaço privado aberto) com ligação à ruela.

Estratégia da Construção

Todas as acções levadas a cabo pelo GHA e que progressivamente iam sendo atingidas, permitiram, na sua faceta de execução (obra) absorver grande parte dos desempregados da população activa, que em Luanda existia e cujo crescimento era alarmante em consequência de encerramento de muitas empresas, como resultado da independência que se aproximava e da guerra civil que se instalara.

Assim, o GHA mobilizou através das comissões populares de bairro muitos trabalhadores das mais variadas qualidades garantindo-lhes emprego em tarefas públicas que iam desde a recolha de lixos nos musseques, na construção civil, passando pelas organizações de defesa e em serviços administrativos.

Com esta atitude, o GHA foi um dinamizador público do sector económico, num momento de crise e de fortes transformações socio-políticas e económicas que se estavam a dar em Angola. A construção do novo bairro do golfe foi vital para esse processo.

Definidos os limites dos quarteirões e preparados os loteamentos, iniciaram-se as obras de um “quarteirão” experimental de alternativas tipológicas de habitação a que as famílias eventualmente poderiam recorrer em busca de soluções sob a forma de auto-construção nos seus lotes com o apoio técnico do GHA.

Foi também nesta matéria que se acentuaram algumas diferenças do sistema de auto-construção vulgarmente utilizados. (Nesta mesma altura davam-se em Portugal passos semelhantes com o S.A.A.L.), ou seja, os habitantes dos bairros que participavam na auto-construção das suas próprias casas eram de facto remunerados com salários pelas suas tarefas realizadas como garantia de emprego. Os materiais utilizados eram fornecidos pelo Estado

ou adquiridos a preços controlados pelo Estado e pelas comissões de bairro. O uso da terra era gratuito, dado que era cedência ao abrigo das expropriações, contrariamente aos mecanismos de auto-construção clássicos usados na América Latina por Turner (muitas vezes criticado), onde o circuito especulativo dos materiais, da terra e da mão de obra se mantinham. (Rod Burgess)

Foi neste domínio que a operação NBG se tornou inovadora pela sua operacionalidade imediata, num quadro conjuntural propondo-se o Gabinete de Habitação de Angola (GHA) a:

- Construir neste domínio infraestruturas, equipamento básico e o quarteirão modelo;
- Lotear e construir os blocos de água;
- Distribuir de imediato os lotes às famílias para construção em sistema de auto-construção com a liberdade de escolha de modelos pré-desenhados;
- A todos os trabalhadores envolvidos, inclusivé os interessados (habitantes), garantir os salários correspondentes às suas tarefas e qualificações de acordo com as regras de mercado;
- Facilitar e vender os materiais de construção sem lucros, sob controle do estado e das comissões de bairro (processo que se tornou incómodo com o evoluir do processo político). (Real, Troufa, 1974)

Conclusões

Com a independência de Angola através do MPLA e conseqüente apoio em todos os domínios da vida nacional por forças cooperantes cubanas, e em menor escala por forças soviéticas e jugoslavas, etc., veio a verificar uma forte tendência de introduzir em Angola de imediato métodos de trabalho, formas de organização e tecnologias usadas nos seus próprios países.

Todas as acções do GHA acabariam por ser perturbadas com as alterações e transformações introduzidas.

O NBG foi submetido a um controle directo dos responsáveis cubanos no domínio da construção que, à partida, sem qualquer diálogo ou conhecimento ponderado das realidades locais que constituíam o sector da construção civil, o respeito pelos valores sociais, culturais, económicos, foram progressivamente introduzindo alterações que puseram em risco todos os objectivos estratégicos do bairro.

Decidiram alterar a ocupação dos quarteirões (lotes) residenciais por edifícios colectivos em altura, segundo tipologias de fogo e standards e que nada tinha a ver com Luanda nem com as famílias. O tipo de construção passou a ser pré-fabricado em estaleiro segundo métodos usados em Cuba e que por sua vez já eram importados da Europa de Leste.

Os musseques não só aumentaram (actualmente estima-se 2,5 milhões de habitantes), como os problemas gerais da população não foram resolvidos antes pelo contrário agudizaram-se. Os novos bairros residenciais não foram construídos e as poucas acções empreendidas (isoladas) não foram bem aceites pelas populações (o caso dos edifícios colectivos), que constituíram um fracasso.

Obviamente que as dificuldades conjunturais relacionadas com a guerra no interior do País contribuíram para o agravamento da situação nestes domínios, porém não justifica tudo. Soluções de alternativa e de emergência, eram possíveis. O GHA provou-o com as suas acções. Pena foi, que o tenham destruído, por falta de poder, de vontade política e fundamentalmente por falta de competência. Actualmente, na nova conjuntura que vislumbra o poder democrático faz-se uma reavaliação do tempo perdido dos processos possíveis e o reconhecimento público da qualificação e da generosidade de uma geração de quadros de angolanos e portugueses, que ainda estão disponíveis para ajudar a encontrar saídas para os problemas complexos da reabilitação das cidades e da resolução de muitas das dificuldades que afligem as populações. (Real,Troufa, 1993)

3.4 O Plano Integrado Aveiro.Santiago

Introdução

A descrição deste plano (hoje Bairro de Santiago), no contexto da política dos planos integrados, plano e projecto do Fundo de Fomento da Habitação, de uma equipa liderada por Alberto Oliveira (de 1974 em diante), tem a sua razão, por ser o caso mais feliz deste tipo de operação, por parte do extinto organismo público pois, apesar de ter sido construída apenas a Alameda, segundo a proposta dessa equipa, o plano originaria amplíssimos espaços urbanos cuja generosidade permitiu um tratamento de exteriores com o mínimo de qualidade, por parte da Câmara Municipal e erradicar a visão miserabilista que os bairros sociais quase todos têm, bem como fazer interpretar a cidade e o Bairro.

“Não se sentem limites vergonhosos, as largas ruas e alamedas acolhem os visitantes de braços abertos sem criarem a sensação de gueto, mas permitindo a sua apropriação por parte da população” (Toussaint, Michael, Revista Arquitectos nº 149).

Pretendia-se uma cidade projectada que se deixasse induzir pela cidade real, com uma incumbência programática de habitação social, num diálogo de intimidade com o tecido já existente, num continuum urbano integrado, que surge como contraponto aos Planos Integrados de Setúbal (fig. 117) e Almada, (figs. 118 e 119), que acabaram por se tornar periféricos.

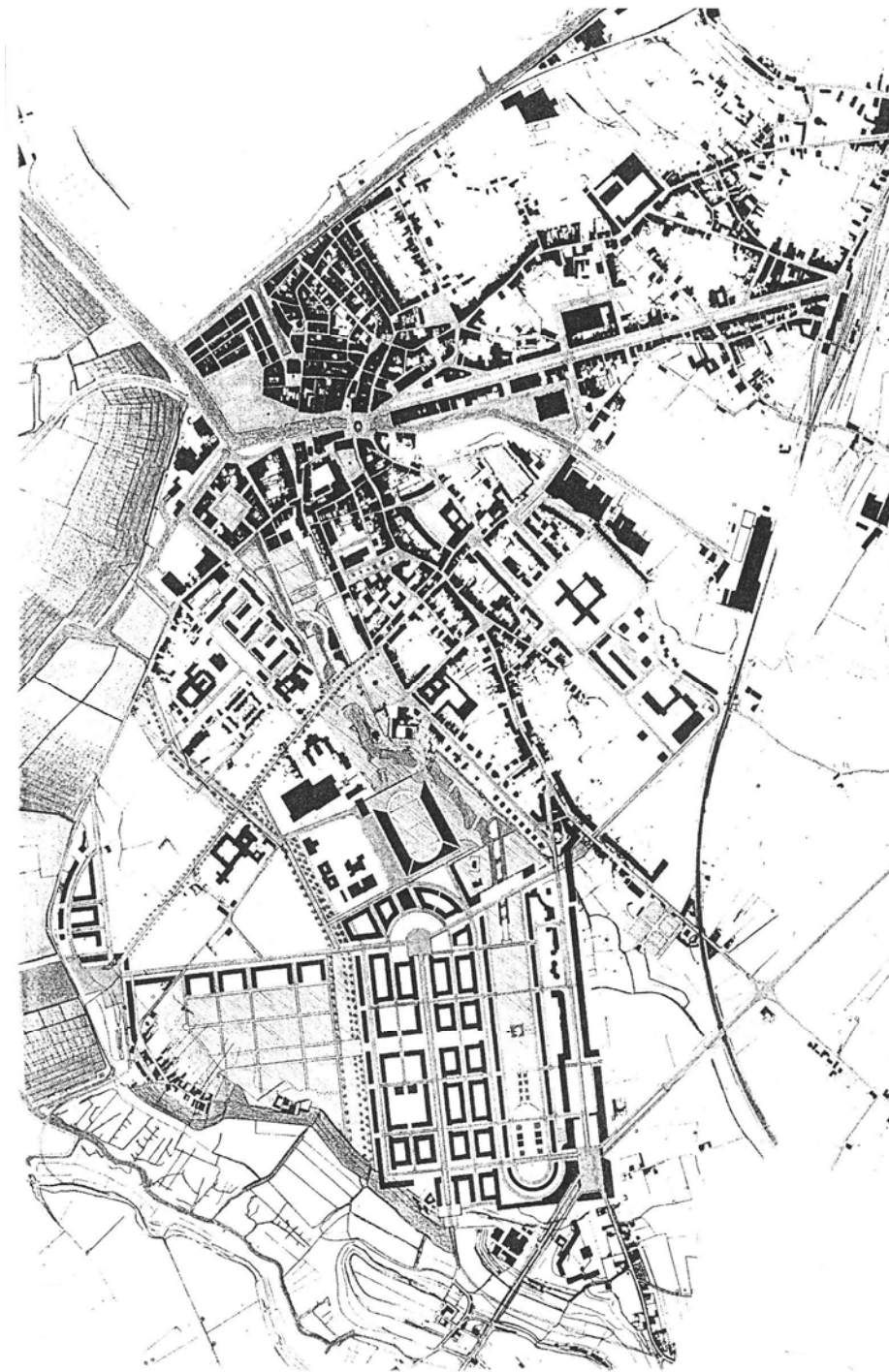


Fig. 147 – Plano Geral
Escala Original 1:10 00

Memória Descritiva ⁽¹³⁾

O plano Integrado de Aveiro/Santiago (PIAS) já possui antecedentes demasiado longos, para poderem ser relatados no âmbito do trabalho agora apresentado, ou seja, o de um dossier documentado, sucinta e expeditamente, a revisão do Pias, para apreciação superior, no mais curto espaço de tempo, conforme o determinado em reunião conjunta entre o F.F.H. a C.M.A. e U.A.

Assim, optou-se por juntar os “antecedentes” do Pias em anexo, para igualmente se dar cumprimento ao despacho ministerial que requeria um memorandum sobre aqueles antecedentes.

Conforme se verifica pelo trabalho, trata-se de um dossier elaborado de maneira expedita através de reprodução fotográfica das planimetrias no Plano.

A Cidade de Aveiro

A cidade de Aveiro é o núcleo urbano mais importante de uma região de específicas características geográficas.

Situada numa região lagunar no terminus da bacia hidrográfica do Vouga, Aveiro polariza o povoamento que se aglomera e se densifica ao longo das estradas que à cidade convergem, (fig. 148).

A edificação de Aveiro ao longo da História determinou um núcleo central identificado com a envolvente da antiga muralha.

⁽¹³⁾ Neste capítulo os desenhos apresentam-se conforme o documento original (Plano Integrado de Aveiro.Santiago, do FFH)

Mais tarde assumiram particular importância as expansões extramuros da Beira Mar, Rossio e Alboi e ainda as sucessivas amarrações de áreas habitacionais proporcionadas pela existência de inúmeras instituições religiosas que pontuam a cidade.

A introdução do caminho de ferro e a “abertura-esventramento” da Avenida Lourenço Peixinho, conferiu à cidade um eixo urbanístico central de apreciável importância que acabou por constituir um lugar convergente da vida urbana.

Para além do modo de edificação da cidade já descrito, Aveiro foi tomando forma pela sucessiva densificação dos seus caminhos convergentes ao núcleo central mais compacto.

A edificação da cidade e das salinas e a “abertura” dos seus canais conferem a Aveiro uma imagem específica à qual não dissociamos a “presença urbana” da Av. Lourenço Peixinho, do Alboi e da Malha urbana da Beira Mar e do Parque de D. Pedro V.



Fig. 148 – Vista da Cidade de Aveiro

Apreciando a cidade pelos seus elementos figurativos diremos que a memória da cidade e as suas pré-existências se encontram nos canais, nas salinas – e paisagem da Ria, nas fachadas que topejam as ruas com os seus inúmeros “frontões”, a fenestração densa das casas, a presença cultural de diferentes linguagens da arquitectura, os inúmeros edifícios religiosos de diversas ordens monásticas de que destacamos a Sé, a Igreja das Barrocas e Sta. Joana.

Descrição do Sítio

A área escolhida, denominada de Santiago pela existência de uma pequena aldeia com o mesmo nome, situa-se a sul da cidade.

Trata-se de uma vasta plataforma delimitada geograficamente pela ria e pelos vales correspondentes ao esteiro de S. Pedro e ao Parque D. Pedro V.

A natureza do terreno e as ligeiras pendentes permitiam o uso de toda esta plataforma para uma agricultura intensiva especialmente dedicada a produtos hortícolas numa parte, e noutra a uma agricultura de sequeiro tipo arvense.

A compartimentação da terra, pela sua divisão fundiária e algumas sebes obstam, em parte, à influência do regime de ventos, cuja predominância é a do quadrante nordeste.

A presença da Ria, dos seus estreitos e dos seus “poços” são os factos mais significativos como presença da paisagem.

Como factos económicos enumeram-se a seguir as estruturas rurais pré-existent:

- A aldeia de Santiago

- O caminho de Santiago
- O caminho do Lila

A área a que o plano se refere encontra-se no caminho da crescente aproximação entre Ilhavo e Aveiro. Parte deste território encontra-se disponível. Diversos equipamentos foram instalados nesta vasta plataforma sem coesão nem relação urbana. O Estádio Municipal, o Seminário, o Hospital, a escola Preparatória e recentemente dois pavilhões da Universidade, são as presenças que ressaltam. Como confrontações e possíveis relações urbanas mais significativas aponta-se a Av. Ravara, a Rua Mário Sacramento e a entrada na cidade pela EN 109, (eucalipto) para além da relação com a Ria, cujo cenário é mais aprazível junto ao poço de Santiago.

Primeira imagem do Pano Integrado de Aveiro.Santiago (PIAS)

A primeira imagem de revisão do PIAS concretizada em Maio 78, através de uma planimetria à escala 1/2000, vem representada através do Doc. 6, (fig. 161) com a escala aproximada de 1/10000 e está baseada nos seguintes pressupostos:

1. Assumir a cidade de Aveiro como valor de cultura, enquanto património urbano, contrariando quaisquer tendências de abandono ou subalternização do núcleo antigo vivo e já constituído;
2. Optar pela contenção da área urbana, contrariando a tendência desagregadora de uma crescente implantação dispersa, preferindo-se uma adequada integração urbana que tenha em conta a comutação entre as áreas velhas e as novas da cidade;

3. Considerar que a envolvimento de Aveiro por bons terrenos agrícolas implica a preservação, sempre que possível, das estruturas rurais pré-existentes, reduzindo ao mínimo indispensável as áreas afectas à construção, conservando o mais possível a exploração agrícola e o património construído (caso das azinhagas existentes e da aldeia de Santiago);
4. Estruturar as áreas de habitação em equilibrada mistura com as áreas afectas a equipamento urbano existente ou proposto, por forma a evitar a constituição de verdadeiros “recintos” intransponíveis que dificultem o natural estabelecimento da vida urbana (caso do Seminário, Hospital e Escola Preparatória existentes);
5. Previsão de modos de integração da Universidade no Plano de Aveiro – Santiago, e deste tecido da cidade, por forma a não constituírem em si mesmas entidades físicas autónomas, segregadas, monofuncionais e, conseqüentemente, desvitalizadas.

Com base nos princípios expostos e tendo em conta a avaliação do sítio, pode afirmar-se que esta primeira imagem urbanística, estrutura as áreas principais e os lugares de eleição da vida urbana – ou seja, as principais Praças e eixos compositivos (“Avenidas”, “Ruas” e “Travessas”).

Nesta perspectiva se descrevem as principais propostas elaboradas:

1. A caracterização da “entrega” da cidade ao campo, mediante a proposta de um grande eixo compositivo, linha de confronto tenso entre as malhas urbanas e os campos envolventes;

2. A demarcação de vasta área agrícola que contém os elementos económicos e formais das estruturas de exploração rural, propondo a sua defesa e estruturação para entrega institucionalmente ordenada, a quem a trabalhe e abasteça a cidade;
3. A escolha da área destinada à Universidade, para a qual é exigível uma relação arquitectónica e ambiental com a Ria de Aveiro (Lagoa do Paraíso);
4. A caracterização das áreas acentuadamente residenciais, na extensão das já existentes, procurando-se desbloquear o isolamento a que estão votados alguns dos equipamentos existentes (caso do Seminário, Escola Preparatória, Hospital);
5. A criação de um Parque que, por extensão do Parque D. Pedro V, constituirá um facto urbano, à escala de toda a cidade;
6. A criação de Vários eixos compositivos principais, bem como dos espaços públicos significativos, que a seguir se enumeram:
 - os topos Sul e Norte do Parque;
 - a Praça sobre o campo de Santiago;
 - a Praça sobre a Ria (Poço de Santiago e Lagoa do Paraíso);
 - a Avenida sobre o campo;
 - a Rua comercial;
 - o prolongamento da Avenida Artur Ravara até à Praça sobre a Ria.
7. A criação de um acesso (alternativo e/ou provisório) ao centro da cidade e ao Porto de Aveiro, através de uma via diagonal que, cortando a área agrícola deixada livre, permite ligar as EENN 335 e 109 às Gafanhas

(proposta esta que seria prejudicada pelas alternativas posteriormente formuladas).

A Evolução do Plano

Posteriormente e com a evolução do trabalho, a equipa projectista delineou uma imagem de Plano, mais elaborada, abrangendo com idêntica definição, toda a área assinalada para o Plano integrado, cuja evolução está descrita nos documentos 7, 8 e 9, (figs. 162, 163 e 164). Nesta fase encontra-se já inserida a Universidade de Aveiro, segundo uma proposta (não vinculativa) tendente a sugerir ambiências urbanas possíveis.

No seu conjunto, embora se observem no essencial as opções já presentes na primeira imagem do Plano, esta segunda imagem urbanística, resulta de uma apreciação mais profunda sobre as relações “Cidade-Universidade” e “Cidade-Existente” e “Cidade-Projectada” (figs. 149 e 150).

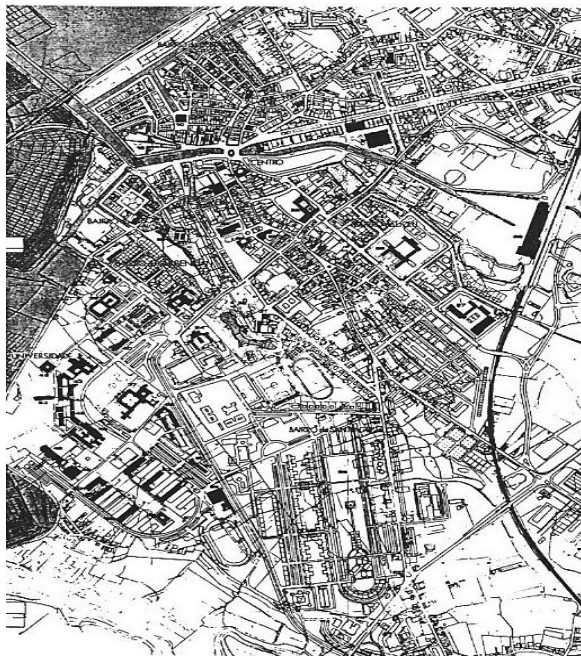


Fig. 149 – Planimetria “Cidade-Existente”

Assim, embora se mantivessem os princípios gerais, a segunda planimetria apresenta-se substancialmente mais detalhada nomeadamente nas suas inserções na cidade, confirmando-se através do seu desenho os grandes eixos compositivos, as orientações adoptadas para as diferentes malhas urbanas e os dimensionamentos definitivamente propostos.

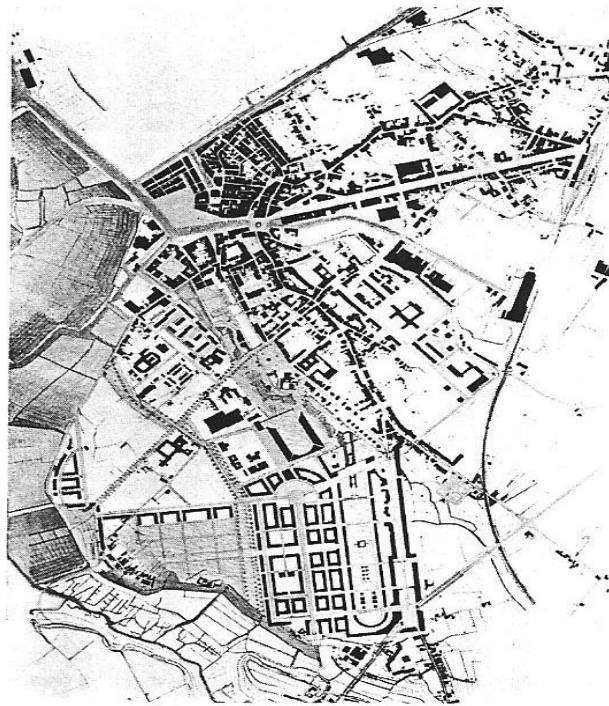


Fig. 150 – Planimetria “Cidade-Projectada”

A maior atenção da equipa nesta fase do trabalho, prendeu-se com os actuais conceitos e modelos das instituições Universitárias – e seus modos de inserção nas cidades – e, também, com os conceitos de composição urbanística tendentes a restituir aos tecidos urbanos projectados os valores e significações patentes nas cidades vivas constituídas (designadamente no que se refere às diferentes relações entre os domínios público e privado). O avanço projectual mais significativo é o da sugestão de uma imagem para a Universidade de Aveiro.

A Universidade será um dos mais importantes factos urbanos na cidade, caso esteja projectada nesta perspectiva.

A inserção da Universidade no Pias tem por base o princípio da continuidade entre os edifícios universitários, residenciais e outros sócio-culturais.

A localização da Universidade em Santiago exclui à partida uma instituição do tipo “campus”.

Uma concepção deste tipo, que procura o isolamento, não se coaduna com a localização em Santiago.

Santiago é pois o ensejo para que a Universidade tenha uma relação mais estreita com a cidade, eliminando os inconvenientes de um isolamento (que acarreta a criação de uma vida artificializada, cortada de contactos e estímulos culturais e sociais).

Assim, reflectiu-se nas planimetrias 7 e 8, (figs. 162 e 163) a preocupação de que a área universitária atendesse em Santiago, aos seguintes princípios: constituir uma área urbana a todos os títulos;

- prevalecer uma área de apreciável fruição de espaços ajardinados;
- possuir uma “margem” de equipamentos comuns e abertos à cidade.

Por outro lado, a Universidade deverá ser um facto urbano de elevada caracterização formal, a fim de que futuramente, Aveiro possa ser uma cidade que inclua na sua descrição uma instituição universitária de apreciável beleza e disponibilidade.

Uma grande qualidade arquitectónica é exigida à Universidade. Qualidade que terá por essência, a caracterização dos próprios edifícios, numa relação específica com a paisagem da Ria, protegidos do regime de ventos agrestes. Daí que a forma urbana do conjunto arquitectónico da Universidade, tenha sido considerado como uma teoria de pátios-recreios e jardins privados, que assegurem a tranquilidade e o silêncio que o ensino exige.

A coesão espacial da Universidade é aliás um dado pela condição programática que é o de pretender ser uma instituição departamental.

Tal condição exige contactos variados entre docentes e discentes com a possibilidade de uma estruturação por cursos que abranjam áreas de ensino comuns a vários departamentos. Tal coesão espacial exige à Universidade uma relação bem definida a nível urbano.

Razão pela qual foi escolhida a Av. Ravara cujo reduzido perfil se mantém, à maneira da Avenida de Plátanos de trânsito e equipamento local.

A Av. Ravara foi aliás escolhida por ser trajecto ritual de chegada da cidade à Universidade constituindo-se como eixo gerador da malha urbanística e como ligação à Praça sobre o Poço de Santiago, proporcionando assim a relação da cidade com o espaço que mais directamente disfruta a Ria.

A Planimetria correspondente à última imagem do Plano Doc. 9 (fig. 164) ilustra a etapa de posteriores estudos como resultado dos primeiros impactos a que o plano foi sujeito.

Impactos e solicitações efectuados em face das propostas formuladas na dinâmica inerente à própria instalação da Universidade de Aveiro, na área do plano e de outros equipamentos a considerar.

Esta última imagem do plano apresenta assim diversas reformulações nomeadamente quanto à afectação de algumas áreas.

Em relação às planimetrias 7 e 8, (figs. 162 e 163) a imagem representada no Doc.9 (fig. 164) contém as seguintes diferenças principais:

- alteração da área agrícola do Plano anteriormente proposta, conferindo-lhe um uso de parque e área desportiva destinada à população da Universidade e da cidade;
- a ampliação da área residencial destinada à população que mais directamente terá a ver com a Universidade;
- a desafecção de uma área inicialmente destinada a habitação (sul do Seminário) ficando a mesma exclusivamente destinada a instalações académicas da U.A.

As reformulações efectuadas, são uma resposta às exigências programáticas da Universidade de Aveiro, nomeadamente as que se referem a uma certa continuidade do território.

No âmbito das reformulações efectuadas assinala-se que, constitui um apreciável risco a não afectação para habitação e equipamento local, o eixo compositivo da Av. Ravara. Para uma avenida em que é pretensão ter uma apreciável vida urbana será necessário uma arregimentação funcional compatível.

A configuração actual do Plano ficou assim completa, sendo esta planimetria que a seguir se descreve e se representa no doc.1 (fig. 147) e aparece fotografada no Doc.9 (fig. 164).

Descrição do Plano

Para uma leitura e descrição do Plano, sugere-se o escalonamento de três categorias de apreciação:

1. Opções relativas a elementos estruturais e de ordem do território.
2. Opções relativas a diferentes vocações e afectações do território.
3. Opções relativas à imagem e forma urbana edificada.

Tais critérios, aliás indissociáveis, apenas de apresentem distintos por razões descritivas.

Aborda-se de princípio o 1º dos pontos referidos:

O Plano de Aveiro/Santiago estabelece diversos eixos compositivos que relacionam as diversas partes da cidade e articulam as diversas malhas urbanas que são propostas. Na convergência e articulação dos eixos compositivos do Plano situam-se as diversas praças de maior urbanidade, para além do prolongamento do Parque D. Pedro V, que assume aliás outras características pela dimensão, arborização e ajardinamento propostos.

Constitui a ampliação do Parque D. Pedro V, um eixo compositivo dos mais importantes, a sua orientação é afinal a da Rua Dr. Mário Sacramento já existente, como “cozimento” da forma urbana já constituída.

No lado oposto, o Plano toma como orientação a da Av. Ravara, cujo prolongamento assegura o acesso ao Seminário, e a do Estádio Municipal, cuja remodelação se propõe.

As praças mencionadas apresentam-se destacadas no conjunto das malhas urbanas propostas podendo ser enumeradas da seguinte maneira:

- a praça de entrada na cidade;
- a praça no topo sul do Parque D. Pedro V;
- a praça junto ao Estádio Municipal;

- a praça junto ao Poço de Santiago.

As malhas urbanísticas propostas proporcionam uma forma urbana que assegura a homogeneidade e a diversidade que a “cidade” exige na sua própria existência. A concepção destas malhas teve por base os seguintes pontos:

- o maior grau possível de disseminação dos equipamentos institucionais no tecido residencial e a sua associação aos espaços públicos mais significativos (largos e praças);
- a eleição do quarteirão como forma básica para a composição das várias malhas e a sua orientação segundo directrizes de adaptação aos acidentes e factos urbanos de maior significado, existentes nas margens do Plano;
- o porte dos edifícios previstos no Plano varia entre 3 e 5 pisos. As cérceas previstas são equivalentes às dos quarteirões já edificadas na cidade (com excepção dos constituídos por casas unifamiliares).

As vocações assumidas pelo Plano e que constituem o objecto de uma 2ª categoria de apreciação, constituem um dos aspectos de maior significado na planimetria.

As vocações consideradas têm que ver com a relação do Plano com o sítio e com a cidade existente.

Digamos que a relação principal da cidade “projectada” (fig. 150) com o sítio é constituída pela Ria, pelo estreito de S. Pedro, pela grande plataforma que é o próprio lugar e finalmente pelo jardim romântico que é o actual Parque D. Pedro V.

Das potencialidades paisagísticas e da capacidade de relação com as diferenças partes da cidade edificada surgiu a escolha dos vários eixos compositivos assinalados e os diversos espaços públicos propostos (praças e parques).

Abordaremos seguidamente as afectações conferidas pelo Plano ao território em causa, discriminadas pelos seguintes itens:

Habitação

Da iniciativa pública

Para afectação à Universidade

Privada

Universidade

Área Institucional

Zona desportiva Universitária

Parques de recreio

D. Pedro V e respectivos topos Norte e Sul

Esteiro de S. Pedro

Área desportiva Universitária

O Plano não alterou nenhuma das afectações já existentes “edificadas” a não ser um campo de jogos (pelado) que propôs transferir para o topo norte do Parque e os Armazéns da Câmara Municipal.

Constituem as afectações existentes todas as que a seguir são descritas:

Aldeia de Santiago

Seminário

Hospital

Escola Preparatória

Estádio Municipal

Parque D. Pedro V

Rua Mário Sacramento

A Rua Mário Sacramento e a aldeia de Santiago serão duas áreas a regulamentar pelo Plano.

Para a Rua Mário Sacramento convirá definir um Plano Parcial que venha a concretizar a Praça sobre a EN 109 e um perfil compatível com o facto urbano de construir uma das entradas da cidade.

Para a Aldeia de Santiago é previsível a manutenção da sua forma urbana, pois é esse o principal valor patrimonial a considerar.

As precárias condições de habitação de uma parte das casas e a degradação do espaço envolvente, aconselham a uma intervenção de Renovação urbana.

Igualmente seria aconselhável acompanhar a mudança qualitativa a operar no aglomerado de Santiago cuja população deixará uma condição rural para passar a uma condição de vida urbana com todas as suas implicações.

Finalmente abordaremos aqui a imagem e a forma urbana edificada.

É intenção do Plano procurar edificar uma forma urbana, que pela sua apropriação e vivência venha a constituir-se como parte da cidade.

O Plano é claro na proposta de solidarizar a cidade “projectada” à cidade “existente” (figs. 149 e 150) pela extensão de um parque que se constitui como um facto urbano dos mais significativos à escala da cidade.

O Plano é pelo prolongamento e intorsão da Av. Ravara como um eixo urbano de “referências” a reforçar – “Av. dos Plátanos”.

O Plano é significativo pela escolha que faz ao privilegiar uma “entrada na cidade” – a praça sobre a EN 109.

O Plano é pelo restabelecimento de uma relação ambiental entre a urbe e a paisagem dominante, daí a escolha de uma praça de fruição do cenário da Ria.

O Equipamento do Plano

O equipamento do Plano foi escalonado segundo dois níveis de utilização e importância que a seguir se descrevem:

o equipamento pertencente ao uso de toda a cidade (1º escalão);

o equipamento considerado de utilização local na área do plano (2º escalão).

A dimensão do Plano justifica a inclusão de equipamento do 1º escalão que numa primeira avaliação das necessidades de Aveiro poderá assumir um uso à escala da cidade e da própria região.

A equipa projectista procedeu a uma previsão recorrendo à consulta de diversas grelhas de proporcionamento e estabelecendo um primeiro quadro/proposta.

A concepção do Plano permite alterações e ajustes a este quadro de acordo com a evolução e o aparecimento de programas e equipamentos até agora não definidos.

Poder-se-á afirmar que o principal conceito que o Plano encerra neste capítulo consiste na especificidade da localização urbana, quer pela pontuação dos equipamentos nos eixos compositivos mais importantes, quer pela amarração dos equipamentos a espaços urbanos mais característicos.

É esta esquecida relação urbana que se pretende reencontrar para que de novo os edifícios “mais” públicos e colectivos na cidade se façam significar, destacando-se da relativa homogeneidade e relativa diversidade dos edifícios residenciais.

A Arquitectura do Plano

A caracterização e projecto dos edifícios do Plano fazem parte do trabalho executado.

A equipa projectista atendeu-se nesta etapa de trabalho e executar de imediato a 1 fase do Plano, que corresponde à envolvente do topo Sul do Parque D. Pedro V, (223 fogos).

É esta envolvente que aparece ilustrada pelas fachadas e plantas que se apresentam no Doc.5 (fig. 160).

A caracterização desta envolvente toma como elemento compositivo a “colunata” cuja proporção se refere à dimensão do espaço urbano de todo o Parque.

Os projectos realizados para as fases subsequentes tendem a relacionar-se com os ritmos e figurações das fachadas tradicionais de Aveiro.

A arquitectura do Plano tenderá assim a aproximar-se dos elementos tradicionais das fachadas da cidade viva e construída.

A definição dos diversos projectos tipo e respectivas variantes terão necessariamente que sofrer adaptações uma vez consideradas as situações urbanas existentes, quer correspondam, por exemplo, a uma rua-corredor, ou a um miolo de quarteirão de carácter mais privado.

As características dos projectos utilizados são evidentes nas planimetrias que se apresentam.

As tipologias adoptadas são as correntes para colectivos organizados em esquerdo/direito.

Estas tipologias não serão, no entanto, as únicas a ser consideradas no Plano, dada a multiplicidade de situações que o mesmo proporciona.

Os projectos respeitam as normas técnicas estabelecidas pelos Regulamentos em vigor e as áreas correspondem às que são actualmente praticadas pelo F.F.H. quanto a projectos de categoria única.

O tipo de construção adoptado é um misto de construção tradicional com alguns elementos industrializados.

O carácter de repetição dos edifícios projectados, possibilita a racionalização do fabrico da obra.

Índices Urbanísticos

Os índices de ocupação foram calculados para a área restrita de 20 ha, ou seja para a intervenção directa do FFH, cuja ocupação prevê cerca de 1600 fogos ou seja 80 fogos por ha.

Conforme se verifica pelos números do quadro em Anexo, os índices estão dentro dos estabelecidos pelas normas urbanísticas do F.F.H. para o escalão B ou seja, para uma situação urbana, como se pretende que seja o PIAS.

Para as restantes áreas habitacionais, uma vez que a sua programação e tipologias não estão estabelecidas, torna-se difícil calcular os seus índices, embora e como é evidente, devam igualmente estar dentro dos parâmetros previstos pelas normas do F.F.H.

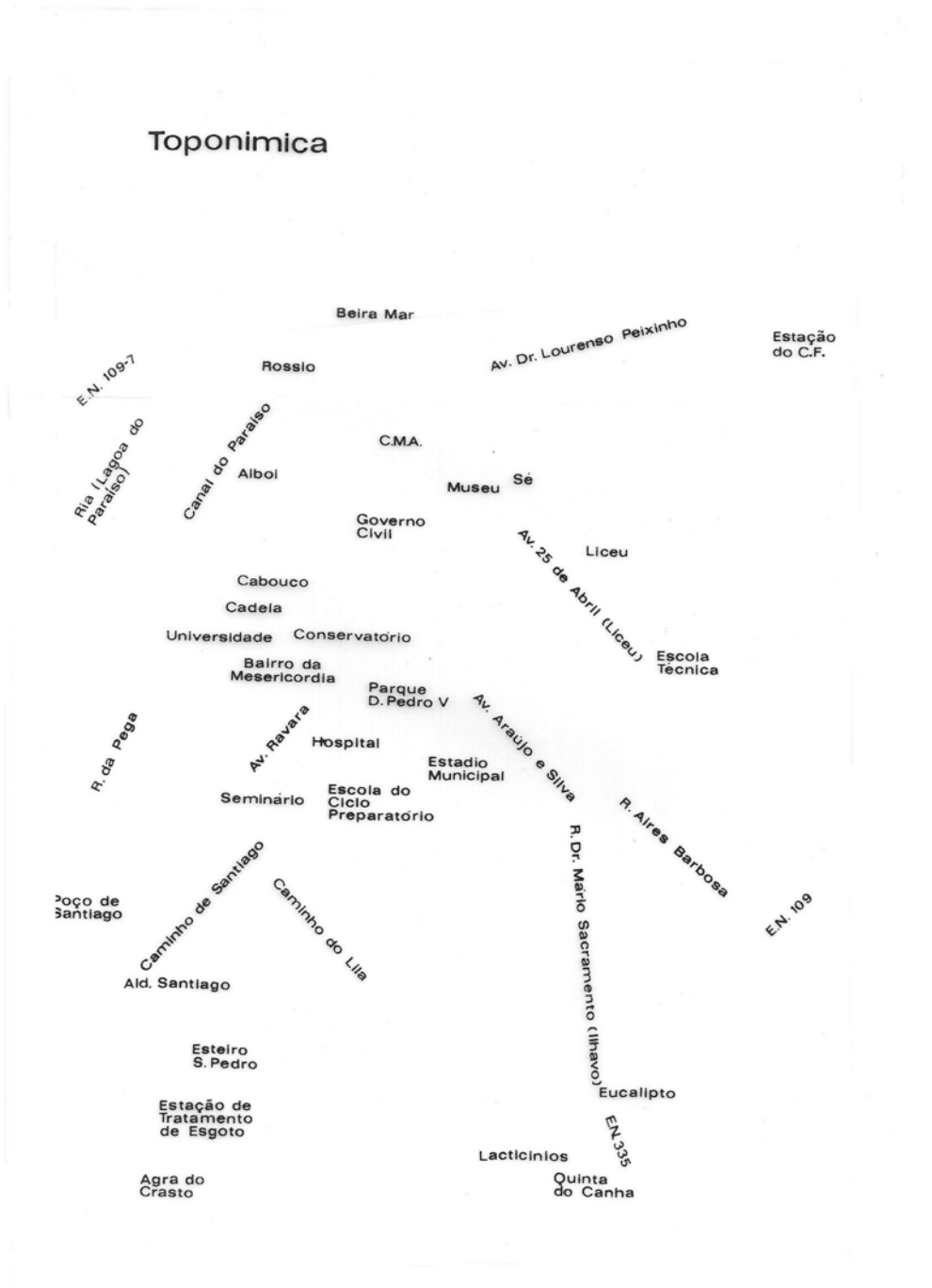


Fig. 151 – Toponímia



Fig. 152 – Doc. 2
Escala Original 1:10 000

Afectação de áreas

Habituação	
	Promoção F.F.H. " Universidade " Privada
2. Parques Públicos	
	Promoção F.F.H. " C.M.A.
3. Zonas Desportivas	
	Promoção Universidade
	4. Universidade

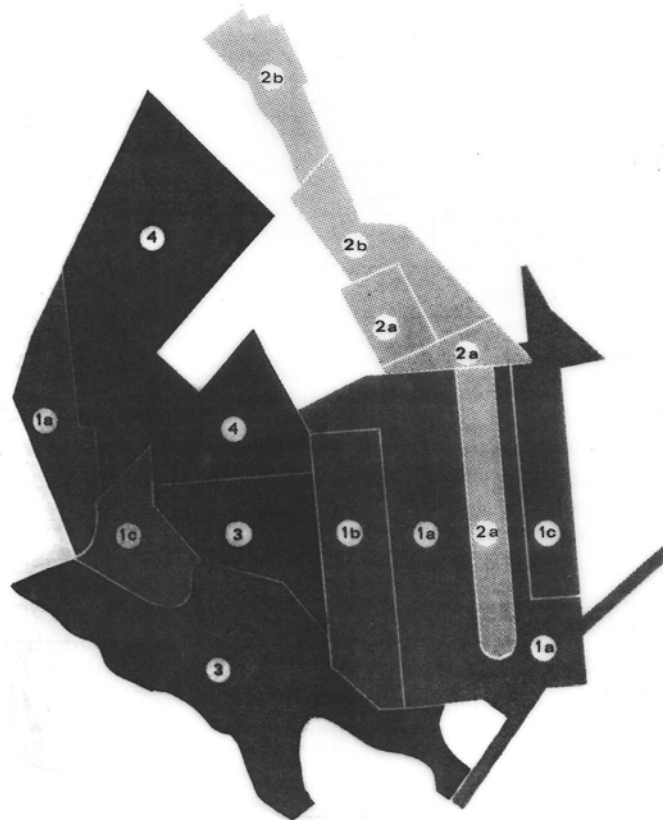


Fig. 153 – Afectação de áreas

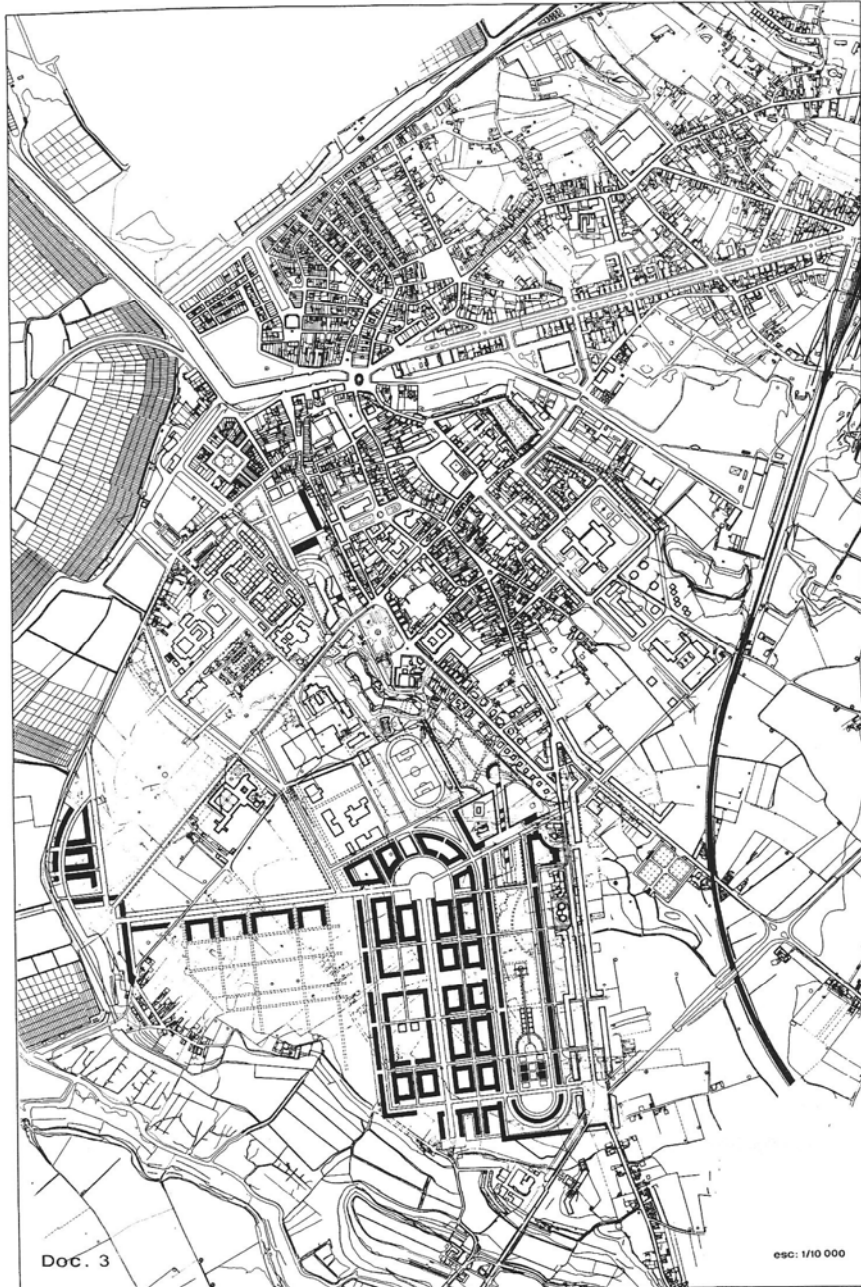


Fig. 154 – Doc. 3
Escala Original 1:10 000

Arquitectura do plano

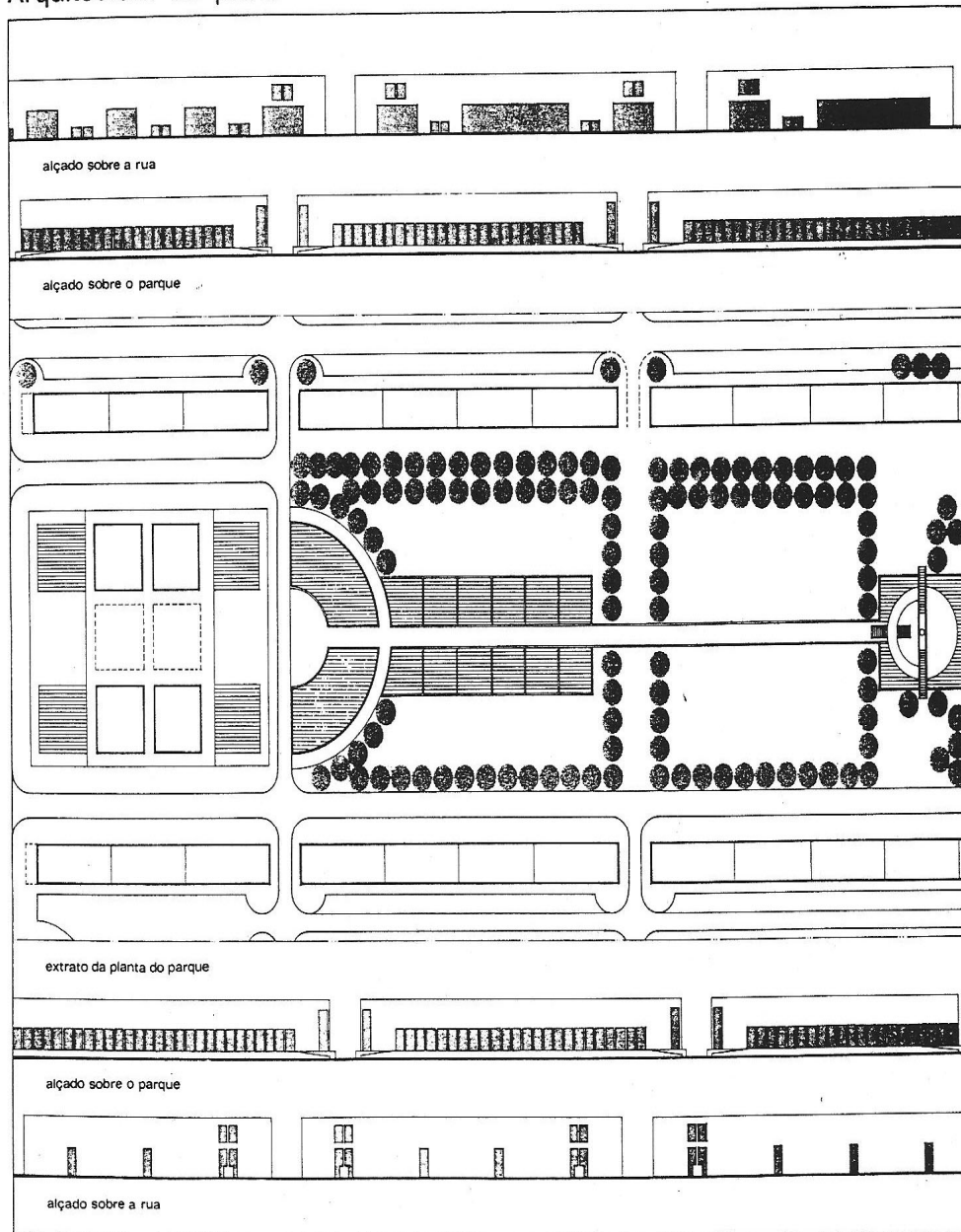


Fig. 155 – Doc. 4 – Arquitectura do Plano

Escala Original 1:10 000

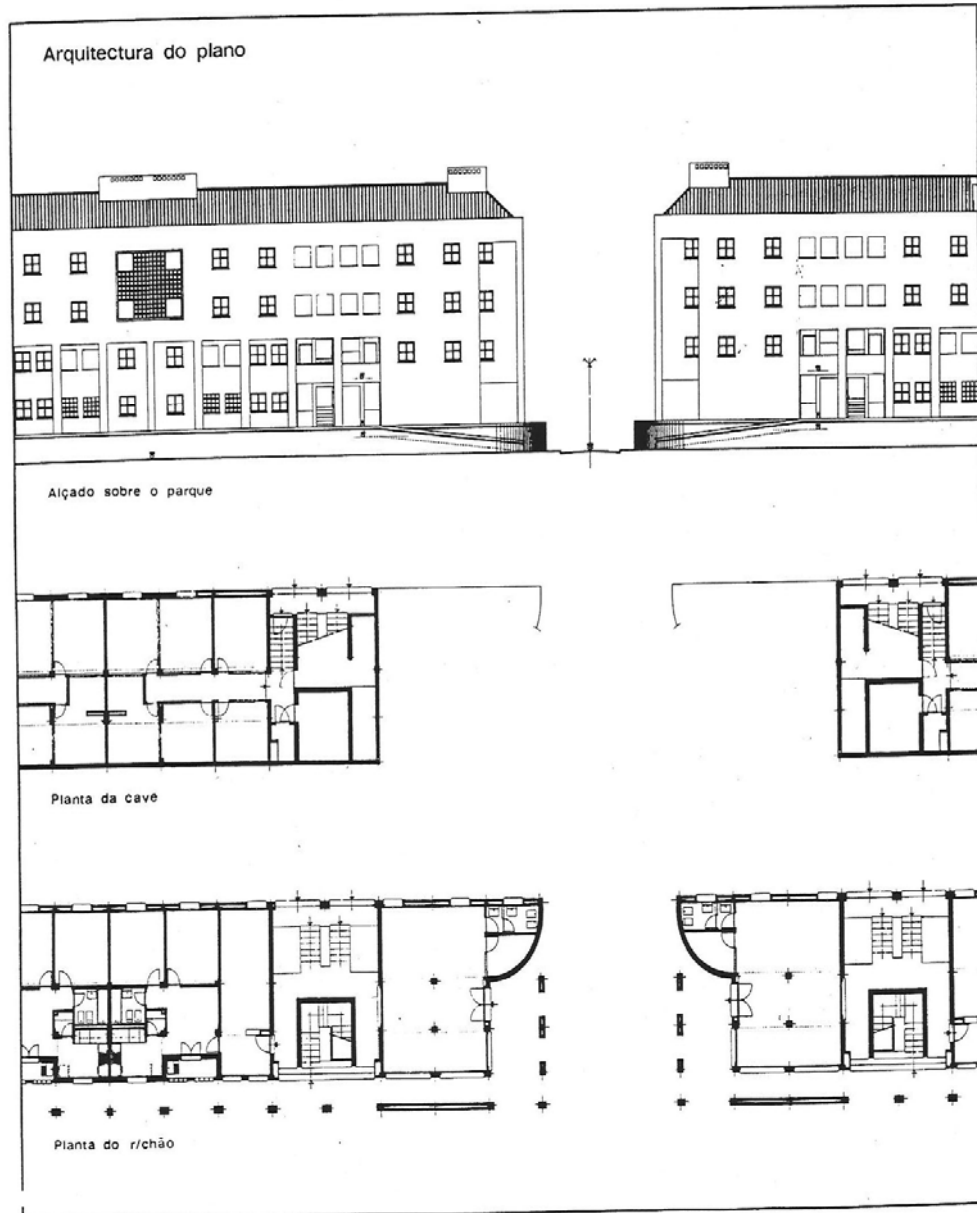


Fig. 156 – Doc. 4 – Arquitectura do Plano

Escala Original 1:10 000



Fig. 157 – Doc. 4 – Arquitectura do Plano

Escala Original 1:10 000

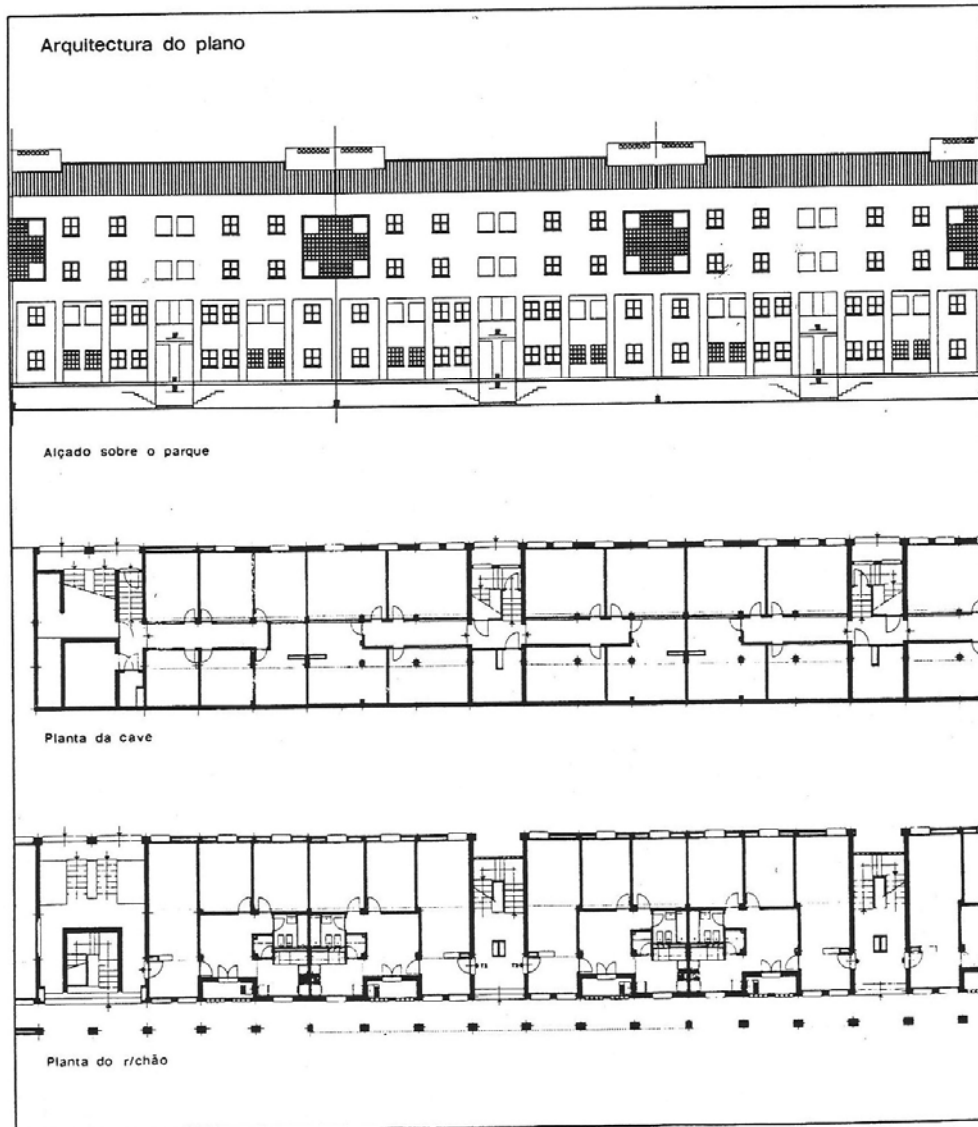


Fig. 158 - Doc. 4 – Arquitectura do Plano

Escala Original 1:10 000

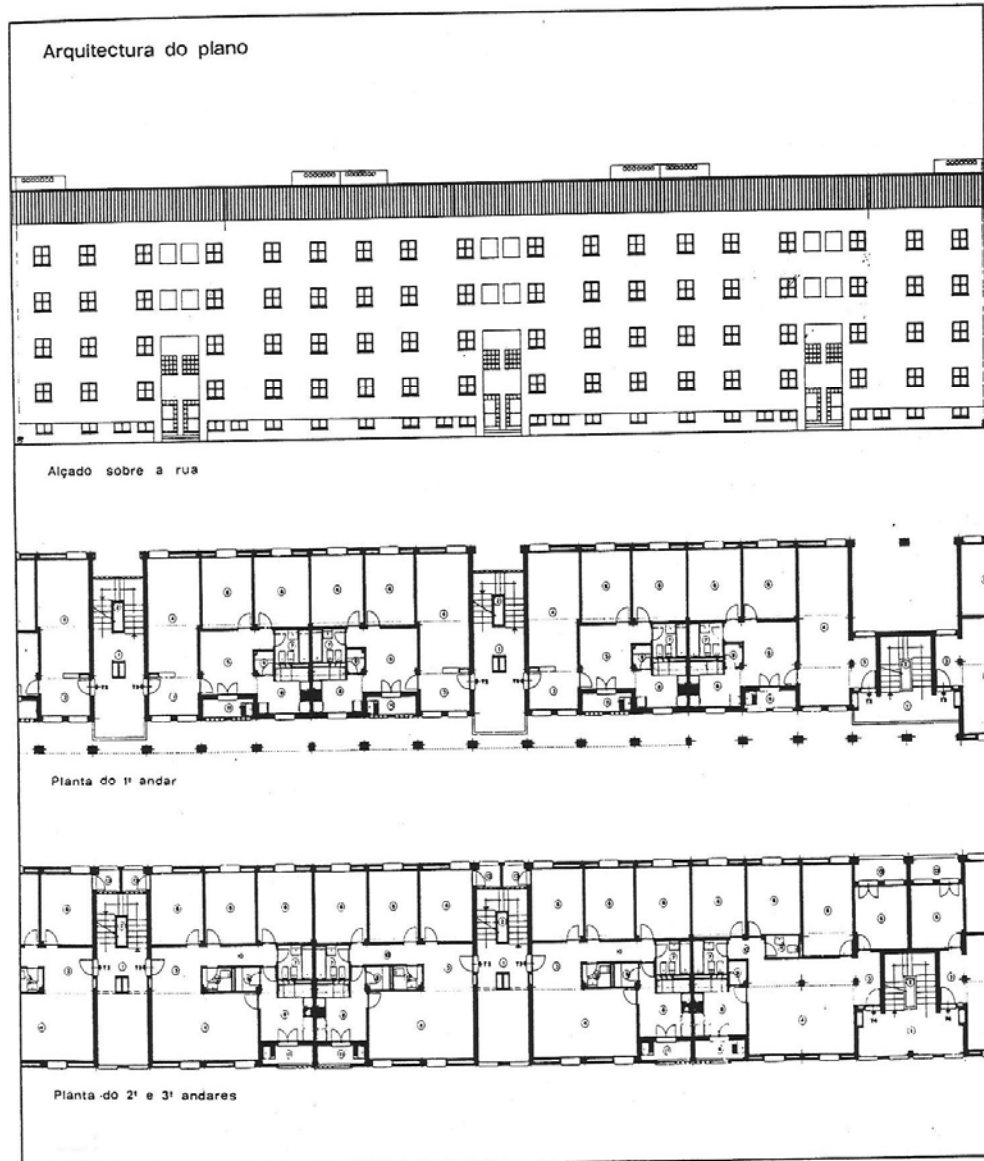


Fig. 159 - Doc. 4 – Arquitectura do Plano

Escala Original 1:10 000

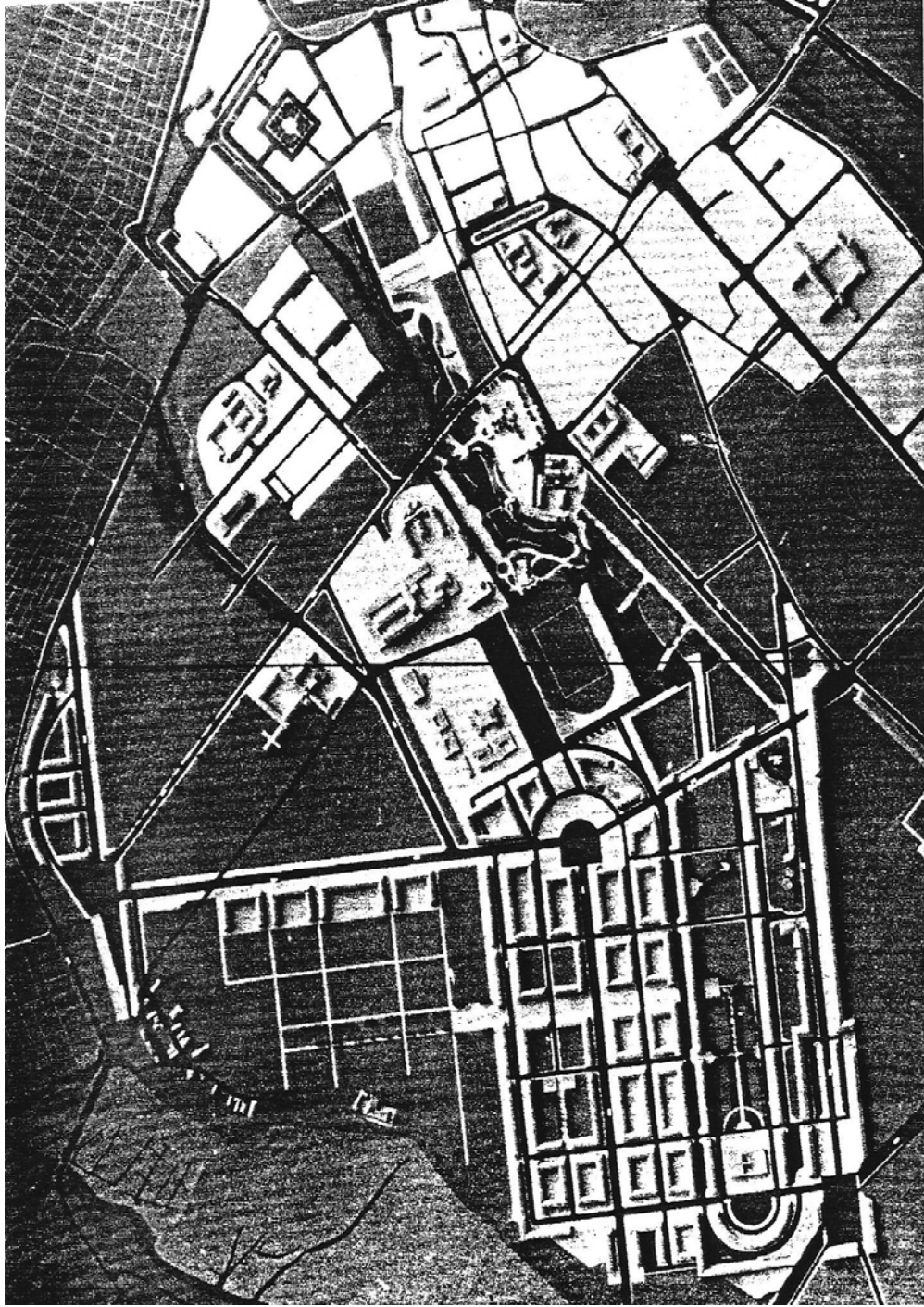


Fig. 160 - Doc. 5

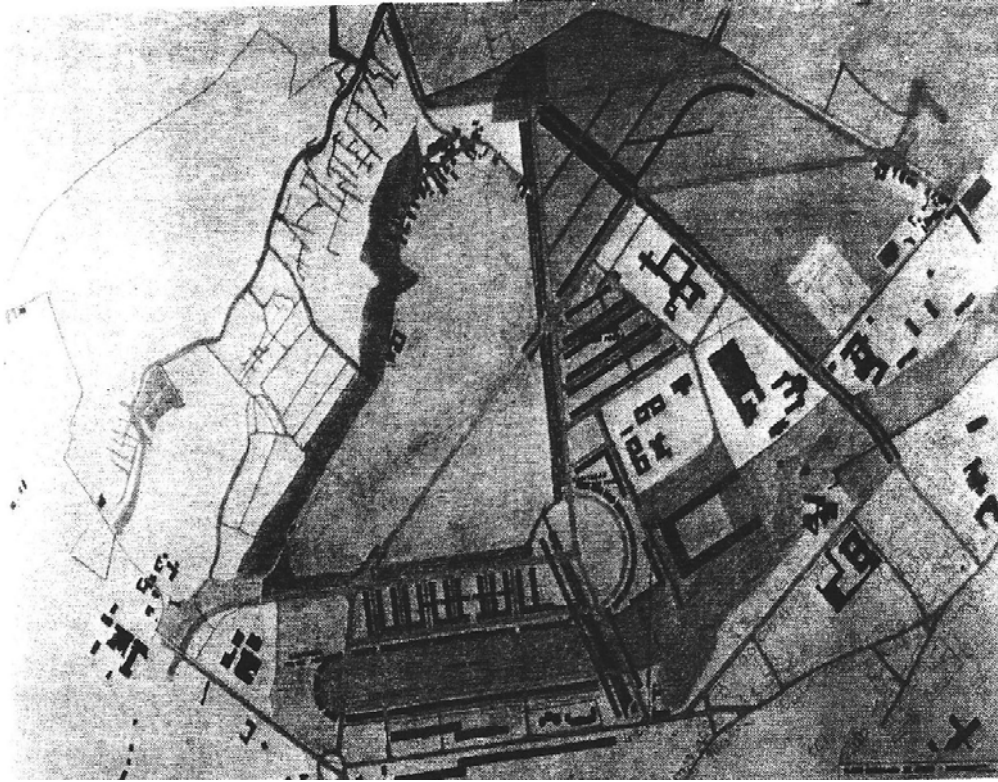


Fig. 161 - Doc. 6

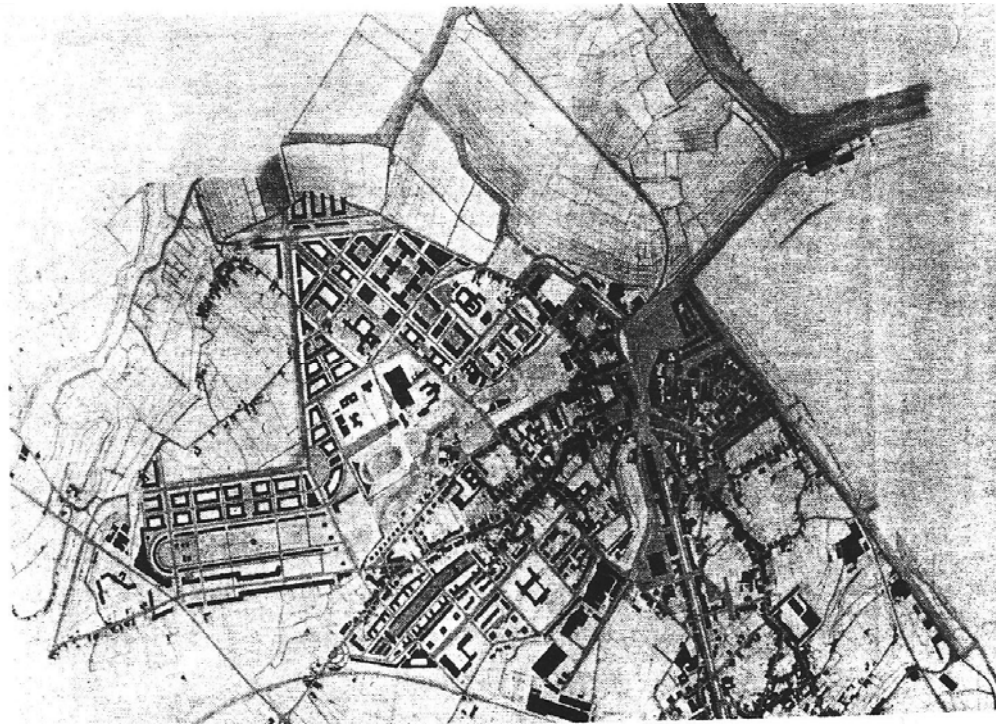


Fig. 162 - Doc. 7

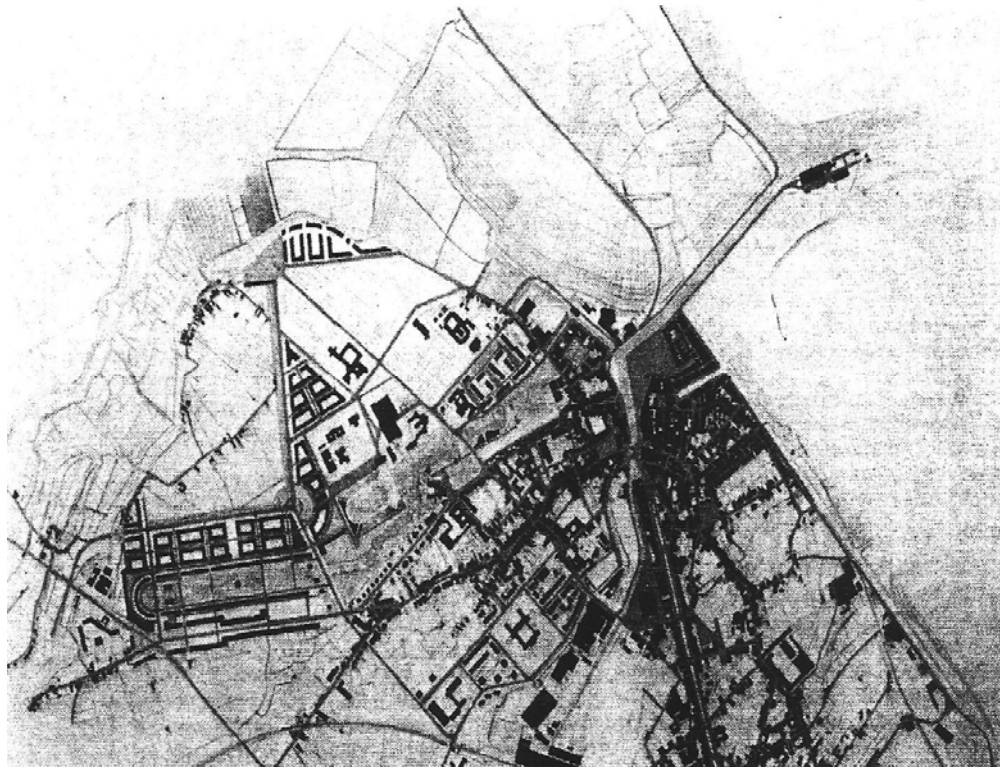


Fig. 163 - Doc. 8

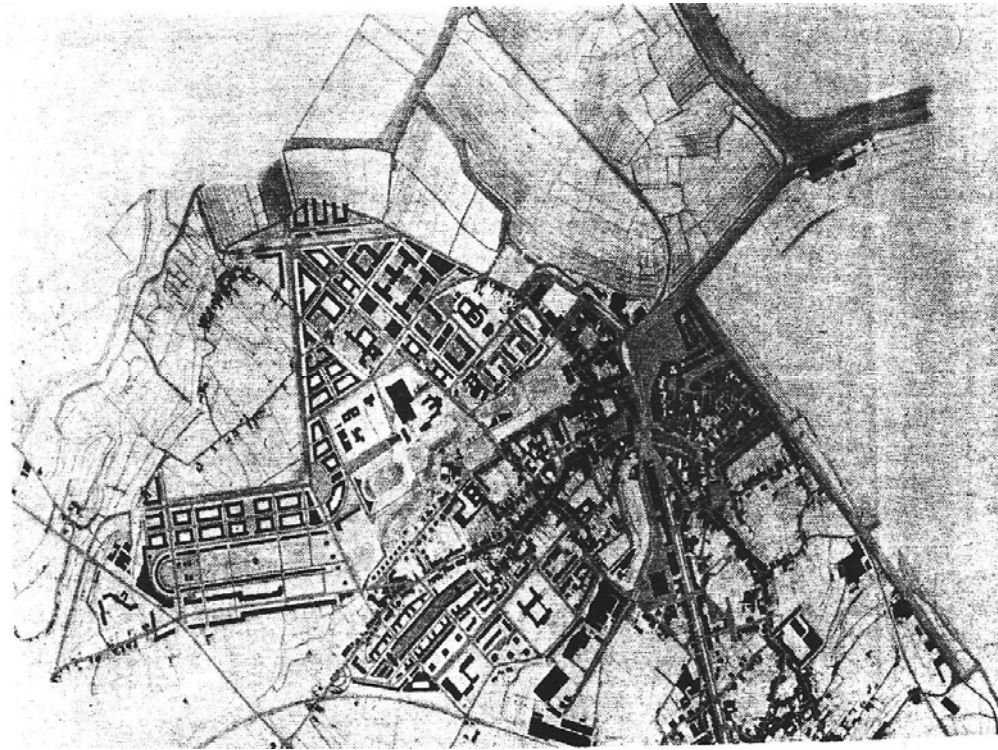


Fig. 164 - Doc. 9

Conclusão

Pretendia-se uma cidade projectada que se deixasse induzir pela cidade real. O Plano Integrado de Aveiro.Santiago evoluiu desde a sua imagem, antecipando-se na relação Cidade / Universidade e na integração da cidade existente.

“A contratação posterior de equipas para o Plano da Universidade e Plano Director de Aveiro trouxe um evidente choque de objectivos, de concepção e de desenho, demonstrando uma latente distância, intransponível. O diálogo entre técnicos foi difícil e penoso, acentuado pela inexistência de um prévio acordo institucional, sobre quem e como deveria intervir no território”. (Vieira, Sousa Alberto, Revista Arquitectos nº149)

Foi negada uma proposta urbanística de base, sem condições para continuar. Com a edificação da Universidade em curso, o Plano foi substituído por uma proposta de equipa do arquitecto Nuno Portas que redesenhou e corrigiu muitas situações de ausência na relação Universidade/Cidade.

CONCLUSÕES

O processo crítico dentro do CIAM, referente à organização da Cidade Moderna, constituiu um relativo fracasso, face aos objectivos inicialmente previstos. A crítica do TEAM X, à excepção de Aldo Van Eyck, Woods e De Carlo não contém tanto o vigor ou a visão da sua obra arquitectónica e urbanística, mas mais o poder de uma crítica sugestiva e cultural.

A construção teórica apontada nesta dissertação é uma tentativa de tornar operacional os conhecimentos compositivos que construíram a cidade tradicional.

Os autores estudados deram contribuições valiosas, algumas inovadoras, outras revisitadas, que servirão de base para a avaliação do espaço: J:Jacobs enfatizou a versatilidade de usos, a importância da praça e da rua; Lynch fez uma investigação sobre os efeitos determinantes que a imagem da cidade tem no comportamento; Schulz foi buscar a dimensão histórica da memória, o espírito do lugar, a identidade; Rossi foi assumidamente um contextualista, defendendo conceitos como a permanência, a continuidade, as tipologias, a memória colectiva, a forma, o ressurgir da rua e da praça; Robert Krier fez investigações da análise do espaço, especialmente do quarteirão, da praça e da rua, fazendo apologia de que a cidade é arquitectura; Cullen estudou a cidade, a “paisagem urbana”, explorando vários elementos, desde a cor, a textura, até aos efeitos de surpresa gerados pelo espaço e ao mobiliário urbano, numa leitura de cidade à “pequena escala”.

São factores a ter em conta no acto de projectar (escalas, tipologias, carácter, actividades, configuração espacial, circulação, espaços livres,

mobiliário urbano, relações com a arquitectura existente, relações morfológicas, etc.). Por terem sido objecto de estudo, investigação e sistematização, constituem um elemento valioso e se bem que possam não ter tido um efeito imediato na prática do Urbanismo, têm o mérito de construir material teórico de reflexão, que requer tempo de maturação para poderem ser aplicados nas intervenções das cidades.

A tentativa de construção dum corpo teórico procurou qualificar os projectos, as periferias descaracterizadas, através do recurso aos novos padrões tradicionais, aplicados com mais ou menos fracasso dentro dos novos contextos da produção do urbano (administrativo, económico, social e cultural).

Os exemplos seleccionados no capítulo 3, nomeadamente o Plano Integrado Aveiro.Santiago, em Portugal e o Novo Bairro Golfe, numa ex-colónia (Luanda) salientam o fracasso crítico – por falta de vontade dos governantes, mudanças políticas, falhas administrativas e regulamentares – fracasso crítico esse, em metamorfose permanente, pelos sucessos e insucessos.

Pode-se concluir que a questão da invenção das cidades, no seu desenho, nas suas complexidades infraestruturais, sociais, económicas e culturais não é um território estabilizado, em termos de conceitos e teorias; acompanha as interrogações permanentes do homem, na sua imagem do tempo.

As regras, as leis, as atitudes, estão sempre referenciadas no espaço e no tempo, deixando sempre, em aberto, algo que poderá vir do nada (POPPER), ou do futuro, como banalmente se afirma.

Esta dissertação pretendeu apenas fazer referência a momentos exaltantes, com consequências reais na transformação das cidades, pretendendo-se

também dar notícia de casos aplicados por autores da cultura portuguesa, já que os grandes momentos da crise do CIAM, também tiveram reflexo em Portugal e nas suas antigas colónias e cujo contributo para a melhoria de vida do ser humano foi significativo.

As conclusões do Habitat em Vancouver (1976), promovido pelas Nações Unidas, podem considerar-se como síntese conclusiva deste tema, cuja continuidade está expressa nas conclusões do Habitat II de Istambul (1995). Constitui matéria não esgotada, ainda objecto de reflexão, pela sua oportunidade de virtudes e conflitualidades, que mantém ainda hoje, nos finais dos anos 90 e no virar do milénio. Por isso, a escolha deste tema de dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aymonino, Carlo, 1984, “O Significado das Cidades”, Ed. Presença, Lisboa.

Aymonino, Carlo, 1989, “Piazze d’Itália”, Ed. Electra, Milão.

Barthes, Roland, Dez.1970/Jan.1971, “Semiologie et Urbanism in L’Architecture d’Aujourd’hui”, n.º 153.

Benévolo, Leonardo, 1994, “História de La Arquitectura Moderna”, Ed. G.G., Barcelona.

Benévolo, Leonardo, 2004, “Histoire de la Ville”, Ed. Parenthèses, Marseille.

Choay, Françoise, 1992, “O Urbanismo”, Ed. Perspectiva, São Paulo.

Costa, João Pedro, 2006, “Bairro de Alvalade: Um Paradigma no Urbanismo Português”, Livros Horizonte, Lisboa.

Costa, Ricardo, 1996, “Alvar Aalto - Novas Ideias para a Forma Urbana”, Tese de dissertação para obtenção do grau de Mestre, Lisboa.

Corbusier, Le, 1995, “A Maneira de Pensar o Urbanismo”, Ed. Europa-América, Mem Martins.

Cutler, Lawrence e Cuttler, Sherry, 1983, “Recycling cities for people: the urban design process” , Ed. Van N. Reinhold, N.York.

Del Rio, Vicente, 1990, “Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento”, Ed. Pini, Lda., S. Paulo.

Del Rio, Vicente, 1999, “Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento”, Ed. Pini, Lda., S. Paulo.

Ebenezer, Howard, "Garden Cities of To - Morrow", Ed. Faber and Faber Ltd., Londres.

Frampton, Kenneth, 1993" História Crítica da Arquitectura Moderna ", Ed. Gustavo Gili, SA, Barcelona.

França, José Augusto, 1997, "Lisboa: Urbanismo e Arquitectura", Ed. Livros Horizonte, Lisboa.

Hansan, Uddin Khan, 1999, “Estilo Internacional”, Ed. Taschen, Lisboa.

Heitor, Teresa Valsassina, 2001, “A vulnerabilidade do Espaço em Chelas”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Krier, Léon, 1999, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade”, Ed. Estar, Lisboa.

Krier, Rob, 1979, "Urban Space", Ed. Academy, Londres.

Krier, Rob, 1981, “El Espacio Urbano – Proyectos de Stuttgart”, Ed. Gustavo Gili, SA, Barcelona.

Krier, Rob, 2003, "Towns Spaces", Ed. Birkhäuser, Berlim.

Lamas, José, 1993 "Morfologia Urbana e Desenho da Cidade", Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, JNICT, Lisboa.

Lang, Jon, 1987, "Creating architectural theory: the role of behavioral sciences in environment Design", Ed. Van N. Reinhold, N.York.

Lynch, Kevin, 1960, "A Imagem da Cidade", Ed. 70, Lisboa.

Lynch, Kevin, 1981, "A Boa forma da Cidade", Ed. 70, Lisboa.

Lynch, Kevin, 1991, "City Sense and City Desing – Writing and Projects of Kevin Lynch", Ed. Mitpress, Cambrige, Massachusetts.

Lee, Terence, 1972, "Psicologia do Meio Ambiente", Ed. Zahar, Rio de Janeiro.

Mausbach, Hans, (s/data), "Urbanismo Contemporâneo", Ed. Presença, Lisboa.

Moore, Gary, 1984, "Estudos de Comportamento Ambiental", Ed. Campos, Rio de Janeiro.

Mumford, Lewis,1982,"A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas ", Ed. Universidade de Brasília, Brasil.

Mumford, Lewis, 1952,"Arte e Técnica", Ed. 70, Lisboa.

Moudon, Anne Vernez, 1986, "Built for Change: Neighbourhood Architecture in San Francisco" Mit Press, Cambridge, MA., Cambridge.

Oliveira, Alberto, 1977, "Plano Integrado Aveiro-Santiago", Ed. Fundo de Fomento de Habitação, Lisboa.

Portas, Nuno, 1968, "A Cidade como Arquitectura", Dissertação para concurso de Professor do I Grupo-Arquitectura da ESBAL, Ed. Faculdade de Arquitectura - UTL, Lisboa.

Portas, Nuno, Arroiteia, Jorge, Toussaint, Michel, 2000, "Universidade de Aveiro: Arquitectura e Urbanismo", White and Blue, Lisboa.

Rapoport, Amos, 1967, "Whose Meaning in Architecture?", Interbuild Arena, Londres.

Real, Troufa, 1974, "Plano Geral do Novo Bairro golfe", Ed. GHA, Luanda.

Real, Troufa, 1993, "Provas de Agregação. Grupo VIII de disciplinas de Urbanologia", Ed. UTL, Faculdade de Arquitectura, Lisboa.

Rossi, Aldo, 1966, "A Arquitectura da Cidade", Ed. Gustavo Gili, Barcelona.

Samuels, Ivor, 1986, "Urban Morphology in developed countries", Ed. By Join Centre for Urban Design, Oxford.

Sitte, C., 1985, "L'Art de Bâtir les Villes", Ed. Gili, Barcelona.

Sommer, Robert, 1973, "Espaço Pessoal: As bases Comportamentais de Projectos e Planos", Ed. Pedagógica Universitária/USP, São Paulo.

Schulz, Norberg, C., 1981, "Génius Loci", Ed. Pierre Mardaga, Bruxelas.

Tafuri, Manfredo, 1985, "Projecto e Utopia", Ed. Presença, Lisboa.

Venturi, Robert, 1966, "Complexity and Ambiguity in Architecture", The Museum of Modern Art, New York.

V.V.A.A., 2003, "Teoria da Arquitectura", Ed. Taschen, Lisboa.

Zevi, Bruno, (s/ data), "História da Arquitectura Moderna" (vol. 1 e 2), Ed. Arcádia.

REVISTA "Binário nº 2" de Maio de 1958.

REVISTA "Binário nº 95" de Janeiro/Fevereiro de 1967.

REVISTA "Binário nº 127-128" de Abril/Junho de 1973.

REVISTA "Binário, nº 183" de Dezembro de 1973.

REVISTA "Binário nº 205-206" de Janeiro/Fevereiro de 1976.

REVISTA "Jornal dos Arquitectos nº 121", de Março de 1993, Associação Portuguesa de Arquitectos.

REVISTA "Jornal dos Arquitectos nº 149", de Julho de 1995, Associação Portuguesa de Arquitectos.

REVISTA “Jornal dos Arquitectos nº 217” de Outubro/Novembro/Dezembro de 2004, Associação Portuguesa de Arquitectos.

REVISTA “AA - L’Architecture d’Aujourd’hui nº185, Maio/Junho 1976.

REVISTA “Arquitectura e Construção, nº35”, Fevereiro/Março de 2006.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Boletim de Angola - Decto nº 576/70

Boletim de Angola - Despacho de 31/08/1974

Boletim de Angola - Portaria nº 643/74

BIBLIOGRAFIA GERAL

Alexander, Christopher, 1967, "O Padrão das Ruas e Sua Geometria" Rev. Binário, nº 107, Agosto.

Arnheim, Rudolf, 1998, "A Dinâmica da Forma Arquitetónica", Ed. Presença, Lisboa.

Bacon, E., 1968, "Design of Cities", Ed. Nova York Studio Book, Vicking Press.

Barnett, J., 1976, "The Elusive City : Five Centuries of Design, Ambition and Miscalculation", Ed. Harper and Rone, Nova York.

Barnett, Jonathan, 1982, "An Introduction to Urban Design", Ed. Harper and Row, N.York.

Benevolo, Leonardo, 1987 "As Origens da Urbanística Moderna", Ed. Presença, Lisboa.

Benevolo, Leonardo, Melograni, Carlo, Longo Givra, 1987, "Projectar a cidade Moderna", Ed. Presença, Lisboa.

Benevolo, L., 1977, "Diseno de la Ciudad", Ed. Gili, 5 vols., Barcelona.

Benevolo, L., 1989, "A Cidade e o Arquitecto", Ed. 70, Lisboa.

Boaga, G., 1977, "Diseno de Tráfico y Forma Urbana", Ed. G. Gili, Barcelona.

Bonet, C., 1984, "Las Claves del Urbanismo", Ed. Ariel, As, Barcelona.

Cancellieri, Anne, 1992, "L' Habitat du Future : Défis et Prospective pour le Prochain quart de Siécle" Ed. La Documentation Française, Paris.

Castells, Manuel, s/data, "Problemas de Investigação em Sociologia Urbana", Ed. Presença, Lisboa.

Castex, Panerai & Depaule, 1977, "Formes Urbaines - De L'Ilot à la Barre", Ed. Dunod, Paris.

Cook, Peter, 1993 "Architectural Monographs nº 28", Ed. Academy Londres.

Correia, Paulo V. D., 1993, "Políticas de Solos no Planeamento Municipal", Ed. F. C. Gulbenkian, Lisboa.

Coulanges, Fustel, 1988, "A Cidade Antiga", Ed. Clássica, Porto.

Dorfles, Gillo, "A Arquitectura Moderna", Ed. 70, Lisboa.

Friedmann, J., 1987, "Planning in the Public Domaine: From Knowledge to Action " Ed. PrinceTown, Inglaterra.

Gandino, B. e Manuetti, B., 1993, "La Città Possibile", Ed. Red, Italia.

George, Pedro, 1993, "O Terciário e a condição da Cidade", Lisboa.

Gibbert, F., 1970, "Town Design", Ed. Architectural Press, Londres.

Goitia, Fernando Chueca, 1989, "Breve História do Urbanismo", Ed. Editorial Presença, Lisboa.

Gössel, P. y Leuthäuser, G., 1990, "Arquitectura del Siglo XX", Ed. Taschen, Alemanha.

Guëll, J.M. Fernandez, 1977, "Planificación Estrategica de Ciudades", Ed. Gustavo Gili, SA, Barcelona.

Hirsch, Wernerz, 1977, "Análisis de Economía Urbana", Instituto de Estudios de Administración Local, Madrid.

Haughton, G. and Hunter, C., 1994, "Sustainable Cities", Ed. Atheneum Press, Gateshead., Tyme and Wear, Londres.

Kant, Immanuel, 1994, "Crítica da Razão Pur ", Ed. F. C. Gulbenkian, Lisboa.

Kleniewski, Nancy, 1977, "Cities, Change and Conflict", Ed. Wadsworth, USA.

Kruft, Hanno-Walter, 1994, "A History of Architectural Theory from Vitrovius to the Present", Ed. Princetown Architectural Press, New York.

Kurokawa, Kisho, 1992, "From Metabolism to Symbiosis", Ed. Academy Press, Londres.

Labasse, Jean, 1973, "La Organización del Espacio", Ed. Instituto de Estudios de Administración Local, Madrid.

Le Corbusier, "Urbanismo" (folhas soltas)

Caniggia, Giafranco, "Una Teoría Arquitectónica de la Ciudad" (folhas soltas)

Lucan, J., 1990, "OMA - Rem Koolhaas", Ed. Prince Town Architectural Press.

Merlin, Pierre and Choay, Françoise, 1998, "Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement", Ed. Presses Universitaires de France, Paris.

Morris, A.E.S., 1984, "História de la Forma Urbana", Ed. Gili, Barcelona.

Nunes da Silva, Carlos, 1994, "Política Urbana em Lisboa", Ed. Livros Horizonte, Lisboa.

Panerai, P., 1980, "Eléments d'Analyse Urbaine", Ed. Bruxelles, Bruxelles.

Pardal, Sidónio C., 1988, "Planeamento do Território: Instrumentos para a Análise Física", Ed. Livros Horizonte, Lisboa.

Pardal, S., Correia, P. Lobo, M. C., Lobo, M. S., 1990/93, "Normas Urbanísticas", Vol. I, II e III, Ed. DGOT/UTL, Lisboa.

Piranesi, Giovanni Battista, 1993, "Invenções, Caprichos, Arquitecturas (1720/1778)", Ed. I. P. P. A., Lisboa.

Pirenne, Henri, "As Cidades da Idade Média", Ed. Europa-América, Lisboa.

Portoghesi, Paolo, "Depois da Arquitectura Moderna", Ed. 70, Lisboa.

Pran, Peter, 1992, "Architectural Monographs nº 21", Ed. Academy, Londres.

Ragon, Michelle, "Histoire Mondiale de L'Architecture et de L'Urbanisme Modernes", Ed. Casterman

Real, Troufa, 1980, "Migration and Housing in Angola", Ed. A.A., Londres.

Rémy, J. e Voyé, Liliane, 1994, "A Cidade Rumo a uma Nova Questão", Ed. Afrontamento, Porto.

Roseneau, Helen, 1988, "A Cidade Ideal: Evolução Arquitectónica na Europa", Ed. Presença, Lisboa.

Rybeczynski, Witold, 1995, "City Life", Ed. Touchstone, Nova York.

Salgueiro, Teresa Barata, 1992, "A Cidade em Portugal: sua Geografia Urbana", Ed. Afrontamento, Porto.

Santanera, Juana, 1998, "Introducción al Planeamiento Urbano", Ed. Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales e Puertos, Madrid.

Scruton, Roger, 1979 "Estética da Arquitectura", Ed. 70, Lisboa.

Shirvani, Hamid, 1985, "The Urban Design Process", Ed. Van Nostrand Reinhold, New York.

Sica, Paolo, 1981, "Historia del Urbanismo: el siglo XIX", Ed. Instituto de Estudios de Administración Local, Madrid.

Sicca, P., (1980 / 1981) "Stora del L'Urbanistica", 4 Vols. Ed. Laterza / Gili.

Soria, Arturo y Puig, 1996, "Cerdeña: las Cinco Bases de la Teoría General de la Urbanización", Ed. Electa, Madrid.

Sousa Lobo, Margarida, 1995, "Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco", Ed. DGOTDU/FAUP, Porto.

Schulz, C. Norberg (Schulze), "Late Baroque and Rococo Architecture", Ed. Faber and Faber.

Trachtenberg, M. and Hyman, I., 1986, "Architecture from Prehistory to Post-Modernism", Academy Editions, Londres.

Tschumi, Bernard, 1996, "Event-Cities", Ed. The MIT Press Cambridge, Massachusetts, Londres.

Tuan, Yi-Fu, 1977, "Space and Place: the perspective of experience", Ed. Edward Arnold, Londres.

Unwin, R., 1984, "La Práctica del Urbanismo", Ed. Gili, Barcelona.

Weaver C., 1984, " Regional Development and the Local Community: Planning, Politics and Social Context ", Ed. J. Wiley and Sons Ltd, Nova York.

Whitehand, J. W. and P. J. Larkam, 1992, "Urban Landscape" International Perspectives, Londres / N. York.

Whittick, Arnold, 1975, "Enciclopedia de la Planificación Urbana", Ed. Instituto de Estudios de Administracion Local", Madrid.

Zevi, Bruno, 1984, "A Linguagem Moderna da Arquitectura", Ed. Dom Quixote, Lisboa.

Zevi, Bruno, 1979, "Arquitetura in Nuce: Uma Definição de Arquitectura", Ed. 70, Lisboa.

Periódicos/Catálogos

Jan, Fev. 1967, Revista de Arquitetura; Texto: "A Cidade não é uma árvore", Alexander, Christopher

Agosto 1967, Rev. Binário, nº 107, "O Padrão das Ruas e Sua Geometria"
Alexander, Christopher

Março, 1985, "G. B. Progetti" nº 34

Dez. 1991, Cassiano Branco: Uma Obra para o Futuro, Catálogo da Exposição, Edições Asa, CML e Pelouro da Cultura

1992, "L'Arca" The Ideal City (nº 62) (Milão)

1993, "L'Arca" Vision Urbaine (nº 77) (Milão)

1994, "New Towns", Architectural Design.

1995, "Metropolis: Center and Symbol of our Times", Ed. Philip Kasinitz (Nova York) 1995, "Domus", nº 755, Milão.

Agosto, 1995, "Zodiac 13", Periodico Semestral, Ed. Abitare Segesta, Milão.

Outubro de 1995, "L'Arca", nº 97

1995, "Territorio, Sito, Arqchitettura, Architettura e Design", Ed. Lybra, Milão.

"Arquitectos" nº 171 da Associação dos Arquitectos Portugueses

"Arquitectos" nº 172 da Associação dos Arquitectos Portugueses

"Arquitectos" nº 174 da Associação dos Arquitectos Portugueses

"Arquitectos" nº 175 da Associação dos Arquitectos Portugueses

"Arquitectos" nº 178 da Associação dos Arquitectos Portugueses

"Arquitectos" nº 179 da Associação dos Arquitectos Portugueses

"Arquitectos" nº 180 da Associação dos Arquitectos Portugueses

"Arquitectos" nº 181 da Associação dos Arquitectos Portugueses

BIBLIOGRAFIA COMENTADA*

AYMONINO, Carlo, "O Significado das Cidades", Coleção Dimensões, Editorial Presença, Lisboa, 1984.

Junto com o de Aldo Rossi, este é um título básico no estudo da morfologia urbana. Após notas de dez anos de aulas na Universidade de Veneza, o autor mostra que é a partir de uma série de análises específicas, capazes de definir as transformações urbanas através do tempo, como testemunhas físicas de condicionamentos sociais e económicos, que se vai compreender o verdadeiro significado das cidades, promover uma actuação urbanística conscienciosa. A hierarquia dos elementos e suas as inter-relações morfológicas são aqui vistas como essenciais; a arquitectura é vista, antes de tudo como um fenómeno urbano.

BACON, Edmund, "Design of Cities", Ed. Nova York Studio Book, Vicking Press, Londres, 1968

É um estudo amplo sobre o desenvolvimento histórico das cidades, a partir do seu entendimento como um "indicador do estado de uma civilização".

* Adaptada da Bibliografia Comentada de Del Rio, 1990, Ed. Pini. Lda (S. Paulo)

O autor acredita que uma melhor compreensão das interações resultantes da multiplicidade de decisões dos habitantes pode dar uma consciência maior de como criar cidades mais “nobres”. Isto dar-se-ia se a arquitectura assumisse que os seus “ingredientes” básicos são a massa e o espaço e se a articulação da cidade se der com base nos sistemas de movimentos.

BARNETT, Jonathan, “An Introduction to Urban Design”,
Ed. Harper Androw, Nova Iorque, 1982.

Este é um dos livros mais conceituados em desenho urbano nos EUA, principalmente pela sua forma de tratamento da questão da exequibilidade do Desenho Urbano, tanto em termos institucionais quanto do poder privado. O autor foi o responsável pela instituição de um processo de Desenho Urbano na cidade de Nova Iorque. Mostra como desenhar cidades sem desenhar os seus edifícios num contexto de planeamento capitalista, onde os regulamentos devem possuir um dinamismo especial em busca de objectivos sociais e económicos.

CULLEN, Gordon, “A Paisagem Urbana”, Edições 70, Lisboa, 1983.

Um dos títulos mais importante sobre a análise visual da cidade, tendo servido de base para inúmeros planos, projectos e regulamentações urbanísticas na Grã-Bretanha, país que adoptou muitas das teorias e técnicas de CULLEN. Trata-se de mostrar a “arte” da

paisagem urbana, esteticamente compreendida a partir de sentimentos e impressões no observador, numa percepção entendida como uma sucessão de quadros visuais. Qualidades físico-espaciais como variedade, incidência de luminosidade, desvio de ângulos visuais etc. são destacadas.

FRAMPTON, Kenneth, “História Crítica de la Arquitectura Moderna”,
Ed. Gustavo Gilli, Barcelona, 1993.

Um dos títulos recentes mais interessantes sobre a evolução da arquitectura moderna e do seu estado actual. O autor parte da análise do progresso cultural e tecnológico do período entre meados do século XVIII até ao começo da II Guerra, para situar o desenvolvimento da arquitectura moderna. Cada capítulo traz uma análise crítica de diversos arquitectos e grupos representantes de “correntes”, terminando nas tendências mais actuais. Apresenta importantes conclusões sobre o que chama “vulgarização da arquitectura e seu progressivo isolamento da sociedade”.

JACOBS, Jane, “The Death and Fall of Great American Cities:
The Failure of Town Planning”, Ed. J. Cape, Londres,
1962.

Trata-se de uma crítica feroz à ideologia do planeamento nos moldes modernistas e às suas práticas e resultados. Exalta a vida e as qualidades de lugares

como Greenwich Village, em Nova Iorque, e defende basicamente os aspectos da vida comunitária, como segurança e contactos sociais nas áreas públicas, necessidade de diversão e concentração dos usos, implicações sociais na área dos quarteirões e na sua densidade. Também mostra as razões para o declínio dos centros urbanos e algumas condições importantes para a sua regeneração. Foi um dos primeiros textos consistentes e de grande impacto, ao afirmar que os urbanistas estavam errados ao incutir os seus próprios valores asséticos e moralistas.

JENCKS, Charles, “Movimentos Modernos em Arquitectura”, Ed. 70, Lisboa, 1985.

É importante sobre a arquitectura e o meio ambiente enquanto fenómeno de comunicação e é um dos títulos básicos da semiologia aplicada. Diversos autores colaboraram para a qualidade do livro, com destaque para Charles Jencks, George Broadbent e Christian Norberg-Schulz (semiologia e arquitectura), Françoise Choay (semiologia e urbanismo), Aldo Van Eyck (tempo, lugar e significado) e Nathan Silver (arquitectura como sistemas de pessoas).

KRIER, Rob, “Urban Space”, Ed. Academy, Londres, 1979.

Da autoria de um dos arquitectos mais famosos do pós-modernismo e do contextualismo nas práticas urbanísticas, este livro tornou-se uma fonte de

referência para os seguidores de suas ideias. Basicamente, segue uma postura essencialmente estética na composição urbana, a exemplo de Camillo SITTE, procurando a manutenção das lógicas físico-espaciais tradicionais da cidade europeia. Parte da identificação de uma tipologia de elementos arquitectónicos e urbanos e de uma ampla crítica aos modelos modernistas, para chegar a propostas para a reestruturação de áreas do centro de Stuttgart como exemplos da aplicação das suas ideias.

LYNCH, Kevin, (1960), “A Imagem da Cidade”, Ed. 70, Lisboa, 1960.

É um dos títulos mais influentes sobre aplicação dos estudos da percepção ambiental para o desenho da cidade. LYNCH forma a sua base teórica defendendo suas qualidades que fundamentam a formação de uma imagem mental clara nos usuários: estrutura e identidade, legibilidade e imageabilidade. Estudou Boston, Jersey City e Los Angeles, a partir de entrevistas e questionários (com obtenção dos famosos mapas mentais de áreas e percursos). O autor identificou cinco elementos básicos na formação destas imagens mentais: percursos, nós, limites, distritos e marcos.

MUNFORD, Lewis, “A Cidade na História”, Ed. Universidade de Brasília, Ed: Horizonte, Brasil, 1982.

Originalmente publicada em 1961, esta é uma obra fundamental de um dos maiores pensadores urbanistas dos nossos tempos, que analisa a evolução das cidades e o desenvolvimento do Homem. O autor defende que a natureza histórica da cidade deve ser compreendida, se quisermos estabelecer uma nova base para a vida urbana. Segundo o pensamento humanístico de MUMFORD, a sociedade humana terá chegado a um estado crucial em que terá de se decidir entre o desenvolvimento de sua própria humanidade ou render-se às forças quase automáticas de seu ego desumanizado, o “homem pós-histórico”. O autor propõe uma análise histórica da cidade e das relações que o Homem manteve com ela, desde a pré-história e a formação dos primeiros assentamentos humanos, até à megapólis.

NORBERG-SCHULZ, Cristian, “Genius Loci”, Ed. Pierre Mardaga, Bruxelas, 1981

Prosseguindo em suas investigações sobre as implicações psíquicas da arquitectura e do urbanismo, iniciadas em títulos famosos anteriores como “Intentions in Architecture” (1971), este “filósofo” do espaço acredita que se o meio ambiente influencia os seres humanos, o propósito da arquitectura transcende a sua definição funcionalista. Para ele não existem tipos diferentes de arquitectura, mas apenas diferentes situações que pedem diferentes soluções para satisfazer às necessidades físicas e psíquicas do Homem. Baseia-

se em conceitos como “espaço existencial”, onde sobressaem as funções psíquicas básicas de “orientação” e “identidade”, e no pensamento de HEIDEGGER, para mostrar que arquitectura deve visualizar e materializar o “genius loci”, ou o espírito do lugar. As suas considerações fenomenológicas levam-nos a um passeio histórico e geográfico das arquitecturas do mundo.

ROSSI, Aldo, “A Arquitectura da Cidade”, Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 1966.

Um dos expoentes da arquitectura neoracionalista italiana, ROSSI é urbanisticamente um dos definidores da corrente pós-moderna “contextualista”. Publicado originalmente na Itália em 1966, as seguidas novas edições revisadas (também em espanhol, inglês, alemão e francês) atestam a importância deste livro. No prefácio da edição americana, Peter Eisenman compara ROSSI a Vitruvio, Serlio e Palladio, atestando a tradição italiana de análise da cidade e da arquitectura através do seu desenho cuidadoso. O livro parte de uma crítica ao urbanismo modernista e propõe o estudo da cidade entendida como fenómeno arquitectónico, dependente acima de tudo de sua própria história. Rossi lida com conceitos de permanência e continuidade, tipologias, relações e memória colectiva. A edição portuguesa é de difícil acesso; existe a espanhola, editada pela Gustavo.

